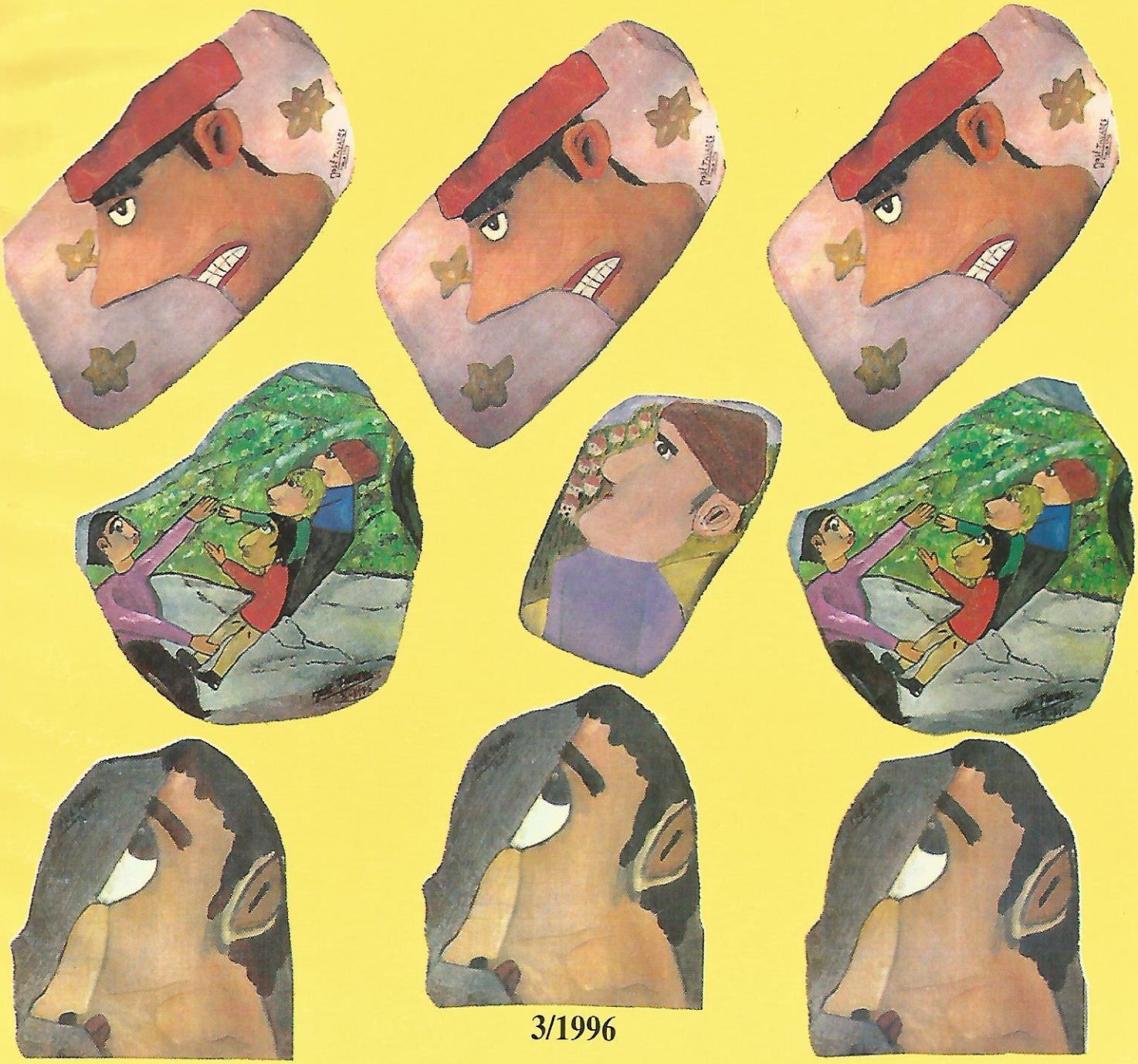
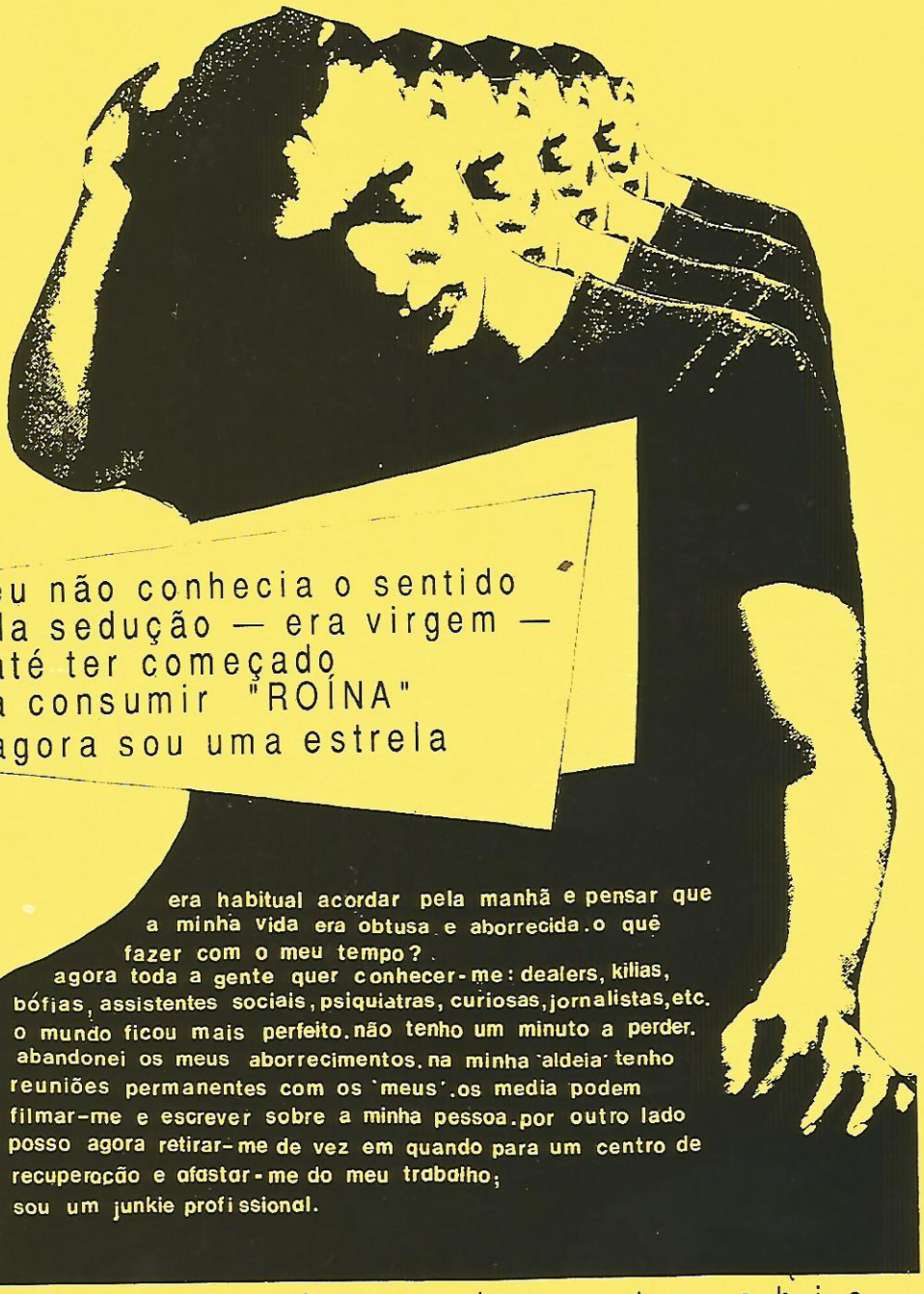
UTOPIA



3/1996



cavalo é realmente chic

"crise luxuosa, edições"

U T O P I A

REVISTA ANARQUISTA DE CULTURA E INTERVENÇÃO
semestral nº 3 | primavera - verão de 1996

SUMÁRIO

Editorial 3
Dois Poemas de Robert Bringhurst 5
O Movimento Social em França 7
Nos Meandros da Economia Subterrânea 25
Necessita de Dinheiro? 37
Falência da Segurança Social ou do Sistema Remendado? 41
Rotinas da Desolação 53
Sobre A Inteligibilidade do Anarquismo 57
Breve Comentário sobre A Inteligibilidade do Anarquismo 63
Caderno - Não à Guerra da Jugoslávia 68
No Reino dos Abelharucos 90
A Intenção Federalista 99
De Parte Nenhuma 113
Livros & Leituras 118
Notas & Comentários 124

A revista UTOPIA é uma publicação da Associação Cultural A Vida
Correspondência: Apartado 2537 - P 1113 Lisboa codex

Utopia | revista anarquista de cultura e intervenção

Director: J. M. Carvalho Ferreira
Propriedade: Associação Cultural A Vida
Apartado 2537 - 1113 Lisboa codex
(Portugal)

Colectivo Editorial
Carlos Nuno, J. M. Carvalho Ferreira, José Luís Félix,
José Tavares, Rui Vaz de Carvalho

Colaboradores
Alberto Hernando, Alberto Pimenta, Alfredo Gaspar, Armando Veiga,
Arno Gruen, Artur Pires, Carlos Diaz, Edgar Rodrigues, Edson Passetti,
Eduardo Colombo, Francisco Madrid, Herculano Lapa, Jaime Cubero,
Júlio Henriques, Luís Chambel, Lumir Nahodil, Maria Oly Pey,
Maria Pereira, Miguel Serras Pereira, Quim Sirera,
Roberto Freire, Torcato Sepúlveda

Publicação registada no Ministério da Justiça, nº 118 640
Publicação semestral
Preço: 800$00 (iva incluido)

Capa: Olhos em Bico, sobre pinturas de José Tavares
Impresso na Gráfica 2000 - Cruz Quebrada
Abril de 1996.

EDITORIAL

A fotografia do jornal mostra uma jovem mulher com uma criança nos braços; a legenda revela o pesadelo: *há-de ser paraquedista como o pai*. É a continuação do horror da guerra na ex-Jugoslávia, estendida a todos os lugares e a todos os tempos, e envia-nos para o ponto radical da sua própria origem: a lógica militar, estatista e fatalista que tudo atrofia e tudo submete.

Como todas as guerras, escolheu entre a população civil as suas maiores vítimas; como todas as guerras, encheu-se de crueldades e arbitrariedades; como todas as guerras, tornou os indivíduos em estatísticas de mortos e refugiados, até à impunidade da indiferença e da diluição da indignação; como todas as guerras, transformou-se em espectáculo de televisão; assim também no Ruanda, no Curdistão, nas montanhas de Timor, em Angola, na Libéria, na Palestina, na Tchetchénia, num mundo martirizado. Mas a guerra da Jugoslávia aconteceu num sítio "impossível": na civilizada Europa, num país "simpático" (faltaria muito para o pedido de adesão à CEE ?), com argumentos étnicos e nacionalistas que nos habituámos a considerar próprios apenas de povos "distantes e terceiro-mundistas", revelando muito do nosso próprio etnocentrismo adormecido.

A estupefacção e as reacções provocadas por esta guerra tiveram tanto a ver com o conhecimento das suas atrocidades, como com a incredulidade da sua ocorrência, bem patentes nas muitas análises e campanhas das várias esquerdas, repetindo quadros já conhecidos das duas grandes guerras mundiais; então, como agora, não era possível que trabalhadores lutassem contra trabalhadores, que fanatismos nacionalistas e religiosos se sobrepusessem ao internacionalismo e à resistência popular. Então, como agora, a guerra aconteceu. Mostrando, também, que apesar da globalização e transnacionalização das economias e dos sistemas políticos, e apesar da véspera dos hiper-espaços e dos mundos virtuais, o imperialismo e o capitalismo internacional continuam a precisar de territórios concretos para se realizar. *A mente dos mortos só na mente / dos vivos deve indagar-se.*

Também neste mesmo número da Utopia nos debruçamos sobre algumas das lutas sociais, e das condições de vida e de trabalho que as enquadram ou justificam, que ultimamente têm ocorrido, como no último outono francês, as condições de semi-escravidão dos trabalhadores imigrantes ou as falácias e falências da previdência e do consumo (os editoriais do Expresso pressentem estas coisas, e lá vão pedindo um estado policial, em nome "da segurança de pessoas e bens").

Desde o início, a Utopia tem publicado um texto de fundo que constitua uma reflexão, uma análise, uma proposta global, sobre as ideias anarquistas e libertárias hoje, mesmo que nesse texto o colectivo editorial não se reconheça; a intenção, para lá da publicidade a essas ideias, é que aí se constitua um ponto privilegiado de discussão, eventualmente de polémica. O texto de Jerónimo Leal ora dado à estampa surge no seguimento desta nossa proposta; a resposta que neste mesmo número lhe é dada por José Tavares, corresponde à concretização das nossas intenções.

Outros textos apresentados reflectem sobre o federalismo, as leis naturais e sociais, a submissão ao trabalho.

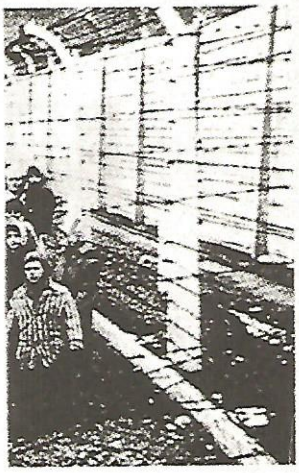
Viemos de parte nenhuma, e com o terceiro número comemoramos um ano de publicação. *Menos tempo que é preciso pra dizer uma palavra.*

CN

DOIS POEMAS DE ROBERT BRINGHURST

ANTE OSSOS DE JOSEPH MENGELE, DESENTERRADOS EM JUNHO DE 1985

Senhor de Auschwitz, anjo da morte,
sumiste-te, nas funduras do Brasil partem
teus ossos — ou os ossos de alguém: os meus
ossos, os teus ossos, os ossos dele, os ossos
seja de quem for. Nas funduras do Brasil partem
ossos como nacos de pão rijo. O anjo da morte
não se sacia, come.
Fala! dizem eles. *Fala! fala!*
Se não falares, abrimos-te e lemos-te por dentro!
Algo que também tu no teu tempo terás dito.
Declararam-se culpados estes ossos? perguntam. E os ossos
falam logo. Os ossos, com armas
apontadas à cabeça, dizem logo: *Sim!*
Sim! É verdade, somos culpados!
Magarefe, forneiro, fazedor de quebra-luz
e castiçal: é verdade, é verdade. Mas os ossos? Os ossos,
terra, metais, dentes, o corpo?
Estes não são culpados. A mente dos mortos
não deve indagar-se nas ossadas dos mortos.
A mente dos mortos só na mente
dos vivos deve indagar-se.



RÚSTICO & BAGATELA

— Poeta, disse o deus, será isto a verdade?
— Todas as palavras são verdadeiras, disse o poeta.
— Todas?
interrogou o deus.
— Todas as palavras, respondeu o poeta.
— Então também são verdadeiras as mentiras, disse o deus.
— Pois são, disse o poeta. Todas as palavras
são ocas, vãs, sem sítio, verdadeiras.
— Algumas palavras têm sítio, disse o deus.
— Muitas palavras têm sítio, disse o poeta.
— Serão ocas, essas com sítio? perguntou o deus.
— Se estiverem no sítio, não, disse o poeta.
— Mas tu disseste...
— Pois disse.
— Mentiste.
— Mas também
disse a verdade, proferiu o poeta.

Todas as palavras são verdadeiras, a verdade é verdadeira,
e as mentiras também são verdadeiras. E tu
e eu ficamos até aos olhos nas nossas palavras.
— Segundo penso, mais ainda no teu caso, disse o deus.
— Tu não pensas, disse o poeta.
— E tu estás morto, disse o deus.
— Assim é,
se tu o dizes, retorquiu o poeta.
Da mesma maneira que tu estás vivo, dizendo-o eu.
— Eu estou e não estou vivo, disse o deus.
Nada tem a ver contigo.
— Pois sim. E no entanto todas as palavras são verdadeiras.
— Nenhumas mais verdadeiras do que outras? perguntou o deus.
— Quanto mais repetidas, mesmo por um deus,
menos verdadeiras vão ficando as palavras.
— E ainda menos verdadeiras
se for um poeta a repeti-las.
— Pois. Todas as palavras ao princípio eram verdadeiras,
mas todas são agora menos verdadeiras, e há-de vir
o tempo em que todas as palavras serão falsas.
— E que irá então acontecer? perguntou o deus.
— A fala há-de surdir
apenas nos espaços que entre as palavras restem.
— Mas a fala é acção, disse o deus.
— Quando as palavras se tornam falsas, aos demais actos
acontece o mesmo, disse o poeta.
— E então?
— Os deuses páram. Vão-se calando
os poetas, ou tornam-se corruptos,
ou tornam-se acanhados.
— Não mais acanhados do que isso?
— Não.
— E depois?
— O silêncio, tal como a fala transparente,
lava as palavras. Com tempo hão-de ficar
de novo verdadeiras. Mas nesse caso, é claro,
hão-de ser outras.
— E quanto tempo
vai tudo isso levar? perguntou o deus.
— Uns momentos, disse o poeta.
— Uns momentos?
— Menos tempo que é preciso pra dizer uma palavra.

Tradução de Júlio Henriques • Da antologia *The Calling*, McClelland & Stewart, Toronto, 1995

VISITA COMENTADA AO MOVIMENTO SOCIAL DE DEZEMBRO DE 1995 EM FRANÇA

por NICOLE THIRION

ACERCA DA MATÉRIA INFLAMÁVEL E DE UM CERTO AQUECIMENTO

Quando, a 15 de Novembro de 1995, o primeiro ministro Juppé expõe os detalhes do seu plano, que irá desencadear o mais vasto movimento de greves em França dos dois últimos decénios, a atmosfera social já está bem carregada de matéria inflamável. De facto, o contexto geral é sombrio, e existe desde já há algum tempo. A degradação dramática das condições de vida de uma franja incessantemente crescente de excluídos do trabalho, conjugada com a especulação imobiliária, levou à formação de "ghettos" sociais nos subúrbios, à desertificação dos campos e ao empobrecimento de regiões inteiras, ao que se vem juntar um sentimento de insegurança, alimentado, muito mais, pelo medo em relação ao futuro, do que por violências reais. Por outro lado, assiste-se à decomposição dos laços sociais tradicionais, quadro aliás desenhado e perfeitamente conhecido, em todos os seus detalhes, pelos sociólogos encartados. É tão evidente essa realidade, que um certo prognóstico tende a tornar-se um lugar comum: "Isto vai rebentar!".

Mas a subida de tensões não significa desenvolvimento de lutas, e muitos militantes, que tinham posto as suas suas esperanças na crise, tiveram de o constatar dolorosamente. As repetidas explosões sociais nos subúrbios, cada vez mais próximas umas das outras, demonstram, de resto, que a revolta não é suficiente. Para que haja luta colectiva é necessário, no mínimo, um adversário comum e, se possível, um objectivo comum.

Ora, a volta ao poder de uma direita herdeira das tradições autoritárias da burguesia francesa — poder sem partilha, e ainda por cima conquistado através de uma demagogia descarada, arriscando portanto uma desilusão massiva — só levava a esperar a uma primeira condição: a identificação de um inimigo comum encontrava-se de novo preenchida.

No entanto, desde Outubro, observa-se um recrudescimento de mobilizações pontuais que demonstravam claramente que a atmosfera social estava a aquecer. Qualquer coisa no clima social reaviva timidamente uma esperança que se tem mostrado latente nos últimos 15 anos. Ao lado de mobilizações militantes (contra os ensaios nucleares, a "ordem moral" e o que punha em causa de novo o direito ao aborto), dois grupos sociais entraram em luta:

- a 10 de Outubro, as três principais confederações sindicais — CGT, FO, CFDT[1] —

apelam à greve e a uma manifestação do **sector público** para protestar contra o congelamento de salários. A manifestação teve uma dimensão e um dinamismo como já não se via há muito tempo. Até os polícias desfilaram nesse dia. É, portanto, claro que esta franja dos assalariados, sendo menos estratificada e mais protegida é também a menos atomizada, razão pela qual conduziu a maior parte das grandes lutas do último decénio: empregados dos correios em 1984, ferroviários em 1986, enfermeiros, professsores do ensino primário, trabalhadores das oficinas do RATP em 1989. Nao é de admirar que este grupo social fosse sensível à mobilização social e os sindicatos compreenderam-no muito bem;

- desde 9 de Outubro que o **mundo estudantil** está em ebulição. Primeiro de uma forma muito localizada a partir de Rouen, depois o movimento grevista chega progressivamente a Toulouse, Metz, Pau, Perpignan, Orléans, Tours, Montpellier, Nice, para, finalmente, alargar-se rapidamente a mais de 50 faculdades. Centrado exclusivamente na exigência de meios suplementares para o ensino superior[2], desenvolve em contrapartida formas de acção violentas (ocupações de reitorias e de outras instalações universitárias), contando para o efeito com uma boa parte dos docentes e até de direcções de universidades.

Mas este movimento social não é mais do que a repetição das mobilizações estudantis a que assistimos nos últimos 10 anos. Durante o tempo em que se manteve o movimento de Aix-en-Provence, talvez também em Toulouse (muito imaginativo em formas de acção gozonas e espectaculares) e outros pela província e só mais tarde e muito pontualmente em Paris (ver nota 10), vão nascendo locais onde se toma a palavra livremente, onde se faz questão de falar da ligação dos estudantes com o resto do mundo, e do seu receio face à sociedade, etc. São iniciativas que se ligam com o melhor do espírito de 68.

Por outro lado, a multiplicidade de formas de acção, o carácter mais provinciano do que parisiense do movimento, a sua falta de unificação sob uma palavra de ordem de âmbito nacional fazem com que o poder tenha dificuldades em lhes dar uma resposta. Várias tentativas de negociação e algumas verbas financeiras para as universidades mais mobilizadas não conseguiram desmembrar o movimento que, pelo contrário, começou a ganhar uma amplitude nacional. No dia 21 de Novembro, os estudantes serão mais de 100.000 a manifestar-se em toda a França.

UMA "AUDACIOSA APOSTA REFORMADORA"

É neste contexto que o tecnocrata-chefe Juppé resolve revelar o desafio que parece ter-lhe sido lançado pela classe política: mostrar que tem coragem para desferir um golpe decisivo na terrível serpente marinha que é o défice da Segurança Social. A 15 de Novembro, portanto, apresenta diante da Assembleia Nacional, que ovaciona em conjunto, "a mais audaciosa aposta reformadora dos últimos decénios"[3].

O que contém este plano?

Um plano de **recuperação da Segurança Social**. A audácia reformadora de Juppé nesta matéria não seria suficiente para o fazer esquecer dos interesses da classe que ele representa. Apesar do alargamento dos descontos sobre os rendimentos de poupança e sobre os abonos de família — que permite a Juppé falar de equidade —, o essencial do ónus da recuperação das contas nacionais vai recair sobre os assalariados: 225 mil milhões de francos serão pagos por estes, enquanto que só 5 mil milhões de francos foram exigidos às empresas e às indústrias farmacêuticas! Em contrapartida, houve um silêncio total sobre a dívida do patronato à Segurança Social, que se cifra em 91 mil milhões de francos, para não falar da sua dívida ao Estado que atinge "??" milhões de francos.

As novas receitas fiscais, que estão longe de serem negligenciáveis (para um salário de 7.500 francos, as antecipações suplementares representarão uma receita de 400 francos, de acordo com as contas dos sindicatos), nem sequer excluem os rendimentos mais insignificantes: todos os salários ou abonos superiores a 2.300 francos serão abrangidos pelo fisco.

Este plano de recuperação da Segurança Social contém também um mirabolante projecto de **reforma hospitalar**. Resumindo, trata-se de introduzir, por todo o lado, critérios de rentabilidade para decidir de reagrupamentos e encerramentos de serviços hospitalares, assim como da sua gestão no futuro. Este aspecto do plano será combatido sobretudo pelos trabalhadores dos hospitais, mesmo que tivesse sido um pouco esquecido pelo resto do movimento social. Mas Juppé não pára por aí. Ele deve achar, à laia de grande estratega político, que é melhor desferir os golpes todos de uma só vez. E isso porque o seu plano também contém um projecto de **reforma dos regimes especiais de aposentação** (do qual sobressai o conjunto do sector público) que prevê alongar a duração da quotização de 37,5 anuidades para 40. Torna-se claro que se trata de aplicar ao sector público a mesma sorte que teve o sector privado, ao qual o governo anterior tinha feito essa boa surpresa em Agosto de 1993.

O primeiro objectivo do plano Juppé atingia o poder de compra do conjunto de assalariados, mas devido à forte hierarquia salarial que existe em França, o impacto dos primeiros descontos fiscais vai ter consequências muito desiguais em relação aos níveis dos rendimentos. O segundo objectivo do plano atinge o sector público e o para-público, não em termos de poder de compra, mas desta vez em termos de estatuto social. O estatuto da função pública desempenha um papel significativo no tipo de contrato moral que liga os funcionários públicos ao Estado[4]. Para algumas profissões, a reforma é o elemento-chave deste contrato. No caso dos maquinistas da SNCF e do RATP em particular, o direito à reforma com a idade de 50 anos é considerado como a justa contrapartida de um trabalho com horários penosos que não deixa aos maquinistas uma esperança de vida média superior aos 65 anos.

Mas a estes ataques generalizados vem juntar-se, em breve, um outro. A 28 de Novembro, quando os ferroviários já estavam em greve há 4 dias, o director da SNCF apresenta o projecto de saneamento financeiro da empresa, tendo como base um contrato celebrado entre o Estado e a SNCF (denominado **contrato de plano Estado-SNCF**). O Estado, principal responsável pelos 175 mil milhões de francos de endividamento da companhia ferroviária (a que impôs o financiamento das linhas TGV), só tomou a seu cargo 37 mil milhões dessa dívida. Além disto, em nome da rentabilidade, pretende impôr, a prazo, a supressão de 73.000 postos de trabalho e o encerramento de 6.000 km de linhas ferroviárias que considera deficitárias.

Decidir nestes termos é desenvolver mais uma vez o descontentamento específico do primeiro grupo social que entrou em greve: aquele, em resumo, que detém talvez a maior capacidade de bloqueamento do funcionamento da empresa e uma forte tradição de luta...

Como interpretar esta conjugação de ataques, que atingem num momento de mobilização crescente, e ainda mais violentamente, os diferentes sectores da função pública e os ferroviários mais capazes de se defenderem? Procura, por parte do poder, de um afrontamento generalizado que lhe permita fazer dobrar por muito tempo as últimas resistências? Os que se inclinaram para esta hipótese avançam o exemplo de Thatcher que conduziu à ofensiva contra os mineiros na Grã-Bretanha. Mas, este exemplo não é nada convincente, se considerarmos que, naquele caso, o ataque só convergia para um sector bem circunscrito e ainda por cima em declínio. Em contrapartida, Thatcher teve que ceder relativamente

à aplicação da taxa de capitação ("poll tax") que atingia toda a população. Nesse sentido, vejo muito mais a presença da azelhice que é característica de um honesto representante da boa direita francesa, aquela que ignora a arma mais súbtil da negociação e as advertências sindicais, armando-se em tecnocrata impermeável aos humores sociais.
De resto, é bem esta parte da azelhice que lhe reprovam, tanto a esquerda como a direita "balladuriana"... Quanto a nós, não podemos senão regozijarmo-nos por ainda haver Juppés no poder para darem à classe trabalhadora francesa o impulso necessário para se pôr massivamente em movimento.

TRÊS SEMANAS DE MOVIMENTO SOCIAL

Entre 15 e 23 de Novembro, a classe política exprime-se por cacofonias. Os sindicatos, apanhados na curva pelo ataque inesperado às aposentações do sector público, multiplicaram as declarações, mas mostraram-se hesitantes na estratégia a adoptar.

As razões dos sindicatos

A direcção da CFDT apoia o governo, na boa tradição gestionária adoptada desde há mais de um decénio, embora tenha entrado em conflito com algumas das federações, particularmente com a dos ferroviários que fará parte integrante da rede. Nicole Notat, líder da CFDT, foi assobiado durante o cortejo da primeira grande manifestação unitária de 24 de Novembro e inclusive é obrigado a abandoná-la.
A FO denuncia o "rapto da Segurança Social" pelo Estado. Este sindicato que tem boas relações com o poder, tem também uma razão precisa para se inquietar. Na verdade, Juppé tinha previsto criar um regime de seguro de doença único e submetê-lo ao controlo do Parlamento, o que ameaçava a gestão da Segurança Social pelos sindicatos (que entretanto já tinham perdido a gestão do seguro de desemprego), o que constituia a perda da principal força de poder e financiamento. Que o poder tenha escolhido desferir este duro golpe numa central sindical que, desde a sua fundação em 1945, tinha desempenhado sempre o papel de auxiliar do Estado, explica-se pelo facto da FO ter perdido, a partir de agora, a sua função histórica com a queda do Muro de Berlim. Assim sendo, para o poder, a existência de um sindicato anti-comunista já não se justifica. Para além disso, a CFDT tende a retirar-lhe o papel de sindicato interlocutor privilegiado junto do poder.
A FSU (Federação de Sindicatos dos Professores) tem também um problema específico. Nascida em 1993 de uma cisão da Federação da Educação Nacional (FEN), não obteve a representatividade desejada nas comissões paritárias, embora já seja maioritária junto dos docentes. Tem, portanto, tudo a ganhar ao demonstrar a sua força na rua.
Em relação à CGT há um outro tipo de preocupação. Na verdade, o problema é como não ficar marginalizada a partir da vaga de descontentamento que está em risco de produzir-se? Na distribuição das tarefas sindicais sobre em que repousa o consenso social em França, a CGT, na realidade, assume o papel de tribunista, ou seja, o da intransigência ostensiva. As outras assumem o papel conciliador[5]. Neste contexto, a CGT retirou seguramente as lições dos movimentos de greve de 1968 e de 1989 que a tinham marginalizado em proveito das coordenadoras de luta. Trata-se, portanto, para ela de não deixar desenvolver-se um movimento social fora da sua alçada.

A evolução das greves

A conjugação destas razões particulares leva à unidade sindical na luta, enterrando cada uma delas, provisoriamente, as velhas inimizades. Em 24 de Novembro, a CGT, a FO e a FSU apelam, em conjunto, a uma greve e manifestação do sector

público contra o alongamento do período da duração da quotização para as aposentações. Rapidamente esta acção colectiva se transforma num protesto contra o "plano da Segurança Social". Esta foi a primeira de uma longa série de manifestações que tem no seu todo um carácter inter-categorias profissionais, que virá a confirmar-se ao longo de várias semanas. Os estudantes, com efeito, vieram juntar-se aos ferroviários e aos funcionários públicos.

Imediatamente, os ferroviários (SNCF) recusam-se a retomar o trabalho. O transporte ferroviário fica paralisado a partir de então. Entre a segunda-feira e a quarta-feira seguintes, os condutores do metro parisiense (RATP) juntam-se-lhes na greve. A ausência total de transportes colectivos na região de Paris e, em breve, em muitas cidades da província, vai conferir a esta greve um impacto excepcional. Ao obrigar todos os trabalhadores não grevistas a encontrarem meios de transporte alternativos, quebra-se a rotina da vida quotidiana. Assim, centenas de milhar de pessoas descobrem a bicicleta ou andar a pé, ou seja, o esforço físico, enquanto outros descobrem as verdadeiras dimensões da sua cidade que, em tempos normais, só atravessam por baixo da terra ou à velocidade dos automóveis. Formas de solidariedade espontâneas (viagens de automóvel em grupo, boleia, dormida para colegas que vivem nos arredores da cidade...) vão ser postas em prática, formas que a atomização das pessoas e o individualismo quotidianos interditam em tempos normais.

A falta de transportes colectivos tem efeitos contraditórios nas mobilizações. Na verdade, afastou alguns assalariados do sector público não muito decididos a juntarem-se ao movimento social, só para não enfrentarem a prova das deslocações. Pelas mesmas razões, essa falta de transportes tem um efeito desmobilizador, particularmente no seio dos estudantes, cujas Assembleias Gerais vão ficando cada vez mais desertas.

São, portanto, os trabalhadores dos transportes colectivos que vão conduzir a dança. São eles que abrem o movimento da greve, e que mais tarde em 14 e 15 de Dezembro vão quebrar esse mesmo movimento e arrastar atrás de si todos os outros trabalhadores em greve.

Nos outros sectores público ou para-público, a greve será sempre parcial. Nos centros de distribuição dos correios, em que já se tinha feito greve na Primavera de 1995, a participação nesta greve foi desigual. Forte no início (80% de grevistas no dia 2 de Dezembro), ela tenderá a esfarelar-se a partir de 6 de Dezembro. No entanto, os que não fizeram greve, como ocorreu geralmente com os mais endividados e sobretudo com muitos daqueles que têm um vínculo contratual precário, raramente foram hostis para com os grevistas e inclusive dar-lhes-ão apoio financeiro. De centro de distribuição do correio para outro centro de distribuição do correio, a combatividade dos grevistas é também desigual. Alguns desses centros entraram em greve a 28 de Novembro e só a acabarão a 20 de Dezembro (em Caen, a greve dura mesmo até 30 de Dezembro).

Outros sectores público ou para-público levam mais tempo a decidir-se para entrar em greve. Ao fim da primeira semana regista-se 1/3 de grevistas na EDF-GDF (empresa nacional de gaz e electricidade). A percentagem de grevistas manter-se-á depois entre os 40 e os 50%, para decrescer lentamente para 20% a 18 de Dezembro e a 5% a 21 de Dezembro, quando se dá o regresso dos ferroviários ao trabalho.

Mas é sobretudo no início da segunda semana que o movimento cresce. Na segunda-feira, 4 de Dezembro, 19% de trabalhadores da France Telecom (empresa nacional de telecomunicações, ameaçada de privatização) entram em greve. Os hospitais, particularmente ameaçados pela reforma hospitalar, entram também no movimento grevista, muito embora a fragilidade dos seus objectivos faça com que entre a normalidade do funcionamento dos hospitais e os serviços mínimos impostos pelo governo não se note grande diferença, razão pela qual a sua taxa de

participação na greve seja difícil de avaliar.
Os docentes hesitam. A 4 de Dezembro, 10% entram em greve, mas 23% trabalham nas escolas parisienses, e só a 7 de Dezembro é que entram em força na greve, devido ao facto das confederações de professores (FSU, FEN, SGEN-CFDT) terem apelado à greve. No entanto, a partir do dia 11 de Dezembro, sente-se um ligeiro enfraquecimento na sua acção colectiva. Os empregados das repartições de finanças entram em greve a partir de 4 de Dezembro, mas depressa desapareceram do quadro das estatísticas publicadas sobre o movimento grevista[6].
A companhia de aviação Air France, ressentida talvez de um duro conflito em que os assalariados tiveram de passar pelas condições de reestruturação, entrou em greve de uma forma muito pontual e parcial.
À escala nacional, convem citar também as greves dispersas nos portos, designadamente aquelas que foram desenvolvidas pelos estivadores de Marselha e os marinheiros. Embora nunca fosse mencionada pela imprensa, é necessário assinalar a participação na greve e nas manifestações de outras categorias de assalariados marginais do sector público, nomeadamente do pessoal administrativo e bibliotecário das universidades, empregados do Ministério da Cultura e até de certos serviços do palácio de Matignon (sede do governo)... É necessário, enfim, citar a prática do "congelamento das multas" lançada pela federação de esquerda da polícia nacional, como forma de protesto contra as condições de trabalho "extenuantes" e as horas de trabalho extraordinárias não pagas, que tinham sido impostas pelo "plano Vigipirate" e ainda se encontravam em vigor[7]. Surpreendentemente refira-se, ainda, que durante as manifestações, os "chuis" não foram hostis e demonstraram até uma relativa simpatia em relação às mesmas!

Se sairmos do quadro nacional, vemos que localmente, em certas cidades, algumas categorias de assalariados se juntam ao movimento social, com base em reivindicações específicas. Os cantoneiros de Bordéus estarão em greve entre 4 a 19 de Dezembro. Os empregados das Direcções Distritais do Equipamento (DDE), ameaçados por planos de reestruturação nos seus serviços, fazem-se notar em várias cidades. Em boa parte das cidades da província, as empresas de transportes colectivos (que dependem directa ou indirectamente das administrações municipais) entraram em greve no decurso da segunda semana de Dezembro. Algumas destas greves continuaram a optar por formas de resistência quando retormam ao trabalho, endurecendo a sua posição localmente e retomando novamente as reivindicações que estiveram na origem do conflito, como aconteceu em Bordéus e Marselha.
De uma forma geral, a vaga de fundo de retorno ao trabalho deixará em campo alguns conflitos residuais ancorados em reivindicações de incidência local. Na central da EDF de Martigues, as pessoas batem-se pela questão dos efectivos e sobre o futuro da central. Em Limoges, os motoristas de autocarro só recomeçarão a trabalhar a 27 de Dezembro, após terem obtido aumentos salariais. No centro de correio de Caen lutar-se-á até ao dia 30 de Dezembro pela titularidade de 50 pessoas com trabalho precário. Em Marselha, nos transportes, luta-se ainda no início de Janeiro de 1996, por uma igualdade de tratamento entre velhos e novos assalariados contratados.

A abstenção do privado

Enfim, vimos aqui e ali alguns assalariados de empresas privadas aproveitarem o movimento social grevista para regularem conflitos específicos. Na empresa Kodak de Metz, por exemplo, ocorreu uma luta contra um projecto de despedimentos. Nas minas de carvão da Lorena também houve uma greve salarial que desembocou em confrontos violentos entre mineiros e polícias. Os assalariados das empresas de transportes rodoviários, cujas condições de trabalho e salários se degradaram bastante, desde que emergiu

o conflito que opôs os camionistas dos transportes rodoviários ao Estado, no que concerne a questão da "carta de pontos", estiveram quase por uma unha negra, em 4 de Dezembro, a aderir à greve.
No entanto, o sector privado absteve-se massivamente de entrar no movimento grevista. A participação das grandes empresas no movimento limitou-se a suspensões de trabalho para participarem nas grandes manifestações, particularmente naquelas que ocorreram nos dias 4 e 12 de Dezembro, nomeadamente com a Renault em Mans, a Michelin em Clermont-Ferrand, a Bull em Angers e a Aérospatiale em Toulose. Nalgumas cidades, como Caen, Rouen, Marselha ou Grenoble, a participação das grandes empresas privadas nas manifestações foi até massiva e espectacular, não acontecendo o mesmo em Paris, onde nada ou quase nada aconteceu a partir das empresas privadas.
Como explicar que o sector privado não tenha em nenhum momento tentado abalançar-se na greve? Uma das principais motivações dos grevistas que esteve na base da unidade do sector público, como foi o caso do tempo de acesso à reforma, não estava nos seus planos, o que foi uma boa razão para se abster da greve. Em Agosto de 1993, de facto, a passagem das 37,5 para 40 anuidades de quotização tinha sido imposta ao sector privado pelo governo de Balladur, após vários meses de concertação, sem suscitar nada mais do que a reprovação formal da CGT e da FO. Afinal o principal factor que tinha produzido a unidade e a acção do sector público, era, por outro lado, aquele que tinha provocado a fractura entre sectores público e privado.
Contudo, todas as sondagens, todos os comportamentos colectivos, mostram que este movimento de greve beneficiava da simpatia massiva dos trabalhadores não grevistas. Mas o sector privado contentou-se com um apoio moral: usar os seus sapatos e as suas forças sem resmungar, foi o seu contributo básico. A falta de transportes, também não contribuiu forçosamente para desenvolver a sua combatividade. Na verdade, gastando-se as forças num esforço físico excepcional, não restava mais nenhuma para a combatividade... Um apelo à greve lançado pelas confederações sindicais ao sector bancário a 15 de Dezembro, no momento em que o regressso ao trabalho se iniciou, foi, por tais motivos, seguido por 3 a 6% do pessoal bancário.

Para que se fizesse a junção entre o sector público e o sector privado na luta, e não apenas nos corações, teria sido necessário que as reivindicações polarizadas à volta de categorias profissionais desse lugar a uma crítica social mais nítida. Ou seja, que a segunda opção não tivesse continuamente subordinada à primeira: noutros termos, que a lógica sindical de gestão do descontentamento de categorias profissionais seja extinta francamente perante a procura da unidade à volta de reivindicações transversais e ofensivas, em ruptura com a lógica dominante. O que mal se iniciou, e pouco tempo depois se desfez.

CRESCIMENTO E RUPTURA DE UMA DINÂMICA UNITÁRIA

O plano Juppé (pense-se Juppé simplesmente) constituia o inimigo comum indispensável a qualquer dinâmica unitária. Depois essa dinâmica foi incrementada de forma activa, essencialmente através de dois tipos de iniciativas. Na base, múltiplos contactos intersectoriais foram estabelecidos espontaneamente a partir da proximidade geográfica. Ao nível confederal convocou-se uma longa série de manifestações unitárias, onde se tratava essencialmente de mostrar o número de manifestantes face ao poder. E mesmo se as manifestações foram para as direcções sindicais um meio de canalizar as energias para seguir os seus objectivos — ou seja, conseguir um lugar formal na mesa das negociações —, por outro lado, não deixaram de contribuir para a construção de um sentimento unitário e de um

verdadeiro movimento de luta.

Contactos intersectoriais múltiplos

A julgar pelo que pude ver no meu bairro, pelo que foi dito nas rádios militantes e em certos excertos da imprensa, os contactos entre sectores em greve foram numerosos.
As AGs dos grevistas, onde se decidia quase quotidianamente a estruturação do movimento social, foram-se abrindo rapidamente aos grevistas de outros sectores desejosos de participar, e muitas vezes foi solicitado que pessoas de fora tomassem a palavra. Assim, viram-se os ferroviários a chamarem os docentes, os enfermeiros a discutir nas recolhas dos autocarros, os estudantes mais dinâmicos a usarem da palavra nas AG dos assalariados.
Por outro lado, em vários locais, foram desenvolvidas iniciativas de encontros intersectoriais pelos grevistas mais decididos. No 18º bairro de Paris, um grupo de professores, unidos por uma luta de mais de 5 anos com o objectivo de abrir uma escola suplementar, organizou dois encontros com sectores em greve e a população do bairro.

É particularmente difícil avaliar a amplitude deste fenómeno, mas é incontestável que foi no âmbito destas iniciativas inter-categorias profissionais que o debate tomou forma, que as questões foram alargadas, que a crítica social progrediu. "Quanto mais discutirmos nas AG, menos nos sentimos empregados dos correios, ferroviários, enfermeiros", dizia um grevista no auge do movimento social. Muitos reforçaram a qualidade de ouvir e de trocar ideias com estes debates, favorecidos incontestavelmente pela força do movimento que neutralizou as tradicionais divisões sindicais e as manipulações dos grupos políticos.

O rosário das manifestações

24 de Novembro - 500.000 pessoas nas ruas; 28 de Novembro - 60.000; 30 de Novembro - 160.000; 5 de Dezembro - 800.000; 7 de Dezembro - 1.300.000; 12 de Dezembro - 2.200.000, 16 de Dezembro - 2.000.000[8].
Estes números, só por si, chegam para provar que se tratava de uma verdadeira vaga de fundo. Uma vaga de fundo, ainda, bem mais impressionante nas cidades de província do que em Paris. No total, 270 cidades foram tocadas pelas manifestações, e algumas delas nunca tinham assistido a tal coisa. Noutras, como Marselha, Bordéus, Caen, Rouen ou Grenoble, juntaram-se 15 e até 20% da população para desfilar. Desfiles, por vezes, mais imponentes do que aqueles que ocorreram em 1968[9].

Nem o *Juppethon* [10], com que o primeiro-ministro imprudentemente se comprometeu, nem mesmo o crescimento do número de grevistas na segunda semana, chega para explicar a amplitude crescente das manifestações. Estes foram grandes momentos de comunicação, de prazer na luta colectiva massiva, redescobertos após tantos anos de ausência, talvez de saudades. O seu dinamismo, em ruptura com o lado triste e passivo de todos encontros políticos que a rua tinha conhecido nos últimos anos, só o fez crescer até 16 de Dezembro. O frio, a necessidade de andar a pé muitos quilómetros para chegar ao ponto de encontro, contribuiram também para galvanizar as energias e criar o que por vezes se aproximou muito da euforia. Estas manifestações foram concerteza uma ocasião de encontro para os sectores em greve, mas foram-no também para os não-grevistas que suspenderam o trabalho na província, sem esquecer uma grande franja da população não socializada pelo trabalho, em particular os desempregados, cujos cortejos não cessaram de crescer ao longo das manifestações[11]. Os desempregados encontraram nestas uma ocasião para romper com o isolamento, de demonstrar a sua

existência publicamente, e para as associações que pretendiam representá-los foi uma ocasião para falar delas, o que lhes permitiu reclamar, sem nenhum sucesso, um lugar na coxia das negociações enunciadas. Do lado dos assalariados, a presença de desempregados nas manifestações pareceu agradar-lhes muito. Na verdade, a presença dos desempregados constituia a prova material concreta da "força solidária" de que o movimento era portador, e o desmentido dirigido a todos os bem-pensantes que pretendiam ver no movimento apenas o descontentamento de categorias profissionais.

Também para os estudantes, pelo menos em relação à sua franja mais curiosa e combativa, as manifestaçõpes permitiram fazer a junção ao mundo do trabalho, fenómeno que, mesmo que pareça ter afogado o movimento estudantil ao retirar-lhe o papel de vedeta da luta social, há-de vir a desempenhar uma função no futuro, a partir do momento que se concretiza a junção nas empresas.

Enfim, estas manifestações tiveram uma outra função importante, particularmente para os participantes menos enquadrados e os mais curiosos: a circulação das informações e as reflexões através de folhetos e cartazes. As preocupações específicas de tal ou tal sector em luta — empregados denunciando a injustiça fiscal, funcionários hospitalares denunciando os despedimentos e a desigualdade crescente nos cuidados com os doentes que a reforma hospitalar iria engendrar, ferroviários denunciando o sacrifício da supressão de linhas do caminho de ferro — conseguiram fazer-se ouvir. Mas, paralelamente, muitas iniciativas individuais ou de pequenos grupos (e não apenas os reagrupamentos militantes clássicos) tentaram levar a crítica para o plano da organização social e dar sentido e expressão à revolta contra uma sociedade inigualitária, fautora de exclusões, desumana e suicída.

A táctica governamental: ceder o bastante para quebrar a unidade

Face a um movimento social que atingiu uma tal progressão numérica e capacidade crítica, a táctica do apodrecimento que o governo parecia ter adoptado no início mostra-se rapidamente perigosa, na medida em que o tempo favorece a conjunção das lutas. O governo parece ter compreendido bem e depressa o que estava em jogo, daí que se preste a contrariar o movimento social através de uma política de concessões parciais:

1) A 3 de Dezembro, ao conceder aos **estudantes** 369 milhões de francos em dotações suplementares, 4 mil milhões de francos para instalações, 2.000 lugares para professores e 2.000 postos administrativos, Bayrou fez o suficiente para desarticular um movimento estudantil que atingira uma amplitude de âmbito nacional e que começara a fazer a junção com os assalariados na rua. A 30 de Novembro, 160.000 estudantes, ferroviários e funcionários públicos em greve desfilam lado a lado. Este facto encoraja a tendência para a radicalização do movimento, que foi aliás pressentida tanto no seio da coordenadação[12], como nas tentativas de reagrupamento que se fazem à sua margem[13].

A táctica governamental resultou relativamente bem, dado que esta junção não se repetirá, pelo menos em Paris. Mesmo se a franja mais combativa dos estudantes continue a participar nas manifestações dos assalariados, doravante deixa de ter força e aquela que ainda resta vai-se perdendendo progressivamente com o decorrer das manifestações. Embora a coordenaçao tenha ultrapassado os conflitos militantes internos com a sua deslocação a Tours, não poupará esforços para manter o movimento grevista vivo, convidando-o a juntar-se ao movimento social.

2) Relativamente aos **assalariados**, o governo vai abandonar em breve a firmeza exibida durante a primeira semana. Os seus esforços de "pedagogia", de "explicações", longe de convencer, irrita. De 7 a 9 de Dezembro encarrega os seus ministros de estabelecerem contactos em todos os "azimutes", mas só há "diálogo", nunca negociação.
Não obstante, a mobilização não cessa de engrossar. Na noite de 10 de Dezembro, numa comunicação televisiva, Juppé cede então em vários pontos básicos: a) os maquinistas da SNCF e do RATP poderão continuar a reformar-se aos 50 anos; b) o plano de contrato Estado-SNCF é suspenso "sine die"; c) a comissão encarregada de estudar a reforma dos regimes especiais de aposentação é suspensa. Claramente, no que diz respeito às reformas do sector público e ao contencioso com a SNCF, o governo recua provisoriamente. Em contrapartida, acerca da reforma da Segurança Social, todas as medidas governamentais são mantidas. Sem dúvida que se tenta ainda separar o elemento motor do resto do movimento: os maquinistas do resto do pessoal da SNCF e do RATP; a SNCF do resto do sector público; o sector público do sector privado que, embora ainda silencioso, poderia muito bem juntar-se-lhes.

Mas também neste aspecto a táctica de divisão através de concessões sectoriais foi frutífera. Entre estas concessões e o regresso ao trabalho decorrerão 5 ou 6 dias, durante os quais o movimento vai tentar a unidade ofensiva, fazendo aumentar os números do *Juppethon*. Quando na noite de 12 de Dezembro, o número de 2 milhões de manifestantes é largamente ultrapassado, toda a gente compreende, perante o *black-out* organizado pelas cadeias nacionais de rádio e de televisão sobre o acontecimento, que Juppé não se demitirá [14].
Por falta de ter tido tempo para assentar a sua unidade crescente em formas sólidas de auto-organização, o movimento social perdeu a sua força. A partir de à então, logicamente, os ferroviários, durante o fim de semana, iniciam o regresso ao trabalho, bem como os condutores do metro. Tudo isso provocou um enorme peso na consciência daqueles que mais intensamente tinham vivido a força da solidariedade, com todos os outros sectores envolvidos no mesmo movimento, daquilo que eles sabiam bem que representavam, aos olhos de todos, como força ofensiva[15].
Os outros grupos sociais seguir-se-lhes-ão, de uma forma desligada, conforme os sectores e conforme as cidades, deixando subsistir conflitos locais na província, tendo alguns dos quais ganho nova alento e durado até ao fim do mês.
Para assegurar o movimento de regresso ao trabalho, o governo será ainda obrigado a contemporizar aqui e ali: isto é, garantias de que os despedimentos programados para a SNCF antes da greve seriam seguramente suspensos, e anúncio de que a privatização da France Telecom seria retardada.
Depois, quando o movimento social estava já desarticulado, o espectáculo das negociações já podia começar. A 21 de Dezembro reunir-se-á a famosa "cimeira social", donde os sindicatos sairão com resoluções insignificantes e muitas promessas de concertação social para o futuro. Era o mínimo que o governo lhes devia pelo seu leal enquadramento do mais poderoso movimento social que o país conhecia desde quase 27 anos.

A táctica sindical: cavalgar para poder controlar

Apesar do seu carácter massivo, este movimento social parece ter sido acompanhado do princípio ao fim pelos sindicatos, se é que não foi por eles conduzido. Torna-se difícil compreender se, no início do movimento, os sindicatos apanharam imediatamente o combóio das greves que eclodiam espontaneamente nos transportes, ou se foram eles, pelas razões expostas antes, que deram o empurrão para a partida.

Como se processou depois o alargamento? Muitos testemunhos permitem-nos pensar que as direcções das federações sindicais foram submetidas a fortes pressões pelos militantes de base que se posicionavam no sentido da greve. Podemos também perguntar-nos se as federações sindicais sem as pressões dos pequenos sindicatos sectoriais nascidos de uma ruptura no seu seio no decurso do último decénio — o SUD nos correios, o CRC nos hospitais, o SNUIPP nas secções de finanças, e ainda o sindicato dos professores, membro da FSU —, arriscar-se-iam a apelar à greve nos outros ramos do sector público, sobretudo se tivermos em conta que a CGT era particularmente afectada pela concorrência militante. A concorrência entre sindicatos — no plano da representividade entre a CGT e a FO, entre a CGT e os sindicatos sectoriais "alternativos" em termos de audiência militante — parece, portanto, num contexto de forte combatividade na base, ter favorecido a formação da unidade sindical na luta.

Seja como for, os sindicatos viram-se obrigados a agir com muita calma, respeitando as regras da democracia de base que tinham sido adoptadas espontaneamente por todo o lado. Com efeito, o prosseguimento ou a retomada da greve fora decidido em assembleias gerais, após discussão e votação. Em todas elas, os sindicatos tiveram que aceitar a implementação de iniciativas autónomas de base, tais como os contactos intersectoriais, ou mesmo, como aconteceu na província, diversas formas de acção directa[16], concebidas sem dúvida em assembleias ou comités de greve. Os sindicatos confederados tinham compreendido ostensivamente a lição dos anos anteriores: mais vale a calma e a tolerância do que a procura visível de hegemonia quando se é fraco.

Por outro lado, os grevistas não se demarcarão, ou pouco fizeram por isso, das estratégias sindicais. À primeira vista, o comprometimento das federações sindicais na greve parecia ser uma garantia de rápida eficácia. Depois, a unidade sindical parece ter sido vivida como uma garantia pura e simples da unidade, e talvez mesmo, como aconteceu particularmente com os ferroviários, como uma protecção contra as fissuras sociais anteriores que tinham sofrido certas lutas extra-sindicais.

Mas o que pode ser considerado como expressão de um certo pragmatismo dos grevistas, torna-se, por outro lado, mais problemático, se considerarmos que a pretensão das direcções confederais dos sindicatos a representar o movimento perante o poder nunca foi contestada, senão de uma forma marginal. Os chefes sindicais puderam contiunuar a repetir: "o governo deve negociar", sem que alguma vez tenha sido levantada a questão da sua legitimidade para negociarem sem um mandato preciso e decidido pelos grevistas. Os sindicatos podem, de resto, agradecer ao poder instituído, que não tinha nada de sério para negociar, por lhes ter poupado a prova que teria sido submeter à votação das assembleias gerais os termos da negociação. Tudo isso permite pensar que os sindicatos viram a sua imagem de marca revalorizada neste movimento social, sobretudo mais em relação aos olhos dos militantes menos aguerridos do que dos velhos militantes. Talvez mesmo até que o movimento de Dezembro de 1995 venha a ser comparado com o de 1936 ou o de 1968, em termos de afluxo de adesões sindicais.

Há um ponto, no entanto, em que se ouviram algumas reservas — mais em privado do que nas assembleias gerais —, quanto à atitude das direcções das confederações sindicais em relação à extensão da greve. Esta questão, na verdade, tinha-se transformado, ao longo do tempo, numa decisão de grande importância, susceptível de determinar o futuro do movimento. Os mais lúcidos, ou os mais comprometidos na luta (delegados sindicais de base, muitas vezes) dão-se conta do que estava para lá dos discursos públicos. Na ocorrência, verificavam que as confederações sindicais estavam pouco interessadas em que o movimento se estendesse ao sector privado.

Não há dúvida de que a CGT, que entretanto realizava o seu congresso entre 4 e 7 de Dezembro, apelou por duas vezes, depois de debates bem agitados, à "generalização" das greves, mas depressa ficou bem patente que se tratava de um apelo formal, destinado a salvar as aparências. A FO apelou mesmo à greve geral no sector privado, onde quase não existem trabalhadores efectivos. Para fazer entrar em greve o sector privado, naturalmente mais frio porque submetido muitas vezes às fortes pressões patronais, e sobretudo não envolvido pelo ataque às reformas e menos sensível à influência sindical, era necessário mais que um simples apelo formal dos sindicatos. Era necessário uma vontade, esforços de convicção, o estabelecimento de contactos directos, que os sindicatos nunca encorajaram, ou que até talvez tenham desencorajado[17]. Sem dúvida que também faltava um mínimo de auto-crítica sindical, porque a palavra de ordem "37 anuidades e meia para todos", timidamente avançada nalguns panfletos sindicais, não chegava para fazer esquecer a ausência total de apelo à luta em 1993, quando o golpe de prolongamento do tempo de quotização para a reforma foi aplicado no sector privado. No mesmo registo, podemos interrogar-nos porque é que os sindicatos esperaram que o regresso ao trabalho se tivesse iniciado a 16 de Dezembro, para organizarem uma manifestação nacional num dia de fim de semana, condição para se obter a participação dos trabalhadores não grevistas, por forma a permitir contactos directos entre grevistas e não grevistas...

Foi, portanto, sobre a questão da extensão da greve ao sector privado que a principal fraqueza do movimento — a sua dependência estratégica e organizacional perante os sindicatos — terá tido mais consequências. Na verdade, quando ocorreram as primeiras concessões do governo, os sindicatos não vão ter grandes dificuldades em levar os ferroviários a retomarem o trabalho, tendo estes a perfeita consciência que a relação de forças não fora estabelecida para ganhar naquilo que se tinha tornado na única reivindicação transversal: a retirada total do plano Juppé. A CGT, contudo, saberia estabelecer as normas: chamará os ferroviários a "modificar a forma actual do movimento", sem naturalmente propor novas normas... Em contrapartida, nos sítios em que os conflitos locais se vão enxertar no movimento social, o regresso ao trabalho será muito mais problemático. A 15 de Dezembro, quando a retoma do trabalho se inicia timidamente nos transportes, um delegado da CFDT declara: "A base cresce. Os nossos líderes sindicais em vez de apelarem a uma greve geral, tentam sempre desintegrar o movimento". Mas as resistências não durarão, no conjunto, mais que alguns dias, salvo em sítios muito pontuais.

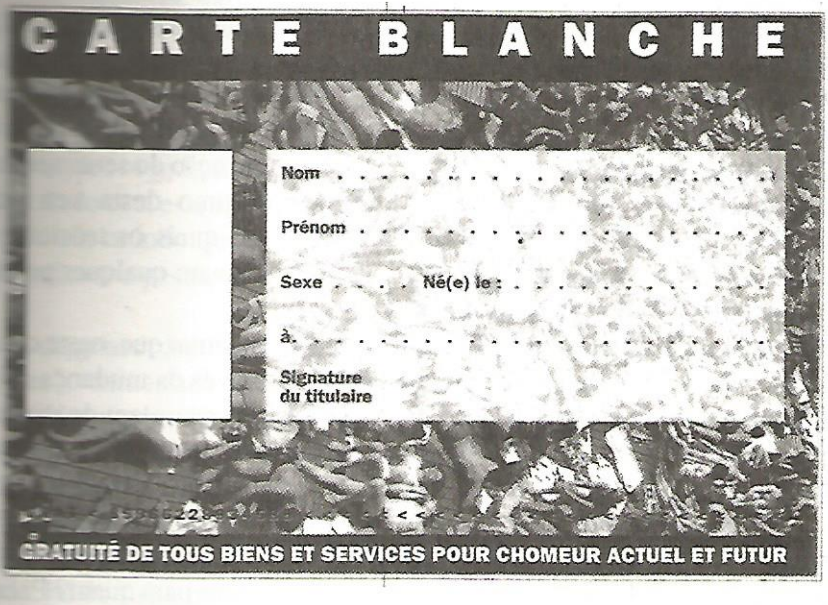
Uma crítica social em plena elaboração

Desde o início, a reivindicação da "retirada do plano Juppé" serviu de cimento ao conjunto do movimento social. Não temos que nos espantar do carácter estritamente defensivo desta reivindicação. Num contexto em que, após a falência definitiva do "socialismo real", nenhum projecto de transformação social teve o tempo ou a ocasião de tomar forma dentro da cabeça das pessoas, a não ser de uma forma muito marginal. Por outro lado, os jovens, pressionados por uma lógica concorrencial que passou a impôr-se desde os primeiros anos do liceu, paralisados pelo medo de um futuro que promete ser cada vez mais ameaçador, não ousam sonhar com o futuro que poderiam gostar de construir. Assim sendo, seria bem irrealista esperar que o primeiro grande movimento grevista, após a queda do Muro de Berlim, soubesse ser portador de uma ideia de transformação social radical. Mesmo se as reivindicações transversais, como a redução massiva do tempo de trabalho ou a gratuidade dos transportes públicos foi conseguida durante as greves, o facto é que a unidade foi feita numa base defensiva e minimal.

Mas faríamos mal se subestimássemos a amplitude

[illegible] pela crítica colectiva que se [illegible] nas assembleias gerais [illegible] inter-categorias profissionais. A [illegible] dos descontentamentos particulares, [illegible] apoio implícito de uma boa [illegible] levaram aqueles que se [illegible] na primeira fila, a sentirem-se [illegible] mal-estar colectivo em relação ao [illegible] da classe governante. Assim teve fim o [illegible] "pensamento único"[18]: aquele que há [illegible] com arrogância, promover [illegible] social possível e desejável, de[illegible] os imperativos da economia, do bom [illegible] da concorrência e do mercado.

Na verdade, assistimos sobretudo nos discursos [illegible] ao ressurgimento da velha expressão [illegible] do sentimento de classe: "são sempre os [illegible]". Mas, num contexto de longa [illegible] que se adquiria socialmente, mesmo [illegible] — porque vazia de qualquer [illegible]



[illegible] — [illegible] impostos aos rendimentos [illegible], versão modernizada de "é preciso fazer [illegible] pagarem" — foram muitas vezes avançadas pelos militantes sindicais como soluções miraculosas, esquecendo-se assim os problemas da escolha de sociedade que a questão dos défices públicos implica[19].

Mas, paralelamente, a palavra foi tomada livremente inúmeras vezes e vimos expressas coisas bem diferentes. Primeiro, um sentimento de injustiça forte, porque ousou formular-se após anos e anos de submissão ao discurso dominante. Forte, porque alimentado, nalguns casos, pelo sentimento de se ter sido intrujado pelos políticos da praça, que utilizaram as aspirações populares para se arreigarem ao poder e depois os achincalharem. Forte, ainda, porque acompanhado de uma tomada de consciência colectiva do verdadeiro sentido das palavras do poder. Tornou-se evidente para todos que a rentabilidade, a liberalização e a privatização significam despedimentos, intensificação e exploração do trabalho, aumento dos impostos. Que a "luta contra o desemprego" significa precaridade e salários baixos introduzidos massivamente em todos os sectores do trabalho assalariado.

Pouco a pouco foram-se assim exprimindo interrogações da própria lógica que guiou todas as opções da classe política, desde há 15 anos, em nome de valores que tantos anos de "pensamento único" faziam crer que estavam em vias de extinção. Os exemplos da solidariedade e da defesa do bem público são

elucidativos:

- **solidariedade.** Este movimento mostrou que o desemprego e a grande pobreza se tinham tornado num assunto de todos e já não só daqueles que o poder instituído e os "media" qualificaram de excluídos sociais, como já o tinham feito os gestores do consenso social. Noutros termos, que o limiar do tolerável fora ultrapassado. O que já não diz respeito apenas a uma realidade quantitativa. Toda a gente tem já um desempregado entre os que lhe são mais próximos. Todos se sentem ameaçados, de perto ou de longe. Também se assiste ao renascer do velho sentimento de igualdade que se tinha construído nas lutas dos dois últimos séculos, mas que tínhamos dificuldade em julgá-lo ainda bem vivo.

De repente, já não é só o escândalo da miséria crescente que se denuncia, mas também, confusamente, as desigualdades sociais crescentes: riqueza num lado, miséria noutro. Assim, os funcionários hospitalares denunciaram a desigualdade crescente no acesso aos cuidados de saúde, os funcionários dos serviços das finanças denunciaram as desigualdades crescentes no pagamento dos impostos;

- **defesa do bem público.** A quebra do serviço público foi sem dúvida o elemento mais denunciado nas greves. Certamente que ela se inseria nas preocupações imediatas da maior parte dos ramos do sector público em greve: ameaça de encerramento de linhas da SNCF, de encerramentos parciais ou totais de hospitais, ameaças de despedimentos ligados às privatizações previstas para os correios, France Telecom, EDF-GDF... Certamente que se apoiava na identificação do funcionário público em relação ao Estado, no seu orgulho de servir uma grande administração que era conhecida pela sua eficácia. Mas foi talvez aí que o descontentamento ultrapassou largamente as questões das categorias profissionais. Na verdade, o que parecia exprimir-se massivamente nestas greves era uma reacção de revolta face à ruptura do contrato que ligava implicitamente o Estado aos assalariados do sector público e, mais profundamente, o Estado à sociedade civil francesa. Dois elementos corroboram este ponto de vista:

-a entrada em greve, sob o lema da defesa do serviço público, de uma parte não negligenciável dos quadros e da administração, pondo em causa as políticas de rentabilização das direcções;

- a amplitude das manifestações e a radicalidade relativa das acções na província, onde a recusa da quebra do serviço público se fincava na recusa da desertificação dos campos, como ocorria com o desaparecimento progressivo da escola, dos correios, das linhas de combóio e do desemprego massivo, sendo o Estado, nalgumas cidades, o último grande empregador.

Foi, sem dúvida, esta impressão de ruptura do contrato que levou tantos grevistas a levar a crítica para terrenos até aí frequentados pela única franja esquerdista do movimento operário: "Chega de economicismo dominante que ignora os homens! Chega da lógica liberal que os tritura!".

De repente, é a fractura entre "eles" e "nós" que se expressa pouco a pouco. "Eles", são os políticos, os tecnocratas, os que racionalizam em termos contabilísticos. "Nós", são todos os homens sem poder, os "cidadãos", portadores de solidariedade humana. É uma renovação do sentimento de classe, em suma, um empréstimo desta vez de valores humanos: valores, aos quais os teóricos clássicos da luta de classes negavam qualquer pertinência...

Não é de espantar que, neste contexto, a ideia de uma solução através da mudança do pessoal político não tenha estado na ordem do dia, mesmo com o prazer que dava ver Juppé cair ao mesmo tempo que o seu plano, e ainda que a nítida subida dos socialistas nas eleições parciais de 3 e 10 de Dezembro prove que o jogo da alternância na cena política desempenha o seu papel, mas para quem? Para os que estão na rua, ou para aqueles que têm medo da rua que se manifesta? Nas greves, nas ruas, sentia-se bem que era o conjunto das escolhas económicas, técnicas e humanas feitas

por toda a classe política, desde há 15 anos, que estava em causa. Para quê falar da mudança de governo, se eles, quando estão no poleiro, estão todos de acordo para fazer avançar a desresponsabilização do Estado, para porem em andamento as privatizações, mundo para fazerem recair os custos dos défices nas costas dos que estão mais abaixo da escala social hierárquica? Todas essas escolhas não só feitas pela direita e os políticos franceses, mas também igualmente por toda a classe dirigente internacional.

Dentro da classe política, de resto, ninguém queria a batata quente que era a gestão deste conflito social. Juppé só evocou um longínquo regresso ao poder, convidando as suas tropas a prepararem-se para o efeito. O Partido Comunista deixou-se ficar nas emoções. Só a ala populista da direita governamental se congava, esperando que chegasse a sua vez.

Não é de espantar, igualmente, que os *mass-media* tenham sido considerados como aquilo que de facto são: instrumentos ao serviço do poder. O tratamento que fizeram dos acontecimentos foi tão ostensivamente parcial que não poderam deixar de contribuir para o sentimento de que o poder considera os grevistas como inimigos, e os *media* como armas de guerra.

Não é de espantar, enfim, que o mundo dito intelectual se tenha sentido incomodado com este súbito retomar da palavra por parte de um mundo que durante 20 anos de silêncio poderia levar a pensar que não teria ideias nem voz.

Alguns dedicaram-se a diagnosticar o mal. "Perda da legitimidade das élites", demasiado tecnocratas, demasiado desligadas do povo. "Défice de comunicação", por parte de um poder que não compreendeu que o povo é, hoje em dia, suficientemente inteligente para que lhe expliquemos as coisas, antes de lhas impormos...

No campo da esquerda, há os que alinharam ao lado da "reforma necessária" e se encarniçaram em não ver neste movimento social somente reivindicações de categorias profissionais, reduzindo a expressão do movimento às reivindicações sindicais. Por outro lado, apareceram os que escolheram o campo dos grevistas, não sem investirem no movimento valores que são sobretudo deles: defesa dos "valores republicanos", do seviço público "à francesa"...

Houve, enfim, denegridores mais subtis, tais como o senhor Wieviorka, para quem este pseudo-movimento social se mostrou incapaz, como o de 1968, de tomar conta do conjunto de problemas que se põem à sociedade.

Em todas estas posições, nunca se tratou do renascimento de um sentimento de classe antagónico à lógica dominante na elaboração difícil de uma crítica social que exprimisse a aspiração de uma outra sociedade. No entanto, foi bem esta questão que esteve dentro da cabeça das pessoas e algumas vezes também nas palavras. É bem isso que é preciso que se chegue a fazer e viver nas lutas de amanhã.

Abrem-se perspectivas?

O movimento de Dezembro de 1995 pode muito bem ser entendido como a última versão de um esquema tipicamente francês. É um poder central que não deixa nenhum espaço aos poderes intermédios, entre ele e a sociedade civil. Problemas que se resolvem por explosão social, com sindicatos demasiados fracos para negociarem em tempo útil e que chegam à mesa das negociações empurrados pela mobilização social: um movimento comprometido, enfim, até à próxima crise.

Só que desta vez não houve compromisso. Não houve mesmo negociação. De resto, parece mesmo que não há negociação possível. Num contexto em que o crescimento deixou de existir, em que os imperativos da construção europeia estão presentes e, de um modo mais geral, a mundialização da economia roubam ao Estado central toda a possibilidade de escolha em matéria de opções económicas gerais e, por último, em que o carácter

transnacional e oculto do capitalismo financeiro interdita o financiamento das despesas sociais através de uma sangria significativa dos lucros, não se vislumbra sobre que base se poderia elaborar um compromisso social.

No entanto, nada está resolvido. A reforma dos regimes especiais de aposentação, o contrato do plano Estado-SNCF e a privatização da France Telecom foram apenas suspensos. De um modo mais geral, o problema dos défices das empresas de transporte, os défices públicos e as privatizações que se avizinham serão fonte de futuras tensões. A questão salarial arrisca-se, por outro lado, a recrudescer com os primeiros descontos suplementares.

Também não há perspectivas de novas alterações políticas. Os homens políticos podem bem revesar-se, pois tratam os mesmos problemas com a mesma lógica. Só mudam os métodos, com uma gestão de conflitos baseada no parcelamento, golpes baixos ou um braço de ferro sobre todo o descontentamento social.

Pode bem acontecer que este movimento social abra um período de renovação da combatividade. Para muitos jovens, estas três semanas de Dezembro foram a primeira grande experiência de luta. Para todos foi a primeira grande greve intersectorial e o primeiro grande movimento social desde há 20 anos. O gosto pela luta colectiva, o prazer de poder exprimir publicamente a sua revolta e o convívio reencontrado são motivações de que não convém subestimar a sua força. Por outro lado, os contactos intersectoriais deram origem aos primeiros passos de criação de redes autónomas que só pedem para retomar a actividade.

Assim sendo, é interessante saber se a ausência do sector privado na luta que o manteve afastado do contágio contestatário, não irá reforçar a fractura entre o sector privado e o sector público, em termos de capacidades combativas, como já é visível há vários anos.

Por outro lado, torna-se importante saber se as capacidades críticas que este movimento manifestou conseguirão pôr em cheque as derivações nacionalistas, "identitárias", leia-se racistas, que alguns se vão empenhar em reanimar[20].

Finalmente, importa saber qual será a evolução das lutas na Europa. Porque hoje, mais do que nunca, nenhuma transformação duradoira da relação de forças entre as classes poderá ser jogada à escala nacional.

notas

1. A CGT (Confederação Geral do Trabalho), a FO (Força Operária) e a CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho) são as centrais sindicais de maior representatividade socioprofissional na França. A CGT é já há muitos anos uma corrente de transmissão dos desígnios políticos do Partido Comunista Francês. A FO é o resultado de uma cisão que ocorreu na CGT nos meados da década de 40. Defende uma posição simultaneamente crítica das posições da CGT, mas é colaboracionista com o poder instituído. A CFDT é uma mescla de posições autogestionárias e de relações privilegiadas com o Partido Socialista Francês.
2. Numa altura em que os objectivos estudantis estão em pleno crescimento, devido a uma política que favorece o prolongamento dos estudos, o aumento do orçamento para o ensino superior sofreu, desde 1993, um bloqueamento. Algumas universidades, particularmente as mais recentes - entre elas Rouen - sofreram tais diminuições de orçamento que estão em estado de não funcionamento .
3. Le Monde, 21 de Dezembro de 1995.
4. Entrar na função pública é aceitar ficar ao serviço do "bem público" por um salário às vezes inferior ao equivalente no privado mas, em contrapartida, com um estatuto protegido: garantia de emprego e vantagens especiais em função das profissões, e em algumas um acesso antecipado à aposentação. É verdade que desde há cerca de 100 anos, o desemprego massivo e a diminuição dos salários no sector privado contribuiram para tornar o sector público extremamente atractivo, mas não temos a

[illegible]eza do que os funcionários públicos menos jovens [illegible]am avaliado a importância deste fenómeno. Em [illegible]rapartida, o recurso massivo aos empregos precários, [illegible]o em prática pelas últimas administrações - e isto até [illegible]imite da legalidade - tende a transformar-se uma fonte [illegible]ontestável de mal-estar.

5. Ver a este respeito o artigo "Syndicalisme français: quel [illegible]re de crise?", in *Cahiers du Cercle Berneri*, nº 3.

6. As administrações tiveram muitas vezes tendência a não [illegible]tabilizar o número de grevistas, uma vez que as faltas [illegible]diam ser justificadas pelos atrasos e falhas de transporte. [illegible] essa razão, todos os números avançados devem ser [illegible]siderados com muita cautela. Note-se que só se tratou [illegible] percentagens, nunca dos números absolutos de grevistas.

7. Paris foi, de facto, o munícipio que tomou a iniciativa de [illegible]spender as multas para evitar envenenar a situação, dado [illegible] imenso caos automobilístico que a capital conheceu [illegible]rante 3 semanas.

8. Números dos sindicatos

9. Só o extremo leste, tradicionalmente conservador, e o [illegible]xtremo norte ("arrasado por tantos combates sociais [illegible]erdidos?") escaparam a esta vaga de fundo.

10. Juppé tinha dito; após os primeiros protestos, que só se [illegible]demitiria desde que houvesse 2 milhões de pessoas nas [illegible]as. À medida que o movimento social ia engrossando, [illegible]omeçou-se a falar do Juppethon: à semelhança do "[illegible]eláthon", emissão televisiva em que se organizava um [illegible]eilão de donativos a favor da pesquisa médica. O jogo [illegible]onsistia em fazer crescer os números de manifestantes de [illegible]ma manifestação para outra.

11. Marselha, a cidade onde as manifestações foram mais [illegible]mpressionantes, tem actualmente 20% de desempregados. [illegible]egundo o Le Monde de 14 de Dezembro de 1995, "os [illegible]xcluídos manifestaram-se juntamente com os "protegidos" [illegible]uma espécie de redução de protesto momentâneo da [illegible]amosa fractura social".

12. Na sexta-feira, 1 de Dezembro, no meio de debates agitados e intermináveis que pouco a pouco desencorajaram os delegados da província, os militantes comunistas, trotskistas, anarquistas e autónomos, aguerridos nas técnicas de votações e contra-votações, conseguem constituir o essencial da delegação chamada a conduzir as negociações a nível nacional.

13. Ao fim da tarde de 30 de Novembro, a coordenação nacional, reunida na Universidade de Paris VII - Jussieu, a seguir à manifestação unitária, tende a fugir, para escapar aos confrontos com a polícia; depois seguiu-se a pilhagem da confeitaria e da livraria. Estes confrontos resultaram do facto de um grupo de estudantes e assimilados que, depois de terem sido excluídos alguns dias antes da anterior assembleia de coordenação pelos serviços de segurança, se haviam reunido no fim da manifestação e tinham partido em cortejo para Jussieu aos gritos, dizendo: "Uma só solução, a revolução". Por fim acabarão, no meio das escaramuças, por se juntar a uma outra reunião paralela pela CARGO, onde estavam presentes os ferroviários e desempregados. Daí resultou, parece, uma feliz possibilidade de falar livremente.

14. Nessa noite, todos os telejornais e noticiários das rádios abrem com 10 minutos de congratulações sobre a libertação dos pilotos franceses detidos na Bósnia. As manifestações serão tratadas a seguir, em 2 minutos. Aí está a ilustração mais flagrante da atitude totalitária dos "media" que fizeram o jogo do governo ao longo de todo o movimento, desviando toda a atenção do movimento social e concentrando todos os holofotes sobre o apelo de Cotonou na cimeira da Francofonia e sobre o acordo de paz na Jugoslávia. Não é de espantar que os grevistas e os manifestantes os tenham visto como adversários, assistindo-se, por vezes, a casos de agressão contra os operadores de câmaras de televisão. Não podemos, no entanto, impedirmo-nos de ficar a ruminar sobre a falta de iniciativa dos trabalhadores das cadeias de rádio e televisão...

15. Em todas as grandes manifestações parisienses, os ferroviários abriam espectacularmente o cortejo, fazendo explodir as aclamações à sua passagem.

16. Foi sobretudo na província que pudemos observar formas de acção directa ofensivas, relatadas pela imprensa nacional com grande parcimónia. Eis o que nos foi revelado: os electricistas da EDF praticaram em diferentes locais a passagem automática à tarifa nocturna (tarifa reduzida) a todos os utilizadores e restabeleceram, aqui e ali, a corrente que havia sido cortada a famílias com poucas posses monetárias. Por outro lado, as portas das câmaras municipais ou gabinetes de deputados foram emparedadas, pistas de aeroportos bloqueadas e, sobretudo, muitos aglomerados urbanos viram multiplicar-se as operações-

caracol ou os bloquamentos da cidade com autocarros, nomeadamente com o apogeu das greves de 6 e 7 de Dezembro e também, nalguns locais, no momento em que se iniciava o regresso ao trabalho.

17. A título de ilustração, eis as propostas de um delegado da FO da gare St-Lazaire, relatadas por um jornalista do Le Monde, de 18 de Dezembro de 1995: "Estou persuadido de que as direcções confederais da CGT e da FO nunca quiseram a greve geral. Viannet e Blondel mijaram-se todos perante esta ideia. Viu-se logo, no terreno, que o movimento era demasiado espontâneo e independente. Fizeram uso de todos os seus freios, para evitar que se organizassem comités de greve em cada bairro".

18. Termo lançado pelo Le Monde Diplomatique e que conheceu neste movimento social um sucesso excepcional.

19. Para ser praticável, taxar os lucros financeiros necessitava, no mínimo, dada a internacionalização do mercado financeiro e o carácter oculto destas transacções, de um controle por parte dos trabalhadores bancários, questão que os sindicatos nunca levantaram.

20. A Frente Nacional ficou manietada por este movimento de greves que, como se escreveu no seu próprio jornal, "deslocou o debate político do terreno nacional (onde a Frente Nacional seria imbatível) para o terreno social". Partidária do desmantelamento do sistema de Segurança Social e das reformas em proveito de um sistema de seguros individuais, pronunciou-se de facto contra o plano Juppé, mas também contra os sindicatos e contra as greves.

(Tradução de Francisca Esperta)

um vídeo de José Tavares e Stefanie Zoche

Apartado 21477

informações e pedidos

1134 LISBOA Codex

NOS MEANDROS DA ECONOMIA SUBTERRÂNEA

por GUADALUPE SUBTIL

"Era ele que erguia as casas / Onde antes só havia chão /
Como um pássaro sem asas / Ele subia com as casas /
Que lhe brotavam da mão./ Mas tudo desconhecia /
De sua grande missão: / Não sabia, por exemplo /
Que a casa de um homem é um templo /
Um templo sem religião / Como tampouco sabia /
Que a casa que ele fazia /
Sendo a sua liberdade / Era a sua escravidão.(...)"

Vinicius De Moraes, *O Operário em Construção*

1. INFORMALIDADES DA ECONOMIA INFORMAL

A economia subterrânea, oculta ou, ainda, informal é um fenómeno de todos conhecido, embora mais estreitamente por uns do que outros, de uma forma positiva ou negativa. A prática de evasão fiscal, porventura a informalidade mais falada porque quase universal e cada vez mais incontrolável, é a que de facto assume maior expressão em Portugal como em demais países, sendo frequentemente considerada uma atitude normal ou pelo menos não infractora, admitido por parte de quem a pratica. Considera-se ser esta uma das formas de aumentar o bem estar pessoal em detrimento do bem estar colectivo que, pressupostamente, a entidade invisível Estado deveria prosseguir. Ao actuar-se desta forma, reconhece-se a ineficácia da prossecução de objectivos ditos colectivos ou públicos, que apenas no infinito constituirão óptimos de Pareto, reconhecendo-se, cada "fugitivo" em particular, como o melhor e mais eficaz zelador dos seus interesses. Contudo, esta informalidade genérica praticada por muitos, pode assumir múltiplos aspectos que não estritamente económicos ou contabilisticos mas, antes, socialmente dramáticos, pelo carácter desumano e, quase sempre, de coacção que revestem.

Antes de prosseguir na pormenorização económica e social de alguns desses aspectos convém, primeiro, explicitar melhor o fenómeno em análise que de linear não tem nada, sendo antes bem complexo, multiforme e multidimensional.

2. O LÍCITO E O ILÍCITO NA ECOMOMIA INFORMAL

As informalidades económicas são intemporais. Quem desconhece as denúncias históricas, feitas ao longo de todas as épocas, de negócios de contrabando, de corrupção, de jogo fortuito e de tráficos multivariados, quer de coisas e de pessoas, quer nacionais e internacionais? Ficaram na história e será que para a história?

A vertente do fenómeno que aqui nos preocupa não é a atrás descrita, embora seja a mais florescente em todas as sociedades e a mais sobejamente conhecida e sentida por todos parece contudo cada vez mais invísivel porque incomensurável - não são conhecidos dados oficiais sobre montantes envolvidos nesta categoria da economia informal. É uma de entre muitas razões porque não é a perspectiva ilegal do ilícito que abordaremos, mas antes a lícita cujas modalidades na realidade se tornam, estas sim, deveras ilícitas. Em relação a estas pode-se de facto avançar com algumas estimativas que poderão dar uma aproximação não só qualitativa como quantitativa desta perspectiva do legal largamente informalizado, oculto ou subterrâneo quer em termos globais quer sectoriais. Queremos, aqui e agora, denunciar não casos de corrupção, de prostituição, de tráfico de estupefacientes, de contrabando de bens, ou ainda de jogo fortuito, mas sim aqueles que não aparentando nenhuma ilegalidade—trabalhar não é um acto ilegal —o são na verdade como: utilizar mão-de-obra de forma clandestina explorando a sua própria clandestinidade, laborar de forma oculta com aparência de legalidade para se conseguir em tempo *record* mais-valias impossíveis de atingir formalmente, "traficar" mão-de-obra via potenciais processos legais que rapidamente se configuram ilegais e rentáveis para agentes intermediários, vulgo designados "negreiros", de entre mil e um casos passíveis de transformar um direito numa pena porque timbrados de uma qualquer ilegalidade praticada voluntariamente.

É sobretudo este o "rosto" do fenómeno que mais nos sensibiliza por ser o que em épocas específicas - desemprego e reduzido ou quase nulo crescimento económico (*stagflation*) - assume contornos de tal forma intensos e graves que logo uns não hesitam em avançar com iniciativas repressivas e de combate a algo que não sabem bem o que é, mas que nesses períodos assume repentinamente forma ignóbil de regulamentação urgente "sobre a caça ao clandestino de preferência imigrante". Jamais essas iniciativas se dirigem aos que deles "se servem ininterruptamente em períodos áureos" mas que são os primeiros em períodos de crise a ser "rejeitados" pela precaridade da(s) sua(s) condições.

3. ATITUDES PERANTE A ECONOMIA INFORMAL

O combate e a repressão mais do que a prevenção, via legal, de todas as práticas de trabalho clandestino tem sido a via mais pródiga de intenções para fazer face ao fenómeno. Com efeito, produziu-se alguma legislação neste sentido em vários países europeus nos finais da década de 80, que confrontados com elevados níveis de desemprego e ritmos reduzidos de crescimento, vêem levantar-se uma miríade de vozes invisíveis, afirmando umas, que o mal provem dos trabalhadores imigrantes clandestinos por "roubarem empregos aos autóctones" ou, por causarem "dumping social"[1] ou, por serem ainda os que "estão na origem do acréscimo de uma série de males sociais" que, de acordo com a maioria, interessa a todo o custo travar. Tanto assim é que num relatório da Comissão Europeia (1995:7) se refere que o VLD, partido flamengo da Bélgica, propunha a criação de um corpo de polícia especializado que deveria ter por missão ("seguindo o exemplo francês") "(...) d' opérer des "*razzia*", para acabar com a ilegalidade e a criminalidade nas cidades". Segundo este partido, é

[illegible] os ilegais para os desencorajar de [illegible].

[illegible] com carácter urgente a regularização da [illegible] os imigrantes em situação irregular, [illegible] em prazos incompreensíveis pela sua [illegible] divulgação, o que pressupõe estar subjacente [illegible] de intimidação de todos os que até [illegible] apenas sobreviver porque a isso têm [illegible].

[illegible] que salientam antes a realidade nua e crua, como o fez Nunnei (1980:30), que tendo presente o [illegible], considerado paradigmático de todas as [illegible] trabalho clandestino, afirma ser esta uma [illegible] que possui todas as características de uma [illegible] paleo-industrial, que em prol da maxi-[illegible] do lucro não se contém na minimização da [illegible] humana.

[illegible] as informalidades da economia informal [illegible] limiares tais como utilizar e abusar de [illegible] mão-de-obra que se sabe ter menor [illegible] reivindicativo, logo mais vulnerável à [illegible] patronal, como a mão-de-obra feminina, [illegible], estrangeira em situação irregular, [illegible] ou ainda reformados, para o [illegible] de trabalhos pagos irrisoriamente à [illegible] ou à peça, ao domicílio ou concentradas em [illegible] em tal estado de degradação que só [illegible] sanitariamente quem aí labora entre 10 e 15 [illegible] diárias, quando limiares destes se atingem, é de [illegible] se não estaremos, de facto, numa era [illegible] ou mesmo numa mais recuada.

[illegible] o fenómeno universal? Se o é, qual a razão [illegible] se continua a combater ou reprimir apenas [illegible] suas faces e a aceitar pacificamente outras [illegible] ou mais graves? Se constitui um problema [illegible], social e mesmo político, porque é que só [illegible] determinados períodos (eleitorais) e de forma [illegible] a ele se referem? Quem tem a coragem [illegible] ou humana de o combater ou defender publica [illegible] oficialmente de forma isenta? Não terá a [illegible] da sua resolução global expressão no [illegible] fictício à sua vertente supostamente mais frágil mas eternamente irresolúvel? Houve ou haverá vontade explícita de o resolver sabendo que se põe em causa um dos maiores "lubrificantes" do sistema? Não é simples responder a estas e outras tantas questões que se levantam porque, como se disse, o fenómeno é multiforme e complexo requerendo análises profundas para diagnosticar medidas de combate aos casos a combater e de defesa e salvaguarda de direitos humanos nos casos em que se justifique.

4. ORIGEM DA PERCEPÇÃO E ANÁLISE DA ECONOMIA INFORMAL

A percepção analítica da economia subterrânea como fenómeno é, em termos históricos, muito recente. Apenas na década de 70, período a partir do qual e na sequência da Estratégia Global de Emprego lançada pela Organização Internacional do Trabalho, em particular no Quénia, surge pela primeira vez em 1972, na literatura especializada, o termo "sector informal" como designando todo um sector que, nos países do Terceiro Mundo, emprega mão-de-obra, não absovida pelo sector formal, oriunda dos campos para as cidades à procura de melhores condições de vida ou pelo menos de sobreviver. Como principais características da mão-de-obra empregue por este sector informal apontam-se: os baixos níveis de instrução, na maioria das vezes níveis de escolaridade inferiores a 6 anos, reduzidos níveis de qualificação, ser uma mão-de-obra muito jovem e de fracos recursos. O tipo de empresas prevalecente neste sector informal é de reduzida dimensão, emprega raramente mais de 9 pessoas, são mão-de-obra intensivas, nelas trabalhando frequentemente os familiares dos donos da empresa, e têm uma capacidade de produção instalada diminuta.

Muitos foram os aspectos positivos então reconhecidos pelo BIT à existência deste sector informal que, como salienta Nihan (1980:265), é um sector que se demonstra económico, rentável, produtivo, criativo e criador de empregos e

rendimentos. Outros autores vêem nele um sério concorrente desleal porque origina distorções várias na estrutura de preços e rendimentos.

5. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O SECTOR OCULTO

São muitas as teses a partir de então perfilhadas e desenvolvidas por uns e por outros sobre o sector informal, oculto ou subterrâneo, em oposição ao formal, ou oficial. Radicalizam-se também a partir daí os desenvolvimentos teóricos no sentido de se percepcionar a amplitude do fenómeno, procurando-se mais na via quantitativa que na qualitativa as razões explicativas da sua emergência e desenvolvimento, sobretudo em termos económicos. A maioria das abordagens feitas, de cariz predominantemente monetário, incidiram de facto no cômputo da evasão fiscal atribuida ao exercício de actividades ocultas, ou então no cômputo da quantidade de dinheiro em circulação (moeda e depósitos à ordem) face ao montante global existente para aferir da dimensão do fenómeno.

As críticas apontadas a estes métodos de estimação da amplitude da produção oculta residem nos seus pressupostos de base considerados pouco razoáveis (toma-se um ano como base de inexistência de economia oculta, como se fosse possível!) e irrealistas (pressupor-se que os comportamentos no mercado de trabalho oculto são semelhantes aos do formal). O objectivo subjacente a estes métodos tem sido o de corrigir *ex-post* valores contabilisticos nacionais, apurados de forma tradicional, mas que se demonstram quase sempre desfasados da realidade. A vertente "real" do fenómeno tem sido descurada, isto é, têm sido escassas as tentativas para estimar de forma credível o contingente de trabalhadores ocultos envolvidos nessa produção subterrânea, quer por não se possuirem variáveis explicativas suficientemente bondosas para o fazer, ou para que se crie um modelo adequado, ou porque aquele contingente se consegue sempre obter como subproduto da estimativa global da produção clandestina. Chega-se assim a meados da década de 90 com a maioria das economias a desconhecer quantos trabalham de forma oculta quer em termos globais quer em termos sectoriais.

6. "FLAGELO SOCIAL" OU "VÁLVULA DE SEGURANÇA"?

O aprofundamento do conhecimento desse mesmo sector oculto, que tal como o nome indica jamais será plenamente conhecido, deve fazer-se urgentemente não bastando produzirem-se afirmações mais ou menos enviesadas, sobre esse mesmo sector informal, de forma meramente sentimental como, por exemplo, afirmar-se que é "um fagelo social" por razões económicas que se prendem com as leis de funcionamento de um mercado supostamente em concorrência perfeita, onde a informação é também ela perfeita, onde os indivíduos são considerados consumidores homogéneos, onde não há desequilíbrios que o mercado não consiga resolver, e portanto a existência de um sector oculto só deturpa as regras consideradas emblemáticas da dinâmica económica e logo social inerente a este modelo. Para outros o sector informal é "uma válvula de segurança", no sentido em que caso não existissem as tensões sociais sentidas e vividas em determinadas conjunturas poderiam culminar em rupturas que num passado próximo foram bem violentas. Por exemplo, a revolta por muitos sentida pelo insuficiente (ou inexistente) rendimento auferido mensalmente de forma legal, poderia de facto gerar movimentos que a muitos assustaria, caso não fosse contida pelo exercício de uma segunda actividade mais ou menos formal ou mesmo exclusivamente informal.

A não ser assim, como explicar o pacifismo em conjunturas de elevados níveis de desemprego sobretudo o de longa duração (há mais de doze meses consecutivos)? Qual a alternativa para os desempregados? Qual a alternativa para os agri-

milhares que, fruto da sazonalidade inerente à sua actividade (caso esta seja possível), não conseguem obter um rendimento mínimo de subsistência? Qual alternativa para um imigrante que nada mais possui senão a sua força de trabalho? Voltar ao seu país de origem, onde não tem condições de sobrevivência, ou ficar e tentar inserir-se social e economicamente? Tem todas estas categorias socioprofissionais outra alternativa? Cremos que sim. Deveriam ter e têm todo o direito a um trabalho digno devidamente remunerado, deveriam e têm todo o direito a não se sentirem coagidos a "calar involuntariamente" a revolta que sentem. Porque enquanto uns calam, outros gritam de alegria. Alegria pela facilidade com que acedem a mão-de-obra barata, dócil, obediente e vulnerável porque desesperada. Alegria por encontrarem quem faça o que não querem fazer porque é trabalho árduo, sujo e mal pago o que está em causa. Alegria por terem encontrado um bode expiatório onde repercutir todas as insatisfações e insuficiências de carácter social, humano e solidário que os preenche. Alegria enfim, porque o sistema com eles está conivente e estruturalmente assim parece funcionar.

O sector informal é, por conseguinte, um mundo complexo, exigindo em cada instante que se aprofundem as causas e efeitos da sua existência. São múltiplas as causas de entre as quais, para além de algumas já subtilmente referidas, se destacam sobretudo as de cariz económico ou financeiro. De facto, opta-se pelo informal ou para complementar rendimentos por parte dos trabalhadores ou por falta de alternativa legal para sobreviver. Por parte dos empregadores, envereda-se pelo informal para reduzir custos, nomeadamente sociais e fiscais, para se conseguir rápida e, parece, eficazmente atingir o que de forma legal seria inatingível. Também se pode optar pelo informal, embora raramente, por prazer, por se pensar ter a vida outro sentido se se for "senhor e amo" do seu próprio tempo, tempo em que se produz e se consome no dia e na hora que aprouver.

7. PROPENSÃO À SUBTERRANEIDADE NO MERCADO DE TRABALHO

Embora a maioria das abordagens teóricas da economia subterrânea, como antes se referiu, tenham enveredado pela vertente monetária para quantificar a dimensão do mesmo, algumas estimativas de cariz diverso surgiram entretanto para dar expressão ao potencial número de trabalhadores ocultos existentes na economia. Em Itália, por exemplo, o Instituto Nacional de Estatística procedeu a vários inquéritos junto da população activa com o objectivo de corrigir situações anómalas constantes de inquéritos anteriores, como o caso de muitos trabalhadores que laborando a tempo completo eram declarados como estando a tempo parcial, e muitos outros casos entretanto detectados que distorciam as estatísticas oficiais do mercado de trabalho como: as taxas de actividade que se revelavam inferiores às verificadas em países de níveis de desenvolvimento idênticos; as taxas de desemprego que se encontravam sobreavaliadas - muitos dos desempregados trabalham clandestinamente.

Em Portugal as estimativas conhecidas do número de trabalhadores ocultos na economia em geral, e por sectores de actividade em particular, são escassas e pontuais. As principais são de autoria de Lobo (1985) e do Instituto Damião de Gois (IDG) (1985), que no essencial foram obtidas a partir do apuramento de incongruências e discrepâncias existentes entre várias fontes estatísticas sobre o mercado de trabalho, em particular entre os Quadros de Pessoal (QP) do Ministério do Emprego e Segurança Social (MESS) e os Recenseamentos Gerais da População (Censos) de 1981.

De acordo com a primeira fonte, em 1981 e em geral, o potencial número de trabalhadores por conta de outrem (TPCO) assalariados não declarados, a que designou de TND, rondava os 420 927 trabalhadores, dos quais 47.7% deste total são trabalhadores do sector da Construção Civil e Obras Públicas (CCOP) sendo a proporção sectorial a mais elevada (200 787

trabalhadores). Se se considerar não apenas os TPCO mas também os familiares não remunerados —que constituem muitas vezes uma forma de empregar informalmente —os trabalhadores infantis, desempregados, os com dupla actividade, então *só no sector da construção* o contigente seria de 245 286 em 1981. Para a economia em geral e em 1981, a autora conclui ser aproximadamente de 1 144 129 o número dos que estariam envolvidos em modalidades de trabalho não oficiais.

Só por si estes números absolutos podem não traduzir a real dimensão do fenómeno, mas se se atentar que o número total dos que declaram trabalhar no sector da construção, no Censos de 1981, era de 417,5 mil então serão cerca de 59% do total os que trabalham no sector de forma oculta, isto é, sem qualquer tipo de protecção.

Segundo o IDG, e do confronto entre as fontes estatísticas referidas para 1981, a estimativa apontada para o número de Trabalhadores Assalariados Não Declarados (TAND) no sector da CCOP é de 178 mil, ao que corresponde uma taxa de não declaração de trabalhadores, para este sector, de 50.6%, a mais elevada em termos sectoriais.

Destacamos aqui em particular o peso do trabalho informal no sector da CCOP, por ser em termos sectoriais o que tem maior propensão para a prática das mais variadas modalidades ocultas, o que não é por acaso, à semelhança do que acontece noutros sectores como o comércio e turismo, têxteis, vestuário e calçado. Contudo, imprime-se maior ênfase ao da CCOP porque, segundo Rodrigues (1984:68), é um sector que reune todos os atributos que caracterizam em geral um sector que recorre com frequência ao trabalho oculto, como forma de reduzir os seus custos de produção. De entre alguns atributos destacam-se:

i) a decomposição da produção em segmentos e ser uma actividade intensiva em mão-de-obra não qualificada e abundante;

ii) o sistema produtivo sofrer fortes flutuações sazonais;

iii) a estrutura empresarial exigível ser mínima e flexível;

iv) as tecnologias, mesmo relativamente complexas, são descentralizáveis e acessíveis financeiramente.

O sector da CCOP reune todos os "ingredientes" necessários e suficientes à prática e proliferação das múltiplas modalidades de trabalho oculto. Como vimos antes era essa a situação em 1981, quando registava os maiores índices de emprego de mão-de-obra clandestina e, como veremos a seguir, continua a sê-lo em 1991.

Utilizando uma metodologia idêntica à anteriormente exposta, confronto entre QP do MESS e o Censos de 1991, *estima-se que no sector da CCOP o contingente de trabalhadores assalariados não declarados seja da ordem dos 218 mil*, o que corresponde a uma taxa de não declaração de 52.2%, quando a referência é o número total de pessoas que no Censos de 1991 declararam trabalhar no sector (418 mil). Numa década (1981-1991) acentua-se a propensão à subterraneidade no sector da CCOP.

Se se confrontarem outras fontes estatísticas como o Inquérito às Empresas de Construção e Obras Públicas do INE e os Censos de 1981 e 1991, constata-se que em 1981 os trabalhadores potencialmente ocultos eram perto dos 200 mil e em 1991 eram de 202 mil. Logo, *quer se trate apenas das empresas que possuem trabalhadores por conta de outrem (as que preenchem QP) ou quer se considerem todas as empresas do sector da CCOP (as constantes dos ficheiros do INE) a conclusão é a mesma: em 1981 e 1991, cerca de 50%, ou mais, de todos os que se declaram no Censos como trabalhadores no sector, não são declarados enquanto tal pelas empresas às entidades estatísticas oficiais.*

Esta conclusão é tanto mais preocupante por serem muitas vezes divulgadas, via *mass media*, as condições em que estes potenciais trabalhadores clandestinos operam, e por se saber também quem preferencialmente é escolhido para o desempenho dessas tarefas. Não se ignoram nem a dureza de muitos dos

trabalhos do sector nem o elevado grau de risco associado a estes mesmos trabalhos. É de todos conhecido o elevado número de acidentes, mesmo mortais, que quase diariamente acontecem neste sector. Segundo Pontes (1992:34) e em 1989 a distribuição dos acidentes, tanto totais como mortais, nas empresas do sector por escalões de pessoal ao serviço era:

Trabalhadores	% no emprego total	% no total de acidentes	% no total de acidentes mortais
Menos de 100	61,5	77,4	61,8
entre 100 e 199	8,7	4,2	9,2
entre 200 e 499	11,3	6,7	6,6
mais de 500	18,5	11,7	22,4

Fonte: QP do MESS e Balanços Sociais

Evidente que é nas empresas com menos de 100 pessoas ao serviço, empresas que empregam cerca de 62% do total dos trabalhadores do sector, que mais acidentes acontecem quer em termos totais (77.4%) quer em termos mortais (61.8%), acidentes que provavelmente não terão qualquer tipo de cobertura, isto é, se um trabalhador clandestino sofrer de um acidente e ficar impossibilitado de trabalhar, que protecção lhe é oferecida? Nenhuma certamente, porque oficialmente não existem - caso se encontrem em situação irregular - nem trabalham (porque o fazem clandestinamente). Como irá então sobreviver? Este facto é tanto mais grave porquanto, segundo o autor, a faixa etária que mais acidentes mortais sofre é aquela que situa nos 24 ou menos anos de idade até aos 44 anos, grupo que em 1985 é atingido por cerca de 79% do total de acidentes mortais, sendo essa proporção em 1989 de 77.6%.

Considerando que é nas pequenas e muito pequenas empresas que maiores taxas de propensão ao subterrâneo se registam, o problema pode assumir novas dimensões dramáticas. De facto, do confronto entre várias fontes estatísticas como INE, QP e Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares (CMOPP), entidade que de acordo com o Decreto-Lei nº 100/88 concede autorizações para Empreiteiros de Obras Públicas (EOP) e para Industriais de Construção Civil (ICC), constatam-se uma série de desfasamentos no número de empresas na realidade a operar no sector, bem como no número de trabalhadores efectivamente ao serviço. Sobre estes últimos já fizemos referência sobre a sua potencial dimensão oculta. Quanto às empresas que operam informalmente existem alguns "indícios" de que o seu número não será também menosprezável.

8. SUBTERRANEIDADE EMPRESARIAL E LABORAL

À semelhança da metodologia empregue para apurar "sintomas" da existência de trabalhadores assalariados não declarados pelas empresas, o mesmo se pode fazer, confrontado estatísticas várias, para apurar o número de empresas que eventualmente operam clandestinamente no sector da construção, senão no todo pelo menos parcialmente. É por exemplo o caso de algumas empresas que não preenchendo os seus QP —instrumento legal obrigatório para todas as que possuam TPCO —têm no entanto trabalhadores ao serviço. Este facto indicia a existência de trabalhadores ocultos ou então, e porque não os preenchem, pretendem fazer passar esses mesmos trabalhadores por familiares não remunerados, ou como trabalhando por conta própria, subterfúgios muito utilizados para prosseguir estratégias de redução de custos.

Vejamos em concreto a propensão à utilização destes subterfúgios. Sabendo que o CMOPP apenas concede alvará a empresas que comprovem ter para além de competência técnica, os recursos humanos mínimos para o exercício da actividade de construção civil, sabendo ainda que os alvarás são concedidos por classes, isto é, uma empresa com alvará de classe 1

não pode concorrer a obras de montante correspondente à classe 2 por não ter autorização para isso, e sabendo por último que para realizar obras de valor inferior ou igual a 5 000 contos não é obrigatório possuir-se autorização, sabendo tudo isto, é curioso constatar que são muitas as empresas a fazer obras de valor igual ou inferior a 5 mil contos, a maioria das vezes na forma de subempreitadas que atingindo valores superiores são parcelarizadas em montantes que não ultrapassem os 5 mil contos para não se infringir a lei na sua execução (porque para estas não é necessário ter alvará).

Assim, confrontando por um lado o número de empresas do sector da CCOP que têm TPCO (porque preenchem QP), o número de empresas constantes nos ficheiros do INE por outro, e o número de empresas à quem foi concedido alvará até 31 de Dezembro de 1992, detecta-se o seguinte:

(i) em Março de 1993 (QP) cerca de 4500 empresas não possuiam alvará, isto é, 4500 empresas apenas podiam realizar legalmente obras de valor igual ou inferior a 5 mil contos. O número de trabalhadores nestas empresas - declarados nos QP - era de 97 089;

(ii) o número de empresas, segundo o ficheiro existente no INE, que não possuem alvará é de 10 239, ao qual correspondem 109 414 trabalhadores;

(iii) de (i) e (ii) dever-se-ia concluir que 5 739 (10 239 - 4 500) empresas não têm trabalhadores por conta de outrem (TPCO), pois só quem os tem é que, por lei, preenche QP. Mas então como é que há um diferencial de 12 325 trabalhadores em empresas que os não deviam ter? Serão todos familiares não remunerados e trabalhadores a "recibo verde"? Em média, há dois trabalhadores nestas 5 739 empresa que ou o são ficticiamente porque são família e não recebem salário, ou então são todos trabalhadores por sua "conta e risco". Eis uma das incongruências estatísticas que indicia a existência quer de empresas quer de trabalhadores ocultos;

(iv) por último, verifica-se que é no escalão das empresas que empregam até 9 pessoas que as discrepâncias são mais acentuadas. As que têm até 9 pessoas ao serviço (segundo os QP) mas que não têm alvará são 3 855 com 6 763 trabalhadores (oficialmente). Mas, segundo o INE e em 1992, as que empregam até 9 pessoas e que não têm alvará são 9 734 nas quais trabalham 18 037 pessoas. Afinal quantas empresas de facto operam abaixo dos 5 mil contos, isto é, quantas não têm alvará? São 3 855 ou 9 734? Envolvem 6 763 ou antes 18 037 trabalhadores? Que pode significar o desvio?

O diferencial de 5 879 empresas apurado pode dever-se a uma de três razões:

(1) ou estas empresas, que em Março de 1993 não preencheram os seus QP nem tinham alvará, não registaram em 1992 qualquer actividade, e então não puderam empregar as 11 274 pessoas que lhe estavam afectas;

(2) ou tendo tido actividade naquele ano não possuiam TPCO porque não preencheram QP, permanecendo então inexplicáveis as 11 274 pessoas afectas a este diferencial de empresas, pois não estarão todos a trabalhar por conta própria, nem serão todos familiares não remunerados (e daí.? quem sabe?);

(3) *ou tendo tido actividade e possuindo TPCO, voluntariamente não preencheram os seus QP, e esta será a razão mais plausível e tradutora da existência de subterraneidade empresarial e laboral.*

Esta última conclusão não é surpreendente dadas as características específicas do sistema produtivo do sector da CCOP que o torna, como se disse atrás no ponto 7, o mais propenso à prática de modalidades ocultas para reduzir custos fiscais e sociais, bem como tendo em conta o que caracteriza uma empresa do sector informal tal como descrito no ponto 4.

Do exposto anteriormente é inquestionável a existência de empresas "fantasmas", isto é, empresas que operam clandestinamente. Sabendo que uma das condições de reprodução do trabalho oculto é produzir de forma oculta, os desvios apurados traduzem inequivocamente a existência de empresas que

operam de forma ilegal e, logo, que praticam as mais variadas formas de emprego clandestino ou oculto para prosseguirem estratégias de maximização do lucro com minimização de custos e riscos. Como se evidenciou são sobretudo pequenas e muito pequenas empresas (que empregam menos de 9 pessoas), as que mais recorrem à mão-de-obra que, de forma desesperada, precisa de trabalhar para sobreviver bem como os seus familiares, e que se encontram eles próprios num estatuto, muitas vezes, "oculto" (face às autoridades), emergindo desta forma um valor acrescentado "oculto" que só beneficia uma parte do todo que constitui o mercado de trabalho oculto. Ou seja, no jogo da oferta e procura de trabalho oculto quem perde é sempre o trabalhador: primeiro, por não lhe ser reconhecido o seu estatuto de trabalhador e muitas vezes de cidadão, não possuindo pois qualquer protecção social; segundo, porque contribui para o acréscimo líquido da taxa de lucro do empregador que não suporta quaisquer custos da utilização dos recursos humanos de que dispõe; e terceiro, porque em períodos de depressão económica é precisamente o trabalhador oculto —muitas vezes na forma de imigrante em situação irregular—que é acusado de estar na sua origem pela concorrência (via preços) desleal que provoca (dizem os empregadores). Por todas estas e outras razões é o trabalhador em geral e o oculto em particular que sofre todas as incoerências e contradições internas do sistema. É o que se vê na situação de desempregado, sem quaisquer direitos económicos e sociais, por exigências de "competitividade" e "progresso tecnológico" (embora no sector da construção não se perceba como se podem alegar argumentos destes para despedir), enquanto o empregador continua impunemente a explorar o mesmo tipo de mão-de-obra, que em Portugal parece ser abundante, continuando a enriquecer à custa do empobrecimento da força de trabalho que utiliza, seja ela oculta ou não.

Eis uma das múltiplas injustiças praticadas que não é apenas característica do mercado de trabalho informal, é-o também do próprio mercado de trabalho formal. Por exemplo, que designação dar a uma empresa que remunera de forma diferente trabalhadores com características produtivas idênticas e que se distinguem apenas no vínculo contratual? Ou seja, que motivos terá aquela empresa para remunerar pior um estrangeiro em situação irregular, logo trabalhador a "recibo verde", que um outro assalariado fazendo exactamente o mesmo só que possuindo um contrato de trabalho? Afinal o que interessa ao empregador e ao sistema económico em geral? A produção realizada efectivamente ou o estatuto social particular de cada um?

Que nome dar a esta discriminação laboral? Porque não gozam todos de idênticos direitos económicos e sociais? Que características possuem os que se oferecem para trabalhar na construção civil de forma quase determinista e que se sujeitam a condições tão impróprias do viver humano colocando mesmo em risco a própria vida?

9. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES OCULTOS NA CCOP

No ponto 4 disse-se que a mão-de-obra empregue no sector informal nos países do Terceiro Mundo tinha como principal característica possuir reduzidos níveis de instrução, de qualificação e fracos recursos. E em Portugal a situação será diferente? Não nos parece, tendo em conta algumas das características, largamente referidas na literatura especializada, da mão-de-obra potencialmente oculta a trabalhar no sector da construção, como a de ser maioritariamente oriunda dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, vulgo PALOP's, e referidas por alguns autores como Amaro (1986:373). De entre algumas dessas características retêm-se: serem sobretudo "homens" os que nele trabalham; ser uma força de trabalho relativamente jovem e com elevado grau de rotação; ter baixos níveis de escolaridade e de qualificações; ter o sector uma elevada proporção de

praticantes e aprendizes; remunerar abaixo da média nacional; e praticar uma duração semanal do trabalho elevada.
Olhando as estatísticas oficiais, INE e QP do MESS, são de facto confirmadas muitas daquelas características senão vejamos:

(i) em média, e de 1981 a 1993, mais de 90% dos trabalhadores do sector da CCOP são assalariados (ou por conta de outrem) maioritariamente masculinos e destes, enquanto que 71% trabalha de 35 a 44 horas, 15% trabalha 45 horas ou mais em 1993, logo, 85.7% do total de TPCO trabalham de 35 a mais de 45 horas (QP) sendo esta proporção muito mais elevada (96.6%) segundo o Censos de 1991 (em 1981 era 97.4%). Saliente-se também que 2% dos TPCO trabalham menos de 15 horas e 12,4% de 15 a 34 horas (QP), o que indicia eventuais práticas de dupla actividade. Este indício é de alguma forma confirmado pela existência, em 1993, de 3 800 trabalhadores que, tendo como actividade principal a agricultura, recorrem ao trabalho no sector da construção como actividade secundária, sendo no total 11 200 os que trabalham na construção enquanto segunda actividade, de acordo com o Inquérito ao Emprego do INE;

(ii) do total dos TPCO do sector da construção cerca de 82% possuem um nível de instrução inferior a seis anos de escolaridade em 1993, isto é, não possuem o ensino básico preparatório (QP), enquanto que são apenas 7.7% os que possuem um curso médio, bacharelato ou licenciatura. Por esta razão, a diferença entre o ganho médio mensal dos que não possuem 4 anos de escolaridade e os que têm no máximo um curso médio é de 82 contos para 152 contos respectivamente. Confirma-se assim mais uma das características da mão-de-obra empregue neste sector;

(iii) a maioria dos trabalhadores do sector também não possui elevados níveis de qualificação. Em 1993, 38% dos TPCO do sector não tinha qualquer qualificação ou era aprendiz (QP), ganhando estes últimos, em média, cerca de 4 vezes menos que os quadros superiores e 3,5 vezes menos que os quadros médios;

(iv) de acordo com o serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) em 1993 *a população activa estrangeira em Portugal totalizava 63 085 trabalhadores, dos quais 40.4% (25 487) eram TPCO africanos oriundos dos PALOP's.* Tendo em conta que em média na década 80 (INE), 90% do pessoal remunerado do sector da construção eram operários, não parece de todo dispiciendo pressupor que a maioria dos imigrantes africanos assalariados (TPCO) exerce a profissão de operário na construção, o que aliás é referido largamente na literatura especializada como, por exemplo, em J. F. de Almeida et al. (1994: 87) *"(...) Excluindo as pequenas elites que existem em qualquer das minorias africanas, a inserção profissional mais generalizada é nos sectores assalariados desqualificados, nomeadamente na construção civil e obras públicas, no que diz respeito aos homens, e nos serviços domésticos, de limpeza e venda ambulante, no que toca às mulheres."*
E se de facto são estes os números oficiais referentes à mão-de-obra utilizada no sector, imagine-se o que se passará quer em número de horas de trabalho quer mesmo em termos de remuneração de todos os que escapam às estatísticas[2]. De facto, é ao nível dos trabalhadores clandestinos que as maiores barbaridades são cometidas, que vão desde pagar-se abaixo do mínimo legal estabelecido, até à sua utilização como mais um "material" integrante do sistema produtivo - alguns dormem nos estaleiros durante a semana guardando os materiais, função que não lhes é reconhecida muito menos paga, indo mesmo até à sua "exportação" na forma de "empréstimo" sempre que uma oportunidade de lucro apareça (veja-se a Revista do Expresso do dia 30 de Dezembro de 1995).[3]

[illegible] CONCLUSÕES CRÍTICAS

[illegible] que já podemos observar há, em suma, a [illegible] eliminação de uma mão-de-obra já de si [illegible] pelas condições experimentadas na sua [illegible] operário coagido a emigrar, e que vêem [illegible] condição de imigrantes o prolongamento de [illegible] estado de pobreza à partida impensável e [illegible] — a expectativa é sempre a de poder [illegible] a situação. Para os que emigram [illegible] a situação agrava-se duplamente, [illegible] que não conseguindo regularizar a sua [illegible] ficam à mercê de todos os que anseiam deles [illegible] e rejeitarem" a seu belo prazer, [illegible] para aumentar o número de pobres e [illegible] que são a maioria dos imigrantes africanos [illegible] Portugal. Na opinião de J. Almeida (1994:87) "[illegible] uma das categorias onde a incidência da pobreza e da vulnerabilidade à pobreza é maior, [illegible] muitos elementos pertencentes a quase [illegible] as minorias étnicas residentes em Portugal. [illegible] Concentradas quase exclusivamente em zonas urbanas, nomeadamente na Área Metropolitana de Lisboa, onde o acesso à habitação é geralmente mais difícil, grande parte das famílias das várias minorias [illegible] não encontra outra solução que não seja o alojamento precário em bairros de lata, ou, eventualmente, em bairros de habitação social no [illegible] daqueles que estão há mais tempo em Portugal [illegible] a situação de residência legalizada".

Face à universalidade das práticas mais variadas de trabalho oculto não se entende porque é que a pretensão da sua eliminação assume sempre expressão exclusiva na "caça ao trabalhador clandestino [illegible] se imigrante em situação irregular", não assumindo nunca a forma de combate e eliminação dos utilizadores dessa mão-de-obra. Não se entende porque é que em vez de se legislar no sentido da regularização urgente de todos os que se encontrem clandestinamente no país - sobretudo em períodos de crise económica - não se regulamente, antes, no sentido de dar voz a todos os que se sintam explorados e oprimidos independentemente da sua situação de cidadania para acabar de vez com práticas vigentes em eras julgadas já ultrapassadas.

De facto, é muito mais fácil perseguir quem já de si se viu obrigado a fugir da miséria em busca de melhores condições de vida (como os portugueses o fizeram na década de 60 e até meados da década de 70) e que, por essa razão, poderá, por razões culturais, sociais, políticas e económicas, sentir maiores dificuldades de inserção, via trabalho e comunidade de acolhimento, por se encontrar longe dos seus e da sua região de origem, interiorizando pois um menor poder reivindicativo. Mas como poderiam os utilizadores desta mão-de-obra dela prescindir se se demonstra fundamental para o funcionamento do sistema ? Quem estaria disposto a trabalhar nas suas condições infra-humanas? Os seus utilizadores? Se são o "lubrificante" do sistema, o que é consensual, porque não se passa da sua repressão à sua valorização? Porque não lhes conferir o estatuto de mão-de-obra indispensável, que na prática já possuem, regulamentando-se, à semelhança do que se faz para os funcionários públicos, os seus níveis salariais, a estrutura profissional adequada a que podem aceder via promoções adequadas face à sua experiência profissional, para além de outras regalias a que obrigatoriamente teriam direito? Há que legislar por fim no sentido de sancionar todo o prevaricador dos direitos de todo e qualquer cidadão trabalhador, o que passaria por fazer um levantamentio exaustivo de todas as irregularidades existentes no mercado de trabalho. Para isso seria necessário analisar e sancionar situações de todos conhecidas que a muitos não convém "mexer" ou divulgar.

É excessiva a hipocrisia demonstrada sempre que se fala em trabalho clandestino. Por um lado, denuncia-se publicamente o desagrado pela exploração ignóbil de concidadãos, por outro, anuncia-se que a resolução do problema passa pela legalização de todos os que o não são. Quão grande é a contradição!!! E se todo o trabalho que é oculto deixasse de o ser? No caso do sector da construção aceitariam os empregadores

remunerar melhor os seus trabalhadores?
Ou despedi-los-iam para não satisfazerem precisamente essa condição? É aqui que está o cerne da questão e não no estatuto mais ou menos legal dos indivíduos, embora se reconheça que se se estiver em situação regular se possui indiscutivelmente maior poder reivindicativo.
Acabar com as modalidades de trabalho oculto em geral, e no sector da construção, pressuporia a existência de um outro sistema económico e social, onde não imperasse o livre arbítrio ou regras de concorrência desenfreada, um sistema onde se verificasse a abolição, pura e simples, do trabalho assalariado e do Estado. Ora, no sistema vigente à escala mundial —o sistema capitalista —todos sabemos que *são muitos os que têm muito pouco e que são muito poucos os que têm muito*, sendo este muito de tão poucos obtido, muitas vezes, de forma oculta. Alguém fala destes? Alguém os persegue e combate? Até quando perdurará o discurso trocado? Até que os trabalhadores se consciencializem de facto, como dizia Vinicius de Moraes, "*(...) de que a casa que fazem / sendo a sua liberdade / é a sua escravidão(...)*".

bibliografia

- ALMEIDA, J. F. et al., (1994), *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Celta Editora, Oeiras, 2ª Edição.
- AMARO, R. Roque, "Mercado de Trabalho e Franjas Marginalizadas - O Caso dos Imigrantes Cabo-Verdianos", *II Conferência CISEP*, ISE, 14 a 16 de Maio, pp. 355-378.
- COMISSÃO EUROPEIA, (1995), *Les Etats Membres de la CE face a l'Immigration en 1993. Rapport de Synthèse pour l'Année 1993: Fermeture et Rigueur*, D-G V, Bruxelles, 1995.
- INSTITUTO DE PESQUISA SOCIAL DAMIÃO DE GÓIS, (1985), "A Economia Subterrânea e o Exercício da Política Económica e Social em Portugal - Contributos para um debate necessário", *Estudos de Economia* 5.
- LOBO, M. Isabel Sousa, (1985), "Estrutura Social e Produtiva e Propensão à Subterraneidade no Portugal de Hoje", *Análise Social*, Vol.XXI (87-88-89), pp. 527-562.
- NANNEI, Alessandra, (1980), "L' Economie Souterraine en Italie et ses effets prevers sur la Statistique", *Problèmes Economiques*, 24 Septembre, Nº 1690, pp.29-32.
- NIHAN, Georges, (1980), "Le Secteur Non Structuré. Signification, Aire d' Extension du Concept et Application Expérimentale", *Révue Tiers Monde*, Tome XXI, Nº 82 Avril-Juin, pp.261-284.
- PONTES, J. A. Pereira, (1992), *A Sinistralidade no Sector da Construção e Obras Públicas na Segunda Metade dos Anos 80*, ANEOP, Dezembro, 52 p.
- RODRIGUES, M. João, (1984), "Trabalho Oculto e Processos de Submersão", *Economia e Socialismo*, Nº 63 Out. - Dez., pp. 55-70.

notas

1. "Dumping social" no sentido dado pela Comissão Europeia: "*designa essencialmente o emprego ilegal (...) de mão-de-obra estrangeira*", (1995:47).

2. Refere o relatório da Comissão Europeia antes citado (1995:18) que, segundo fontes portuguesas, apenas metade dos cerca de 70 mil pedidos de regularização foram encaminhados, sendo os restantes rejeitados por falta de elementos. Segundo as mesmas fontes, estima-se que as "pessoas rejeitadas" constituem, com as que entraram em Portugal após 15 de Abril de 1992, um total de mais de 30 mil estrangeiros em situação irregular.

3. Neste contexto o relatório Europeu (1995:47) avança com alguns exemplos de práticas de subempreitadas e de trabalho ilegal de entre os quais o caso de "*(...) uma empresa de trabalho temporário francesa que recrutava assalariados em Portugal, para os transferir para o Luxemburgo onde eram afectos à construção do Banco Europeu de Investimentos (BEI). (...) Utilizados em períodos de folga colectivos da construção, estes assalariados não eram declarados à Segurança Social e a sua remuneração era inferior em 30% à prevista pela contratação colectiva*".

NECESSITA DE DINHEIRO ?

por José Torres

Não Existe quem não entende a estranha situação em que encontra o senhor Y, que dele necessita. O senhor Y, que necessita de dinheiro, não pode manter a vida do seu corpo sem uma constante renovação das matérias que o compõem. É necessário comer para assegurar essa revitalização. Em parte, é esta circunstância que conduz a uma reacção em relação ao dinheiro, porque parece possuir um poder capaz de satisfazer as suas carências. Esta dependência ao dinheiro é a expressão, por um lado, do poder económico que assenta na propriedade do capital e o poder de organizar o trabalho de outrém e, por outro lado, é a expressão da incapacidade de exercer o controle corporal, de decidir do emprego do seu próprio tempo, da sua vida, e de poder usufruir livremente de todas as coisas disponíveis. Entre essas coisas, os alimentos indispensáveis à vida humana e cuja posse se poderia assegurar sem criar poder sobre os demais.

Entretanto... o poder do dinheiro fomenta toda a espécie de injustiça e é destrutivo.

O senhor Y necessita de dinheiro e tentou entrar na corrente. Recordou-se das palavras dos amigos: "se precisares, avisa". Mas, disse a si próprio, eles são tão porreiros que vão acabar por oferecer mais do que podem. Então, o senhor Y decidiu procurar trabalho, emprego, salário. Inscreve-se no Centro de Emprego e mandam-no esperar. "Talvez daqui a um ano —dizem-lhe — até que o chamem vai ter que aguardar". A barriga a dar horas não espera. Atreve-se a pedir um subsídio de desemprego. "Você não tem direito a subsídio", afirmam. A última vez que o senhor Y foi empregado deixaram-no de mãos a abanar, sem qualquer indmenização ou direito ao subsídio.

O senhor Y necessita de dinheiro. Especializa-se na redacção do *curriculum vitæ*. Vai de uma empresa a outra. As pessoas são amáveis com ele mas mandam-no embora dizendo: "Volte cá na retoma." Ora toma!, responde o senhor Y a si próprio. E retoma a procura.

Lê os anúncios de emprego. Refina-se na redacção de mais um currículo a enviar. Telefona

aos amigos com contactos em empresas. Deixa-se levar durante semanas por uma empresa de vendas. Sem salário base, sem ajudas de custo, sem conseguir vender a mercadoria proposta, sem dinheiro, o senhor Y abandona a carreira de publicitário não pago e contacta o Teixeira.

O Teixeira dá-lhe um contacto "certinho" — disse ele. O senhor Y, esperançado e em ânsias, dirige-se è empresa recomendada pelo amigo. E, às tantas, o senhor Y compreende quem é o inimigo. "Bem me pareceu que foi o Teixeira que o mandou cá — dizem-lhe — ele todos os dias envia gente como você".

Evidentemente que o inimigo não é o Teixeira, pensa o senhor Y, o inimigo é a governação que me atira para a busca de trabalho. O inimigo é aquilo que procuro: o trabalho!

O trabalho, como o seu próprio nome indica, é uma tortura, e se ele começa a faltar é boa altura para o suprimir.

Constrangido a adquirir o dinheiro que necessita através da subjugação à escravatura assalariada, da entrega total a outrém do uso do seu próprio tempo, o senhor Y decidiu activar-se e dispôr da sua vida. A procura de trabalho revelou-lhe que o trabalho se tornou uma utopia impossível e indesejável.

Nessa mesma tarde, ao abandonar as suas buscas, o senhor Y encontra o Reinaldo perdido e ligeiramente nos copos — o Reinaldo anda à procura de trabalho. O senhor Y relata-lhe a experiência vivida e as conclusões a que chegou.

"Mas então ... queres acabar com o trabalho — disse o Reinaldo — e vivíamos de quê?"

Antigamente, por exemplo, quando o homem partia para a caça, afim de se porvir de alimentos, ele ía trabalhar? Não! Ele activava-se.

"Ouve lá, queres voltar à idade das cavernas?"
De modo nenhum. Até porque, um exemplo d
novo, as novas tecnologias têm um lado benéfic
Permitem reduzir consideravelmente o esforç
físico e podem, assim, eliminar as tarefas ma
árduas. Podem contribuir para a abolição d
trabalho.

" O professor Agostinho da Silva — lembrou-s
o Reinaldo — era contra o trabalho."

Pois, optou por se activar como fazem os artista
os apanhados da informática que estão hora
com os computadores, os cozinheiros lambõe
— e eu conheço um — que passam o tempo n
fogões com o propósito de nos deliciarem co
uns petiscos, os foliões das festas e
manifestantes que passam horas divertidas,
dançando ou lançando slogans. Agostinho
Silva, que mencionaste, passava horas a escrev
no meio dos seus livros. Ninguém decide p
eles do emprego do seu próprio tempo. Eles nã
trabalham.

"Pois é — retorquiu o Reinaldo — nem ninguém
os obriga a fazer aquilo que não são, nem aqui
que não querem. O que me aconteceu, e fiqu
desempregado. Fui pedir trabalho e, como gos
de fazer coisas com as mãos, arranjaram-me u
emprego de pensador. Tinha que trabalhar
com a cabeça. Tás a ver. Ao fim de seis mes
acabou o contrato e mandaram-me embora. Olh
que se lixe! Eu andava lá a ajudar a produzir um
mercadoria completamente inútil e idiota."

Três quartos da riqueza produzida sã
desperdícios inúteis, alimentos insípido
colocados no mercado para fazer girar a Máquin
Quanto ao que realmente é indispensável,
muito tempo que pode ser produzido se
constrangimento, com gozo. Activando-nos

[illegible] — uma pseudo-[illegible] da sociedade.
[illegible] história do trabalho-[illegible]
[illegible] A nossa sociedade atravessa [illegible] à qual os patrões, os [illegible] da direita ou da esquerda e os [illegible] de serviço demonstraram que não [illegible] Eles, hoje, tornaram-se [illegible] como o trabalho.

[illegible] necessitar de uma constante [illegible] das matérias que compõem o seu [illegible] sido induzido a atravessar [illegible] sem possuir o equipamento [illegible] como mantimentos, água, um [illegible] proteção dos raios solares — [illegible] raquíticos moralmente [illegible] um quaquer otário o atravessam, [illegible] e devidamente equipados atingem [illegible] trabalhando empregados em [illegible] com isso — o senhor Y opta por [illegible] do seu próprio tempo, consciente [illegible] falta de trabalho é uma boa altura para [illegible] É o melhor!
[illegible] propositado ou fingido, o trabalho — como já deixei expresso — é sempre [illegible]
[illegible] afirme: se o trabalho dá saúde, trabalhem [illegible] Os nazis inscreveram à entrada dos [illegible] de concentração: o trabalho dá liberdade. [illegible] ironicamente, a liberdade alcançada foi, [illegible] o forno crematório. E há quem [illegible] com ironia: este homem, trabalhador de [illegible] toda a sua vida, caprichou sempre em [illegible] por escravo; e mal sabia ele que o era. [illegible] de la Boétie, morreu em 1563, sabia do que falava quando dizia: a primeira razão que leva os homens a sevir de boamente é o terem nascido e sido criados na servidão.

O senhor Y disse-me que nunca seria capaz de fazer todos os engenhos ou equipamentos necessários à vida e que tinha necessidade da coexistência, da cooperação de outros indivíduos, isto é, da sociedade, com a ajuda da qual ele pode perseguir a conquista da sua não-natureza própria*, em benefício da sua própria natureza: a sua natureza Única e Associativa.

O senhor Y perguntou se não seria possível usar a caixa postal da Utopia para receber opiniões, críticas e contribuições a este projecto. Eu acho óptimo!

Por isso, todos os interessados podem escrever para o senhor Y, ao cuidado da *Utòpia*, apartado 2537, 1113 Lisboa codex, Portugal.

E pronto, ficam Vossas Excelências, os necessitados de dinheiro, notificados.

* por não-natureza própria entendo a ausência do conjunto de determinações biológicas que permitem a adaptação natural (inata e imediata) do animal à natureza.

bibliografia

P. Kropotkine, *O Salariato*, Acção Directa, 1978

E. de la Boétie, *Discurso sobre a servidão voluntária*, Antígona, 1986

AAVV, *Why work?*, Loompanics Unlimited, 1983

W. Leff e M. Haft, *Time without work*, 1983

B. Black, *The abolition of work*, 1986 (edição portuguesa prevista para o final de 1996, na Crise Luxuosa, Edições)

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Al Margen
Portavoz del ateneo libertário, Ano IV, nº 17, Primavera 1996.
Do Do sumário: Un código de pena; Crónica de otros tiempos - La función lógica de la vida (Y VI); Larga marcha contra el paro; Qué suerte será, que si no tiene suerte puede matar?; Se ha parado la movida?; Estultitia quousque tandem - idiotés; La ayuda humanitaria y las buenas intenciones; chapeau pour la France "sans culotte"; Delincuencia, justicia y poder; Tomasa la del mellao; Poesía; Presos: ya somos 48.000; La víctima del trabajo.
Contacto: C/Baja, 8 - 1º - 46003 - Valencia - ESPAÑA

Libera
Informativo do círculo de estudos libertários, Ano 6, nº 56, Janeiro 1996
Do sumário: O preço da vida militante; Espanha (1936-1939): tempo de revolução; "Se sente, se sente, Roberto está presente!"; Notícias Libertárias.
Contacto: Caixa Postal 14576 - CEP 22412-970 Rio de Janeiro/RJ - BRASIL.

Inquietação
Boletim libertário, nº 5, especial 10 anos, Março de 1996
Do sumário: Cartão de visita; Um prodigioso colectivo; Sonhando...; O momento mais grave da vida; Mais de 10 anos a olhar para o umbigo; Que cidadania?; Sexo e condicionamento.
Contacto: Colectivo Inquietação - Apartado 4013 - 4001 Porto.

Política Operária
Revista comunista, Ano XI, nº 54, Março/Abril 1996.
Do sumário: Ponto de vista: o que nos falta; O mês em relance; O ilusionista de Nafarros; Braço de ferro; Cadeias: os factos; Da democracia de sucesso à democracia do viaduto; Droga, anestesia da revolução; As eleições são livres...; As palavras; Assassinos de Max continuam à solta; Amnistia: a batata quente; Fora o pacote!; Entrevista: José Augusto (na Suiça); Professores provisórios; Direitos das mulheres: doutores, mulheres e fado; Novo despertar no Chile; Caderno do emigrante; A segunda morte de Amílcar Cabral; Gendarmes de Israel; O comunismo que aí vem; Questão jugoslava ou questão imperialista?; O comunismo resgatado.
Contacto: Política Operária - Apartado 1682 - 1016 Lisboa Codex / Apartado 4621 - 4011 Porto Codex.

Etcétera
Correspondencia de la guerra social, nº 26, Noviembre 1995
Do sumário: Tiempos difíciles; Transición a la modernidad y transación democrática (2): De quê transación hablamos?; Portugal, abril 74; Comentários y discusiones: Entre nosotros, alrededor del movimiento zapatista; El voluntariado que nos envuelve; ONGs: solidariedade subvencionada.
Contacto: Editorial Etcétera - Apartado Correos 1.363 - Barcelona - ESPAÑA.

Contra-Ponto
Uma seleção de artigos da imprensa revolucionária europeia, nº 1, Fevereiro 1996
Do sumário: Cúmulo da ingratidão; O governo do terror; O plano Vigipirate e os bodes espiatórios; Os grevistas escolheram a via da razão; Agora ou nunca!; Matéria inflamável; Alguns números; Que queremos nós?; Basta!; Alargar a frente de resistência; Os estados do futuro; Avanços e recuos do movimento; Com que então a luta de classes acabou?; Comités de greve eleitos e substituíveis; Pela retomada da iniciativa operária; A cólera das camadas médias; O Estado francês condena as vítimas e protege os carrascos; Miterrand: a herança socialista; Tenho vergonha; Ex-Jugoslávia.
Contacto: Edições Dinossauro - Apartado 1483 - 1013 Lisboa Codex

Confronto
Distribuidora alternativa, nº8, Novembro 1995
Do sumário: Vídeos; Livros; Revistas; Jornais; Boletins; Polícia; Tribunais. Precisamos mesmo deles?; Sign of the times; Pequenos acontecimentos.
Contacto: Confronto - Apartado 460 - 4400 Gaia - Portugal

Facção Libertária
Aperiódico Anarquista, nº 4, s/d
Do sumário: O perigo da nuclearização militar; A terra pertence aos filhos da terra; Chega de falsidade; Proposta de um (con)federação anarquista brasileira; Cardianista?!; Conscientiza é preciso; Solidariedade internacional: mais de 500 companheiros anarqistas presos em Atenas.
Contacto: HAF - Rua Gal. Miguel Costa, 305 - Vila Scarpeli, 09010 000 - Santo André- SP - Brasil

Umanitá Nova
Settimanale anarchico, ano 76, nº 11, 14 aprile 1996
Do sumário: Astensionismo anarchico - azione directa; Manifestazione del 30-31 contro l'Europa di Maastrich; Sicurezza sul lavoro: assoluta impunitá al padronato; Logiche di mercato e disprezzo della vita dietro l'esplodere dell'epidemia bovina.

A Batalha
Jornal de expressão anarquista, ano XXII, VI série, nº 155, Janeiro Fevereiro 1996
Do sumário: Tibete e China; Anarquismo e violência; Mário de Oliveira e Sousa; O papel do jornalista na sociedade capitalista; Anarquismo e realidade; China: Wei Jungsheng, o dissidente irredutível; Proximidades perigosas; Ministros precisam-se; Sem Tejo ao fundo; A BIOCOOP e as confusões de um jornalista do Público; Recordando Henri Laborit; Santo Tirso e outros santos.
Contacto: A Batalha - Apartado 50085 - 1702 Lisboa Codex

Singularidades
Modos de ser inconformista, ano III, 1º quadrimestre de 1996
Do sumário: Distribuição da riqueza em Portugal e no mundo; M.A.B. (1814-1876); "A rota dum espião"; Portugal, um país racista?; Acção directa contra a guerra.
Contacto: Singulariades - Apartado 13117 - 1000 Lisboa Codex

Coiote
Num espaço livre, um livro em curso, nº 1, Março de 1996
Do sumário: Como Coiote obteve os seus olhos; E para uma comunicação sem ou - três interlocutores (duas versões); Hunting America - Um livro dos mortos; Entreacto; Um certo estado de furor; Dias claros; Tomar; 1912-1992 - John Cage; Contraforte 9.61; 11 por 11; GRUA: percurso, uma biografia.
Contacto: GRUA - Apartado 460 - 4400 Gaia - Portugal

muito obrigado

FALÊNCIA DA SEGURANÇA SOCIAL OU FALÊNCIA DO SISTEMA REMENDADO ?

AS ORIGENS

[illegible] quando se vivia um [illegible] melhores dias, com a população [illegible] organizações frentistas e reformistas [illegible] por "pão, pão e liberdade", o regime [illegible] decidiu criar a Segurança Social "à portuguesa", com as Caixas de Previdência e as [illegible].

[illegible] esperavam, deste modo, [illegible] a diferentes níveis. Por um lado [illegible] as ilusões que a vitória dos [illegible] teria criado no terreno fértil de uma [illegible] e mergulhada na miséria.

[illegible] responder às necessidades do [illegible], que preparando-se para [illegible] investimento, em consonância [illegible] dos Planos de [illegible] garantias que lhes permitissem, [illegible] o retorno dos capitais investidos, [illegible] de grossas margens de lucro.

[illegible] em que se iriam processar o [illegible] de capital na sociedade [illegible] se coadunavam com o indispensável, mas insuficiente, suporte da censura, da instrumentalização do ensino, da concubinagem com a igreja católica, com o apoio das forças da bufaria e repressão da Legião, Brigada Naval e Mocidade Portuguesa, com a "política de espírito" do SNI e a máquina inquisitorial da PIDE. Era indispensável que os escravos-assalariados mantivessem as condições mínimas de funcionamento, que lhes permitissem vender a sua força de trabalho de forma regular e eficaz, como o crescimento das forças produtivas impunha.

As condições miseráveis em que viviam os trabalhadores não lhes permitiam assegurar esse mínimo exigível. O Estado Corporativo e as suas Caixas de Previdência iriam encarregar-se do assunto.

AS CONSEQUÊNCIAS

Outra consequência, resultante desta medida do déspota, tem a ver com a almofada financeira criada com os fundos da Segurança Social. As gigantescas somas de dinheiro arrecadadas com os descontos "para a Caixa" por parte do Estado permitem a sua

manipulação para fins bem diferentes dos propagandeados. Com um poder de decisão absoluto sobre as aplicações dessas enormes quantias, o Estado permite-se reter, poupar, aplicar, lançar de uma ou outra forma forma no circuito monetário o dinheiro, extorquido aos que trabalham, conforme o interesse da gestão das categorias económicas (inflacção, balança de pagamentos, investimentos sectoriais e regionais, etc.), de acordo com a defesa da manutenção dos interesses gerais e particulares da manutenção e reprodução de um sistema de produção baseado na existência do trabalho assalariado.

Outro aspecto importante, que resultou da criação da segurança social corporativa, e que, tal como as restantes conquências, mantém a sua importância em épocas e regimes diferentes, é o reforço dado ao papel do Estado com estas medidas. O cidadão, isolado e desprotegido, mantido no desconhecimento dos seus direitos enquanto ser humano, é levado a aceitar que lhe seja extorquida parte considerável do salário que contratou com o patrão para que uma entidade abstracta e distante, o Estado, lhe conceda "generosamente" alguns apoios destinados a minguar os efeitos da exploração de que é vítima.

Assim se desenvolve o espírito de subserviência perante o Estado, a dependência da "magnânimidade" dos poderosos e se diminui a capacidade de auto-organização e o poder reivindicativo dos escravos-assalariados.

Dito isto, não se deve ignorar o outro aspecto desta questão: a institucionalização da Segurança Social correspondeu não só a uma necessidade imposta pelo desenvolvimento do sistema, mas também à resposta dos poderes dominantes às aspirações e lutas laborais, num momento que era historicamente favorável aos trabalhadores.

Depois de uma penosa guerra, o capitalismo "democrático" europeu saira vitorioso, mas exangue. Aproximava-se o Plano Marshal de reconstrução europeia que, com o apoio e o proveito do capital norte-americano, iria introduzir uma reestruturação e modernização na Europa, dando início à segunda revolução industrial. As camadas laboriosas qu como sempre, mais sacrifícios tinham suportad com as destruições massiças, exigiam, agora v toriosas, contrapartidas palpáveis e imediatas.

Entalado entre estas exigências e as necesssidades d reconstrução, as classes possidentes viam-se també acossadas pelos ventos independentistas qu sopravam dos impérios coloniais, e que rapidamen levariam ao seu desaparecimento, assim como pe alargamento da influência da União Soviética, o e aliado que agora, fruto das partilhas dos despoj militares, impunha o seu poder ao Leste da Europ A isto se acrescentava o alargamento da influência d muitos dos princípios da União Soviética junto d imaginário das massas dos países ocidentai consequência do contributo dos povos desse Estad na derrota do nazismo, com os seus 25 milhões d mortos, e da apologia empenhada dos seu propagandistas. Um dos temas da propagand mitificado e ampliado, era precisamente a Seguran Social estatal.

As classes possidentes viam-se, deste mod acossadas nas mais diversas instâncias. Tornava-necessário ceder algo para manter o essencial. O políticos, apresentados às camadas populares pa que estas os elegessem como novos hierarcas foram naturalmente, "gente de esquerda", como os temp reclamavam. Assim ascenderam ao poder, em d versos países europeus, os partidos reformistas qu lançaram as bases do Estado do Bem Estar, "Welfa State", posteriormente prosseguido por outras forç políticas. Tratava-se de um pacto social ent explorados e exploradores, onde os sindicatos desem penhavam papel relevante, e que procurou estend os aumentos de rendimento, devidos ao crescimen da produtividade, às classes laboriosas, de form mais ou menos mitigada, consoante cada situaç concreta, e o fluxo ou refluxo do movimento soci em cada país ou sector. Os procedentes destes acord provinham da Escandinávia, e agora assumiam form elaboradas de Segurança Social, estribados nas teori keynesianas, com que se procurava atenuar as cris

políticas do capital e aumentar o Produto Nacional, através do aumento da procura e da manipulação global dos grandes agregados económicos.

A RESPOSTA ESTATAL

A contrapartida, exigida aos trabalhadores, era a imposição de actuarem nos limites estritos do sistema, sem porem em causa a essência da sua desigualdade. Para tanto os partidos reformistas e os sindicatos desempenharam um papel essencial. Com crises, lutas reivindicativas, fluxos e refluxos, bem como a sublimação do egoísmo consumista, o fundamental deste pacto tem-se mantido até aos nossos dias.

Após acontecimentos tão relevantes como o alargamento na Grã-Bretanha, pelos Trabalhistas, das bases do Welfare State, e em particular do Serviço Nacional de Saúde, e em França, através do Governo da Frente Popular, de medidas diversas no âmbito da Segurança Social, com destaque para as férias pagas, ecos desse tipo generalizaram-se através da Europa. Em Portugal, o ditador de Santa Comba Dão adaptou-se, na sua rústica maneira, ao vendaval europeu.

Cinquenta anos após estes acontecimentos a situação na Europa e no Mundo é completamente diferente. Os pressupostos que deram origem à criação do Welfare State foram virados de pernas para o ar.

A queda do chamado "socialismo real" escancarou as portas, aos mais míopes e aos que recusavam a evidência, sobre as crueis contradições de um regime despótico, que se intitulava construtor do poder dos trabalhadores, enquanto desenvolvia um Estado concentracionário, sem liberdades sociais, individuais e políticas, com generosas sinecuras e mordomias para a privilegiada casta de burocratas do Estado e do Partido, mentores e executores de um repressivo sistema, altamente centralizado e hierarquizado, reprodutor da escravidão assalariada, não já através da ficção da livre iniciativa mas sim através do mais abstracto capital estatal.

O soçobrar deste regime, incapaz de gerir as novas contradições da acumulação do capital numa situação radicalmente diferente daquela dos princípios do século, trouxe também um importante reforço ao seu irmão siamês, o capitalismo dito ocidental, e este reforço teve repercussões a dois níveis.

Um deles foi o da eliminação de um adversário implacável, gerador, durante cerca de 7 décadas, de inúmeros atritos e conflitos, que deram origem a guerras, corridas armamentistas, desvios de recursos humanos, económicos, financeiros e de toda a ordem, num desvairado malbaratar de gentes, de ideias e de coisas.

Ainda neste nível material, a abertura das coutadas reservadas do "socialismo real" ao "capitalismo ocidental" permite-lhe dar livre curso às sua naturais tendências de rapinagem dos recursos naturais e exploração da dócil, bem treinada e barata mão-de-obra local e permite impingir toda a quinquilharia produzida no "Ocidente", que nestas coisas inclui o Japão.

Embora todas estas ambições não tenham, até agora, tido aplicação fácil, o "capitalismo ocidental" é perseverante e aposta no longo prazo. Desde há mais de duas décadas em crise, faz suas as palavras alheias e proclama "a luta continua".

Mas se a queda do "socialismo real" foi importante no plano material e ajudou à transformação do mundo, não o foi menos no plano simbólico.

Para largos milhões de trabalhadores de todo o mundo, para inúmeras massas deserdadas, para os excluidos e os párias, o mito da União Soviética era uma referência de esperança. Pese embora os alertas lançados ao longo dos anos por diversas correntes do progresso social, e em particular, desde a primeira hora, pelos anarquistas, o mito persistia, contra todas as evidências, inúmeros explorados e oprimidos mantiveram a fé durante décadas, mesmo nos últimos anos, em que o estertor do regime deixava mais claros os seus traços opressivos.

A aurea obtida com os primórdios da Revolução, o papel decisivo na derrota do nazismo e a propaganda dos comissários políticos de todos os matizes foram

importantes, mas talvez não expliquem tudo. Para muitos milhões de explorados era importante acreditar que se podia viver de maneira "diferente", que apesar dos "erros", das "falhas" graves havia um poder que se opunha ao Estado e aos patrões que mais directamente os exploravam. Daqui resultava a esperança de que as coisas melhorassem e um fortalecimento psicológico que se traduzia, muitas vezes, em autêntica fé.

Bem conscientes desta situação estavam os poderosos e exploradores, de todos os matizes. Logo que o sistema implodiu, o aproveitamento não se fez esperar: "A história acabou", propagandearam alguns serventuários mais ou menos intelectualizados e mais ou menos bem pagos; "Olhem as atrocidades a que conduz o voluntarismo destruidor da ordem natural das coisas", cacarejaram outros; "Qualquer tentativa de mudança da ordem vigente será prejudicial para as massas trabalhadoras", concluem todos em uníssono.

O aproveitamento generalizado da completa evidência do fiasco do capitalismo de Estado é conduzido para se apagar a história da memória dos povos, varrer das suas mentes as lutas e as movimentações sociais.

Fazer esquecer os movimentos sociais emancipadores, tentativas mais ou menos falhadas, mais ou menos conseguidas, da emancipação e humanização do homem, patrimonio do género humano, eis a ambição dos próceres da exploração salarial. Para manter a "ordem" torna-se necessário promover a amnésia colectiva.

UMA SITUAÇÃO DIFERENTE E ADVERSA

Mas, a par das consequências ditadas pela queda do "socialismo real", outros aspectos tornam bem distintos os dias de hoje daqueles que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

Um deles tem a ver com o tremendo desenvolvimento das novas tecnologias de produção e informação.

Este desenvolvimento originou uma situação par doxal: de um lado um aumento extraordinário d desenvolvimento das capacidades produtiva geradoras de um caudal de mercadoria incomensurável e detentor de um potencial inim ginável há escassos anos atrás, capaz de prover bens essenciais a toda a humanidade. Do outro lad a desvalorização crescente do factor trabalh excluido, cada vez mais, da esfera económic traduzido em desemprego permanente para la guíssimos milhões de assalariados, no trabalho tempo parcial, ou/e sem qualquer vínculo contratua na instabilidade permanente, na perda de regalias na exclusão social.

Outro aspecto que torna bem nítidas as diferenç entre os dias de hoje e aqueles em que se estruturo o Welfare State tem a ver com a globalização economia.

Na actualidade, mercê da redução e abolição d barreiras alfandegárias, da livre circulação e protecç aos capitais investidos, do desenvolvimento sistemas produtivos adaptáveis às mais divers circunstâncias, mas sempre dependentes da matri bem como ao desenvolvimento e embaratecimen dos transportes e comunicações, torna- extremamente fácil e cómodo a um capitalista europ transferir a sua empresa, no todo ou em parte, pa regiões de muito mais baixos custos dos factor produtivos.

Os diversos capitalistas aproveitando-se de un evolução histórica, naturalmente diacrónica, e caminham os capitais para países que, fruto de u estádio sócio-económico diverso, oferecem cust de produção bem mais reduzidos, avultando, ent eles, os salários, mas destacando-se também pe baixo custo, a Segurança Social (em geral pr ticamente inexistente), os desconhecidos cust devidos à protecção ambiental, a reduzida fiscalida e, muitas vezes, o baixo preço de inputs da águ energia e de abundantes matérias primas locais.

Estamos hoje bem longe do período que se seguiu pós-Guerra, quando eram pertinentes as teori

[illegible] de desenvolvimento através da procura [illegible] com forte investimento e despesas públicas, [illegible] da reconstrução, crescimento e "paz [illegible]".

O mundo tornou-se mais pequeno, mercê do [illegible] tecnológico e abertura de mercados. [illegible] também mais concentrado, devido às [illegible] fusões, mas também pelo poder cada vez [illegible] que é exercido pelas grandes empresas (as [illegible] dominam actualmente mais de 60% [illegible] internacional). O desenvolvimento [illegible], a abertura de mercados e a consequente [illegible], a concentração empresarial crescente e [illegible] da procura através do consumismo [illegible] e desenfreado, criaram um mundo muito [illegible], onde a concorrência se manifesta ferozmente. Vão longe os tempos dos grandes investimentos extensivos, da reconstrução, do [illegible] da segunda revolução industrial e da [illegible] por meios mecânicos, destinada a alimentar [illegible] em massa.

Hoje a produção de massa é obtida cada vez mais através de processos automáticos, robotizados, [illegible] na micro-electrónica e na informática. Isto [illegible] a investimentos colossais em Investigação & Desenvolvimento, no investimento em novas [illegible]gias, tornadas rápidamente obsoletas. O condicionamento da chamada opinião pública destinado a forjar a procura, através da manipulação dos [illegible], obriga também a investimentos gigantescos. Também as margens cobradas pelos intermediários financeiros (bancos, sociedades de investimento, companhias de seguros, entre outros) constituem [illegible] financeiros elevadíssimos.

Este panorama reduz a margem de manobra das empresas de menor dimensão, conduz à concentração em grandes grupos económicos, exacerba a concorrência e provoca a queda da taxa de lucro em muitos sectores. Como consequência de tudo o que ficou dito, assiste-se à desvalorização do factor trabalho, segmentarizado, com um vértice de pirâmide privilegiado e que se procura nivelar pelos padrões mais baixos.

As necessidades imperiosas de financiamento dos gigantescos custos referidos "obrigam" o sistema a canalizar todos os capitais possíveis (inclusivé os originários do tráfico de armas e de droga), para a manutenção e reprodução do caduco regime do salariato e do Estado.

Com excepção dos custos indispensáveis à manutenção do sistema, que incluem a palafernária ideológica e repressiva do Estado, só um, por motivos óbvios, não é posto em causa pelos defensores do desenvolvimentismo irracional, o elevado custo dos privilégios da burguesia e dos seus próceres.

A contenção ou mesmo extinção de vários apoios da Segurança Social, insere-se, portanto, numa política mais vasta de contenção de custos não imediatamente rentabilizáveis. Procuram, deste modo, os servidores do regime, encaminhar para as empresas elevadas quantias provenientes dos descontos dos trabalhadores e, muitas vezes, desenvolver, para o capital, um novo e atractivo mercado, o da segurança social, mais um balão de oxigénio na busca infrene de mercados rentáveis. E se não consegue uma taxa de lucro pelo menos interessante a burguesia, que tanto vocifera contra as greves, utiliza a sua arma habitual - a greve ao investimento.

Face à situação global que se vive a nível sócio-económico, são as teses neo-liberais que prevalecem. Retiram-se velhas teorias das arcas empoeiradas, a defesa da livre(?) concorrência, numa situação em que o domínio dos poderosos se acentua, como jamais aconteceu, apregoando o não intervencionismo do Estado, mais intervencionista do que nunca na produção de leis e na repressão e apoios na esfera económica, social, ideológica, cultural e política em favor das classes dominantes. Defendem os ideólogos do sistema (que juram terem morrido as ideologias), que deixando a economia fluir por si, sem intervenções (excepto as deles e dos seus mandantes, naturalmente), se caminhará para o ponto de equilíbrio, com vantagens recíprocas para todos os actores da cena sócio-económica.

Esta anacrónica e absurda usurpação da teoria da "mão invisível" de Adam Smith só não se cobre de completo rídiculo porque, infelizmente, tem consequências trágicas. Aferir da bondade de uma teoria através da taxa de reinversão, ou seja, a parte do capital investido que ao fim de um período é novamente investido, tem tido as consequências que todos sentimos. Milhões de esfomeados, mesmo nos países "desenvolvidos", o abandono à miséria mais abjecta de centenas de milhões de pessoas, a exclusão social, o crescimento da criminalidade e das doenças, o crescimento do desemprego e do sub-emprego, o recrudescimento da violência, da repressão, das drogas e do obscurantismo, o crescimento abissal das diferenças entre grupos sociais, profissões, sectores profissionais, países e regiões, eis as consequências vísiveis da aplicação de tão nefandas teorias. Dizem certos plumitivos que quanto mais se investe mais riqueza se produz, logo os trabalhadores irão retirar daí largos benefícios. Esta ridícula sentença parece seguir a linha de uma outra, não menos absurda, "o que é bom para a General Motors é bom para os EUA". Tomar os seus interesses como os dos povos no seu conjunto foi sempre uma tentativa dos capitalistas e seus acólitos, para quem o seu umbigo constitui o centro do mundo.

Aproveitando habilmente a queda do mito do "socialismo real" na imaginação das massas populares, e o consequente desânimo e impotência para vencer o gigantesco aparelho ideológico-repressivo do "capitalismo ocidental", afinal inseguro em pés de barro, os mais desvairados políticos exortam as massas a conter as suas ambições, acenando-lhes com as miríficas regalias do futuro, enquanto tratam de usufruir o presente à grande e à francesa, e asseguram o futuro da forma mais segura, através de cambalachos, sinecuras diversas, clientelismos e corrupção.

A REESTRUTURAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL É PARTE DE UMA VASTA ESTRATÉGIA

Também se deve ter este aspecto em conta, quando se lêem as prédicas de certas abencerragens, que defendem a abolição de vários apoios da Segurança Social existentes, sustentadas por contorcidas análises de economistas e políticos de serviço e diversos parvos úteis.

Vejam-se os argumentos utilizados em Portugal, simples e eficazes. Os crescentos custos com a Segurança Social, sobretudo devidos a mais regalias, mais pensões de reforma e desemprego, não têm uma correspondência nas receitas, principalmente por via da pressão demográfica: cada vez se vive mais, logo há cada vez mais reformados, e cada vez se nasce menos, daí que, no futuro, haverá menos trabalhadores a descontar, dizem os tais especialistas.

O actual ministro português da Solidariedade (?) e da Segurança Social, disse numa entrevista de 27/12/94 ao jornal Público: "já há um grupo de peritos, pessoas conhecedoras do Sistema de Segurança Social, que irá elaborar um Livro Branco sobre o futuro da Segurança Social e em particular como se irá efectuar a transição para o novo modelo". Na mesma entrevista admite que, nos últimos anos, o regime geral de Segurança Social tem financiado o Estado na ordem das centenas de milhões de contos e refere que muitos peritos, que apontam para a ruptura do sistema, "não foram suficientemente temperados por algum realismo social, mas apenas matemático".

Considero que para se entender o "realismo social" do ministro em causa é necessário salientar que faz parte de uma equipa do Partido Socialista que, após prolongado jejum, ascendeu ao poder governativo e respectivas benesses, em Outubro último. O Governo anterior, liderado por Cavaco Silva, tinha destruído o apoio que conseguira junto de largas camadas da população e em particular da imensa maioria dos extractos da burguesia.

O modelo de consensos, baseado em medidas

[illegible] demográficas, por um lado, e na [illegible] e clientelismo, por outro, [illegible] próprio, com as medidas decorrentes [illegible] europeia e da crise mundial do capital, [illegible] gravosos para uma economia débil e [illegible] exterior, que não permitia mais [illegible] incipiente e inédito consumismo [illegible] style" e satisfazer todas as camadas [illegible] Estado. Crise essa que assume aspectos [illegible] na cena europeia, com mais de 40% da [illegible] a viver abaixo do nível mínimo de [illegible], e uma degradação acentuada da [illegible] de vida da maioria da população, assim [illegible] aprofundamento dos desníveis sociais, cada [illegible] gritantes.

[illegible], bastou ao Partido Socialista abanar a [illegible] insatisfação crescente, prometer a trans- [illegible] para todos os capitalistas, e manifestar [illegible] distributivas q.b., temperadas com doses [illegible] económico e por uma caridade de [illegible], para que o poder lhe caísse nas mãos.

[illegible] agora de não desiludir, por completo, os que [illegible] nesse programa e de adequar as pessoas [illegible] às necessidades de reconversão do capital. As declarações do ex-esquerdista Ferro Rodrigues [illegible] nessa estratégia. Há que tranquilizar as [illegible] sem assustar o capital. Embora fruto de uma [illegible] histórica completamente diferente, a luta [illegible] trabalhadores franceses foi, certamente, fruto de [illegible] análise. Daí os Livros Brancos, os consensos [illegible] e a campanha nos media, que procedem as [illegible] de "reconversão", que entretanto se [illegible] nos bastidores.

ARGUMENTOS ENCOMENDADOS

Entretanto, o também socialista e ex-ministro Medina Carreira, considerado pelos seus pares um dos mais ilustres "segurancistas" portugueses, á par de Lucena [illegible] Felix, manifesta as suas opiniões claramente, talvez devido ao reduzido desempenho oficial actual. A cada actor o seu papel.

Sem surpresas utiliza os argumentos tipicamente quadrados dos tecnocratas, que facilmente poderíamos classificar como asnáticos se não fossem hipócritas.

O raciocínio de Medina Carreira gira em torno da insuficiência de receitas para cobrir os custos da Segurança Social. Diz, por exemplo, "a Segurança Social auferia em 1989 rendimentos correntes que excediam as correspondentes despesas; em 1994 o equilíbrio já só era viável com um substancial volume de transferências correntes, na sua grande parte provenientes do Orçamento do Estado".

No artigo vindo à estampa no Público, a que nos reportamos, refere o dito "segurancista" mais adiante que "se vai acentuando a importância dos pensionistas e das pensões: em 1994 havia mais 7,4% de pensionistas que em 1989 (mais 160.000 e um gasto 38% mais elevado, a preços constantes de 1994)". Conclui que a pensão anual média era 295 contos em 1980 e 380 contos em 1994.

Termina a sua arrasadora exposição da seguinte forma "não pode deixar de se equacionar uma série de reformas antes do fim do século. Até há pouco quase ninguém falava disso, mas agora quase todos a defendem. Como sempre, impõe-se a força dos factos" (Desgraçadamente não esclarece quais são esses "todos" e quais os impositivos "factos").

Toda esta prosa é ilustrada com curiosos quadros de receitas e despesas, de pensionistas e pensões, do défice de receitas legais (que terá sido em 1994, por exemplo, de 95,4 milhões de contos) e ainda com um "impressionante" quadro de rácios.

Tudo isto deixa qualquer mortal boquiaberto, e cumpre muito satisfatoriamente o papel reservado aos especialistas, caucionar "cientificamente" as medidas anti-populares que se congeminam nos gabinetes ministeriais. A partir destes estudos já ninguém pode ignorar: a Segurança Social está falida e todos devemos abdicar de alguns "privilégios" para assegurar um futuro equilibrado à dita.

Mesmo no campo para onde estes especialistas procuram encaminhar a discussão a análise é absurda.

Diversos factos são ignorados e deliberadamente omitidos. Por exemplo, para apoiar a enfraquecida estrutura financeira das empresas portuguesas o Estado, numa atitude que muitos devem considerar patriótica, permite que os capitalistas não entreguem o dinheiros extorquido aos trabalhadores para fins de Segurança Social. E não se pense que isto é de pouca monta. São retirados obrigatoriamente a todos os trabalhadores 355$00 em cada 1.000$00 que recebem, sendo 110$00 directamente do ordenado e 245$00 indirectamente, pois o patrão ou seus gestores, quando calculam o salário do trabalhador incluiem 24,5% que não lhe são entregues, mas sim à Segurança Social. Por este processo, de desvio de fundos permitido, os capitalistas já têm uma dívida à Segurança Social superior a 425 milhões de contos (e de impostos ao Estado de mais de 600 milhões de contos). Nos últimos anos a dívida das empresas à Segurança Social aumenta, em média, 50 milhões de contos por ano, e calcula-se que pelo menos um terço das empresas portuguesas retêm indevidamente descontos que fazem aos trabalhadores para a dita Segurança. Além disso, como confessa o próprio ministro, o Estado que por lei deve providenciar com transferências do Orçamento com verbas para a Segurança Social, não só não o tem feito, como se tem financiado nos cofres da mesma, para alimentar outras despesas e fins.

Também é ignorado o facto do montante destinado aos subsídios de desemprego aumentar por via dos despedimentos massivos, e no caso das pensões de reforma, também a soma que lhe é destinada tem aumentado brutalmente nos últimos anos, porque muitos milhares de trabalhadores são forçados à reforma antecipada. Tudo isto em nome da política de reestruturação, que mais não é que uma política tapa buracos, face à terrível concorrência que caracteriza o capitalismo selvagem em que (sobre)vivemos.

Quanto à relação entre o número de nascimentos e de óbitos é evidente que é resultante da situação civilizacional que vivemos. Pessoas com menos meios financeiros, mais conhecimentos (incluindo os d planeamento familiar), solicitados para o consumism desenfreado e com projectos de vida individualizado não têm capacidade, nem recursos, para ter muito filhos. Nas camadas consumistas dos países dito desenvolvidos ter um filho (e sobretudo mais do qu um) começa a ser considerado um luxo. Quanto a número de idosos, e logo de reformados, o se crescimento tem a ver, para além das razões d reforma antecipada apontadas, com o prolongament da idade média que, esperamos, certos neo malthusianos não venham a por em causa, isto no qu se refere à idade dos trabalhadores, como é óbvio, que a deles e dos seus mentores pretendem que se eterna, se possível.

Estas são algumas razões que poderiam se contrapostas às teses ministeriais, do Medina Carrei e de todos os peritos "segurancistas", mas a caus fundamental da presente situação tem a ver com crise do sistema capitalista, da qual decorre a crise d Segurança Social, um efeito lógico de causas be mais profundas.

A HORA DO SALVE-SE QUEM PUDER

As teses neo-liberais, hoje em vigor, não se preocupa em regular a sociedade através das polític intervencionistas e reformistas lançadas no pó Guerra. Na sociedade da tecnologia, da globalizaçã e da concorrência generalizada o Estado vem a sumindo uma posição mais condizente com es realidade e que, na perspectiva dos seus mentore melhor poderá aguentar a nave da hierarquia e d salariato nas gigantescas borrascas em que naveg Trata-se de aguentar, através da redução dos custo sociais e da transferência de proveitos para empresas. Uma política "liberal" na economia, qu permite a transferência de recursos para os ma poderosos, apoio estatal, através de injecções maciss de recursos financeiros nas empresas "rentáveis encomendas estatais colossais às empresas e enorm

[illegible] do suporte estatal ao capital privado, por [illegible] aparelho ideológico, dos apoios à produção, [illegible], à investigação, etc., numa simbiose [illegible] Capital, hoje mais claramente vísivel do que [illegible]. Tudo isto acompanhado das medidas legis- [illegible] correspondentes, do condicionamento da [illegible] pública, da repressão sofisticada ou brutal, [illegible] autoritarismo e intervencionismo do [illegible] vida da população. Neste modelo a parte da [illegible] que é excluida da esfera económica oficial, [illegible] crescentes, devido à concorrência [illegible], ao salve-se quem puder, é praticamente [illegible] pelo Estado à selva da luta pela [illegible]. Os apoios aos carenciados, aos ex- [illegible] e mais fracos vão [illegible] reduzidos, criam- [illegible] visitados [illegible] pelas [illegible] repressivas para [illegible] lembrar que o [illegible] existe. De resto [illegible] cumpre a sua [illegible] ideológica e [illegible].

[illegible] pela sobre- [illegible] o capital [illegible] abandonar [illegible] parte das re- [illegible] para concentrar [illegible] e meios [illegible] nos in- [illegible] e na defesa [illegible]. Isto mesmo [illegible] metrópoles dos [illegible] ditos desen- [illegible]. O Estado [illegible] à nova [illegible] e procura [illegible] as políticas cor- [illegible]. Mas com [illegible] dificuldades, [illegible] na Europa e em França, em particular. Na impossibilidade de acorrer a todos os buracos, a todas as situações gravosas, que a gigantesca manta de retalhos constituída pelas instituições estatais tem procurado camuflar, foram definidas prioridades e, entre estas, não se encontram os programas de Segurança Social, salvo em casos muito específicos, quando resultam benefícios a curto prazo para o Sistema.

Quando Medina Carreira, e todos os demais Carreiras, falam de crise do Sistema de Segurança e perigos de falência estão tomando a parte pelo todo. É possível que a Segurança Social venha a caminhar para a falência, mas não está só. Grande parte das empresas portuguesas, provavelmente a maioria, apresentam resultados negativos, os custos ultrapassam as receitas, o Estado português também apresenta sistematicamente resultados negativos e o Estado emblemático do sistema, os EUA, é o maior devedor do mundo.

ENQUANTO HOUVER DINHEIRO
NUNCA HAVERÁ O SUFICIENTE PARA TODA A GENTE

IRRACIONALIDADE E IMPOTÊNCIA DO SISTEMA

A crise, a famigerada crise, atinge tudo e todos. Assiste-se, na verdade, a um processo de falência de um sistema que de forma desumana procura sobreviver, arrastando consigo para a destruição centenas de milhões

de pessoas, numa prolongada e penosa agonia, que destrói as velhas instituições privadas e estatais, tal como eram conhecidas, o que por si não seria nenhum mal, mas arrasa também a vida dos homens e da natureza e um sistema de valores, em que a solidariedade e a liberdade são apagadas do léxico ou utilizadas para fins publicitários.

No sistema complexo actual o Estado não tem mais possibilidade de cumprir o papel regulador que se propõe, mesmo que os poderosos e os mais ou menos bem intecionados o pretendam.

Bem bradam as chamadas autoridades à compreensão das massas populares, às quais, como sempre, auguram um futuro radioso, em contraponto aos sactifícios reais. Bem gastam os poderosos da terra, os do Estado e do capital, milhões e milhões na propaganda, na repressão, na corrupção e na congeminação e aplicação de panaceias, requintadas e requentadas, para medir todos os fenómenos sociais, controlar e impor as decisões e as acções, tanto às pessoas como às organizações.

Tudo em vão. O gigantesco crescimento das actividades social, económica, cultural e de toda a ordem, desenvolveu um sistema global mastodôntico, em que se interpenetram miríades de subsistemas, impossível de regular em toda a sua amplitude com os meios ao dispôr da sociedade actual.

O sistema hierarquizado, de democracia representativa, que tem como motivação principal a acumulação de capital, não se coaduna com as complexidades de toda a ordem que ele próprio gerou. Os gigantescos avanços tecnológicos, a mundialização da e interpenetração de toda a sociedade, criaram uma tal diversidade de fenómenos que os meios "clássicos" de gestão social são impotentes para os controlar.

Esta situação é tanto mais adversa aos poderosos do sistema, quanto à medida que avança o grau de complexidade social, mais rebuscadas se tornam as condições indispensáveis à acumulação do capital. As margens de lucro em muitos sectores reduzem-se, as áreas de investimento atractivo para o capital encurtam e, para obter bons resultados, são cada vez mais necessários elevados conhecimentos do mercado, apoios estatais e de instituições internacionais, capacidade financeira e contactos privilegiados. Tudo isto reduz o número dos capitalistas bem sucedidos, provoca a concentração, aumenta a exploração do trabalhador, a destruição da natureza e a dependência e compadrio com o Estado.

A consequência final é uma concorrência feroz e o recrudescer, para largas camadas da população, das mais diversas medidas próprias do capitalismo selvagem. Mais do que nunca os capitalistas têm necessidade de instituições eficientes, de um Estado que faça previsões a longo prazo, que regule as lutas sociais e que controle todos os domínios da actvidade. Mas, pese à sofisticação e volume de meios utilizados, nas condições actualmente vigentes é impossível essa eficácia.

Face à impossibilidade de controle eficaz, e aos crescentemente elevados gastos necessários para a manutenção das condições indispensáveis à reprodução do sistema, o Estado concentra-se nas inerentes prioridades, abandonando grande parte das funções que tradicionalmente desempenhava, como sejam as da propriedade de empresas produtivas (vendidas em condições privilegiadas ao capital privado) e o aparelho do chamado Estado do Bem Estar. Em simultâneo, para responder à competição internacional, como dizem os "especialistas", reduzem-se os salários, avança-se com medidas de sobreexploração, como sejam o trabalhos temporário e salário temporário, o trabalho parcial com salário parcial, a polivalência e a chamada flexibilidade.

Os capitalistas portugueses, num contributo original para a exploração, criaram duas novas formas de "liberalização": os ordenados em atraso e o pagamento por recibos verdes, próprios dos trabalhadores por conta própria.

Esta forma de remuneração, sem quaisquer vínculos ou segurança para o trabalhador, atinge, hoje em dia, cerca de um terço da mão-de-obra deste país.

O Estado assiste, sem intervenção, a estes e outros

[illegible]s patronais, como sejam o trabalho infantil [illegible]dem os pais e contratam, por muito menor [illegible] as suas crianças), a fuga aos impostos, o [illegible] para outros fins, dos descontos obrigatórios, [illegible]dos aos trabalhadores pelas entidades [illegible]is.

[illegible] de periódicos clamores alertando para estas [illegible]es, os governos não intervêm e tudo se mantém. [illegible]-se, afinal, de assegurar o funcionamento de [illegible] empresas, esmagadas pela luta pela sobre[illegible]ia nas condições actuais, ou da obtenção de [illegible]lias extras de muitas outras. Os trabalhadores [illegible]m, no seu conjunto, sob estas formas de [illegible]rências de fundos, a sobrevivência e reor[illegible]ção das empresas. Os governos, como lhes [illegible]te, cumprem o seu papel, é necessário as[illegible] a sobrevivência do capital, a todo o custo.

[illegible] esta situação importa salientar o importante [illegible] desempenhado pelo desânimo dos tra[illegible]dores, habilmente explorado pelo aparelho [illegible]gico vigente.

[illegible] que em Portugal, sempre pródigo nestas [illegible], deparamos com mais uma originalidade, o [illegible] de muitos trabalhadores ao governo. Aban[illegible], sem salários e vigarizados pela entidade [illegible], pedem apoios para o patrão/burlão, ou que [illegible] tem de arranjar um novo patrão. Querem [illegible], manifestam-se a seu favor, deixaram-se [illegible]cer que não podem passar sem eles. Entretanto, [illegible] parte dos casos, depara-se com empresas [illegible]alizadas e patrões enriquecidos rapidamente.

DO DESÂNIMO À ACÇÃO

[illegible] parte entendo que a complexidade actual [illegible]ade e as suas nefastas consequências só [illegible] superada com outro tipo de organização. [illegible] estatal, inoperante perante os monstros que [illegible] a criar, mas sim social, partindo das relações [illegible] que se estabelecem entre os homens nas suas [illegible] sociais. Uma organização adequada a cada caso concreto, criada pelos próprios interessados e participantes, sem hierarquias nem privilégios de qualquer espécie, com mandatados para fins determinados e responsabilizados perante as Assembleias soberanas. Organizações à escala humana, criadas por indivíduos associados livremente, federadas aos diversos níveis, locais, regionais, nacionais e internacionais.

Organizações que cresceriam orgânicamente, capazes dar as respostas adequadas ao mundo de hoje e de adaptar a sociedade ao indivíduo.

Por tudo isto entendo que, em concordância com o que atrás está exposto, devo apresentar uma sugestão sobre o futuro da Segurança Social.

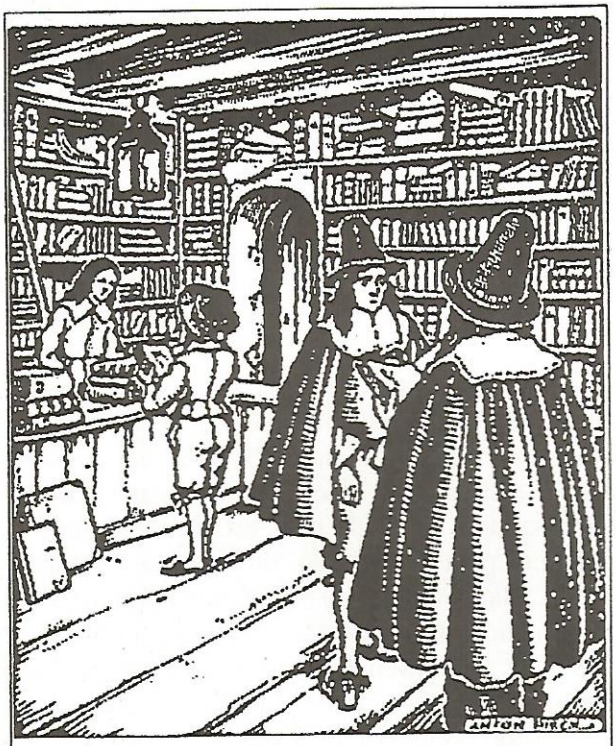
Se bem que se possa afirmar que os apologistas da Segurança Social não pretendem mais do que defender reformas, as quais, ao fim e ao cabo, constituem formas de contenção das populações em estritos e delimitados limites de segurança ao capital, também é verdade que as reformas podem assumir múltiplas formas, com maior ou menor abertura para a transformação social. Além disso, como procurei transmitir, a criação da Segurança Social foi também a resposta a lutas e expectativas dos trabalhadores e é actualmente posta em causa para benefício da manutencão do iníquo sistema que nos governa.

Sendo assim sugiro que se deve defender a liberdade de cada trabalhador (ironicamente cognominado beneficiário) poder descontar ou não para a dita Segurança. Tal como há anos fez (bem) com os descontos sindicais, até então obrigatórios e deixados, desde então, à livre escolha de sindicalização dos trabalhadores, o Estado deve estabelecer o mesmo princípio para a inscrição, ou não, na Segurança Social. Claro que quando o Governo de então tomou essa medida não se estava a guiar por critérios de liberdade, mas sim em fazer vergar os sindicatos que, mesmo reformistas e controladores, ainda assustavam o patronato português, mas isso é outra história.

Assim, uma vez possível a opção, seria possível que muitos trabalhadores se associassem livremente para

criar a sua Segurança, nos moldes e para os fins que bem entendessem.

Sem entrar em malabarismos numéricos é fácil de entender que se, por exemplo, 10.000 pessoas descontassem o mesmo que actualmente, equivalente a 355$00 por cada 1.000$00 de salário, seria fácil terem apoios incomensuravelmente melhores do que aqueles que actualmente o Estado lhes dispensa "caritativamente". Tudo isto seria tanto mais fácil quanto o peso das pesadas estruturas burocráticas, a manutenção dos privilégios e o desvio de fundos não mais teriam lugar. Obviamente que competiria aos anarquistas, que assim o entendessem, defender não só a liberdade desta escolha, como também o modelo de organização compatível, dando o exemplo na acção.



Rua da Regeneração, 22
4000 Porto

Livraria UTOPIA

Distribuidora CONFRONTO
Apartado 460, 4400 V.N. Gaia

ROTINAS DA DESOLAÇÃO

por João Soares Santos

Os distúrbios sociais e culturais resultantes do *big bang* tecnológico estão longe de legitimar os prognósticos ingénuos de um mundo mais equilibrado e justo. Cada vez mais os progressos electrónicos parecem ser uma gigantesca armadilha, um colossal barraco oculto por frágeis mas persuasivas imagens e ideias sobre qualidade de vida. Outra cilada parecem ser as profecias de felicidade preconizadas pelo crescimento económico e concorrência desenfreada entre países. Esta alternativa e solução arduamente dissipará as dúvidas e interrogações sobre a possibilidade de um mundo mais solidário ou de uma humanidade mais venturosa. A entrada nesta corrida implica aceitar uma disputa onde o objectivo é lucrar o máximo, mas onde as velocidades e distâncias percorridas são variáveis. Um planeta com países rivalizando por uma dianteira que, *à priori*, só pode ser o privilégio de alguns, não deixa de parecer uma absurdidade. Os discursos optimistas sobre uma liberdade mercantil global concentram-se num desígnio estricto: a multiplicação monetária. Para isso é preciso explorar e rentabilizar, assediar todas as actividades humanas com este novo culto. Os interesses económicos ramificam-se por todas as áreas da vida social. O nosso quotidiano está parasitado por empresas que porfiam pela conquista das nossas preferências, para delas extrairem proveitos. O advento de um mundo privatizado onde se escamoteou a noção de território ou de identidade cultural, dominado por uma oligarquia de industriais não será certamente um *éden*. A mundialização, o progresso, impinge a promessa de um paraíso onde na prática é impossível viver. O credo na salvação ou no aperfeiçoamento do indivíduo pela economia e pela tecnologia, pela emulação entre firmas ou entre congéneres será, quanto muito, uma utopia social do capitalismo mas que só uma elite usufruirá. O livre arbítrio negocial descontrolado e ampliado a uma escala planetária não nos parece trazer nada de vantajoso como projecto de conciliação, como projecto que considere e respeite os direitos de outrem. A ultraliberalização, o mercado com plenos poderes, será um muro cada vez mais espesso que se ergue perante as sociedades. Do processo globalizador emergem novas autoridades multinacionais, forças gestoras e de investimento que não estão condicionadas pelos poderes políticos tradicionais. Uma minoria decidirá à revelia dos governantes e obrigá-los-á a adaptarem-se às suas estratégias. Nesta guerra impiedosa pela conquista de mercados e de consumidores os média serão armas poderosas. Segundo a lei do mercado tudo é negócio, tudo é capitalizável, o lucrar de uns é o défice de outros, o triunfo de uns é a submissão de outros. A lógica da competição não diminui as desigualdades. Torna-nos insensíveis a elas. Motivados pelo sonho de um *el dorado* económico, os países apressam-se ou são arrastados por um movimento de mobilização de esforços visando uma operação bélica em que todos são potenciais inimigos. Gradualmente o sonho dissipa-

se com o acordar para uma dura realidade de desemprego, exclusão, deterioração, desagregação, desvalorização da formação e precaridade dos modelos de protecção social.

A publicidade exaltando o consumo, estimula o desprezo do indivíduo por si próprio e pelos outros. O torrencial afluxo de incitações, desenvolve-lhe uma espécie de complexo de inferioridade. Se ele não obedecer às pulsões de aquisição com que o tentam incentivar, se ele não possuir a marca x ou y, será estigmatizado como retrógrado, desajustado, atrito ao avanço das máquinas do progresso. A sociedade de consumo obriga-nos a perder a memória de nós mesmos, a renunciar à nossa autenticidade e procurá-la na ficção publicitária. Somos abjectos se não interiorizarmos as suas mensagens artificiosas, se não as confundirmos com a nossa própria verdade. O *flirt* do marketing, o seu amplexo, procura sustentar uma integridade que nasce duma auto-traição ou de uma desistência da autenticidade. Inculca o egoísmo, quer ser a voz e o raciocínio do consumidor, quer depredar a sua intervenção pública, regenerar-lhe o modo de vida, educá-lo com *clichés* e fantasmas. Aceitando o que a publicidade nos ensina, adaptando o seu discurso, estamos a abdicar da nossa autonomia, estamos a deixar de ser senhores de nós. A televisão é um dos agentes por onde a cruzada mercantilizadora se expande. Graças a ela os lares são também um espaço de provento, de preparação para a filosofia do conquistador, para a sua desapiedada liberdade. A ambição subjacente é tornar o produto ou a marca a razão de ser, a convicção íntima do sujeito, torná-la uma componente indelével da sua personalidade. A felicidade só chega se gastarmos dinheiro, se o dia-a-dia for programado em função de prazeres efémeros compráveis. A aquisição de bens torna-se uma actividade que elimina toxinas, um passaporte para a fantasia, para uma ilusão de existência ditosa.

Com o desaparecimento da importância das figuras parentais ou dos professores para elucidarem as crianças sobre a realidade que as cerca, a televisão veio ocupar este desempenho, embora não elogiando quaisquer princípios edificadores. Cada programa que surge no pequeno ecrã funciona como um engodo que nos atrai para uma chuva de *spots* publicitários. A evolução mental dos mais jovens, a sua percepção e relacionamento social acabará, com a rotina, por refletir ou reproduzir as constrições, a ausência de interioridade, os tiques comportamentais das vedetas, as convicções e acções consagradas pelas empresas e consórcios industriais. Gerará igualmente uma mutilação ou lesões na faculdade de distinguir entre o real e o fictício, entre o bem e o mal. As gerações educadas pela televisão e pelas mutações tecnológicas que se adivinham irão aclamar a lógica da ultra-liberalidade, os valores do interesse das firmas privadas? A publicidade, a concorrência, projecta-nos, desloca-nos, para imagens de sucesso, para o culto da aparência, intensifica o medo de sermos genuínos.

Com a ampliação do sistema económico à escala planetária e o acometimento das forças do mercado, exerce-se uma pressão cada vez maior sobre as populações. Mais competitividade significa acentuar tensões, expectativas e decepções, mais artificialidade e despersonalização. Os outros são os meios que conduzem aos nossos fins.

O ser humano está apetrechado com um cérebro que permite índices de grande criatividade. A latente concorrência (na área empresarial, política, académica, laboral, etc.), pode ser servida pela inteligência, seja de modo a eliminar adversários, seja a resistir ou a combater os abusos consequentes dessa avidez generalizada. Porém, numa luta pelo poder, a destruição da criatividade pode ser um factor determinante para suprimir oponentes. O conhecimento e a imaginação são mecanismos essenciais para a sobrevivência, insígnias de dominação, de intimidação ou de manobras mais discretas de adulação ou de oportunismo que visam a partilha do espaço de poder. Entre rivais não há um relacionamento natural, não interessa aos dominadores estarem rodeados de indivíduos argutos e criativos, de gente que facilmente pode desafiá-los.

No mundo consumista acontece um fenómeno semelhante. O cliente deve ser inferiorizado, culpabilizado. A sua insatisfação deve ser explorada, constantemente reacendida. É preciso mantê-lo [illegible] com alívios para as suas frustações. Não lhe [illegible] duradoiras de pensar emancipadamente. [illegible] fazer das vítimas carrascos. Reputar na [illegible] um escape, uma forma de afirmação, [illegible] engrandecimento.

A publicidade enfraquece o indivíduo, torna-o [illegible] imaturo, desamparado. Uma falsa segurança [illegible] proporcionada pela obtenção, pela crença de [illegible] podem transitoriamente dar-lhe aquilo [illegible] não tem. Hiperboliza as sensações do utente. [illegible] fetichizar o produto, torná-lo uma fixação, [illegible] obsessão, uma razão de ser. Ser adolescente e [illegible] de *coca-cola* é quase um sinal infamante, [illegible] de anormalidade. A solicitação do produto [illegible] as nossas forças, todo o nosso sacrifício. [illegible] querem o melhor para a nossa auto-estima. [illegible] é retribuir as suas preocupações em pro[illegible]-nos o melhor. Comprar é vital para nos [illegible].

[illegible] frenético ritmo de excitações, o indivíduo vai-se [illegible] de si, falseando, deturpando num [illegible]scópio de papéis, perdendo a consciência do [illegible], deixando de saber quem é. Onde a arti[illegible] impera, a sinceridade torna-se ameaça. O [illegible] disfarces, indissimulado, minimiza-se, torna-se [illegible] vez mais remoto, mais isolado no fundo de si [illegible]. Vive-se em desarmonia, cada vez mais [illegible] para o exterior, cada vez mais privados das [illegible]ências que integram a nossa verdade intrínseca. O perigo é a naturalidade e a fidelidade a nós mesmos, a [illegible]ciliação com o que temos de mais valioso. A [illegible]visão conota quem nela aparece com uma vedeta. Partilhar o lugar das estrelas é captar um pouco da sua luminosidade. Ter um *close-up* do rosto visto em milhões de casas é um testemunho de êxito. O sentimento de insignificância é tanto, que surgir na televisão é um momento de saliência, de destaque na massa anónima, uma efémera experiência de celebridade, nem que seja para chorar o filho morto num acidente rodoviário. As maravilhas tecnológicas, o augúrio de um futuro cor-de-rosa, resultante da sua implementação mostra-se cada vez menos possível. A curiosidade inicialmente despertada pela informática transformou-se em numerosos casos um narcótico, um agente viciador de jovens e adultos, um síndroma de dependência caracterizado por procedimentos compulsivos, solidão, problemas de sono, perturbações no âmbito da comunicabilidade directa com outras pessoas, irritabilidade, prejuízos escolares, agressividade, delírios, reacções automatistas. Dos excessos da dedicação à televisão, computadores e em breve das viagens na realidade virtual, nascem distúrbios na integração social, na adaptação à realidade. Por outro lado, verifica-se uma tendência para prolongados períodos de inércia dispendidos defronte dos monitores, motivando a ingestão exorbitante de alimentos. 45% das crianças norte-americanas têm um televisor no quarto. 79% delas declara que a sua actividade predilecta é mastigar alimentos. Uma criança vê em média 40 mil anúncios publicitários por ano[1]. Muitos dos *spots* transmitidos são sobre comidas ou bebidas com elevado teor de açúcar e cativam a sua deglutição. A obesidade e uma taxa alta de colesterol são flagelos que grassam na população infantil, com as depreensíveis consequências no seu crescimento.

Não é difícil imaginar, num futuro em que o ensino fosse um negócio privado, programas educacionais concebidos com mestria e financiados, por exemplo, por empresas de *junkfood* ou de produtos de higiene, com consultores antropólogos, psicólogos ou neurólogos. Para além da criança receber informação útil para, por exemplo, a aprendizagem da leitura ou da aritmética, ser-lhe-ia inculcada uma dívida de gratidão para com a multinacional que com tanto zelo e atenção disponibilizou os seus préstimos pedagógicos. Educação como processo camuflado de marketing. Uma aposta genial com dividendos vitalícios. As firmas apadrinhantes destes projectos definiam logo uma garantia de exclusividade na preferência dos

produtos. O patrocínio não só tiranizava o público alvo como sabotava o caminho para outros concorrentes. As marcas entranhavam-se no indivíduo logo no dealbar da sua personalidade, formavam-no, tornavam-se parte da sua natureza.

Os super e hiper-mercados são as basílicas da liturgia consumista. Ao optarmos por um produto estamos também a adquirir os sonhos, a auréola de felicidade que a sua publicidade engendrou. No contexto parece plausível a analogia do vampiro: somos sugados enquanto estremecemos num frisson de júbilo.

Investigadores no âmbito do marketing, congressos e publicações onde se permutam e debatem ideias acerca dos hábitos de consumo, existem desde os anos sessenta. Os canais ou cadeias de televisão disputando entre si as audiências, segundo a lógica do ganhar ou do perder, utilizam-se a eles mesmos como veículo e estratégia de auto-promoção, com metodologias idênticas às empregues na vulgarização de outros produtos. Quando vemos um programa este não só é interrompido por anúncios de diversos produtos e serviços como também por anúncios de outros programas a difundir no canal no próprio dia ou durante a semana. O programa a que assistimos torna-se desde logo uma insatisfação, na medida em que a agressividade do negócio, a desmedida ganância de público nos estimula já para outros momentos de entretenimento melhores ou tão bons como aquele que ainda estamos a digerir. É preciso condicionar a lucidez do espectador, garantir a sua opção, caucionar a sua fidelidade. Os canais e os programas da televisão comercial são como as embalagens amontoadas nas prateleiras dos supermercados. Os equívocos, as mentiras e falsas expectativas trivializadas pela publicidade injuriam aquilo que a inteligência tem de mais íntegro: a necessidade de decifrar e interpretar os fenómenos e as experiências, de nos auto-esclarecermos através da procura da verdade.

A verdade a que nos referimos é a que resulta duma convicção interior e é a meta da faculdade de raciocínio. Sem ela não existe liberdade.

1. Referido por Paul Moreira, "Les enfants malades de la publicité", in *Le Monde Diplomatique*, Setembro de 1995.

Nome: ----------

Morada: ----------

Assinatura anual (2 números) - Portugal - 1.500$00 ( )

Assinatura anual (2 números) - Estrangeiro - 2.000$00 ( )

Enviar cheque ou aviso postal em nome da ASSOCIAÇÃO CULTURAL A VIDA
Apartado 2537 - P 1113 Lisboa codex

SOBRE A INTELIGIBILIDADE DO ANARQUISMO
(IDENTIDADE, SENTIDO E ACTUALIDADE)

por JERÓNIMO LEAL

As definições mais correntes e conhecidas de anarquismo caracterizam-no não tanto enquanto identidade, existência em si, mas antes como um movimento, uma existência lançada no mundo, sem singularidade própria e anterior.

Sem querer defender qualquer forma de imobilismo, considerando que tudo o que é encontra necessariamente uma expressão temporal e um movimento, parece-me possível aceitar, sem cair no pensamento dogmático, uma identidade peculiar para o anarquismo.

Única condição para aceitarmos, sem reserva, uma tal identidade característica é que a definição de anarquismo não seja dada de forma apriorística, por um método hipotético-dedutivo, que parta mais de hipóteses teóricas que da análise e do conhecimento prático das ideias anarquistas, mas antes por um método empírico, que analisa em primeiro lugar, livre de preconceitos, as várias ideias representativas e só depois sistematiza, na medida do possível, uma definição.

Nesse sentido é preciso conhecer as ideias representativas do anarquismo, substituindo pouco a pouco as representações vagas, indefinidas e pouco ajustadas por noções concisas e seguras; depois, estabelecidas e conhecidas as ideias particulares, é preciso tentar, a partir do que nelas há de comum, um entendimento do fenómeno geral que é o anarquismo enquanto tal.

Este trabalho foi já realizado, e constitui mesmo a ossatura duma das primeiras histórias do anarquismo, concebida sem intuitos de propaganda ou de crítica

destruidora, da autoria de Paul Eltzbacher, *O Anarquismo* (1900; trad. port., 1909).

Eltzbacher estabelece, na viragem do século XIX para o século XX, quando o anarquismo conhecia um período de enérgico desenvolvimento, sete sistemas de ideias anarquistas, testados a partir de três questões estruturais: a sua relação com o Direito, com o Estado e com a Propriedade.

Pelo Direito entende Eltzbacher a totalidade das normas jurídicas ou das obrigações impostas pela vontade do homem; pelo Estado entende a relação jurídica que cria um poder supremo a que todos os homens devem obedecer, independentemente de estarem ou não de acordo com ele; e pela Propriedade entende uma relação jurídica voluntária ou involuntária que dá posse de determinada coisa a uma pessoa ou a um conjunto delas, retirando-a a outras.

Além destas três questões centrais, Eltzbacher considera ainda outras duas: a base, o ponto de partida ou a filosofia geral das sete ideias em questão, e ainda o modo como cada uma delas espera alcançar aquilo mesmo a que aspira nas suas relações com o Direito, o Estado e a Propriedade.

A representatividade das ideias escolhidas, representatividade ao nível dos fenómenos particulares do anarquismo, justifica-se, segundo o autor, pelo facto de todas as outras ideias conhecidas como anarquistas poderem ser representadas por uma das que ele próprio escolheu.

As ideias escolhidas foram as de Godwin (1756-1836), de Proudhon (1809-1865), de Stirner (1806-1856), de Bakunine (1814-1876), de Kropotkine (1842-1921), de Tucker (1872-1939) e de Tolstoi (1828-1910). As conclusões do autor sobre o anarquismo fundamentam-se num criterioso estudo da relação das obras e das ideias destes sete autores com os cinco pontos acima apresentados.

Assim, na base, na realização e nas relações com o Direito e com a Propriedade as sete exposições não apresentam nada em comum, agrupando-se em modalidades diferentes e deixando desse modo de fora a possibilidade de, a partir delas, se poder enunciar uma definição do anarquismo como fenómeno geral. Segundo o autor, qualquer definição deste que não tenha em conta o que há de comum nas principais espécies do género não é senão uma definição parcelar e parcial.

Na base as ideias anarquistas nada têm em comum, pois há as que têm como ponto de partida uma lei natural, chamadas pelo autor de genéticas , e as que têm como ponto de partida uma norma idealista, chamadas críticas.

Também nas relações com o Direito as ideias anarquistas nada apresentam em comum, pois há as que o regeitam pura e simplesmente, chamadas por isso de anomistas (Godwin, Stirner e Tolstoi), enquanto outras o aceitam dentro de limites próprios, apelidadas de nomistas .

De igual modo, nas relações com a Propriedade nada há em comum, porque há as que recusam em absoluto a Propriedade, que o autor chama de indominístas (Proudhon, Godwin, Stirner e Tostoi), enquanto outras, as dominístas , a aceitam sob variadas formas, a forma privada ou individual (Tucker), a colectiva (Bakunine) e a comum (Kropotkine).

Finalmente o modo como cada uma destas ideias espera realizar as suas aspirações varia também, nada havendo de comum entre todas elas. Eltzbacher distingue formas de realização reformistas (Godwin e Proudhon), que entendem a mudança por meio de reformas progressivas do que já existe, e formas de realização revolucionárias, que encaram a mudança por meio duma ruptura com o que existe.

Dentro das formas revolucionárias distingue ainda o autor entre modos insurreccionais (Bakunine e Kropotkine), que encaram a mudança revolucionária a partir de acções que recorrem à violência, inclusivé armada, e modos renitentes (Stirner, Tucker e Tolstoi), que encaram a mudança revolucionária dentro duma perspectiva pacifista, que exclue o recurso à violência, e muito especialmente à violência armada.

Sobra, depois de todo este rol, a questão das relações das ideias dos setes pensadores com o Estado. É a

questão decisiva, pois é nela que há possibilidade de acordo entre as várias ideias. Todas elas, com efeito, negam o Estado, apresentando sobre ele uma opinião negativa e negadora.

Ainda de todas as principais espécies representativas do anarquismo terem em comum a negação do Estado levou Eltzbacher a pensar que é possível uma definição teórica do anarquismo, capaz de superar as definições particulares de cada uma das suas espécies no campo específico do Direito, da Propiedade ou da mudança social, onde as diferenças imperam.

Desse modo chegou o autor à definição do anarquismo em geral como "a negação juro-filosófica do Estado, isto é o género de doutrinas juro-filosóficas que negam o Estado " (1909: 234), definição esta que aceitamos plenamente.

Se quisermos respeitar as diferenças, dando-lhes o mesmo lugar e o mesmo direito, não temos outro remédio senão aceitar que só aquilo que há de comum numa pluralidade de coisas serve para definir um género. Caso contrário, arriscamo-nos a sobrevalorizar uma simples diferença, anulando todas as outras.

Aceitando que a melhor definição de anarquismo é aquela que o define como um conjunto de ideias que negam o Estado, e que o negam independentemente das suas formas particulares de se afirmarem noutros campos, somos levados a reconhecer a pertinência duma tal soma de ideias no conjunto dos conhecimentos e das realizações humanas.

Nada nem ninguém nos pôde garantir, à partida e até hoje, que só as ideias que afirmam o interesse e a necessidade do Estado têm cabimento no conjunto das concretizações e das aspirações humanas.

Para finalizar valeria a pena dizer que se a negação do Estado constitui a natureza do anarquismo enquanto género, uma tal natureza não implica necessariamente um acordo sobre o grau dessa negação.

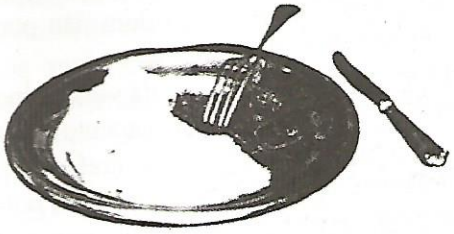
Assim, temos dentro dessa negação três graus diferentes: um primeiro que nega sem restrições de lugar ou de tempo o Estado, e a que Eltzbacher chama de dogmático ; um segundo que nega o Estado num futuro evolutivo, a que ele chama de céptico ; e um terceiro que nega o Estado não na sua essência, mas pelos seus malefícios particulares, a que chama de crítico .

Além disso, a negação do Estado, mesmo que em graus diversos, não implica ainda um acordo sobre o modo de funcionamento da sociedade sem Estado. Distinguem-se, sob esse dois aspectos, duas formas diferentes: a primeira, fora da órbita de qualquer contrato, a que o autor chama de espontaneísta , e a segunda, na esfera dum contrato livremente aceite pelos interessados, a que chama de federalista .

Aceitando o interesse possível desta última distinção entre espontaneístas e federalistas, não podemos deixar de relativizá-la, pois parece-nos que o atributo de espontaneístas dado às ideias de Godwin, Stirner e Tolstoi resulta largamente não da recusa dum contrato, que todos eles aceitam, mas da relação negativa que eles têm com o Direito.

De qualquer modo, a grelha que Eltzbacher encontrou no princípio do século para o anarquismo, e que ele sistematizou num quadro que reproduzimos em página separada pelo seu carácter sucinto e esclarecedor, parece-me suficientemente bem fundamentada para merecer a nossa confiança.

Mesmo que possa haver ajustamentos a fazer, os conceitos operacionais que lhe servem de instrumentos são do melhor que se encontrou no âmbito do estudo do anarquismo, e é de esperar que continuem, mesmo reformulados e ajustados, a dar excelentes frutos.



2. Kropotkine viu na vida natural a evolução permanente do menos para o mais o perfeito. Esta evolução é a faculdade que os organismos têm de se adaptar a novas situações, no meio em que vivem, através duma cooperação livre e empenhada das várias partes que os compõem.

Mais que uma luta simples e imediata pelos meios de subsistência, a cooperação livre e empenhada das várias partes dum organismo tem como objectivo assegurar uma harmonia estável e geral, através da progressiva adaptação dos organismos ao meio em que vivem, ou seja do seu aperfeiçoamento constante.

A ordem natural é assim o equilíbrio livremente estabelecido entre todas as forças que actuam num mesmo lugar, desde o esforço interno das partes dum mesmo organismo até ao esforço externo dos vários organismos entre si.

De igual modo, a vida social é a evolução constante e dinâmica do menos para o mais perfeito. Um organismo natural é um conjunto de partes ou de orgãos que cooperam entre si para a satisfação das suas necessidades e o aperfeiçoamento comum; a sociedade, que tem uma natureza moral, é um conjunto que trabalha também para satisfazer as necessidades dos seus membros, sem com isso pôr em causa o seu aperfeiçoamento interno e até externo.

A evolução perfectível da sociedade humana é também, correlativa e solidariamente, evolução dos organismos naturais. Não há evolução social destruindo a natureza, pois não há fronteiras, rígidas e fundas, entre o mundo moral do homem, determinante na evolução social, e o mundo mais imediato da natureza e dos intintos. A conexão e a solidariedade entre ambos existe; a doença dum não pode ser a saúde do outro e vice-versa.

A sociedade humana faz parte da vida, e encontra o seu sentido de existir no aperfeiçoamento do Universo. Este aperfeiçoamento não é linear, uniforme e rápido, mas antes lento, sinuoso e diferenciado, pois a vida para evoluir, seja no campo natural ou moral, encontra sempre obstáculos.

Estes obstáculos têm também um lugar indispensável no processo de maturação social e natural, pois também eles acabam por fazer parte da harmonia mesma da evolução, e constituem um aspecto fundamental da adaptação dos organismos vitais. A vida é capaz de inesperadas sínteses criadoras, mesmo nas situações mais adversas.

Pode pensar-se que, no conjunto da vida, a morte é apenas um acidente sem significado, um desses obstáculos passageiros que parecendo servir para atrasar o delicado fio da evolução aperfeiçoadora, nada mais é afinal que o esforço parcial mas necessário ao aperfeiçoamento do conjunto.

É então possível, firmados no esforço natural dos organismos e no esforço moral do homem e da mulher, afirmar uma confiança na perenidade da vida, na sua inteligência superior e na sua sagacidade subtil, na sua capacidade de renovação e de recriação, no seu poder formador e organizador.

O sentido da vida, o seu impulso ideativo, é libertário, e tem como finalidade a desobrigação dos organismos e o aperfeiçoamento geral do universo.

3. Encontrar uma identidade ou um sentido para o anarquismo a partir das suas ideias, e até do processo cósmico natural ou vital, sem fazer referência às suas realizações temporais, não significa que se considere o anarquismo numa esfera supra-histórica. Aceitamos evidentemente a sua participação na realidade da História.

A natureza profunda do anarquismo, situada, por negação, no campo da filosofia jurídica do Estado, leva-nos a considerar que ele deve o seu aparecimento histórico, se é que se pode falar deste, à constituição no século XVIII dum movimento de ideias culturais que aspiravam à liberdade do Homem, e à sua libertação dos vários despotismos político-jurídicos a que estava subjugado.

O anarquismo mais que um irmão do socialismo operário de Estado, próprio já do século XIX, é, quer-nos parecer, um gémeo das aspirações políticas liberais do século XVIII. Isto não significa transparência de liberalismo político e libertarismo,

[illegible] negue ao anarquismo uma forte presença [illegible] operário socialista. Significa tão só [illegible] natureza, independentemente de teorias [illegible] é anterior a ele. Socialismo e anarquismo [illegible] necessariamente de coincidir.

[illegible] quando estudou as relações das ideias [illegible] com a Propriedade encontrou doutrinas [illegible] em absoluto a Propriedade, e outras que [illegible] sob três formas diferentes: a privada, a [illegible] e a comunista.

[illegible] aspectos económicos das várias teorias [illegible] em confronto apenas duas poderão ser, [illegible] e sem ambiguidades, consideradas [illegible] — a colectivista de Bakunine e a comum [illegible] de Kropotkine —, e ainda assim não é [illegible] que lhes permite serem consideradas [illegible] quistas.

[illegible] caracteriza as ideias de Bakunine e de [illegible] como teorias anarquistas não é o facto de [illegible] sob um ponto de vista socialista a [illegible], mas sim o facto de se posicionarem no [illegible] da jusfilosofia como ideias que negam o [illegible] e a necessidade do Estado.

[illegible] que fosse possível aceitar que os vários [illegible] económicos que Eltzbacher chama de [illegible] se poderiam agrupar dentro duma [illegible] libertária de socialismo, o que me parece [illegible] caso de Stirner, ficariam sempre de fora as [illegible] económicas de Benjamin Tucker, que defendeu [illegible] da concorrência, da propriedade individual [illegible], do mercado e do dinheiro (livre no entanto [illegible] pólios).

[illegible] aspectos são decididamente refractários a [illegible] corrente económica socialista, por mais [illegible]. Em Tucker trata-se mesmo dum capitalismo [illegible], percursor do chamado anarco-capitalismo.

[illegible] o anarquismo como uma relação específica [illegible] a Propriedade, e com a Propriedade socialista, [illegible] a partir de certa altura se pretendeu, leva ao [illegible] de espécies próprias do anarquismo, num [illegible] nismo insustentável que só empobrece o rico [illegible] nio deste. Não há justificação para deixar de lado ideias económicas libertárias que ninguém decisivamente refutou.

Este reducionismo não se restringe porém, infelizmente, a aspectos económicos, mas diz também respeito praticamente a todos os outros domínios que o anarquismo abordou outrora com diversidade, com especial relevo para o modo de realizar a transformação libertária. O teor reformista, que foi timbre dalgum do melhor anarquismo de sempre, foi completamente afastado por inadequado e estranho à sua essência "insurreccionalista", que passou a ser a única concebível.

Caso se insista neste caminho, apresentando com intuitos totalizantes questões que são apenas secundárias, e que como tal não podem ser princípios rígidos, não nos parece que o anarquismo como movimento possa sair da crise em que se encontra desde 1939, altura em que as suas formas históricas mais conhecidas na Europa entraram em colapso.

Tais formas, muito ligadas ao socialismo obreiro, que se tornou dominante sob certas condições particulares, devem ter perdido a oportunidade de realizar historicamente a ideia dinamizadora dos vários anarquismos, a sociedade sem Estado. Não parece, de facto, possível que tais formas, apesar de letargicamente sobreviventes, possam vir a ter uma nova oportunidade para concretizarem, com os mesmos instrumentos e o mesmo projecto, aquilo que outrora, em condições muito mais adequadas, não foram capazes de fazer.

O importante para o anarquismo hoje não é insistir, perdendo tempo e forças, em palavras que se revelam anacrónicas, mas ser capaz de se libertar do dogmatismo e do fechamento em que as suas formas históricas mais conhecidas, mas também mais desgastadas, caíram.

O que está hoje vivo, ao nível do anarquismo, não são tais formas, — pálidas sombras sem qualquer intervenção activa na cultura humana dos dias de hoje —, mas sim o seu caroço teórico mais resistente e característico, que é aquele mesmo que vivifica e unifica os membros do género: a ideia não estatal.

A ideia libertária pode ainda aspirar ao palco activo da História, porque nada nos garante que o dinamismo intrínseco de tal ideia não possa ainda vir a inspirar formas sensíveis de realização prática que ajudem a sociedade humana, senão a libertar-se por completo da tutela do Estado, pelo menos a evoluir num sentido autónomo e solidário.

É aí que reside a actualidade do anarquismo, e a oportunidade do seu núcleo teórico mais resistente e típico, que pode hoje estar a tomar forma sob a designação de municipalismo libertário.

O municipalismo libertário parte da ideia que uma sociedade amadurecida, capaz de largamente se governar a si própria, requer na sua base constitutiva células livres e conscientes, isto é freguesias e municípios activos, diferenciados e autónomos, onde os anarquistas poderão participar.

A freguesia e o município podem constituir, hoje e no futuro, não o organismo revolucionário e de classe com que o anarco-sindicalismo sonhou outrora o sindicato, mas o organismo cívico, de convívio humano, capaz de restituir ao Homem enquanto cidadão o seu poder directo de decisão e a sua autoridade pessoal.

O municipalismo libertário, — através da participação dos anarquistas na freguesia e no município, participação essa que não visa evidentemente instrumentalizar a seu favor tais organismos, mas antes ajudar a redescobrir a sua função criadora e independente —, pode constituir a desejada forma renovada do caroço teórico mais individualizado do anarquismo.

É possível que o municipalismo libertário nada devendo às formas do passado, acabe no entanto por actualizar e alargar a sua base, incluindo a do próprio anarco-sindicalismo, que tendo hoje, visivelmente, esgotado a sua missão pedagógica junto da sociedade, não deixou por isso de representar, no cômputo dos eventos do passado, e não obstante as suas limitações, um factor progressivo de melhoramento.

Se assim for, se o municipalismo libertário aperfeiçoar a demanda do passado, a identidade e o superior sentido da ideia libertária acabarão por coincidir com as formas do presente, por muito imperfeitas que estas na aparência possam ser. A esperança reside, de qualquer modo, aí.

Doutrinas juro-philosophicas sobre o estado

Doutrinas affirmativas	Doutrinas negativas ou anarchistas, conforme														
	a base				o regimen affirmado em opposição ao estado		a maneira pela qual se realizará a transição para o regimen affirmado			as relações					
										com o direito		com a propriedade			
		Criticas						Revolucionarias					Doministas		
Hobbes, Hegel, Jhering, Montaigne, Bernstein, Spencer	Geneticas	Idealistas	Eudemonistas: Altruistas	Eudemonistas: Egoistas	Federalistas	Espontaneistas	Reformistas	Renitentes	Insurrecionaes	Anomistas	Nomistas	Indoministas	Individualistas	Collectivistas	Communistas
Doutrinas negativas															
Godwin			Go.			Go.	Go.			Go.		Go.			
Proudhon		Pr			Pr.		Pr.				Pr.	Pr.			
Stirner				St.		St.			St.	St.		St.			
Tucker				Tu.	Tu.			Tu.			Tu.		Tu.		
Bakounine	Ba				Ba.				Ba.		Ba.			Ba.	
Kropotkine	Kr.				Kr.				Kr.		Kr.				Kr.
Tolstoj		To.				To.		To.		To.		To.			

COMER BEM, DIGERIR MELHOR E CARPE DIEM
Breve Comentário Sobre A INTELIGIBILIDADE DO ANARQUISMO

por José Tavares

Boris Vian escreveu um livro cujo título *O Outono em Pequim* não corresponde ao conteúdo. Foi esse o seu propósito. Porém, Jerónimo Leal ao intitular o seu texto Sobre a Inteligibilidade do Anarquismo induz o leitor em erro. Porque embora fosse o propósito de JL, não existe, na minha opinião, correspondência entre esse título e o respectivo conteúdo. Não há uma exposição clara do ideal acrata, nem qualquer nova pista para a anarquia.

Poder-se-ia aceitar esta "estranheza" se o título fosse o sub-título de um outro título: *O Anarquismo*, por Paul Eltzbacher, jurista holandês, e estivesse integrado na rubrica Livros e Leituras. Neste caso, teria JL de dar uns toques ali e acolá no sentido de o posicionar claramente nesse espaço.

Antes de expôr, sucintamente, o porquê desta opinião, que não se limita ao facto de o texto de JL ser um resultado da leitura do referido livro, escrito há 106 anos, quero agradecer a JL pela contribuição ao debate de ideias, movimentos sociais e utopias. As colaborações são desejadas, a admissão da diferença é indispensável e salutar. Todo aquele que não aceite que outro não esteja de acordo com ele é um fanático, um sectário.

Anarquismo(s) e Anarquia

Quero começar, para fazer-me entender, por clarificar estes dois conceitos, anarquismo e anarquia, isto porque o erro de JL deriva da ausência da análise da correlação entre estes dois termos. De facto, em todo o texto não existe qualquer referência à utopia, a

anarquia, a realizar. Nem uma só vez a palavra anarquia é mencionada. Debruçando-se em exclusivo na reflexão sobre sete anarquismos - que surgem como sistemas defendidos por A, B, C, D, ..., ou, se quiserem, em doutrinas professadas ou a professar - fica a ideia de que o objectivo para o qual tendem os anarquismos referenciados não é a realização da anarquia mas a realização do "ismo", do sistema doutrinário defendido.

Ora, não só a anarquia não é "ismo", como o anarquismo, ou anarquismos, deve ser o processo, o movimento para a sua realização. Senão, o anarquismo não é mais do que o contrário da anarquia, ou uma degenerescência dela. E, neste último caso, pode bem ser que no fundo sempre o seja.

Não se pode reduzir a anarquia à luta por um ou outro anarquismo, à necessidade de infiltrar, minar ou actuar - como sugere JL quando fala da participação dos anarquistas em instituições da governação (Juntas de Freguesia) e portanto constituir a partir destas "o organismo cívico, de convívio humano, capaz de restituir ao Homem enquanto cidadão o seu poder directo de decisão e a sua autoridade pessoal" (*sic*). O que, aliás, recorda o esquema marxista da utilização da máquina estatal capitalista na construção ou levantamento da ordem socialista do proletariado.

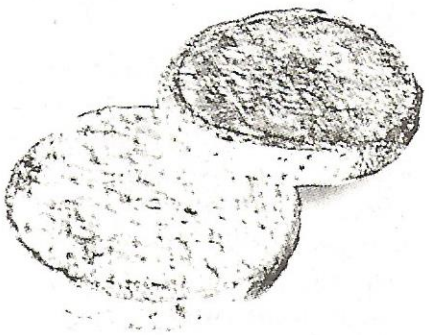
Nem tão pouco partilho a opinião de JL de que para a realização da anarquia - ou melhor, "essa ideia não estatal", como a denomina JL, sem ficarmos informados se essa ideia é a anarquia ou um liberalismo desembaraçado com reminiscências anarquizantes - "uma negação do Estado não implica um acordo em relação ao grau de negação desse mesmo Estado" (*sic*).

Na verdade, não se trata de mudar, ainda por cima possivelmente no sentido da governação da sociedade, como fazem e fizeram os marxistas, os liberais, os ecologistas políticos, as feministas que pretendem substituir os patrões homens por patrões mulheres, pois é sabido que para todos os mencionados mudar o mundo é sinónimo de o governar. Interessa, sim, dar um claro e rotundo NÃO ao existente. Realizar a anarquia não sobre aquilo que existe, mas a partir do que "não existe" e daquilo que nunca existiu, isto é, a partir de si própria. Só a anarquia é a condição da realização da própria anarquia. Neste sentido, a anarquia afirma-se ainda e sempre como a utopia a realizar.

A anarquia, que é aquilo que actualmente não é localizável nem espacial nem temporalmente, não é uma fuga à realidade, ao histórico, mas insatisfação perante o existente. É o "existente" que apela à sua realização e desperta em nós a exigência em ser vivida.

O anarquismo é um esquema de ideias e um movimento social para a realização da anarquia.

Se aceitarmos a idiossincrasia desses anarquismos e a individualidade do associado, não existindo determinismo nas formas de realização da anarquia mesmo no caso de podermos reduzir a um denominador comum os múltiplos anarquismos poderá haver tantos anarquismos como anarquistas. A anarquia é, segundo as concepções dos seus percursores [1], concebida como uma sociedade de mulheres e homens vivendo em paz, sem condicionalismos de liberdade e justiça, sem reconhecer ou submeter-se a uma qualquer autoridade



Conforme anunciado no sub-título, este comentário é breve, e por isso não tem o propósito de fazer o levantamento exaustivo das teses subjacentes à obra de Paul Eltzbacher e consequente leitura elaborada por Gill. [2]. Sendo assim, limitar-me-ei a comentar os seguintes aspectos:

O Livro

A primeira edição da obra de Eltzbacher em língua portuguesa é da Guimarães Editora, em 1908, traduzida por Manuel Ribeiro que , curiosamente, omitiu a introdução, os capítulos 1, 2, 10 e 11, bem como as tabelas classificativas. O livro reduz-se à apresentação dos sete anarquismos, analisados sob o ponto de vista jurídico-filosófico. Excluídas foram as opiniões e considerações pessoais do próprio autor, o que o transforma num livro de divulgação das ideias desses sete mencionados. Manuel Ribeiro, após uma passagem pela Federação Maximalista, aderiu ao Estado Novo, o que o seu acto de censura face à obra original já premeditava(?).

No entanto, a obra acabou por ser editada integralmente traduzida, por Agostinho Fortes, em 1909 e 1910.

Max Nettlau, o "Heródoto da anarquia", como o designava Rudolf Rocker, escreveu a propósito deste livro na *História da Anarquia*: "Um livro de um jurista, adversário, mas de execução meticulosamente exacta. *Der Anarchismus*, pelo Dr. Paul Eltzbacher (Berlin, 1900, 305 pp) apareceu então, comparando as ideias principais de Godwin, Proudhon, Stirner, Bakunine, Kropotkine, Tucker e Tolstoi - livro muito incompleto no que diz respeito a esses mesmos autores e que não tem em conta as outras concepções anarquistas, mas que chega ao objectivo directo de apresentar ao grande público a crítica social e as proposições principais destes sete libertários" (Editorial Zafo, Barcelona, 1978, p. 206-207.)

Resta dizer que o livro surge na Belle Époque, em ambiente de propaganda pelo acto (em 1900 Gaetano Bresci, operário têxtil, atira três tiros de pistola contra Humberto I de Itália. Bresci, condenado a trabalhos forçados, morre misteriosamente na prisão, um ano depois), de repressão aos anarquistas, e muitos encontram-se perante a barra dos tribunais. Antes de mais, o jurista Eltzbacher proporciona aos seus colegas, com este seu livro, a "compreensão" do sistema doutrinário que cada anarquista professava ou partilhava. Parece-me, pois, que ao público a quem se destinava o livro não interessariam as ideias nele expostas, mas a forma de as reprimir (classificando-as, logo reduzindo-as?). Não deixa de ser, no entanto, uma excelente obra que contribuirá para a difusão desses esquemas de ideias. [3]

O Anarquismo e a Classe

Dou a palavra a Rudolf Rocker, autor, entre outros livros, de Nacionalismo e Cultura, sem dúvida o melhor livro que conheço sobre o tema, e desgraçadamente nunca traduzido em Portugal, fundador em 1921 da AIT, a internacional anarco-sindicalista: "A classe é só um conceito sociológico que tem para nós a mesma significação que a divisão da natureza orgânica, pelo homem de ciência, em diversas espécies. É um fragmento da sociedade como a espécie é um fragmento da natureza. Atribuir-lhe uma "missão histórica" é incorrer num jogo especulativo do nosso pensamento e não tem maior valor que se um naturalista quisesse falar, por exemplo, da missãodos crocodilos, dos macacos ou dos cães. Não é a classe, mas a sociedade em que vivemos e da qual a classe não é mais do que uma parte, que influi continuamente até no mais profundo da nossa existência espiritual. Toda a nossa cultura, a arte, a ciência, a filosofia, a religião, etc., é um fenómeno social, não um fenómeno de classe, e impõe-se a cada um de nós, qualquer que seja a camada social a que pertençamos" (As Ideias Absolutistas no Socialismo).

Um exemplo: Stirner, pela revolução? pela insurreição?

Vamos dar a palavra ao próprio Stirner: "Revolução e revolta não são sinónimos. A primeira consiste numa mudança de direcção do status quo, da ordem constituída; é pois um acto político e social. A segunda tem, certamente, por consequência inevitável uma transformação do estado de coisas existente; só que ela não nasceu daí, mas do descontentamento individual dos Homens. Não é uma insurreição armada mas um levantamento de indivíduos, uma rebelião descuidada das suas consequências. A revolução visa a uma organização nova; a revolta move-nos a não nos deixarmos mais organizar, mas a organizar-mo-nos a nós próprios, como nós queremos." (*Pequena Antologia do Anarquismo*, Ed. Inquérito, 1975).

Assim, verifica-se que não é possível arrumá-lo numa tábua classificativa, aprumando-o naqueles que defendem a revolução e a insurreição armada. Não é somente um problema de significados, mas uma questão de valores, princípios e temperamentos distintos.

A rigidez classificativa das análises ditas científicas sobre os anarquistas fica-se pela sua não-existência. Ainda mais que Max Stirner, aliás Johan Gaspar Schmidt, nem uma só vez se disse anarquista. Foi, isso sim, designado como tal à posteriori,m e era essencialmente anti-doutrinário. Já Bakunine afirmou, a doutrina mata a vida.

Godwin também nunca se afirmou anarquista. Bakunine designava-se umas vezes colectivista, outras socialista anti-autoritário, porém não deixou de se declarar partidário da anarquia. Proudhon, o primeiro a nomear-se anarquista, não deixou por isso de empregar a palavra anarquia umas vezes no sentido de desordem e outras como o ideal já atrás definido, e reclamava-se mutualista e socialista. Tucker disse-se anarquista e, segundo Victor Garcia, afirmou que Kropotkine não era anarquista. Kropotkine, por sua vez, nomeava-se anarco-comunista. Por aqui se nota a subjectividade das classificações elaboradas por Eltzbacher.

@@@

Para finalizar, resta dizer que as correntes históricas anarquistas predominantes ou etapas históricas: individualismo, mutualismo, colectivismo, anarco-comunismo, anarco-sindicalismo encontram-se, em minha opinião, esgotadas sob os golpes das realidades tecnológicas, do desenvolvimento do capital, logo da governação. Muitas das propostas elaboradas não deixam, no entanto, de manter actualidade, e muitas vezes são reforçadas pela realidade dos factos.

A superação dessas mesmas etapas certamente terá que ser realizada na prática, vivendo e fazendo anarquia a partir de si mesma.

Retomo as primeiras palavras deste meu comentário: comer bem, digerir melhor e carpe diem. É preferível uma utopia sem catecismos, sem "ciência", porém sem ilusões.

notas

1 - Eis uma lista de alguns dos percursores: Gerard Winstanley e William Everard, partidários da abolição da autoridade e da propriedade, viveram durante a república de Cromwell, em Inglaterra; Etienne de la Boétie (1530 - 1563); Edmund Burke, holandês, que em 1756 expressa a ideia de que nenhum governo é melhor que outro; o inglês John Bellers; Robert Wallace, escocês, em 1761 advoga um federalismo descentralizador; Thomas Paine, em 1776, escreve que "em todos os graus da sociedade é um bem mas que inclusivé no melhor dos seus aspectos o governo é um mal intolerável"; A. C. Cuddon, a quem se atribui o folheto Demonstração dos males inerentes a todo o governo, surgido em Oxford em 1796 e que posteriormente, segundo Victor Garcia, o anarquismo individualista tratará com muito carinho. No Japão aparece no séc. XVIII Ando Shoeki que, ainda

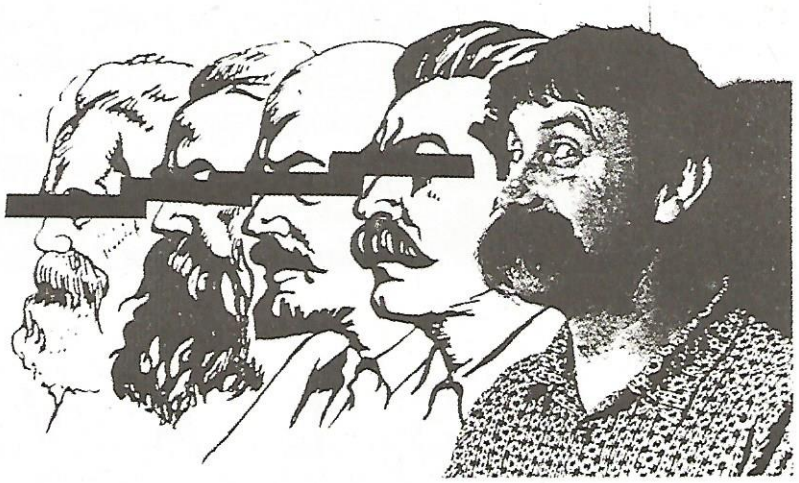
[illegible] Victor Garcia, escreveu uma obra que [illegible]mente era constituída por 100 volumes [illegible] 12 livros (satsu), O Caminho da Natureza e o [illegible], onde grande parte é um anátema contra o [illegible] e a religião; a sua picareta demolidora não [illegible] nada de pé, arremete contra o confucionismo, [illegible]mo, o taoísmo, o shintoísmo e enhuma religião [illegible] a sua aprovação. Em França, Jean Meslier [illegible] impressionará Voltaire com o seu [illegible], condena o Estado, todos os governos e [illegible] alguns. Retif de la Bretana, Don [illegible]ps, Sylvan Marechal, Jacques Roux, Jean [illegible] e Teófilo Leclerc. E até Proudhon, talvez o [illegible]acado dos precursores, e o inglês Godwin" [illegible] Garcia, *Utopias e Anarquismo*, Editores [illegible]os Reunidos, 1977).

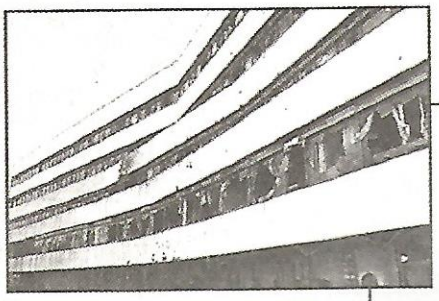
[illegible] minha intenção que este breve comentário seja [illegible] esboço de um trabalho mais profundo e [illegible]olvido sobre o tema. Como, porém, se [illegible]hece o dia de amanhã, não quero tomar o [illegible]misso de realizar este meu desejo mas declarar [illegible]arei realizá-lo.

3 - Em Portugal, seis anos antes da publicação do livro de Paul Eltzbacher, tivemos também um personagem, adversário, que escreveu sobre o mesmo tema e com as mesmas preocupações: O Anarchismo, por António de Serpa Pimentel (amigo do então presidente do Conselho, Hintze Ribeiro), em 1894.

indicação bibliográfica

George Woodcok, O Anarquismo
James Joll, Anarquistas e Anarquismo
Henri Arvon, O Anarquismo
Max Nettlau, História da Anarquia
Domenico Tarizzo, A Anarquia. História dos movimentos libertários no mundo
Victor Garcia, Utopias e Anarquismo
Arthur Lehning, Marxismo e Anarquismo
Pierre Clastres, A Sociedade Contra o Estado
Benjamin Cano Ruiz, William Godwin
Gaston Leval, O Pensamento Construtivo de Bakunine
Erte Sanchiori, Anarchismo





JUGOSLÁVIA

SOCIALISMO E BARBÁRIE

DA NÃO-EXISTÊNCIA À AUTO-DESTRUIÇÃO

Terá alguma vez existido uma Jugoslávia unida e feliz? É mais que natural colocar-se esta dúvida, face aos resultados que temos perante nós. De qualquer modo não se esqueça o quanto e o como se manteve um mito destes nos meios progressistas europeus, alimentado por umas eventuais agradáveis férias na costa da Dalmácia ou por uma série de considerações superficiais mas tranquilizadoras. Assim, durante décadas, a terra onde hoje se contam mais de 200 000 mortos foi considerada uma espécie de pátria do "socialismo de rosto humano".

A determinar um tal quadro idílico, e frequentemente propositadamente simplificado, concorreram uma série de factos, ocorridos e interpretados de forma forçadamente elogiosa. Deste modo, a dura luta da resistência de 1941-45, a primeira a estalar na Europa contra o nazifascismo, ajudou a consolidar a imagem de um povo unanimamente de fileiras cerradas contra qualquer ressurgimento fascista. Neste sentido jogava também o facto de a Jugoslávia nunca ter reconhecido o regime de Franco, pelo contrário, ajudou de várias maneiras a oposição antifranquista. Esquecia-se, porém, que entre os colaboracionistas se encontrava uma parte, e não pequena, dos vários movimentos nacionalistas croatas e sérvios, mas também eslovenos e muçulmanos. Por outro lado, negligenciava-se o pouco agradável elemento do conflito interétnico desencadeado dentro e à volta da luta de resistência, com prolongamentos sucessivos a 1945 e que levaram a autênticos morticínios em massa dos vencidos.

A ruptura com Estaline, em 1948, levou a um reforço do mito de uma Jugoslávia corajosa e independente, assumindo uma posição de se subtrair ao domínio do ditador georgiano. Quase sempre a exaltação desta escolha, sem dúvida arriscada, se fazia sem atender a um discurso sobre o poder pessoal de Tito, verdadeiro e autêntico ditador, levado a eliminar de cena os seus possíveis concorrentes com métodos brutais, como o do *gulag* adriático de Goli Otok, onde foram encarcerados em terríveis condições dezenas de milhares de opositores, verdadeiros ou imaginados, acusados de estalinismo. Este campo de concentração, que funcionou durante boa parte dos anos cinquenta, não tinha nada a invejar aos temíveis *gulag* siberianos, quanto à sua capacidade de destruição da personalidade, e tantas vezes da própria vida, dos prisioneiros.

A difusão das experiências autogestionárias na administração pública e a proclamação do princípio federalista entre as várias repúblicas traziam a promessa, para aqueles que já tinham uma predisposição favorável, da figura de um estado aberto a experimentar formas socialistas, acompanhadas de uma substancial igualdade e de uma notável paridade entre as várias etnias que compunham o mosaico jugoslavo. As intenções apregoadas não levaram, contudo, à criação de uma autêntica autogestão, mas antes a uma espécie de moderado controle as-

sembleísta dos dirigentes, de vez em quando julgados pelo seu desempenho organizativo e, em certos casos, mesmo destituídos, deixando os seus postos a outros dirigentes. Ninguém, ao que parece, pôs em dúvida a existência e a utilidade de tais dirigentes, a quem se confiavam as decisões e a gestão da vida quotidiana. Muito menos, ainda segundo as informações que possuímos, se abriu qualquer debate sobre a integração do trabalho manual e do trabalho intelectual, como via para uma real emancipação face ao poder tecnocrático.

O federalismo, outro pilar do sistema jugoslavo, era mais alguma coisa do que um simples equilíbrio entre as castas dirigentes regionais, em constante luta pela supremacia ou pela sobrevivência? Nos últimos anos as diferenças económicas entre o norte rico (Eslovénia e Croácia) e o sul pobre (Montenegro, Kosovo, Macedónia) tinham feito emergir com prepotência a rivalidade e a inimizade entre os "europeus desenvolvidos" e os "orientais sub-desenvolvidos". Os primeiros lamentavam-se, já abertamente, de terem que pagar demasiado para manter as regiões atrasadas, os segundos respondiam que era precisamente a sua mão-de-obra e os seus produtos agrícolas a baixo preço que favoreciam a riqueza dos outros. A descentralização administrativa, aumentada na Constituição de 1974 por vontade de Tito para evitar coligações de opositores dentro da elite do poder, tinha acabado por aprofundar as diferenças e sobretudo a hostilidade, mais ou menos disfarçada, entre os grupos dirigentes das várias repúblicas, só aparentemente unidos na cúpula da Liga Comunista, o partido único, instrumento dócil do ditador até à sua morte.

A anunciada neutralidade em relação aos dois blocos mundiais, inaugurada logo em 1948, constituiu uma poderosa base ideológica para contribuir, nos anos 50, para a fundação de um movimento "terceiro-mundista", com a liderança jugoslava reconhecida pelos estados ex-colonizados, potentes e fracos ao mesmo tempo. Qualquer um podia afirmar que centenas de milhões de pessoas, da India à Indonésia e a dezenas de novos estados, procuravam escapar ao domínio americano ou soviético em nome da independência e do orgulho nacional. Por detrás da fachada dos encontros na magnífica residência de Tito, na ilha istriana de Brioni, delineavam-se uma série de novas dependências entre sectores de vários estados, por exemplo entre as fábricas de armamento jugoslavas, directamente ligadas às cúpulas militares, e uma grossa fileira de dirigentes militares, golpistas ou democráticos, que controlavam o poder político em muitos países africanos e asiáticos.

A mesma vontade de independência e de soberania —reconhecidas pelos dois blocos, do ocidente e de leste,cada qual pelas suas próprias razões — tinha empurrado o aparelho militar jugoslavo a lançar um modelo "suiço" de defesa nacional, justificado com o objectivo de tornar mais difícil qualquer ocupação estrangeira. A referência explícita era para os carros armados soviéticos que, pela sua parte, tinham já demonstrado a sua função repressiva internacional, na Alemanha de Leste em 1953, na Hungria em 1956, na Checoslováquia em 1968. Esta difusão capilar das armas, o sustento institucional de uma cultura da luta violenta, o serviço de "defesa territorial" que ocupava várias semanas por ano homens e mulheres, constituiram no momento da ruptura do equilíbrio interno, em 1991, outros tantos instrumentos predispostos ao recontro armado, desta vez em nome da independência e da soberania de uma nacionalidade ameaçada pelas outras, ou entendida como tal.

Diversos outros factores caracterizavam à realidade jugoslava em relação à situação nos outros países do Leste europeu. Entre eles, uma maciça emigração, de natureza económica, de trabalhadores manuais e de técnicos, quase um milhão entre permanentes e sazonais, a maioria para a Alemanha Ocidental e para os países escandinavos, mas também para o Canadá, os Estados Unidos e a Austrália. Por um lado isto significava que o regime encorajava uma tal fonte de receitas nacionais, por outro lado tal implicava importantes consequências para o controle político e cultural da população. Como nas ditaduras franquista

autozarista, as massas de emigrantes levavam a uma ruptura do isolamento e a um esvaziamento da censura, uma circulação de ideias e de informações recolhidas em países mais modernos e, tantas vezes, mais conflituais e diversificados no seu sistema comunicativo.

Mesmo no estrangeiro reproduziam-se as tensões históricas entre o radicalismo étnico e político que tinham dilacerado a sociedade jugoslava durante a Segunda Guerra Mundial. Não era raro que, mesmo nos anos 70, à volta dos consulados jugoslavos na Suíça ou na Alemanha se verificassem recontros armados entre grupos de *ustasa* (fascistas croatas) e os serviços secretos de Belgrado. Num outro plano manifestava-se um forte movimento nacionalista croata, nos primeiros meses de 1971, conhecido como a "primavera de Zagreb", que reivindicava mais autonomia económica, mais que política ou cultural, guiado pelo jovem líder da Liga Comunista Croata; figura então marginal, era agora um histórico chamado Tudjman. Tal movimento chega a atingir uma dimensão de massas, até ser estrangulado por Tito e pela sua *entourage* que, em tais circunstâncias, usou até a nova esquerda intelectual de Zagreb. Evidentemente, não chegaram a ser resolvidos os problemas de fundo que haviam determinado a explosão.

A personalidade de Tito, com os seus maneirismos de presumido oriental e de *caudillo* (a sua fotografia era obrigatória em todos os locais públicos, os gestores apenas podiam escolher um de entre os vários oficialmente autorizados), centralista e despótico, sempre nostálgico do período da resistência e tantas vezes politicamente desabusado, pode dar notáveis indicações sobre o funcionamento, tantas vezes contraditório, do regime jugoslavo. Uma sua indicação nos anos 60, dada aos produtores e aos comerciantes privados, a de se aproveitar os espaços de mercado existentes para um "enriquecimento" sem obstáculos de tipo colectivista, acabou por favorecer — além do aumento das desigualdades de classe e regionais — a corrida à especulação financeira e ao endividamento de milhões de pessoas à banca jugoslava, por sua vez endividada ao Fundo Monetário Internacional. Ainda por cima, tal dívida não está ainda paga e permanece aberto um contencioso, de contornos tempestuosos e de futuro imprevisível, entre os herdeiros do velho estado jugoslavo sobre a quota parte que cabe a cada um destes novos sujeitos institucionais. Na sua morte, ocorrida em 1980, o Chefe foi venerado de maneira religiosa pela população, enquanto todos se davam conta que o seu fim tinha comportado contra-golpes bastante arriscados.

Logo após a morte do marechal Tito, o conflito nacional acendia-se entre a república mais forte, a Sérvia, e a província autónoma mais débil, o Kosovo. Durante quase uma década foi possível assistir à ocupação militar do território do Kosovo pelo exército federal, ocupação justificada pela necessidade de proteger a minoria sérvia, em perigo devido à agressividade dos muçulmanos, 90% da população local. À parte episódios que parece mais terem a ver com a pequena criminalidade corrente, aos muçulmanos era ainda atribuída uma excessiva fertilidade: a sua taxa de crescimento natural ultrapassava a etnia sérvia. Foi à volta da questão do Kosovo, que para a cultura tradicional sérvia continuava a ser a terra onde se havia registado uma infeliz batalha com os turcos "apenas" seis séculos antes, a terra onde estavam sepultados os princípes gloriosos, a terra dos maiores mosteiros ortodoxos, que se fundou a liderança nacionalista de Milosevic. As suas concentrações de centenas de milhares de sérvios na periferia de Belgrado, giravam constantemente à volta da ajuda aos irmãos em perigo no Kosovo, das humilhações que o povo sérvio, valente na batalha mas avesso aos truques diplomáticos, tinha sofrido na história passada e nas contingências presentes. Particularmente, durante uma manifestação que reuniu centenas de milhares de sérvios em território do Kosovo, Gazi Mestan, o líder nacionalista proclamou aos quatro ventos que se continuassem as ameaças e as ofensas aos sérvios do Kosovo, utilizar-

se-ia o recurso à guerra. O projecto de conquista do poder da cúpula da República Sérvia foi caracterizado por parte de Milosevic, que bem depressa se torna o chefe do Partido Socialista, de um alto conteúdo etnocêntrico, mascarado por uma elevada dose de vitimismo e de explícito revanchismo. Neste âmbito de crescente nacionalismo no interior da etnia mais numerosa da Jugoslávia, os próprios intelectuais da Academia Sérvia forneceram, com o Manifesto de 1986, uma justificação teórica que viria a ser considerada pelos nacionalistas croatas, eslovenos e bósnios como o rastilho cultural e político para o expansionismo sérvio.

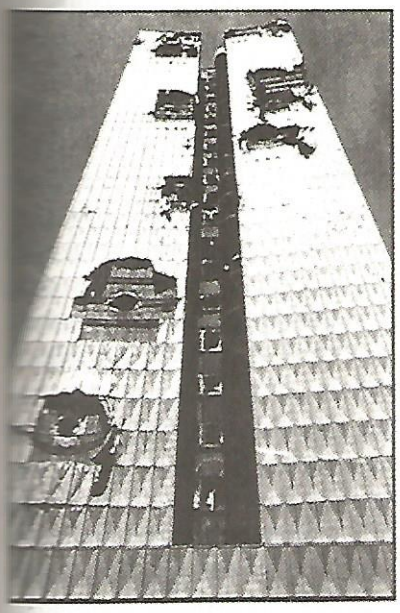
Ao nível das cúpulas institucionais, o poder de Tito foi herdado por uma presidência colegial composta por oito membros, representantes das seis repúblicas (Eslovénia, Croácia, Bósnia, Sérvia, Montenegro e Macedónia) e das duas províncias autónomas (Vojvodina e Kosovo). Este delicado sistema entrou em crise no fim dos anos 80, quando passou a acontecer a paralisia decorrente da contraposição sistemática dos quatro votos controlados por Milosevic (Sérvia, Montenegro e as duas províncias submetidas à hegemonia de Belgrado) e dos quatro votos das repúblicas anti-sérvias. Quase na mesma altura passou a faltar um outro terreno institucional de confrontação, a Liga Comunista, uma criação de Tito, que tinha pensado num novo nome para o Partido Comunista. No seu último congresso, em 1990, os delegados eslovenos tinham-se afastado, recusando os condicionamentos e as imposições da presidência do congresso.

Aos conflitos internos no que restava oficialmente da República Federativa Socialista da Jugoslávia juntou-se, com toda a força, os acontecimentos ligados à queda do Muro de Berlim, no fim de 1989, particularmente a repentina mudança das fronteiras alemãs, a primeira alteração ocorrida depois de 1945 e rapidamente reconhecida a nível internacional. Enquanto se perfilava, igualmente, a separação das repúblicas bálticas do corpo estatal da URSS, as forças nacionalistas e independentistas, tanto eslovenas como croatas, preparavam o seu processo de separação do corpo, já débil e doente, da Jugoslávia. Nos primeiros meses de 1990 as eleições nas duas repúblicas "mais desenvolvidas" davam a vitória aos partidos nacionalistas, católicos e fortemente apoiados pela emigração anti-comunista. Os novos dirigentes políticos, boa parte dos quais eram reciclados do próprio aparelho comunista, estavam a levar a termo o objectivo, publicamente desmentido até pouco tempo antes, de fundar novos estados.

Esta situação inédita oferecia, pelo menos a quem tivesse um mínimo de conhecimento histórico e a consciência da natureza violenta e brutal dos aparelhos estatais, a oportunidade de verificar, quase como num "laboratório político", o nascimento de novos poderes de estado. Se é bem verdade, como dizia o velho Bakunine, que "o Estado é a legalização da violência", a situação jugoslava oferecia uma dupla versão de tal afirmação: os novos estados (Eslovénia e Croácia) eram o produto de um novo domínio político e militar consagrado com sangue, o velho estado, ou melhor, a sua denominação assumida pela Sérvia e Montenegro (Jugoslávia) mantinha-se graças a uma produção de morte e destruição sem precedentes na Europa, naturalmente desde 1945.

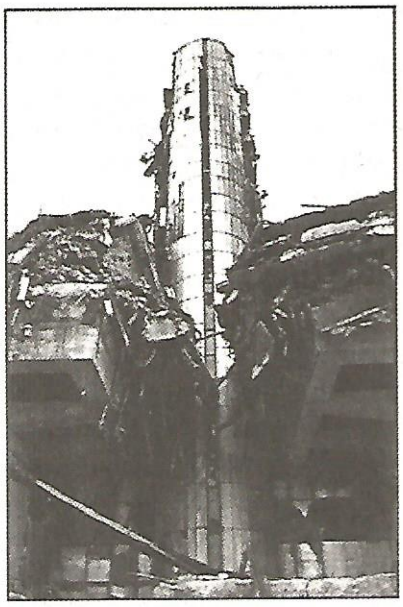
As etapas deste processo iniciam-se com o esforço dos novos dirigentes eslovenos de conquista da independência, na primavera de 1991. Restam poucas dúvidas sobre a intenção de provocar uma pequena guerra com o exército jugoslavo, de maneira a gerir, inclusivamente através de um uso maciço e moderno dos mass-media a nível internacional, um ressentimento nacional de efeitos imediatos. Na realidade os recontros de Junho de 1991 duraram apenas uma semana, provocando menos de uma dezena de mortos eslovenos, e uns cinquenta no total, mas era o bastante para alimentar um mito restauracionista e para justificar as enormes despesas militares para lançar, com a necessidade de uma união étnica para lá das ideologias, a prevalência de uma lógica militarista sobre qualquer ilusão pacifista. Bakunine, hoje, deveria acrescentar à definição de

Tomado "e do engano através dos media".
Além doutras zonas, na Eslovénia manifestara-se um movimento importante pela desmilitarização do território, com adesões de massas e a presença de um pacifismo não-violento de conotações vagamente libertárias. Tratava-se da mimetização de um nacionalismo hábil e inteligente ou, pelo contrário, era uma fase de "ingenuidade e esperança?"



Quando um dos acusados destas actividades, por cuja libertação se recolheram assinaturas e se organizaram manifestações, comparece na televisão em Junho de 1991, com todo o aparato e na qualidade de neo-ministro da Defesa, e incita à luta armada contra o invasor servo-comunista, qualquer coisa mudou na espontânea e quase automática simpatia por aqueles que, em determinadas circunstâncias, têm o papel de vítimas temporárias. De qualquer modo a Eslovénia, em Julho de 1991, separa-se com um acordo estipulado, em tempo surpreendentemente curto, do resto da Jugoslávia, e desde aí reivindica repetidamente nada ter a ver com a realidade balcânica, reconhecendo-se, em vez disso, como fazendo parte da *Mitteleuropa*. As suas fronteiras irão fechar-se hermeticamente aos fugitivos que tentavam escapar das zonas de guerra na Croácia, onde logo depois de Junho de 1991 se inicia um conflito armado bem mais grave e desastroso.

O exército jugoslavo perfilou-se no território croata com o pretexto de se interpor entre a população croata e as minorias sérvias que na Krajina, a sul, e na Eslavónia, a norte, já haviam proclamado a secessão do governo nacionalista de Tudjman. A guerra, verdadeiramente, dá os primeiros e irreversíveis passos com a destruição da cidade de Vukovar, na Eslavónia, onde ocorria uma secular convivência interétnica, verificada mesmo no seio de um movimento reivindicativo operário. Aqui, os carros armados com a estrela vermelha do Exército Popular, ao lado de bandos para-militares sérvios, agiram como tropas de ocupação, e impuseram um poder militar ao lado de um poder político formado de figuras nacionalistas da etnia sérvia. Aos croatas residentes na Eslavónia não restou senão agarrar nalguns haveres e partir para Zagreb. Os sérvios, que constituiam 12% da população da Croácia, serão considerados inimigos do novo poder, que volta a utilizar as bandeiras e outros símbolos do estado *ustasa* de 1941, colaboracionista do nazifascismo e autor de massacres contra antifascistas sérvios e



... deixamos para o final dois convidados especiais: tínhamos combinado com dois refugiados bósnios acolhidos pelo nosso país, a sua presença no programa de hoje. ontem mesmo, no entanto, comunicaram-nos que no seu lugar viriam dosi dos seus familiares recém chegados de sarajevo. estão aqui esta noite connosco, e creio que a

ciganos. Na Krajina, no verão de 1990, grupos armados de nacionalistas sérvios, com o evidente apoio de Milosevic, tinham já iniciado uma revolta secessionista, perseguindo os habitantes das povoações croatas.

A guerra na Croácia assume a forma de invasão, e o governo de Tudjman joga bem ao reivindicar a urgência de defender o próprio povo agredido, enquanto mesmo a oposição menos nacionalista cede a iniciativa (entre os poucos grupos libertários activos na Croácia notam-se, em tal conjuntura, evidentes cedências à lógica de defesa militar da própria pátria e, até 1993, não haverá a mínima oposição pública às acções militares; num certo sentido, até a sua identidade política e ideológica ficará vítima da guerra; nestes casos, terá pesado a falta de experiência própria anterior, independente dos partidos e movimentos democráticos, inevitavelmente ligados à lógica estatal). Em poucos meses, a "defesa territorial" croata está transformada num exército mais ou menos regular, ajudado por um consistente tráfico clandestino, valorizando também os serviços prestados pelos grupos declaradamente *ustasa*. Por sua vez, os militares croatas atacam povoações sérvias isoladas, perseguindo os sobreviventes.

No plano internacional, enquanto no verão de 1991 muitos estados — entre os quais os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, além do estado moscovita — se declaravam contra o desmembramento da Jugoslávia, no inverno desse mesmo ano já a situação muito havia mudado. A iniciativa do Vaticano, que vê com bons olhos uma liderança católica tradicionalista, seja eslovena seja croata, coloca em movimento um reconhecimento diplomático simultâneo de Ljubljana e de Zagreb, que é imediatamente seguido pela Áustria e pela Alemanha. Os novos estados, reconhecidos no curso de poucos dias por outros estados europeus, podem apelar à ONU e, num plano mais concreto, ao mercado internacional de armamento, tornando-se clientes preciosos para os vários *lobbies*. O deflagrar da guerra reclamou, evidentemente, a atenção das grandes organizações de venda de drogas pesadas, material essencial para assegurar uma certa disponibilidade por parte dos jovens, que o menos que pensavam seria na vida na frente de batalha, nos assaltos, na convivência com a morte, fosse nas próprias fileiras fosse nas do inimigo.

A intervenção das tropas da ONU, no final do verão de 1991, como seria de prever, não impede a continuação da guerra, antes a favorece, pois as poucas tréguas respeitadas possibilitam a reorganização técnica e logística, fundamental para exércitos acabados de se formar. Assim, a Croácia equipa-se, de raíz, com aviação, artilharia e marinha de guerra, enquanto o que resta do exército jugoslavo, fiel à "Terceira Jugoslávia", composta já apenas pela Sérvia e Montenegro, utiliza as amplas reservas e depósitos acumulados nas décadas anteriores.

Desde a primavera de 1992, o mesmo mecanismo de aprofundamento dos ódios nacionais e de preparação psicológica e prática para o conflito armado que já se havia imposto na Croácia estende-se à Bósnia, conhecida como a "pequena Jugoslávia" devido ao entrelaçar de etnias, religiões, tradições, que aí se verificava. Aqui, a passagem de uma convivência difícil, mas real, a uma situação de guerra interna é abertamente facilitada pela comunidade internacional, que coloca como condição para o reconhecimento da sua independência a realização de um referendo sobre esse tema; sabia-se que enquanto os dirigentes muçulmanos e croatas eram favoráveis à independência, as principais figuras sérvias declaravam-se contra, porque sentindo-se pouco seguras em caso de uma separação da Sérvia. O resultado eleitoral satisfez a formalidade exigida: a Bósnia será declarada

---

televisão nunca tinha tido a oportunidade de oferecer um testemunho tão atemorizante. mas eu pedia-lhes que se apresentassem. - boa noite. eu chamo-me cvilic jalahudin e era torneiro em sarajevo. morri há três dias. estou enterrado num parque público da minha cidade. - eu chamo-me jasna ihtijarevic e era padeira em srebrenica. agora

independente e reconhecida pelos diplomatas, e a de imediato rebentaram as hostilidades. As primeiras balas serão disparadas em Abril de 92 em Sarajevo, contra um enorme, e impotente, cortejo pacifista, composto por pessoas das três etnias, atacado por nacionalistas sérvios armados.

Sarajevo tornava-se, assim, o sítio onde durante quase quatro anos a guerra se manifestou nas suas formas mais brutais: separação entre os bairros muçulmanos e sérvios, assassínio de civis, o bombardeamento das colinas circundantes, explosões de fanatismos e fundamentalismos religiosos. Os mass media vão focar a atenção de todo o mundo sobre as vítimas inocentes, reafirmando o quanto de bárbaro incivilizado é o atacante sérvio, mas a ferocidade de todas as partes em confronto, mesmo que em diferentes graus, estará presente por quase toda a Bósnia.

A noroeste, na zona de Bihac, verificou-se uma tentativa separatista de um rival muçulmano de Izetbegovic, um certo Fikret Abdic, já conhecido pelas suas aventuras económicas ruinosas, apoiado numa espécie de exército privado e em tropas separatistas sérvias. O seu projecto acabará depois de um par de anos sanguinários, e os muçulmanos lealistas agirão contra a população da zona como, e até talvez pior, se estivessem perante inimigos étnicos.

A sul, na cidade de Mostar, onde muçulmanos e croatas pareciam colaborar no interior de uma Federação financiada pelos dólares da administração Clinton, os recontros armados alternavam com breves períodos de tréguas entre "aliados", quase a testemunhar que um processo bélico em curso, com as suas sequências de vinganças e novas violências, não se acaba por decisão dos mesmos poderes que o desencadearam. Há como que um mecanismo destrutivo nestes conflitos, que se repõem de modo quase automático, mesmo quando as coisas parecem resolver-se no papel.

A nordeste, à volta da cidade de Tuzla, mantinha-se, até há poucos meses, uma situação que nas décadas anteriores se diria sólida e de futuro garantido: a convivência étnica consolidada entre muçulmanos, sérvios e croatas. As organizações sindicais e políticas, mesmo num ambiente prevalecentemente muçulmano, tinham afirmado uma identidade multiétnica, mesmo contra as posições do partido de Izbegovic. Aqui não tinham surgido represálias contra os sérvios da cidade depois dos bombardeamentos efectuados pelos sérvios atacantes; aqui mantivera-se a unidade de classe entre os mineiros, já posta à prova nas duras lutas sociais dos anos 70 e 80; aqui tinha-se concentrada a possibilidade de demonstrar, mesmo a nível internacional, a vontade de não interiorizar a discriminação étnica. Foi para Tuzla que se dirigiu uma das raras iniciativas concretas de solidariedade laica, sindical, interétnica, animada pela International Workers Aid, organização composta por grupos de trabalhadores e de movimentos de base activos em vários países europeus. A intervenção da IWA caracterizava-se pelo objectivo de estimular a participação da população na resolução dos graves e urgentes problemas causados pelo estado de guerra; com esta intenção, um par de anos antes, tinham juntado em Tuzla grandes quantidades de farinha e fermento, matéria prima para a produção de pão para as necessidades locais. Uma outra iniciativa de consideráveis dimensões, realizada durante o verão e outono de 1995, consistia na recolha de materiais úteis para a reconstrução dos edifícios de habitação e serviços essenciais. Neste caso, fretou-se um navio porta-contentores, que fez escala em vários portos europeus onde foram carregadas as ajudas recolhidas pelos grupos ligados à IWA. A solidariedade de base continua até agora, com a colaboração no equipamento de um centro social para jovens, para favorecer o

---

partilho uma vala comum (ainda não descoberta) com outros 28 cadáveres. - queremos agradecer-lhes, em nosso e em nome dos nossos telespectadores a vossa presença hoje no nosso programa, pois sabemos que para isso tiveram que efectuar uma longa e penosa viagem. as informações da onu falam em mais de 300.000 mortos desde

restabelecimento das relações humanas e culturais, depois dos desastres da guerra.

Muitos poderão ser os "ensinamentos" que os acontecimentos jugoslavos de 1991-1995 forneceram a quem reflectir numa perspectiva libertária e anti-autoritária (em Itália, parte deles já foram surgindo, na sua forma essencial, em vários números do Germinal, periódico anarquista e libertário de Trieste, durante os últimos quatro anos). Apresentemos alguns, levando em conta que, como em todos os casos onde se procura encontrar "lições", estas se apresentam de maneiras diferentes para quem se encontra ligado aos vários pontos de vista subjectivos. Parece desconsolador, de uma perspectiva libertária — que parte da convicção de que as decisões políticas das cúpulas institucionais encontram opositores naturais, e potencialmente anti-estatais, nas classes exploradas e nos grupos oprimidos — constatar que os vários povos que compunham a ex-Jugoslávia foram usados pelas respectivas classes dirigentes como instrumentos de consolidação do poder. Parece que para todos eles terá funcionado, ainda que não se possa saber exactamente até que ponto, o apelo à solidariedade étnica e à mobilização armada, em defesa dos seus "irmãos ameaçados". Depois de provocar aos próprios povos enormes sofrimentos, sem comparação com outras situações na Europa nas últimas décadas, os chefes dos estados e dos governos responsáveis pelos massacres e pelas "limpezas étnicas", pelas destruições e pelo êxodo de milhões de pessoas, aparecem sentados nos seus lugares sem que qualquer forma de rebelião realmente perigosa para o seu domínio lhes perturbe, sequer, o sono. Fundamentalmente, a guerra reforçou as cúpulas dos vários partidos em luta, ao ponto de, afinal, certos dirigentes de estados precários e sem reconhecimento oficial, até mesmo alvos de mandatos de captura por parte do Tribunal Internacional de Haia por crimes de guerra, como o general Mladic e o político Karadzic, chefe da auto-proclamada república sérvia da Bósnia, poderem gozar o seu "merecido descanso", como se de honestos artesãos se tratasse.

Existiram protestos contra a guerra nos vários estados envolvidos, mas frequentemente essses protestos eram dirigidos contra "os outros", considerados os responsáveis pelas agressões ou pelas ameaças. Naturalmente, não se podem esquecer as manifestações pacifistas, sobretudo dos grupos de mulheres activas tanto na Sérvia como na Croácia, nem a fuga de dezenas de milhares de jovens que deixaram o território jugoslavo para escapar à guerra. Não faltaram publicações críticas e anti-autoritárias, como *Arkzine* em Zagreb, orgão do movimento contra a guerra, ou Feral Tribune, semanário satírico de Spalato, de tons irreverentes e desmistificadores. Certamente que existiu, e existe, nos vários países atingidos pela guerra, uma fatia da opinião pública consciente do engano estatal, mas igualmente pouco convencida das reais possibilidades de inverter o rumo dos acontecimentos.

Em Belgrado, no verão de 1992, ocorreram manifestações de massas contra a guerra, com a ocupação do centro da cidade durante alguns dias e recontros com a polícia. A gestão política de tais iniciativas estava, porém, solidamente nas mãos de outros nacionalistas, os de Vuk Draskovic, um dos iniciadores da radicalização nacionalista de 1990-91; continuamente a crítica a Milosevic é repetida e com uma motivação fundada: o ter abandonado os sérvios da Krajina à sua sorte no verão de 1995, quando as tropas croatas retomaram o controle da zona quase sem disparar um tiro, enquanto longas

---

o início do conflito. - vocês não entendem. um morto não é um enigma. um morto é um cadáver que ocupa um espaço. quanto espaço ocupa esse morto num relatório? apenas 1 cm. uma linha de uma folha. o dobro dos mortos ocupa o mesmo espaço no relatório. vocês reduzem os mortos a um colectivo, mas os mortos são individuais.

filas de fugitivos, agora sérvios, procuravam refúgio a centenas de quilómetros. Estas posições, que tinham como alternativa política concreta a continuação da guerra e a recusa de estabelecer compromissos com a parte croata, fundiam-se, pois, por motivos eleitorais, com parte do movimento ex-pacifista feminino, dando vida a uma oposição que se apresenta como rival de Milosevic no terreno nacionalista, oposição apenas moderada em relação a qualquer referência de tipo democrático.

Ainda na capital sérvia acabou por se constituir, de qualquer modo, um grupo de intelectuais que recusam quer o nacionalismo, nas suas várias formas, quer o belicismo presente nos meios do poder: trata-se do "Círculo de Belgrado", que anima algumas revistas e que levaram à estampa um par de volumes. No entanto, trata-se de uma resistência circunscrita ao ambiente intelectual urbano da capital e de poucos outros centros.

Um outro tema a merecer reflexão diz respeito ao potencial de violência que sujeitava internamente a sociedade jugoslava, aparentemente evoluída e civilizada. Nas áreas rurais, em particular, permanecia a memória dos assassinatos durante a Segunda Guerra mundial, conjuntamente com uma longa tradição de "sentimento dinárico" (palavra derivada do nome do território montanhoso no flanco da costa adriática). Nas aldeias, quer muçulmanas quer sérvias, muitas questões eram resolvidas, nos séculos passados, através de brigas e outros "viris" métodos violentos, e estes costumes não terminaram com o domínio socialista. Antes pelo contrário, o regime valorizava este tipo de atitudes, oferecendo ocasiões para a sua manifestação no interior das instituições oficiais, o partido, a polícia, o exército: o Estado, afinal, apenas tinha regulado e codificado, para lá de uma modernização de fachada, quanto de machista, violento e brutal existia em "estado natural".

O papel da religião mereceria uma reflexão especial, já que sem as diversas fés e, sobretudo, as diversas instituições dos três cultos monoteístas presentes (dois cristãos e um islâmico), a capacidade de mobilização dos exércitos teria sido infinitamente menor. A este propósito não recordemos apenas as declarações papais sobre os seus "dilectos filhos", os frequentes e providenciais milagres, a sustentação católica do partido de Tudjman, mas também as bençãos dos ortodoxos aos bandos regulares e irregulares de *tchetniks* (continuadores, com o mesmo nome, dos guerrilheiros monárquicos activos durante a Segunda Guerra, inicialmente antinazistas mas depois colaboracionistas com motivações anticomunistas), e as invocações a Alá, além da chegada de milhares de guerrilheiros islâmicos, que acompanharam o reforço do exército bósnio.

Há ainda mais um elemento nos acontecimentos jugoslavos que deveria fazer pensar aqueles que estão convencidos da credibilidade do poder estatal. Para justificar o seu domínio sobre populações de etnias diferentes, todos os estados desta área invocaram o princípio da soberania territorial: a Sérvia em relação ao Kosovo, a Croácia em relação à Krajina, a Bósnia em relação às zonas habitadas por sérvios; mas para apoiar o seu próprio projecto expansionista, esses mesmos estados proclamaram o princípio da superioridade dos direitos das populações em relação à soberania territorial: a Sérvia em relação à Krajina e à Eslavónia, a Croácia em relação à Herzegovina, habitada por croatas (que proclamaram a autonomia, separando-se da Bósnia), apenas a Bósnia, pela sua debilidade militar, não chegou a poder fazer o mesmo tipo de reivindicações, como pretendia em relação a Sanjacato, parte da Sérvia habitada por muçulmanos. Isto pode bem demonstrar, melhor que qualquer análise teórica ou histórica, por melhor fundamentada que seja, o quanto os interesses

---

talvez nesses relatórios devesse estar o número 1, repetido trezentas mil vezes. quantas folhas ocuparia isso? quantas páginas de um jornal? mas os mortos são tudo menos anónimos. que tal uma lista de 300.000 nomes? cada nome acompanhado de idade, sexo, estado civil, ocupação. pura linguagem administrativa. que volume

dos estados não se baseiam, ontem como hoje, sobre os valores que proclamam aos quatro ventos, mas tão só nas conveniências que se lhes apresentem. Os próprios princípios humanitários da ONU mostraram quão pouco são levados em conta, quando as forças enviadas para defender um simulacro de paz deixaram que o massacre prosseguisse, sem quase chegarem a intervir.

Para já, o acordo de paz assinado em Dayton, no final de 1995, parece ter estabelecido as bases para uma resolução da guerra. Na realidade, a mola que fez agir os Estados Unidos é a que responde por inteiro às necessidades da campanha eleitoral de um certo Bill Clinton, os seus instrumentos são redutíveis a um par— dólar e exércitos —, a perspectiva adoptada é a de encontrar uma saída que seja válida no tempo imediato. É possível que, como na Palestina ou na Irlanda do Norte, a conquista diplomática rapidamente revele o seu rosto artificial. Entretanto, as notícias recentes confirmam que Sarajevo deixou, definitivamente, de ser uma cidade multiétnica, que as casas devolvidas pelos sérvios fugitivos em fuga são, quase sempre, apenas um monte de escombros, que, finalmente, continua a política de "limpeza étnica", mesmo que sem os combates de há alguns meses atrás. A suspeita de ter havido um acordo, pelo menos entre Tudjman e Milosevic, em nome do reforço da respectiva liderança nos estados em guerra, parece receber cada vez mais confirmações que desmentidos.

Pela sua parte, a NATO, que tomou o lugar da ONU, tem no seu próprio interior a presença de tropas dos dois países que tiveram, em 1941-45, grandes responsabilidades nos massacres étnicos dessa época: a Itália e a Alemanha enviaram os seus soldados com o pretexto da defesa da paz, mas assim também expressam um forte interesse na região dos Balcãs, interesses que se podem conseguir por meios pacíficos (é ver os grandes negócios que se perspectivam para os trabalhos de reconstrução), ou por meios militares. Enquanto a Rússia já confirmou, mesmo oficialmente, ter retomado o fornecimento de armas aos sérvios, a Turquia e vários países árabes, em conjunto com os Estados Unidos, estreitou as suas relações de colaboração com o exército bósnio. A paz armada, aqui como em qualquer outro lado, é bem a via que permite a todos os interessados continuar com os seus negócios.

✪

Se nos primeiros meses de conflito ainda se considerava a possibilidade de pensar numa saída para a guerra a partir das pressões populares, do não-apoio de base que podia contar, hipoteticamente, com milhões de indivíduos não pertencentes a uma etnia específica, enquanto ligados familiarmente a várias das etnias, o decurso dos acontecimentos marginalizou, e hoje terá já cancelado de todo, esta esperança política e humana. A via para a reconstrução de um tecido interétnico, de solidariedade entre os oprimidos, da formação de um movimento popular libertário, apresenta-se longa e difícil. Mas, igualmente, parece ser uma das poucas estradas para superar os detritos, culturais e políticos ainda mais que os materiais, acumulados por estes quatro dolorosos anos de guerra.

As soluções democráticas e eleitorais têm o preço de uma substancial aceitação do nacionalismo e da massificação dominante, as propostas de tipo diplomático internacional subordinam as populações aos interesses das grandes potências, que vão repartindo as áreas de influência, os acordos entre os chefes de estado da área balcânica revelam a ambiguidade e a

---

teriam esses relatórios? bastaria isso? como é que ninguém faz uma ideia real do que são 300.000 mortos? deviam publicar trezentas mil biografias completas, incluindo o que essas pessoas teriam feito no futuro, se a sua vida não tivesse sido ceifada. só assim conseguiriam aproximar-se um pouco da verdade. não há papel suficiente em

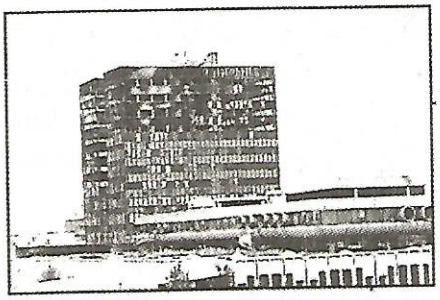
oculta ambição dos seus subscritores. Entretanto, aumentam os acampamentos militares dos estados ocidentais que deveriam proteger as zonas de maior risco e que, na realidade, multiplicam as ocasiões de tensão e de recontro, da Macedónia ao Adriático, da Bósnia à Albânia. Tribalismos e estatismos, integralismos e neofascismos reforçam o seu domínio sobre os povos balcânicos, ao mesmo tempo vítimas e protagonistas do triunfo do etnocentrismo, da homogeneidade forçada, da imposição da pertença a uma identidade colectiva obsessiva e totalizante.

Nem o mecanismo das "ajudas humanitárias" contribui para mudar a sufocante realidade. Antes, a sua carga de subordinação, de submissão e de dependência acaba por enfraquecer mais tarde a possibilidade de inverter o curso dos acontecimentos, habituando muita gente a esperar a chegada de alguém que resolva as questões mais urgentes e essenciais. Ao contrário, seria importante meter em marcha uma estrutura produtiva própria, o mais possível orientada para retomar ritmos e lógicas ligados às necessidades essenciais e à valorização dos recursos humanos e naturais existentes. Para referir o caso italiano, as ajudas, controladas por entidades mais ou menos governamentais, procuraram fazer esquecer outras tantas ofertas provenientes em grande quantidade do *Belo País*, como as toneladas de minas anti-homem distribuídas pelos clientes militares balcânicos das exportações tricolores, minas que fazem apreciar a quem lhes toca a qualidade *made in Italy*.

Talvez apenas numa valorização dos simples sujeitos humanos, da individualidade, para lá e contra a homogeneização, numa retoma das diferenças pessoais depois da ditadura das divisas e das bandeiras, se possa entrever uma espiral de saída do túnel dos assassínios e dos estupros, das torturas e das valas comuns, dos massacres e das destruições em grande escala. Além destes acontecimentos, a seu modo espectaculares, a tragédia assumiu o tom menor, mas não menos devastador, dos suicídios e das mortes antecipadas dos velhos, da toxicodependência e da loucura, das mil formas que a violência pode assumir quando se volta sobre os fracos, usada pelos fortes que a programaram e desencadearam.

CLAUDIO VENZA

(tradução de Carlos Terra)



todo o mundo para publicar isso. e, no entanto, nós os mortos estamos aqui. - a morte, senhores, não é uma questão de quantidade. por acaso um morto é menos do que 300.000 mortos? porquê? será que se pode medir a dor? digam-me: existe uma unidade de medida para a dor? não condensa cada morte toda a dor disponível no

O TERRORISMO DOS ESTADOS

A POPULAÇÃO: DESORIENTAÇÃO E RESPONSABILIDADE

Os políticos são os primeiros responsáveis pelo agravamento das tensões nacionalistas, étnicas, religiosas, mas os próprios habitantes não são simples inocentes, vítimas das manobras do Estado.
Neste sentido, a análise do conflito enquanto "guerra de classes", pretendida pelos dirigentes sérvios e croatas a fim de manterem poder e privilégios, não explica senão parcialmente o facto da guerra perdurar, e de nela participar grande parte da população.

A caução popular do nacionalismo

Queira-se ou não, os habitantes da ex-Jugoslávia caucionaram largamente o nacionalismo, e por diversas formas.
Deram, por exemplo, grande importância ao particularismo étnico nos recenseamentos, onde a categoria "jugoslavo", para quem não se reconhecesse como sérvio, croata ou o que fosse, foi apenas de 1,3% no recenseamento de 1971 (quando a categoria "jugoslavo" foi pela primeira vez considerada), depois 5,4% em 1981 [...].
Abriram caminho às derivas patrioteiras, cedendo nas urnas o voto preferencial nas listas ultranacionalistas. Em 1990 e em 1991, a maioria dos votantes na Croácia, Eslovénia e Sérvia aceita o programa eleitoral dos nacionalistas, o que viria a constituir um dos pontos de partida para as hostilidades. As poucas listas realmente federalistas (isto é, não conduzidas na sombra pelos Estados sérvio ou croata) ficaram cruelmente encalhadas, com a excepção (e mesmo assim fraca) da Bósnia-Herzegovina (e não terá sido por acaso que nesta região tenham ocorrido os combates mais sangrentos).
Dito isto seria, de qualquer modo, excessivo atribuir às populações a inteira responsabilidade pela escalada de mortes. Em primeiro lugar, elas tinham a cabeça esvaziada ou triturada por quarenta anos de totalitarismo titista; depois, este totalitarismo continuava ainda em plena eficácia, como se viu, apesar das declarações de liberdade de expressão e de associação, ou do multipartidarismo. Os *media* foram sempre controlados pelos dirigentes; a repressão, dissimulada ou declarada, continua, e é bem sabido como nos países do bloco soviético sempre se soube usar meios subtis para impedir a livre expressão, como a escassez ou o custo do papel, por exemplo.

A resistência pacifista

Apesar do delírio nacionalista, a resistência existe.

---

universo? qual é a vossa opinião? você que é filósofo, que diz disto? - eu, desculpe-me, estou, estou estupefacto. - outro filósofo pasmado. não se preocupe, isso passa-lhe, acham de verdade que lhes é alheio só porque não se passa na vossa casa? acham de verdade que a carne negra, a carne queimada, os ossos nús, nãos os podem

As recusas em responder às ordens de mobilização e as deserções multiplicaram-se. 25 000 pessoas da minoria húngara deixaram o país, para fugir ao alistamento, e 170 recusaram o serviço militar na Voivodina. Em Valjevo, na Sérvia, cidade ganha pela oposição, os reservistas-desertores protestaram quase todos os dias, e em 6 500 mobilizados apenas 3 000 seguiram para a frente de guerra. No total, cerca de 20 000 homens recusaram ser mobilizados no exército federal, e calcula-se que mais de 150 000 tenham deixado a Sérvia para fugir à tropa e à guerra. A repressão foi na mesma proporção. Na Sérvia, dois desertores foram condenados a 15 e 9 meses de prisão por "resistência aos seus superiores". Na cidade sérvia de Kragujevac, as autoridades militares decidiram afixar os nomes dos desertores, e dos que recusaram combater, nas ruas da cidade e nos prédios, e mais de 600 reservistas foram levados aos tribunais. Os desertores vivem na clandestinidade, e têm medo: foi descoberto o corpo de um deles, que tinha aceite dar uma entrevista à televisão; é muito provável que tenha sido assassinado pela contra-espionagem militar por causa das suas declarações, feitas de cara descoberta. Numerosos reservistas sérvios foram chamados a substituir os jovens conscritos, que de uma maneira ou de outra recusaram alinhar.

Numerosas iniciativas viram a luz do dia, como as das mulheres: as mães dos soldados, que exigiam a desmobilização dos que já tinham cumprido o seu tempo de tropa, ou um grupo que organizou um "telefone contra a guerra". Para um anarquista jugoslavo, "*trata-se de iniciativas positivas, mas a sua utilidade é, sobretudo, possibilitarem-nos a nós, anti-militaristas, que nos encontremos e discutamos. Elas não podem parar a guerra. Elas permitem, no entanto, manter viva uma movimentação alternativa*" (1).

A oposição à guerra na Sérvia manifestou-se de várias maneiras. Antes de mais, o facto dos reservistas serem chamados como recurso, para "defender os interesses do povo". Sucederam-se numerosas vagas de deserção massiva; mas estes desertores não vêm denunciar a guerra, enquanto sistema primitivo de regulação de questões políticas, as suas queixas dizem respeito à falta de organização dos exércitos, à improvisação total na frente, à falta de objectivos de guerra precisos... [...]

Ao lado destas deserções colectivas de reivindicações difusas, desenvolveu-se um movimento pacifista em Belgrado. Este movimento não representa mais que algumas centenas de pessoas: o Centro de Acções Contra a Guerra conta sobretudo com mulheres e homens já de uma certa idade, os jovens estão aqui completamente ausentes. Este Centro foi fundado em Julho de 1991 pela Associação por uma Iniciativa Democrática Jugoslava, pelo Movimento Europeu Jugoslavo, o Parlamento das Mulheres, o Partido das Mulheres, o Parlamento de Helsínquia de Cidadãos... Os pacifistas de Belgrado apenas organizaram até hoje algumas acções simbólicas, nunca se esforçaram por alargar o seu movimento, saindo para a rua, por exemplo. O círculo de intelectuais que o constitui parece bastar-se a si próprio. Em Belgrado, não se prevê nenhuma manifestação de rua ou, muito menos, um projecto de greve geral contra a guerra.

O poder belicista e destruidor de Slobodan Milosevic não encontra, ao fim e ao cabo, grande oposição por parte da sociedade. A oposição parlamentar está completamente marginalizada e dividida. O Partido Democrático recusa a via extra-parlamentar para enfrentar Milosevic, enquanto que o Movimento Sérvio de Renovação se mostra disposto a utilizar esta via. Vuk Draskovic, líder deste Movimento, é o único chefe da oposição a declarar-se radicalmente contra a guerra, mas é também um ardente defensor da criação de um exército especificamente sérvio, e não

---

alcançar? acreditam que os assassinos só se criam na sérvia. quantos de vocês, se lhes prometessem "barreira livre" não se passariam para o lado do agressor? pensem bem: a oportunidade de se livrarem do vosso antipático vizinho, e na passada ficar com alguns dos seus pertences, incluindo a sua casa, fornicar impunemente a sua

esqueçamos o quanto o seu Movimento contribuiu para a escalada do nacionalismo e do ódio [2].

"Comités contra a guerra" existem em vários pontos da Jugoslávia, como por exemplo em Zagreb, organizando diversas acções e produzindo material de contra-informação. Em Zagreb há o *Arkzine*. Mas a maior oposição à guerra teve lugar na Bósnia, em Sarajevo, onde a população foi surpreendida pela guerra em plena noite. [3]

Em apenas alguns dias, este movimento anti-guerra, o mais consistente de todos, foi destruído pelos ataques dos sérvios armados, integrando ou não o exército federal. Por seu lado, o governo bósnio, primeiro mediador e pacifista, apela aos exércitos europeus e repete o gesto do governo croata, bloqueando as casernas e radicalizando o confronto armado. Sarajevo deixa de ser a cidade-laboratório multiétnica, que teria podido inverter a tendência para o alastramento do conflito. A oposição à guerra é ignorada pelos *media* ocidentais e pelos Estados locais, como testemunha dramaticamente Svébor André Dizdarevic, universitário de Sarajevo e animador de um movimento pela paz: "*(...) Um movimento popular esteve verdadeiramente empenhado na Bósnia-Herzegovina, mesmo ainda antes do início da guerra. Silenciado no ocidente, reuniu dezenas de milhares de sérvios, croatas, muçulmanos, judeus e de outras nacionalidades (...) Esta voz popular a favor de uma vida em comum e da paz foi abafada pelas balas, os obuses e as bombas... Esta multidão de europeus, de gente civilizada e pacifista, esta população de muçulmanos, croatas, sérvios, foi levada ao banco dos réus pelos três partidos nacionalistas(...) Os seus crimes: alta-traição contra a santa questão nacional e a luta pela paz; a sua sentença: a morte, a perseguição, a tortura, a deportação, o exílio...*" [4]

Para o grupo libertário *Kamov*, exilado em Paris, "*na Sérvia, mesmo a oposição a Milosevic se reivindica da identidade nacional. Noutros lados, na Croácia e na Eslovénia, os sindicatos, por exemplo, são igualmente corporativos, construídos sobre um molde identitário. É difícil para as populações escapar a esta reivindicação nacionalista. Existem na Macedónia, na Bósnia e na Croácia movimentos pacifistas, alguns libertários; tivemos conhecimento da organização de alguns movimentos destes. Mas o peso dos belicistas, das milícias, é tal que estes movimentos são abafados, desorientados. É-se classificado como traidor à nação só por se abordar os problemas sem ser pelo prisma nacionalista.*" [5]

A repressão não se detém nas fronteiras jugoslavas; ultrapassa-as, estendendo-se até mesmo dentro dos países que lamentam oficialmente, mas hipocritamente, o conflito jugoslavo. Por exemplo, Zoran Cuk, anarquista de Zagreb, refugiado em Itália para escapar à ordem de mobilização em Março de 1992, foi vítima de um decreto italiano de expulsão em Maio do mesmo ano [6].

Em relação aos *media* ocidentais, eles preferem regalar-se com as enésimas imagens de massacres, sem que se saiba verdadeiramente quem é quem, ou de onde vêm as destruições, do que mostrar-nos as manifestações de jugoslavos opositores à guerra: "*Pelas centenas de horas de cenas de tiros, quantos minutos nos telejornais sobre os movimentos pacifistas e anti-militaristas em todos os campos, quantos minutos sobre as manifestações e as gréves dos estudantes sérvios em Belgrado (...)?*" [7]

O OBJECTIVO EM JOGO: O DESMEMBRAMENTO

Face à situação jugoslava, aparentemente complexa mas cujos grandes traços podem ser compreendidos

---

mulher e as suas filhas, sem deixar rasto nem testemunhas, e acabar por ser aclamado como valoroso combatente e nobre patriota. nós somos os mortos, mas a dor e a raiva não vão para o túmulo connosco. não, ficam com os vivos, com vocês. com vocês, que nada fizeram para o impedir. aí está essa inconcebível quantidade de dor que

por toda a gente, ou seja, o militarismo, nacionalismo, estatismo e neo-capitalismo, é notável constatar que praticamente ninguém na Europa denuncia claramente estes factores, que são os que estão na origem da crise. Já agora: isto seria condenar lá, na Jugoslávia, aquilo que os *media* e os políticos se esforçam, aqui, por caucionar, legitimar, a propagar. Praticamente, não restam senão os anarquistas para dizer em voz alta aquilo que a maioria da população, afinal, diz em voz baixa.

A loucura nacionalista

O mosaico de etnias, de línguas, de religiões, des culturas, de origens históricas na Jugoslávia é tal que é estritamente impossível definir Estados-nação homogéneos. Impossível, a não ser pela deslocação massiva de populações: é a sinistra política que praticam na Jugoslávia, debaixo do horrível termo "purificação étnica", os mais fanáticos dos nacionalistas. Nenhuma política estritamente nacionalista pode trazer soluções duráveis.

Mas é preciso ir mais longe na crítica de um nacionalismo intolerante (como se existisse algum "nacionalismo tolerante"). De facto, não faltaram vozes, dentro da própria Jugoslávia, para reivindicar, como medida de igualdade política e de paz social, o reconhecimento dos direitos linguísticos, culturais, políticos, a favor das minorias. Ora, o reconhecimento destes direitos é, precisamente, um dos factores de agravamento do conflito, com cada um pretendendo que a sua minoria, situada no território do *outro*, não era suficientemente protegida, e que era preciso ir lá defendê-la. Não quer isto dizer que se devam suprimir estes direitos, mas é preciso ver que a lógica nacionalista, minoritária ou maioritária, levada ao extremo é uma lógica de exclusão, de rejeição do outro, de ausência de confiança mútua. Foi deste modo que a Krajina sérvia, situada na Croácia, declarou a sua autonomia por um referendo, o que foi recusado pelo Estado croata, justificando a intervenção do exército sérvio.

Não é tudo. A reivindicação nacionalista pretende fundar-se sobre elementos culturais indubitáveis, incontornáveis. Ora, por pouco que nos demos ao trabalho de os examinar de perto, estes elementos revelam-se contestáveis ou ilusórios. Vamos supôr que por uns utilizarem o alfabeto latino e outros o cirílico, croatas e sérvios falam uma língua diferente e que as fronteiras políticas devem partilhar das fronteiras dialecticais: nada disto se passa. A área linguística do servo-croata, a principal língua da Jugoslávia, nada tem a ver com a diferenciação entre Croácia e Sérvia; os três grandes grupos dialecticais servo-croatas repartem-se deste modo: o cakaviano é falado ao longo da costa (Istria, Kvarner, ilhas dálmatas); o kajkaviano, na Croácia central e setentrional; o stokaviano, em todo o resto do espaço servo-croata, excepto no sudeste da Sérvia, onde existem falares de transição com a área macedonio-búlgara[8].

Na Bósnia-Herzegovina, onde os três povos (muçulmanos, sérvios, croatas) falam o servo-croata, os jornais mudam de escrita em cada página, e nas escolas os alunos escrevem uma semana em cirílico e na seguinte em romano.

A cultura tem as costas largas para justificar atitudes e aspirações de poder. A cultura, a identidade, são os novos fétiches de um mundo embrutecido em busca de um mito colectivo, como se o indivíduo e a sua liberdade não fizessem sentido! As noções de identidade cultural ou de identidade popular são noções teóricas altamente manipuláveis, "*um conjunto não existe na sua diversidade senão graças aos indivíduos que o compõem, sejam quem forem esses indivíduos. E não o contrário!*" [9]

---

deixaram gerar. que vão fazer com ela? o ódio, a raiva, a dor, não entendem de fronteiras. não ficam na bósnia. estendem-se por todas as partes. apoderam-se dos vivos. somos mortos. sabemos coisas que vocês ignoram. - aqui está o que se passa neste momento no quarto 203 de um hospital militar francês. chama-se edouard bralle.

Cada um evoca uma legitimidade histórica, famoso argumento que se sabe estar praticamente na origem, como caução ou como pretexto, do despoletar de todas as guerras contemporâneas. Mas qual legitimidade? E de qual momento da história? Onde e quando no tempo e no espaço? Tomemos o exemplo do governo sérvio, que reivindica o controle do Kosovo porque ali terá sido o berço da nação sérvia, no seguimento de uma batalha contra os otomanos, a 15 de Junho de 1389, e cujo sexto centenário foi, aliás, celebrado com grandes pompas pelo grupo de Milosevic. Para ele, os sérvios que fugiram do império otomano e que se refugiaram na Croácia, entre os séculos XVII e XIX, fizeram-no pacificamente, e a pedido das autoridades locais, enquanto que os albaneses, ao mesmo tempo, invadiam o Kosovo e aí praticavam as maiores atrocidades, com a cumplicidade dos turcos. Isto implica, segundo o governo sérvio, que os sérvios têm direitos territoriais na Croácia, e mesmo no Kosovo, mas não os albaneses no Kosovo, onde não seriam senão intrusos. Os nacionalistas albaneses lamentam-se, por seu lado, que a sua nação esteja dividida em duas. Qual poderá ser a solução fundada sobre o direito histórico, se apenas se trata da guerra e da dominação de um parceiro sobre outro?

Neste jogo de referências históricas de cronologia variável, o governo húngaro poderia legitimamente reivindicar a Voivodina, noutros tempos território do império austro-húngaro, que foi povoada pelos sérvios em fuga do império otomano e que foi incorporada na Sérvia pelo célebre Tratado de Versailles, em 1919. Aliás, um ministro húngaro encarregou-se, numa entrevista ao jornal croata Vjesnik, de recordar a Belgrado que a Hungria tinha cedido a Voivodina à Jugoslávia, e não à Sérvia [10].

Do mesmo modo, o governo italiano poderia reivindicar as minorias italófonas da Istria, região que lhe tinha sido prometida em troca da sua intervenção ao lado dos Aliados durante a Primeira guerra mundial, como a Voivodina o foi aos sérvios.

Esta escalada de reivindicações não é apenas hipotética. [...]

Cada um se apoia em factos históricos que julga incontestáveis. Mas é preciso ver que em todas as guerras estes factos são criteriosamente escolhidos para justificar conquistas ou contra-ataques. Esta selecção está na origem de tensões, já que ignora a própria complexidade do facto histórico e, portanto, da situação presente.

Por trás deste esforço historicista, encontra-se a noção de propriedade ou de território sagrado. A ideologia do "primeiro ocupante" é completamente inaplicável, não pode senão servir para outros fins, assassinos, do que aqueles oficialmente proclamados de "viver em paz na própria casa". [...] Ou então estabelecemos como princípio geral e universal que os indivíduos não têm estritamente o direito de se deslocar e de viver noutro lado que naquele onde, por acaso, tenham nascido, o que é bem a concepção de uma sociedade totalitária, onde nada se move, onde nada se deve mover. De uma sociedade assassina, em oposição à própria realidade da condição humana.

É importante sublinhar a ambiguidade dos movimentos democráticos, por vezes mesmo alternativos, sobre a questão do nacionalismo, pois estes movimentos lançam poeira para os olhos da opinião pública ocidental, mesmo entre os mais radicais. Citemos, como exemplo, as propostas extremamente perigosas de Tomas Mastnak, em 1988, um dos líderes do Comité para a Defesa dos Direitos do Homem constituído aquando de um processo de pacifistas de Ljubljana: *"Os movimentos de massas nacionalistas sérvios têm traços em comum com os movimentos de massas fascistas. São movimentos populistas de direita, que combinam características*

---

cumpria uma condenação por dois homicídios, rapto e abusos sexuais até que no dia 6 de abril do ano passado começaram a aparecer feridas no seu corpo. os médicos calculam em mais de 180.000 as chagas abertas na superfície do seu corpo. as do interior são incontáveis. os médicos não entendiam nada até que na sua garganta

estalinistas ou neo-estalinistas com aspectos fascistas (...) Por outro lado, nós temos que fazer igualmente um movimento de massas, ou um movimento nacionalista, na Eslovénia, mas as diferenças entre estes movimentos nacionais são muito importantes. Na Eslovénia, a questão nacional é um momento de um movimento democrático maior, é apenas uma das reivindicações de uma força democrática. E quando falamos de um retorno de nacionalismo na Jugoslávia, é preciso fazer a distinção entre estes dois tipos de nacionalismo" [11].

Estas posições, que separam o trigo do joio, são características do discurso nacionalista ou patrioteiro habitual: o nacionalismo do outro é sempre mau, nocivo, mesmo fascista; o próprio é bom, progressista, democrático. E é bem em nome destas diferenças que se efectuam todos os combates, todas as guerras entre nações, para defesa não só da "boa nação" mas também dos "bons valores".

Os anarquistas, infelizmente, também cairam nestas cenas, ligando-se à defesa da "civilização das Luzes" contra a "barbárie alemã" aquando da Primeira guerra mundial. Uma vez teria sido suficiente? Infelizmente, parece que não. A associação "alternativa" *Le vent de Zagreb* lançou um apelo, traduzido pelo grupo libertário *Kamov* que critica o princípio de que "todos os nacionalismos são iguais": "*Está certo, mas isso nada tem a ver com esta guerra. Podemos deixar-nos estar sentados, a beber um café ou uma cerveja e a falar de "todos os nacionalismos" em Itália ou em França, na Eslovénia ou noutro lado qualquer, mas não no que respeita à guerra que ocorre hoje em dia. Porque esta guerra não é um conflito nacionalista (embora contenha elementos de tal questão): é antes de mais uma agressão clássica e uma ocupação*" [12].

O argumento não é menos clássico, infelizmente: a minha guerra, a nossa guerra, é única no seu género, é diferente de todas as outras! Argumento fraudolento, que podemos encontrar na Alsácia-Lorena em 1914, nos Sudetas em 1939, no Quaite em 1991... mas todas as guerras são guerras de conquista e de ocupação. E por detrás delas, estão sempre os mesmos responsáveis: os Estados, os capitalistas, os mercadores de canhões, as igrejas, fazendo marchar à sua frente as populações obedientes ou enquadradas. [...]

A guerra acompanha-se, fatalmente, da loucura nacionalista, que embarca mesmo os mais contestatários. Durante um debate em Trieste, um poeta croata declara que pouco antes da guerra começar preparava uma ode aos desertores, depois pensou dedicá-la às vítimas, enfim, acabou por escrever uma ode aos defensores armados. "*O percurso da maior parte da intelligentsia de Zagreb é semelhante, deixou de lado o espírito contestatário e vagamente rebelde para se transformar num zeloso servidor do poder nacionalista. Pode explicar-se isto por um oportunismo ou pelo efeito todo poderoso dos mass-media? Não me parece que esse quadro seja satisfatório para um anarquista que avance com um projecto social alternativo. Melhor seria referirmo-nos aos laços de identificação étnica, a um automatismo vingador e competitivo machista.*" [13]

Definitivamente, o "direito dos povos a dispor de si próprios", vêlho princípio da democracia liberal

---

começou a brotar uma colecção de nomes. os militares comprovaram-no: cada vez que alguém é assassinado, ferido ou mutilado na bósnia, este homem sofre dores atrozes e uma nova chaga se abre no seu corpo. o seu corpo converteu-se num receptáculo onde se condensa (e se multiplica) toda a dor que o nosso povo já não pode

reactivado pelo presidente Wilson no Tratado de Versailles, continua a provar a sua demagogia nociva: quem decide o quê, como e por quem? Como se define o que é o povo? Nas urnas? E os que votam contra, ou nem sequer votam? Há um outro direito de que se deve falar: o "direito" dos indivíduos, o direito à abolição das classes e do Estado, exigência da liberdade.

A mistificação democrática

A consulta democrática está bem na origem da derrocada da Jugoslávia e da guerra. As povoações sérvias situadas em pleno Kosovo votam, em referendo de iniciativa popular (autorizado na Constituição jugoslava), pela sua autonomia e ligação à Sérvia. Outros referendos apelam à independência deste ou daquele sítio. E estes referendos são umas vezes reconhecidos, outras ignorados, pelos seus vizinhos (como nos enclaves sérvios na Croácia) ou pelas instâncias internacionais (como na Bósnia e na Macedónia), não porque estas consultas apresentem irregularidades mas por causa das diferentes relações de forças em presença.
O princípio democrático está, de cada vez, na base de exclusões, de tensões e de guerras, através do seu suporte ao princípio do Estado-nação. Princípio e aplicação deste princípio: as urnas, a submissão ao voto e a demagogia eleitoral. [...]
[Em todo o lado na Jugoslávia], como na maior parte dos outros países do antigo império soviético, são as listas nacionalistas ou de temática nacionalitária que ganham as eleições, fornecendo armas morais e ideológicas aos futuros combatentes das frentes patrióticas. Mas deve, ainda, sublinhar-se a importância da abstenção, que os *media* e os políticos ocidentais, evidentemente, se esquecem de considerar. Assim, Milosevic foi eleito com 65,3% de votos, mas estes não representam mais que 46,7% dos inscritos. Não esqueçamos nunca que na Croácia e na Sérvia os dois partidos no poder beneficiaram de sistemas eleitorais que transformaram maiorias relativas em maiorias parlamentares absolutas.
Não é, portanto, "mais democracia" que é preciso reclamar para a Jugoslávia (como fazem essas piedosas caravanas de paz animadas pelos não-violentos da CEE), mas uma coisa diferente da democracia.

AS PROPOSTAS ANARQUISTAS

Que fazer?
Os anarquistas têm propostas simples e claras, mesmo que não seja fácil concretizá-las, pois vão em contra-corrente às políticas oficiais e às lavagens ao cérebro. Mas são as únicas que são realistas a prazo, por favorecerem a propagação de um verdadeiro movimento federalista, anti-estatista e anti-capitalista, única solução para que as populações vivam em paz e a trabalhar por um mundo melhor. Estas propostas passam por três combates: um combate de solidariedade, um combate ideológico, um combate agora e aqui.

1- Desenvolver a solidariedade com os movimentos pacifistas jugoslavos (desertores, objectores). Aprofundar os contactos, desenvolver as ligações com os camaradas italianos, mais próximos do drama. E para isto, prosseguir a contestação aos nossos próprios exércitos, ao nosso próprio militarismo.

2- Denunciar a hipocrisia do embargo, os tráficos de armas, a preparação de novas guerras, agora feitas em nome de razões "humanitárias". Bloquear, tanto quanto possível, o tráfico de armas.

---

suportar. quando a sua agonia terminar finalmente, para onde irá toda esta dor? sobre quantos de vós cairá? a situação inverte-se no quarto 205. louis binoche, maestro e honrado pai de família, começou a sofrer convulsões no mesmo dia em que o sr. bralle. os seus espasmos precedem sempre os do criminoso com apenas alguns

3- Mostrar quem são os verdadeiros responsáveis: Estados e empresas. Denunciar sem descanso o nacionalismo, todos os nacionalismos. Esclarecer os princípios do federalismo e da autogestão. Cada vez que o Estado e o capital recuarem aqui, estarão a recuar também na Jugoslávia.

"Aqueles que pensam que as nossas críticas são pertinentes mas que não fazemos senão criticar, responderei que quando as forças que lutam por uma verdadeira mudança de sociedade perderem a sua capacidade de crítica social, veremos sempre reaparecer as múltiplas formas da barbárie. Nestes tempos de diluição política e teórica, é mais necessário que nunca manter a coesão das nossas propostas. Face à escalada dos perigos, devemos todos reconhecer as nossas fraquezas [...] mas reconhecer as nossas fraquezas não é fugir das nossas responsabilidades e deixar-nos acomodar na inacção.

A hora não é para desânimo, mas para o assumir das responsabilidades. Noutras alturas já agitamos a opinião pública ao manifestarmos, mesmo minoritários, a nossa revolta em frente das diversas embaixadas envolvidas nos conflitos, gritando que "os trabalhadores não têm pátria" e exigindo o fim dos massacres. Noutras alturas, já recordamos que a única maneira de acabar com a guerra é acabar com os exércitos, que dela se alimentam, assim como com a submissão individual e com o comércio das armas. Noutras alturas, tudo fizemos para provocar uma insubmissão massiva e animamos redes de acolhimento aos desertores de todos os exércitos... De que é que estamos à espera?" (14)

notas

1. *Le Monde Libertaire*, 29/9/91
2. I. Tomic, *Le Monde Libertaire*, 16/1/92
3. *Umanita Nova*, 31/5/92
4. *Le Monde Diplomatique*, Janeiro de 1993
5. *Le Monde Libertaire*, 14/9/92
6. *Umanita Nova*, 7/6/92
7. Babar, in *Alternative Libertaire*, Bruxelles, Janeiro de 1993
8. *Germinal*, Trieste, nº 59/60, inverno 92
9. S. Dupin, Pour en finir avec la culture-nation, in *Le Monde Libertaire*, 26/11/92
10. J. Krulic, La mosaïque politique des républiques yougoslaves, in *Le Courrier des Pays de l'Est*, Novembro de 1991
11. J-A Derens (resp.), *Le procès de Ljubljana*, Paris, 1989
12. *Le Monde Libertaire*, 5/12/1991
13. C. Venza, *Umanita Nova*, 7/6/92.
14. Babar, Lettre ouvert d'un internationaliste, *Alternative Libertaire*, Bruxelles, Janeiro 1993.

(extractos de *Yougoslavie: le terrorisme des etats*, pelo Secretariado de Relações Internacionais da Federação Anarquista francesa, Editions du Monde Libertaire, Paris, 1992; tradução de Carlos Terra)

---

segundos de diferença. mas são de outro tipo. enquanto um se consome irremediavelmente, o outro aumenta de peso e volume sem cessar. enquanto um agoniza de sofrimento, o outro urra de prazer. cada vez que alguém golpeia, mutila, viola ou mata na bósnia, o senhor binoche retorce-se entre ejaculações e espasmos de prazer.

GUERRA E VIOLAÇÃO

Todos sabemos do que tem acontecido nos últimos anos na Jugoslávia. Sabemos também quais têm sido as aberrantes declarações de Wojtyla e dos outros geriarcas da igreja católica, em relação aos estupros cometidos naqueles territórios.[...]

Por estes motivos, o Observatório das Mulheres Libertárias sobre os Integralismos lançou, na primavera passada, uma campanha pela objecção fiscal de 8 por mil, sugerindo que a soma recolhida seja destinada às mulheres que, nas diversas cidades eslavas, estão a organizar casas de acolhimento para as mulheres violentadas na guerra.[...]

Para compreender a situação das mulheres na ex-Jugoslávia de hoje, é necessário recuar um passo e recordar algumas questões. Naturalmente, na Jugoslávia, segundo a Constituição, homens e mulheres tinham os mesmos direitos, mesmo que, como noutros países de leste, isto fosse mais enfatizado do que real. Existia uma lei sobre o aborto que podemos definir como progressista, embora faltasse completamente qualquer política de educação sexual e demográfica. Uma passagem muito importante para o feminismo jugoslavo foi o encontro "Camarade woman", realizado em Belgrado em 1978, e que marcou uma viragem para os grupos feministas existentes mas maiores cidades. A partir desse momento, assistiu-se a uma verdadeira proliferação de grupos feministas, que a partir de 1987 se encontram anualmente. No final dos anos 80, constituiram-se, primeiro em Zagreb, depois em Ljubljana e em seguida em Belgrado, Telefones SOS, para onde se podiam dirigir denúncias ou pedir auxílio sobre maus-tratos e violência sobre mulheres e crianças. [...]

Esta breve introdução é para referir que a prática e a reflexão interna no movimento das mulheres jugoslavas eram, ainda que recentes, bastante semelhantes aos das outras mulheres dos outros países europeus, podendo mesmo dizer-se que graças à liberdade de viajar, durante aqueles anos o movimento feminista jugoslavo foi "uma ponte entre leste e oeste".

Faço parte das *Mulheres de negro* de Mestre e Veneza, e desde algum tempo que estamos em contacto e a trabalhar com grupos de mulheres empenhadas contra a guerra, em diversas cidades da ex-Jugoslávia. Em Outubro de 1992 fomos convidadas para um encontro internacional feminista, em Zagreb. Durante esse encontro, foram apresentados pela primeira vez testemunhos de mulheres vítimas de violência. O objectivo do encontro era "...não falar *das* mulheres violadas, mas falar *com* as mulheres violadas". [...] Sublinho a data: Outubro de 1992. Naquela ocasião foi distribuído um documento do grupo *Tresnjevka*, de Zagreb, que recolhia, depois de dois meses de pesquisa, vários testemunhos de

está a engordar de ódio, ira e sadismo. quando rebentar, a quantos de vós salpicará este ódio atrozmente multiplicado? - agora não lhes vamos dizer, porque vocês ainda que pasmados não são tolos, e sem dúvida serão capazes de reflectir sobre tudo isto. - prossigam com o debate e não se preocupem connosco. somos mortos. já

mulheres violadas, assim como um mapa com a localização dos campos de concentração mistos e só para mulheres na Bósnia-Herzegovina.
O seu trabalho tinha começado no verão, quando as primeiras imagens dos campos de concentração, através dos mass-media, começavam a horrorizar a opinião pública mundial; no entanto, silenciava-se a existência dos campos de concentração reservados a mulheres, os campos-bordel.
Escreviam as mulheres de Zagreb, organizadoras do encontro, ao convidarem as mulheres europeias: "*É necessário informar o público mundial sobre a posição das mulheres na guerra, pois a posição das mulheres e dos civis mudou, evidentemente, na história das guerras; os factos mostram que as mulheres não fazem parte da categoria dos "civis", mesmo que esta categoria também já não seja reconhecida nas guerras modernas. A mulher tornou-se um "despojo de guerra", ou mesmo um "objectivo de guerra"; o seu sexo tornou-se não só o lugar de demonstração da superioridade militar, mas o próprio lugar e o terreno de ocupação*". [...]

MARINA PADOVESE

(extractos de Lo Stupro in Guerra, in *Germinal*, Trieste, Outono de 1993; tradução de Carlos Terra)

Branko é sérvio, de coração e baioneta. Mas, pela primeira vez, após dois anos de guerra e muitas noites nas trincheiras geladas, a dúvida parece assaltá-lo. "Olha, isso de sérvios, muçulmanos... o que eu vejo é o seguinte: os pobres vão para as trincheiras, para a linha da frente; os ricos, cada vez estão melhor. E acho que, do lado de lá, é a mesma coisa..."

Carlos Santos Pereira, *Da Jugoslávia à Jugoslávia*, Cotovia, 1995

---

nada nos pode magoar. ocupem-se dos que ainda vivem.

max, nós somos os mortos, in *quadrado* 1, agosto 1995

NO REINO DOS ABELHARUCOS

por RUI VAZ de CARVALHO

Nenhuma cena da vida animal me deixou tão impressionado como as que vi, num filme de Rodrigo de La Fuente, sobre os abelharucos.
Abelharuco é um dos vários nomes por que é conhecido um pássaro da família dos Meropídeos que se alimenta de insectos, nomeadamente de abelhas. Uma ninhada de abelharucos atinge entre cinco a oito crias, que são alimentadas do seguinte modo: enquanto um dos progenitores aguarda "imperturbável" com a presa no bico o fim da contenda, os filhotes travam dura luta entre si até que um deles acaba por se impor aos outros e vem receber o alimento. Mas seria errado deduzir desta luta a lei do mais forte. Tal lei teria agido, neste caso, em desfavor da ninhada e apenas teria sobrevivido um ou dois filhotes. O que a observação atenta do realizador mostrou, porém, é que o vencedor de cada disputa não era o mais corpulento ou o mais forte mas o mais esfomeado. A cria que acabava de receber o alimento, sentindo por essa razão menos necessidade dele, era dos primeiros a abandonar a luta quando o progenitor regressava ao ninho com nova presa. E assim, sem qualquer interferência dos adultos, o alimento acabava de ser distribuído segundo as necessidades de cada cria.

Diante da crueza das imagens daquela disputa acérrima, talvez nós, humanos, sentíssemos que deveríamos intervir para pôr fim àquela "violência" ditada pelo instinto de sobrevivência e substitui-la por uma ordem que trouxesse a "paz" ao ninho dos abelharucos. Interferências deste tipo, aliás, vemo-las a cada passo nos desenhos animados, na banda desenhada, nos contos para crianças, mas também neste ou naquele etólogo inclinado a interpretações antropomórficas. Habituados como estamos a uma vida altamente regulamentada, dificilmente aceitamos um mundo sem leis e daí a tendência a observar as sociedades animais como espelhos para uso ético dos homens, à boa maneira das fábulas, perdendo com essa cegueira ensinamentos sobre a complexidade e riqueza da Natureza, da qual nós, humanos, também comungamos.

DA NATUREZA

Mas — perguntar-me-ão — sendo o meu intuito abordar o que leva os humanos a associarem-se, que motivos me teriam levado a invocar os abelharucos, se eu próprio adverti para o perigo de antropomorfisar? Por outras palavras: que têm as sociedades humanas a ver com as sociedades animais?

1- A resposta é simples: muito pouco ou quase nada, se tivermos em conta a complexidade das relações humanas e a evolução das suas instituições. A cultura distanciou-nos enormemente dessa simplicidade de

natura que encontramos na vida animal, mesmo a dos chamados animais superiores. A nossa natureza deixou há muito de ser uma natureza dada e impenetrável porque desconhecida (o enigma biológico) e tornou-se por meio de um processo cultural cumulativo numa espécie de segunda natureza a que poderíamos chamar consciencializada. Não significa isto que a natureza inicial tenha dado origem a outra coisa, mas tão só que os homens são a sua natureza mais o conhecimento que têm dela.

2- Se nos interrogarmos, porém, sobre substrato biológico, independentemente de quaisquer aquisições ou desenvolvimentos, que também são observáveis nos animais superiores, as duas sociedades têm isto em comum: nos animais como nos humanos a base social é biológica. Quando falamos de tendências sociais, não queremos dizer outra coisa que não seja: animais e homens têm propensões orgânicas para se associarem. Os organismos estão apetrechados para desenvolverem funções que nada têm a ver com o isolamento dos indivíduos. Pelo contrário, a reprodução, a amamentação e protecção das crias, a defesa contra os predadores ou a actividade da caça em certos animais são funções que requerem *naturalmente* a associação. E digo *naturalmente* não apenas por ser a associação biologicamente necessária à conservação dos indivíduos e da espécie, mas também porque existem nesses seres inclinações afectivas, chamadas tendências, e que vão nesse sentido. E isto é ainda comum aos humanos e aos animais. Certo que a tendência não exclui a vontade dos indivíduos, nem mesmo que ela se situe no plano mais elevado. Nem fazia sentido. Todavia, se nos humanos ela é considerada como um estado de consciência que lhes possibilita até recusarem o que desejam, essa vontade, porém, pode contrariar tendências, sublimando-as, mas não as pode anular. Se a vontade não é de todo orgânica, e no homem isso parece incontestável, é pelo menos como se fosse empurrada pela tal propensão orgânica.

3- Por outro lado, as actividades finalistas, que encontramos nas relações humanas e que se caracterizam por acções que concorrem para um fim previamente determinado, também as imputamos aos animais, pelo menos aos animais superiores. É certo que o finalismo humano pode ser alvo de um exame introspectivo, enquanto que nos animais apenas podemos falar dele por analogia, através da observação do seu comportamento, e daí concluir que a estrutura da actividade finalista no animal seja idêntica à nossa. Idêntica mas diferente, sem dúvida. Não tão diferente, porém, como alguns pretendem, atribuindo aos animais simples gestos mecânicos semelhantes aos determinismos implacáveis da Física clássica. Se os humanos têm condutas racionais, mas nem todas o são, o comportamento finalista dos animais revela que não é inteiramente cego. Experiências feitas, sobretudo com ratos, asseguram-nos que há algum *discernimento* quer quanto a situações adaptativas quer em condutas que requeiram opção.

DA IMAGEM À IDEIA

4- O que é que distingue então os homens dos outros animais?

Direi simplesmente que o que nos separa deles é o discurso e o discurso implica o verbo, isto é, a palavra. Sem o verbo continuaríamos mergulhados no caos — emaranhado de seres e coisas indistintos, confusos, heterogéneos. A palavra ou termo, expressão verbal da ideia ou conceito, não é a reprodução do objecto, como pretendem alguns racionalistas; a reprodução quando muito cabe à imagem, seja ela real ou virtual. Se a palavra reproduzisse simplesmente o objecto, nunca sairíamos do caos, já que a cópia ou a imitação deixaria o objecto sem qualquer modificação, isto é, nada se ganharia. Ora, é a palavra que transforma o caos em cosmos, que organiza o mundo, e fá-lo primeiro que tudo por uma simplificação das imagens. Enquanto a

imagem reproduz, a palavra é redutora, isto é, isola uma ou outra característica da impressão, desprezando outras. Só desta maneira ela atinge a relação, ou seja: um princípio de conformidade ou de conexão entre coisas que permite reunir a multiplicidade dispersa numa unicidade.

Tomemos como exemplo o que designamos por árvore. Dela os nossos sentidos captam imagens tão pormenorizadas que nos permitem distinguir esta daquela árvore. Uma floresta seria num mundo inominado um conjunto de coisas todas elas diferentes umas das outras. É pela imagem que os pássaros reconhecem a árvore onde nidificaram. Mas a imagem, ao captar tudo com riqueza e complexidade, acaba por não criar nada.

Vejamos agora o processo constitutivo do conceito, que a palavra exprime: de entre todas as imagens (neste caso entre todas as árvores) a mente selecciona características comuns — tronco, folhagem, porte— , isto é, procura entre a diversidade um quociente, como se diria em linguagem logico-matemática. Assim, a ideia árvore é um produto abstracto do pensamento que a ela chegou por redução. A ideia já só tem a ver com as coisas concretas na medida em que as reúne e invoca. Ela cria objectos mas não coisas concretas nem pode ser concebida como uma coisa em si, mas apenas como um princípio organizador dessas coisas concretas. A palavra ou termo é que comunga da ideia e pode tomá-la, como disse Aristóteles, em toda ou parte da sua extensão, dizendo-se o termo *universal, particular ou singular*.

Os animais percebem as coisas que nós designamos pelos termos singulares, só que não as nomeiam. Distinguem-nas apenas por imagens sensoriais. Muitos deles possuem órgãos dos sentidos altamente desenvolvidos e podem perceber melhor que o homem odores, sons ou imagens visuais, mas vivem na Natureza sem se distinguirem dela. Apercebem-se da presa e do predador, pressentem por vezes melhor que o homem os perigos, observamos neles até uma certa evolução nos comportamentos, mas falta-lhes o pensamento discursivo, o pensamento criador por excelência.

Só aos homens foi dado criarem o mundo, no sentido em que transformaram o caos em cosmos, nomeando e organizando tudo o que dantes era disperso e informe. Deus, a Moral, as Leis científicas, o Direito foram por eles criados. Hoje esse processo é histórico e pode ser transmitido pela educação, mas podemos dizer que ele renasce em cada criança.

5- Qual o mundo psíquico de uma criança de menos de um ano de idade? O das sensações puras?

Temos dificuldade em conhecer como se passa da sensação ao objecto. O método descritivo limita-se a registar e de modo sincopado uma série de condutas na criança e a diferença notada entre condutas dá-nos de facto a ideia de evolução. Mas o mecanismo que leva a essas alterações de conduta permanece opaco. Sem dúvida que, tendo em conta as diferentes e sucessivas reacções do sujeito (criança), podemos concluir que os *objectos* são construções do sujeito e edificados de modo faseado, como afirma Piaget [1]. Da criança ao adulto, não parando nesse estádio, as funções psíquicas complicam-se, diversificam-se e integram novos sistemas funcionais. Devido a essa evolução, as excitações são captadas pelos humanos de modo diferente, ou melhor, a natureza das excitações foi-se modificando por acção cada vez mais activa do sujeito. Mas não é lícito dizer que esse algo que passou a ser apreendido de modo diferente se modificou. O facto de uma criança ir sucessivamente enriquecendo o conceito de *árvore* ou de *pai*, por exemplo, não significa que ela vá acrescentando a esse algo que a excita alguma qualidade intrínseca. Não são os objectos da percepção que se modificam no acto perceptivo; o que se modifica é o sujeito, graças à mudança ou evolução da percepção.

6- Mas da sensação à percepção do objecto, da coisa como construção, vai um longo caminho. Antes de construir, o ser adapta-se ao meio circundante. O instinto fá-lo perceber o que lhe convém e o que não

lhe convém, a sua mobilidade permite-lhe um reconhecimento funcional do espaço. Este nível de percepção ainda o reconhecemos nos animais. A imagem de cão põe o gato de sobreaviso e acciona os mecanismos de defesa, enquanto a imagem de rato o lança numa actividade predadora. Podemos dizer que as crias dos animais superiores têm a sua educação. Os lobos proporcionam aos filhotes actividades que os preparam para a caça; em pouco tempo os canários aprendem uma linguagem complexa; as zebras ensinam os filhos a protegerem-se dos predadores. Mas o grande salto do animal para o homem reside na palavra, expressão do conceito. Ora, já o dissemos, chegamos ao conceito quando formos capazes de detectar constâncias entre a diversidade fenomenal. Com essas constâncias construímos símbolos - paralisadores da fluidez imagética, mas aglutinadores de constâncias. E o símbolo já não é um instrumento de adaptação mas de domínio, de organização.

7- Regressemos aos abelharucos.
Seja a satisfação sexual, o impulso maternal ou outro, a ligação entre indivíduos aparece a nossos olhos como *finalista*. É o fim que faz com que haja afinidade, que leva os indivíduos a manterem relações entre si. Sem esse fim, a associação não existe ou, para empregar as palavras de Proudhon, *a associação é pela sua natureza estéril* [2].
Mesmo que tenhamos em linha de conta não apenas os fins ditados pela necessidade mas outros fins ou interesses ditos culturais, a associação é sempre um meio ou modo de relação.

8- Os abelharucos associam-se sem saber que o que fazem é associar-se. Só o homem tem disso consciência. Mais, a sua actividade conceptual cria a ideia de associação, isto é, baseando-se na observação de associações de facto, isolou-as das circunstâncias concretas em que se produziram e, a partir delas, forjou um esquema. Esquema abstracto, como qualquer ideia, a *associação* acabou por se substantivar e ganhar foros de "coisa". O que era um meio ou um modo de relação acabou por ser elevado pela Sociologia a entidade, o Direito regulamentou-a, fazendo dela uma personalidade jurídica, a Autoridade sancionou-a e a polícia passou a vigiá-la. E tudo isto foi possível graças à abstracção, a esse poder que os homens têm de produzir concepções e de romperem a linha do tempo em busca de futuros.

DO IMEDIATO AO MEDIATO

9- Os abelharucos continuam a associar-se naturalmente. Tudo na vida deles parece acontecer com alguma fatalidade. É o reino da necessidade e necessário é tudo aquilo que não pode ser de outro modo. Pois bem, foi desse reino da necessidade que os homens se foram afastando à medida que conseguiram emancipar-se das circunstâncias concretas. A linha do tempo alargou-se e surgiram os projectos que lhes permitiram fugir de certo modo aos condicionalismos da finalidade imediata.
Esta possibilidade de se projectar num tempo que ainda não é, fez do homem um ser teleológico. Ao libertar-se das amarras do presente, abriram-se-lhe novos horizontes e pôde alargar as suas metas. A finalidade deixou de se situar no presente; é agora futura, mediata. E quando isso acontece, quando a pessoa pode situar-se num outro tempo sem ser o presente, surge a reflexão, isto é, um voltar atrás que lhe proporciona a comparação da mesma coisa em tempos diferentes, ou a relação entre coisas. As próprias imagens, libertadas das circunstâncias do momento, distorcem-se, combinam-se, dão origem a imagens virtuais, imagens que não se encontram na realidade vivida, e com elas surgem as aspirações, as utopias, a poesia.
Isto permite ao homem delinear um caminho faseado, abrir um processo em que as finalidades imediatas podem ser sublimadas ou transformadas em meios com vista a um fim mais longínquo. E tudo isto requer deliberação, escolha. Estamos já no reino da liberdade. Liberdade bem relativa, por certo, pois que às tendências de natureza, que persistem, se

juntam ainda as condicionantes sociais, mas há já uma possibilidade de escolha consciente sobre aquilo que está ao seu alcance fazer.

10- Mas se os homens se foram libertando do reino da necessidade, tornando-se cada vez menos dependentes dela, graças ao domínio da linguagem e das técnicas que ela possibilitou, foram por outro lado criando condicionalismos novos, de ordem cultural, como é o caso da Moral e do Direito.
Como dissemos, o que impulsiona a associação é a atracção. Nos abelharucos como em outros animais ela é profundamente biológica. Nos homens, essa atracção ganha outra dimensão por força da liberdade. Chamaremos então a essa associação humana livre-associação, porque ela se constitui por vontade consciente dos indivíduos. Associações desse tipo existem, de facto, mas não são elas que caracterizam as nossas sociedades. Somos livres, com efeito, se ninguém ou nenhuma regra impedirem os nossos movimentos. Assim é quando nos reunimos com os amigos no café, quando podemos escolher entre dois caminhos, quando espontaneamente amamos.
Sendo liberdade ausência de obstáculo ou constrangimento, até que ponto poderemos designar de livres as sociedades em que vivemos? Poderá qualquer sociedade baseada na *Autoridade* (democracia incluída), proclamar-se livre?
Observemos o fundamento das nossas sociedades. Muitas das associações criadas por mútuo consentimento à face da Lei, como as contratuais, não podem verdadeiramente ser consideradas livres, senão na sua origem, pelo simples facto de que a liberdade de cada contratante acaba por ser alienada na própria altura da efectivação do contrato. Embora partindo de actos livres, essas associações repousam efectivamente numa base de compromisso. E comprometer-se não é libertar-se, é obrigar-se.
O que caracteriza a actividade espontânea do indivíduo é o seu imediatismo. É o *agir sem pensar*, tendo aqui pensar um sentido teleológico —esse cálculo sobre o dia de amanhã — que vem juntar-se à tendência e a influenciá-la. A meta longínqua requer por parte do sujeito a anulação ou a transformação das metas imediatas, ou seja: a ponderação do fim mais distante actua sobre a actividade livre e espontânea, condicionando-a. Por outras palavras, é necessário cercear a nossa actividade espontânea para que as metas longínquas a que nos propusemos possam ser alcançadas. É o que vulgarmente chamamos sacrifício e que acontece sempre que nos determinamos para um objectivo que nos exige esforço e até desprazer. E muitas vezes perguntamos se valeu a pena e fica-nos a dúvida se não teríamos trocado a liberdade por um logro.

DA INSTITUIÇÃO

11- O que acabamos de analisar diz respeito apenas ao indivíduo, à sua actuação subjectiva sem implicar ainda a relação de facto com o outro ou os outros. Mas é desta perspectiva que decorre a associação contratual, que não é livre mas programada, o mesmo é dizer regulamentada. Estabelecidos os fins, indicam-se os direitos e deveres dos contratantes, se estes não forem apreendidos de modo implícito, e regulamenta-se a actuação dos sócios. Já não é livre-associação, onde cada sócio a nada é obrigado e dispõe ainda da prerrogativa de desfazer a sociedade a qualquer momento. Chamamos-lhe então instituição.
A instituição traz à associação algo de novo, a regulamentação, que permite que ela tenha uma certa estabilidade. A relação livre, que não pode oferecer garantias de estabilidade, é substituída pela relação regulamentada para que ela perdure a fim de satisfazer os alvos programados.
Nos abelharucos vemos uma associação durável e estável, mas essa estabilidade é devida às tendências naturais. Com os homens, todo o finalismo biológico se altera com a actuação livre, isto é, com a possibilidade de escolha, e aquilo que pode oferecer algo de semelhante à estabilidade do finalismo biológico é a regulamentação. Devemos, no entanto, referir que, pela sua dimensão restrita, nas sociedades

animais o contacto entre os indivíduos é permanente, ao passo que as sociedades humanas, muito mais complexas, englobam desde as relações recíprocas até à presunção relacional, isto é, as sociedades humanas alargaram de tal modo o seu âmbito que podemos encontrar indivíduos que, embora pertencendo à mesma sociedade, nunca se irão encontrar. É o caso da Nação à qual nos encontramos vinculados juridicamente.

DA LEI

12- Com a instituição entramos no domínio das leis, que é o reino onde somos obrigados a viver, pois que uma das prerrogativas da lei é obrigar. Há quem diga, porém, que a lei é que nos torna livres e, de facto, por vezes ficamos com a ideia de que a lei é libertadora. Assim o pensaram Rousseau, Montesquieu, Voltaire e tantos outros. Frederick List chegou mesmo a afirmar que pode inclusivamente acontecer que o comércio livre leve à servidão nacional [3]. Os liberais de hoje, porém, parecem ser de outra opinião ao reclamarem a desregulamentação da economia e ao criticam as pretensões de segurança social do Estado Providência.

Em que ficamos? A lei liberta ou oprime?

Os que dizem que ela é libertadora não viram senão as circunstâncias em que algumas leis foram aplicadas. É certo que a lei pode ser relativamente libertadora. Mas em que casos? A lei reporta-se sempre a uma dada relação social. Em sociedades esclavagistas, é a lei que define senhor e escravo e regulamenta a relação entre ambos. Se aparecer uma lei que revogue o direito de os senhores reduzirem, por dívida ou outro motivo, homens à escravatura, essa lei pode sem dúvida ser considerada libertadora, mas libertadora apenas em relação à situação social anterior ou, mais precisamente, em relação à situação criada pela lei anterior. A lei, que define e estabelece impositivamente como serão as relações sociais, é o que há de mais contrário a qualquer relação em liberdade.

Por sua vez, os liberais, ao pedirem menos Estado e a desregulamentação no que diz respeito à economia, parecem repudiar o fundamento das leis, mas a sua posição não se afasta muito da precedente. O que eles pretendem é apenas uma reforma das leis que possam entravar a sua perspectiva economicista. Enquanto os marxismos privilegiaram em demasia as relações económicas dentro do tecido social, os liberais pretendem reduzir toda a sociedade à economia. Se a economia é um meio do qual depende a subsistência dos homens, e não vejo que possa ser encarada de outro modo, então os liberais fazem dos meios os seus objectivos sociais. Enquanto o *comunismo* (não confundir com o extinto capitalismo de Estado soviético) se reveste de princípios morais, o *liberalismo* restringe-se a um economicismo sem ideal e ao mecanismo político da alternância do poder. Os liberais, com os seus conceitos de *mão invisível* e *direitos naturais*, reportam-se ao mais crédulo dos jus-naturalismos, ao pretenderem fazer da propriedade um direito natural e parecem esquecer que são as leis do Estado que asseguram a propriedade privada e que regulamentam as relações patrão / assalariado.

DA PROPRIEDADE

13- Os abelharucos possuem ninhos como outros animais certos lugares que fazem parte do seu habitat, mas não são proprietários de coisa nenhuma. E a diferença reside nisto: os abelharucos não têm leis. Continuam a associar-se e a possuir os ninhos naturalmente, o que não significa que sigam *leis naturais*, como pretendem alguns. Tal como as *leis civis*, também as *leis naturais* não têm existência anterior aos homens, são uma criação da razão humana.

A regularidade que atribuímos à Natureza é fruto da observação das tais constâncias com as quais construímos identidades, processos, evoluções. A sucessão dos dias e das noites permite-nos até medir o tempo astronómico, mas a regularidade está longe de caracterizar todas as manifestações naturais. Um

terramoto ou a queda de um meteorito são o bastante para perturbar essa regularidade. É certo que sem um mínimo de regularidade não havia fundamento para as leis, mas as leis são sempre criação humana.
Continua a existir, por outro lado, a tendência para se confundir *leis naturais* com *leis civis*. Ora, *lei natural* só pode ser *lei científica* e, portanto, determinista, referida *ao que é*, mas tem muitas vezes sido invocada como caução de um *dever ser* qualquer. E isto só acontece por se atribuir uma finalidade imanente à Natureza e se confundirem juízos de realidade com juízos de valor. Os valores são a expressão dos nossos desejos, da nossa vontade e das nossas aspirações, mas também das nossas atitudes e ideários. Mas não se encontram na Natureza, nós é que valorizamos a Natureza. Só nós, humanos, temos valores e só nós fazemos leis orientadas para um certo fim. Toda a espécie de leis civis, começando pelas regras técnicas do Direito e acabando nas leis gerais de um Estado, não nos dizem *o que é* mas *o que é imperativo que seja*. A coerção que as acompanha distingue-as mesmo dos preceitos morais. Acrescento que o imperativo da lei civil, longe de se apoiar num dever ser estável, surge das circunstâncias e a boa lei de hoje pode já não o ser amanhã, tal como aconteceu com as leis que sancionavam a escravatura.

14- Dizia eu que os abelharucos não são proprietários porque são possuidores de facto, não de direito. O Direito é a lei e, como diz Austin, "uma lei é um comando que obriga uma pessoa ou pessoas... As leis e outros comandos são procedentes de *superiores*, para amarrar ou obrigar os *inferiores*" [4]. Enquanto a posse (uso temporário) é a relação entre quem possui e a coisa possuída, a propriedade é a relação estabelecida por lei entre um possuidor e os excluídos à possessão.
Mas antes de qualquer abordagem deste assunto, parece-me pertinente tentar responder à questão posta por M. Henequin e citada por Proudhon, a saber: "Se a propriedade é o princípio ou o resultado da ordem social, se é preciso considerá-la como causa ou como efeito..."[5]
Anteriormente tinha afirmado que a sociedade humana estava inscrita nas suas propensões orgânicas e, seguindo este raciocínio, ela não fica a dever-se a nenhuma espécie de propriedade. Aliás, a propriedade, que não a posse, só poderia ter surgido na altura em que os homens estavam munidos de uma linguagem conceptual. Nem a ocupação primitiva do solo, nem a força dos conquistadores poderiam ter estabelecido a propriedade. Esta só surge quando a ocupação, qualquer que seja, é reconhecida pelos outros. Não importa para o caso saber se esse reconhecimento é livre ou imposto. A lei que estabelece quem é o proprietário e os outros obriga em qualquer dos casos. O que posso dizer é que a propriedade cria uma nova relação social. A propriedade acaba por introduzir na sociedade o conflito. Proudhon diz deste modo: "a propriedade está fora da sociedade" [6]. E com razão, pois que o privado é algo que se opõe ao social. E então teremos que a coisa privada pode ser um meio de relação social, ou seja: a nova ordem baseia-se em relações autoritárias de poder. De poder, por se ter estabelecido uma relação desigual e não recíproca; autoritária, por não ser da vontade de todos mas apenas dos proprietários. Podem invocar-se a aquisição da propriedade pelo trabalho e pela poupança, a desigualdade distributiva segundo o mérito e o demérito ou até a herança: esta ordem social só pode ser mantida pela força ou, melhor dizendo, pela força transformada em lei. De contrário teríamos que admitir que o excluído, seja por demérito seu ou por qualquer outra razão, o é por vontade própria.
A propriedade não é nenhum *direito natural*, como o expressam as velhas proclamações e ainda o afirmam hoje os neo-liberais, mas o roubo, como diz Proudhon[7]. Um roubo que veio sem dúvida transformar a associação —sinónima de cooperação —em desenfreada competição. A Natureza, ainda que admitíssemos nela a disposição para um fim, não podia distribuir antecipadamente a propriedade da terra e dos bens.

Não pretendo de modo nenhum contrapor a propriedade de Estado à propriedade privada dos liberais. Sei que o Estado é mau gestor e, pior que isso, mau distribuidor, nem vou enfileirar por tal maniqueísmo. Mas quero salientar que quando os liberais, arautos da privatização, pretendem a redução das despesas públicas, referem-se essencialmente à Segurança Social (pensões de reforma, subsídios de desemprego, assistência na doença, etc.) que atingem sobretudo os trabalhadores por conta de outrem, mas pedem ao Estado incentivos financeiros e fiscais e redução dos impostos sobre rendimentos e lucros.
A *mão invisível* da economia liberal não é tão invisível como se pretende. Se Hayek diz que os liberais são *os que admitem que o mundo obedece a leis que não dominamos,* eu permito-me fazer o seguinte comentário: é preferível que os liberais procurem dominar as ditas leis a que o mundo obedece a dominarem os homens a coberto de tal ignorância. As leis a que o mundo obedece são as dos homens, as dos *superiores*, como diz Austin, e são elas que fundamentam a propriedade e o Estado.

TERRA DE TODOS OU DE ALGUNS

15- Os abelharucos não têm mundo, o mesmo é dizer, não têm o conhecimento dos homens e, portanto, não têm um planeta a defender. Vivem naturalmente e sem conflitos entre si. Nós, ao privatizarmos a terra, deixámos de ser solidários e tornámo-nos competidores. Há quem afirme até que a competição é a mola real do progresso. Mas que progresso? Será que os economistas fazem contas dos gastos de energia que requer a busca competitiva de novas técnicas e o desperdício energético contido nos nossos lixos?
Progresso, aliás, é uma palavra neutra: tanto pode expressar o bem como o mal, tanto se aplica para designar o aumento da produção e da produtividade económica, como também aumento da poluição, da miséria, da corrupção, etc.
Hoje, quando se fala dos excluídos sociais, dos que dormem na rua, quando é cada vez maior a nossa preocupação com o esgotamento de recursos, quando a poluição de toda a espécie põe em causa o poder de regeneração de solos, rios e mares, a resposta adequada a estes problemas ecológicos não será certamente a do mui liberal Alain Juppé que, arrogando-se em proprietário de certas águas marítimas, se dá ao luxo de fazer as suas experiências atómicas, qual Nero incendiando Roma.
Mas o problema capital não se situa nos meios, num qualquer desenvolvimentismo que não olha a consequências, mas numa perspectiva de desenvolvimento harmónico que a competição está longe de poder proporcionar. A economia de mercado proporcionou nestes últimos tempos não só extraordinários aumentos de produção e de produtividade como também grande variedade de produtos, mas esse acréscimo é aleatório e, só por si, o mercado é um mecanismo que não tem em conta nem gastos energéticos, nem prejuízos futuros, por vezes irreparáveis. Por outro lado, a economia de mercado cria dissensões profundas aos governos a nível económico e social: se aplicam medidas para reduzir a inflação, cresce o desemprego; para se enfrentar a crise energética, descura-se o ambiente.

DA IGUALDADE

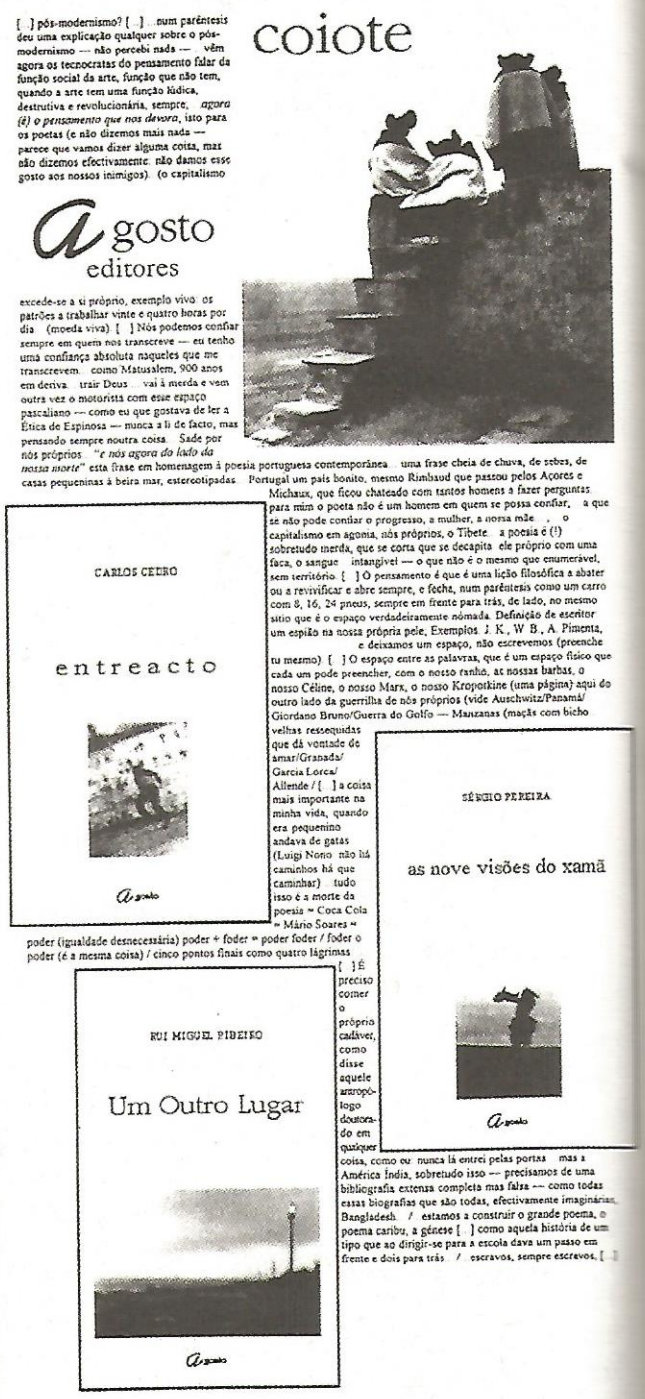
16- O mais grave problema, porém, reside na distribuição da riqueza e esse já não é um problema técnico mas moral.
No mundo dos abelharucos, onde não há princípios morais, mas não há exclusão e o alimento acaba por ser distribuído segundo as necessidades de cada indivíduo.
Enquanto a propriedade é um direito real, a igualdade dos homens é uma pura abstracção que não pode conduzir a nenhum direito real. Nenhum ser é igual a outro e logicamente a relação social não pode assentar numa base de igualdade dos indivíduos.

Pelo contrário, o que nos é dado ver é que as relações sociais são essencialmente assimétricas, apesar das presumidas igualdades e da sua proclamação. Se atendermos às nossas propensões orgânicas, a atracção não se faz por iguais mas afins. A sociedade forma-se por simpatia, é fundamentalmente sentimental e nenhuma razão a explica. É a esse sentimento que se deve a atracção amorosa, a atitude da mãe que arrisca a vida pelo filho, a protecção dos fracos, a dor em relação à morte dos que são próximos. E isto quer nos humanos quer nos animais. Só que os humanos consciencializaram essa afinidade e erigiram princípios morais.

As relações dos abelharucos possuem esta assimetria, que não constitui nenhum obstáculo à harmonia que reina entre eles. E estou em crer que, se os abelharucos tivessem entendimento e falassem, talvez dissessem que não queriam ser iguais para evitar que houvesse uns mais iguais que outros.

notas

1. J. Piaget, La Construction chez l'Enfant, pp. 9,10
2. J. Proudhon, Idée Géneral, p. 161
3. F. List, National System of Political Economy (trad. ingl. G. A. Matile, Filadélfia 1856), p. 90
4. J. Austin, The Province of Jurisprudence Determined, cit. por D. Lyons em As Regras Morais e a Ética, Papirus Ed., p. 17
5. J. Proudhon, O Que é a Propriedade, ed. port. Estampa, p. 33
6. J. Proudhon, O Que é a Propriedade, p. 44
7. J. Proudhon, O Que é a Propriedade, p. 14



NAS SOMBRAS DA POLÍTICA: A INTENÇÃO FEDERALISTA

por EDSON PASSETTI

Quem quer que seja você, / reclame em seu próprio nome / em qualquer ocasião!
Essas amostras do Leste e do Oeste / são insípidas em comparação com você; / esses prados imensos e rios sem fim,
você tanto quanto eles é imenso e sem fim; / essas fúrias, borrascas, intempéries, / gestos da Natureza,
espasmos de aparente destruição, / você é aquele ou aquela / que de tudo isso será senhor ou senhora
- senhor ou senhora no seu direito / sobre a Natureza, os elementos, / a violência, a destruição.
Walt Whitman

Um dos mais gritantes problemas deste final de século parece ser o da violência. Assassinatos coletivos nas metrópoles são comandados por fanáticos religiosos; grupos étnicos procuram dizimar-se para afirmarem a superioridade de um sobre o outro; assassinos solitários matam em série; torcidas organizadas de futebol se espancam; narcotraficantes institucionalizam seus próprios códigos de justiça e arvoram-se em Estado paralelo; aparentes homens e mulheres de moral inquestionável violentam seus filhos; líderes messiânicos promovem suicídos coletivos; ditadores ainda governam com base na tortura; enfim, com ou sem propósitos políticos. Deve-se interrogar, nos tempos de agora, os efeitos do desmantelamento internacional sob a rubrica aceita momentaneamente de globalização.

Corremos o risco de associarmos os estigmas da violência por sobre indivíduos, grupos e classes que se localizam nos estratos mais inferiores da sociedade. Tal fato não deixa de ocorrer. O que rádios, jornais e redes de televisão noticiam diariamente em escala planetária, diz respeito à violência cometida por esses indivíduos e, não raramente, ela está associada às suas carências econômicas, culturais, educacionais e sociais, fato que diversos estudos acadêmicos não se cansam de reafirmar.

Associações, partidos e cidadãos em geral exigem que o Estado tome providências, mesmo sabendo-se da morosidade e parcialidade da Justiça, da ineficiência das políticas sociais e da sanguinária ação da polícia. Exige-se, em suma, a caridade fundada na providência da razão que estrutura intervenções estatais na vida sócio-econômica.

Uns, ainda com certo entusiasmo, acreditam que deslocar para a ação político-institucional as reivindicações e prováveis soluções é o meio mais adequado para minimizar os desníveis sócio-econômicos. Alardeiam a necessidade de redistribuição de renda, uma ação policial justa, uma dinâmica da Justiça que se adeque aos imperativos

do presente, a democratização do Estado com mais e mais políticas sociais acompanhadas de geração de empregos.

De um modo particular eles nos dizem que os estigmatizados como violentos são os pobres em geral, e especificamente os trabalhadores inseridos no âmbito da legalidade e na ilegalidade das relações de trabalho. Suas ações giram em torno de específicas soluções estatais tanto para os empregados (reivindicam políticas de criação de empregos para combater a recessão que atinge parte destes trabalhadores no processo de desenvolvimento das forças produtivas; interrupção das políticas privatizantes; melhorias salariais e benefícios indiretos), como para os alijados do mercado formal (preferencialmente optam por políticas sociais e ampliação de empregos no âmbito dos organismos governamentais). Lutam, a seu modo, pela continuidade de suas condições em nome dos trabalhadores em geral.

Esta auto-determinada ponta de lança, com esta forma de enfrentamento coloca-se numa condição defensiva que a inscreve na estrutura partidária como forma de ocupação de espaços que é intrínseca ao jogo democrático-representativo das democracias em boa parte deste século. Subjacente às suas cotidianas investidas encontra-se a prática social intervencionista que projeta a constante ocupação do Estado com políticas que controlam e estatizam meios de produção.

Sabemos que o intervencionismo no século XX nada mais foi do que a forma do estreitamento de relações e interesses entre capitalistas, sindicalistas e burocracia estatal, solidificando políticas que, democrática ou autoritariamente, garantiram a continuidade da reprodução dos interesses. O intervencionismo assumiu a cara de *welfare-state*, fascismo, nazismo, estadonovismo, *new deal* ou socialismo, como parte do processo de planejamento disciplinado do mercado cujo objetivo era a estatização de todos os meios de produção.

Os estigmas da violência sob este cenário funcionam como um *chorus line* do espetáculo político onde os protagonistas principais, (empresários, burocratas e sindicalistas) ocupam, com maior ou menor intensidade, o centro na representação da tragédia contemporânea. Nestes tempos de intervencionismo o povo transformou-se em massa, os políticos em representantes corporativistas, a democracia em espetáculo eleitoral, os regimes em vestimentas intercambiáveis e a tolerância atingiu seu ápice com a difusão do relativismo cultural parametrando o que se convencionou chamar por *politicamente correto*. Descambou-se para uma crítica desmedida ao que se estabeleceu como sendo o *neoliberalismo*.

A certeza momentânea que se institui diz respeito à crítica convincente dos conservadores ao estatismo acompanhada de ausência de propostas, visto que sob a ideologia de abertura para a libertação do mercado das amarras do planejamento e controle governamentais, tudo parece estar para se fazer e que capazes são os governos privatizantes, empresários internacionalistas e trabalhadores parametrados pelas concepções de *employability*.

É um tempo no planeta que parece ser avesso à emergência de novas tradições. Conservadores de um lado, entendidos equivocadamente como *neoliberais*, buscam reiterar tradições econômicas e morais como justificativa para o equívoco intervencionista. As chamadas forças progressistas oscilam entre aderir às reinvestidas econômicas de mercado desde que não se altere muito as terapias sociais que fundamentam a ação política defensiva em direção à manutenção da estatização que continua embasada em ideologias nacionalistas.

De outra pior sorte, o desmantelamento do império socialista, fez entornar reivindicações arbitrariamente solapadas dos antigos grupos étnicos homogeinizados pela ação do Estado que se lançaram em sanguinolentas guerras objetivando afirmar-se como Estados nacionais.

A violência entendida de maneira ampliada atinge os mais diversos alvos e se torna meio de afirmação circunstancial de indivíduos e grupos nas mais diversas conformações territoriais. Das lutas raciais

insuperáveis entre os norte-americanos às guerras separatistas como na Tchetchenia ou entre servios e croatas, para não esquecermos os hutus e tutsis em Ruanda, o narcotráfico e os *serial killers*, ou seja, a guerra civil de diversas conotações como salientou Enzesberger (1995) parece se propagar de tal sorte que nenhuma racionalidade de poder consegue conter. Fala-se muito de falta de ética mas poucos parecem estar atentos, pelo menos nos termos da cultura ocidental, aos seus princípios éticos herdados da concepção democrática, pluralista e humanitária que se planetarizou, na qual todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade como ressalta Freire Costa (1995).[1]

Interrogar, portanto, o monopólio legítimo da violência exercida pelo Estado, talvez seja um fecundo percurso para redimensionarmos, no final deste século, a crítica ideológica ao que se convencionou chamar por neoliberalismo, realocando a questão da violência para ser apreendida a partir da incapacidade do Estado em contê-la nos tempos das massas e da instantaneidade, onde fala-se de ética mas não se sabe como proceder eticamente, onde se fala de violência sem se perguntar porque não a paz.

O tema estigmatização de setores das massas modernas como violentas, exige que se discuta, parametrados pela sugestão de Foucault (1984) que se interrogue o pensamento pelo próprio pensamento, deslocando o debate do campo das ideologias para a constituição de verdades de poder. Quem sabe por esse percurso consigamos interrogar a territorialidade da violência e abrir mão do mundo das certezas para, encontrarmo-nos com o incerto tempo que revele formas para reduzí-la e superá-la.

A PACIFICAÇÃO ARTIFICIAL DA VIOLÊNCIA

Nietzsche, em *Para Além do Bem e do Mal*, notava que a democracia, como herdeira do movimento cristão, seria o principal movimento do nosso século, como a moral do rebanho.

Os liberais, desesperados com o surgimento das massas modernas identificavam-na como procedente do império instituído pela providência da razão em substituição à providência divina e caracterizavam-na como base para a emergência da democracia de massa, totalitarismos e, por conseguinte, para a destruição da própria democracia.

Os socialistas marxistas, desesperados com a transformação do proletariado em massa a partir da tomada do poder pela vanguarda revolucionária num país de baixo desenvolvimento das forças produtivas, resolveram caracterizar o socialismo no século XX como sendo o *socialismo real*, algo longe, portanto, do verdadeiro socialismo e passaram a fazer da democracia uma parte integrante e valorativa de seu pensamento.

Deste confronto entre marxistas e liberais foram se tornando cada vez mais presentes os conservadores, engendrando a crítica ao estatismo e à democracia de massa, e os socialistas reformistas que, gradativamente, foram deslocando-se para a social-democracia.

Para os primeiros, a violência foi sendo associada a estatismo, fracasso da política do pleno emprego sugerida por Keynes, incapacidade da sociedade de consumo reduzir as dores e ampliar o prazer pela monopolização da economia, gerando regimes totalitários mas que, comparativamente ao socialismo, deveriam ser apoiados por não suprimirem totalmente a propriedade privada dos meios de produção. Por isso mesmo, apoiar fascismos e nazismos, sob a ótica conservadora da primeira metade do século, era uma estratégia positiva para conter o totalitarismo socialista.

O paradoxo desse vai-e-vem leva a partir dos anos 70

tanto ao investimento na restituição do mercado no socialismo chinês sob o regime totalitário, quanto à reavivação do mesmo mercado através de ditaduras militares como no leste asiático ou na América-Latina. Neste sentido, o mercado livre passa a prescindir da democracia assim como o reerguimento da economia de mercado parece não estar intimamente associada à democracia como se supunha. A democracia como um valor supostamente universal de orientação geral para as massas, passa a ser entendida como o ponto ótimo a ser atingido num futuro próximo. Desta maneira não há como discordar que conservadorismo não é um movimento de volta às tradições mas de obstrução a novas tradições. A violência monopolizada pelo Estado é condição *sine qua non* para a instituição inclusive da democracia, diferenciando conservadores de liberais para quem o mercado de consumidores individuais livres é a base para a instituição da democracia política.

Os socialistas trocaram o revolucionarismo pela social-democracia e a política de estatização gradativa dos meios de produção pela terapia social. Sem uma teoria econômica capaz de sustentar as ações políticas, num primeiro momento se viram suplantados por fascistas e nazistas e, num segundo, aderiram ao keynesianismo. Abandonaram a teoria revolucionária pela democracia como meio para o socialismo e encontraram-se surpreendidos e estupefatos frente à reviravolta conservadora.

Hobsbawn (1995) não deixa de estar correto ao afirmar que o grande equívoco deste século foi interpretá-lo baseado na contraposição capitalismo/socialismo; no entanto sua constatação não se dirige além da crítica ideológica ao *socialismo real*. Os marxistas nunca foram democráticos e sempre acreditaram que o meio para o comunismo era a ocupação do Estado monopolizando a violência para estatizarem todos os meios de produção e provocarem com isso o desaparecimento do Estado.

Os liberais acreditavam que apenas o monopólio legítimo da violência por parte do Estado seria a condição para a realização da felicidade, quando associado à constituição jurídico-política, como derradeira forma de pacificação da violência natural do homem.

Se para eles o monopólio legítimo da violência era a finalidade última e necessária para pacificar-se as relações sociais sob o regime da propriedade privada dos meios de produção, para os socialistas marxistas o Estado era o meio necessário para a superação da violência instituindo, inicialmente, a propriedade estatal dos meios de produção. Em ambos os pensamentos o Estado ocupa um lugar centralizado e territorializado como meio ou fim para a pacificação da violência como monopólio legítimo da violência.

Foi o contratualismo inglês, principalmente com Thomas Hobbes, que, modernamente, no século XVII, instituiu o pensamento que o corpo artificial Estado era o único capaz de conter a violência que congrassava na natureza. Ele era capaz de instituir a continuidade da paz social a partir do momento em que, pela primeira e derradeira vez, democraticamente os homens se associavam para celebrarem o contrato. Somente após este ato, constituindo um soberano, é que se podia pensar a existência da propriedade privada, o que sob esse ponto de vista não passava de um efeito decorrente da existência do Estado.

Jeremy Benthan, no século XVIII, chamou atenção para o fato que a teoria contratualista era insatisfatória e a-histórica, não dando conta do verdadeiro sentido da associação humana em direção à felicidade. Para ele, o fundamental era entender como se constituiu a harmonização dos interesses em direção à felicidade geral entendida como o cálculo entre prazeres e dores dos indivíduos com o livre direito de discutir e criticar ações e instituições. O Estado é entendido agora como o garantidor da harmonização dos interesses entre homens livres, situação histórica que se concretizou com o liberalismo e a propriedade privada dos meios de produção, invertendo-se a argumentação hobbesiana.

É a escolha entre alternativas baseada na razão e na lei sempre gerando a expectativa de melhores soluções futuras que faz com que a obediência seja melhor que

a desobediência em direção à constituição da felicidade. A democracia política só pode existir mediante a democracia econômica, sua base irreversível, e é algo em constante fazer e refazer em sua imperfeição decorrente da anarquia da produção, da liberdade de expressão e da defesa intransigente da redução da dor.

O governo que tende a aumentar a felicidade deve ser entendido como aquele que não interfere nas relações econômicas e garante a segurança do indivíduo e da propriedade através da lei. A missão do governante ao aplicar a lei é promover a felicidade punindo e recompensando, verificando o ato através da prova e tendo por referência consequências e motivos. É com Benthan e o pensamento fundado no individualismo egoista que se explicita a necessidade do monopólio legítimo da violência, a criação de dispositivos legais visando conter o crime através da lei e o princípio político democrático fundado na liberdade de mercado da economia de livre-concorrência.

O monopólio da força e da justiça pelo Estado democrático garante ao indivíduo condições para que através de punições ele seja capaz de refletir sobre seu erro gerador de dor para o outro e a si próprio, fazendo com que a prisão se constitua antes de mais nada num centro de reforma da consciência condenada pelo procedimento jurídico fundado na prova.

A contra-prova destes limites da dor colocados pelo pensamento benthaniano pode ser apreendida tanto em Foucault (1977) na crítica à soberania, à segurança e à disciplina, como mais recentemente em Chistie (1984) com a tese em torno da abolição da pena carcerária. Revelando a impossibilidade de uma reforma da consciência e a instituição de uma consciência encarceradora que amplia a dor e reduz o prazer, invertem a expectativa panoptista de Jeremy Benthan explicitando a idealização e a artificialidade da proposta liberal no que concerne ao monopólio legítimo da coação física.

A ética utilitarista benthaniana é a ética privada cercada de sanções decorrentes das limitações físicas, políticas, morais e religiosas dos indivíduos e de uma jurisprudência que encerra a arte ou ciência da legislação. Esta ética, por sua vez, recusa todo e qualquer nacionalismo; ela é internacionalista e se funda na possibilidade de constituição de um Estado Mundial fundado na propriedade privada dos meios de produção.

Para o pensamento utilitarista, liberal por excelência, é inadmissível qualquer nacionalismo, assim como a solidificação dos Estados Nacionais. A história se construirá, sob essa visão, em torno de uma internacionalização de capital e trabalho a partir de uma liberdade indissociável entre empresários e trabalhadores em direção à redução da dor. Este individualismo parametra toda e qualquer obstrução à constituição do preço monopolístico, base econômica dos monopólios, da mesma maneira que garante a democracia política pela democracia econômica e evita-se a transformação do público em massa, como demonstrou, neste século, Ludwig von Mises (1990). Para o liberalismo, enfim, é com a libertação dos trabalhadores do domínio do Estado-Nação, levando o livre-cambismo (de empresários e trabalhadores) para além das fronteiras nacionais que se pode imaginar a verdadeira harmonizaçãos dos interesses sociais.

O liberalismo como pensamento internacionalista volta-se para a realização do indivíduo em direção à constituição de um Estado Mundial com o monopólio legítimo da violência e uma constituição jurídico-política fundada na segurança da propriedade privada dos meios de produção e na democracia. Não tolera qualquer restauração da propriedade privada dirigida pelo Estado através de uma elite conservadora, que se diz liberal, por acreditar que o fracasso dos estatismos aparecerá como resposta dos consumidores em geral; tampouco acredita em democracia social como forma de transformação da caridade individual em caridade estatal e rejeita qualquer aproximação com o pensamento de John Stuart Mill com sua proposição de intervencionismo mínimo.

Para o liberalismo não pode existir função assistencial

ou reguladora do Estado, o que seria a negação da liberdade do próprio indivíduo, inexistindo qualquer aproximação possível a idéias como Estado mínimo e Estado máximo. Distanciam-se, com diferenças de natureza e de grau, quer dos socialistas quanto dos conservadores, entendidos como aqueles cheios de boas intenções patrioteiras.

Immanuel Kant, no seu pouco referido opúsculo *A Paz Perpétua* é quem redimensiona este internacionalismo questionando parcialmente a inevitabilidade do monopólio da violência. Ele assegura que o Estado não é um património, posto que é a sociedade dos homens que tem o direito de mandar e dispor. Propugna à sua maneira a dissolução dos exércitos permanentes e a redução gradativa dos impostos como maneiras para estimular o comércio, ampliando a liberdade dos indivíduos.

O comércio é capaz de instituir o cidadão cosmopolita que se associa de maneira federativa onde o direito político emerge como submissão a leis coativas e o direito dos povos é assegurado por uma monarquia universal tolerante com línguas e religiões. Retraduz a prudência como forma de ação política portadora de moral capaz de fazer desaparecer o moralismo político caracterizado como a conveniência dos homens de Estado.

Kant acrescenta o regime federativo ao Estado Mundial, um Estado único e, portanto, monárquico, que se realiza sob o governo republicano com separação de poderes como expressão da vontade pública. Opõe-se ao governo despótico que realiza a vontade privada a partir da identidade de interesses entre legislativo e executivo e entende, já no tempo dos Estados Nacionais, a necessidade de se superar o exército permanente pelo exército voluntário de defesa, visto que nenhum Estado deve imiscuir-se pela força na constituição e governo do outro. A constituição jurídica contempla o princípio de liberdade dos membros da sociedade (faculdade em não se obedecer quaisquer leis externas que não tenham sido consentidas) que deve ser estendido a todos gerando uma só legislação e realizando, desta maneira, a igualdade jurídica, ou seja, o vínculo entre indivíduos através da lei.

O pensamento liberal é um pensamento internacionalista fundado na liberdade do indivíduo e na propriedade privada dos meios de produção que se realiza através de um livre-cambismo desterritorializante que garante a livre circulação de bens, indivíduos e mensagens, cuja finalidade é a instituição de um Estado Mundial com uma constituição única, o monopólio legítimo da violência com a existência do exército de voluntários.

Mas, na administração da consciência da dor fundada nos dispositivos de punição e recompensa se cristaliza uma consciência encarceradora que reproduz a própria dor e fundamenta os dispositivos disciplinares que exigem a redução das energias políticas do corpo em função da produtividade das energias econômicas a serem extraídas, a base de fundamentação para a suposta harmonização de interesses no mercado.

Ainda que a proposta liberal justificadora do monopólio legítimo da violência fundada na liberdade de livre trânsito internacional de empresários e trabalhadores possa ser capaz de obstruir, pela ação dos consumidores a reprodução do estatismo — onde, no limite, a queda do socialismo soviético se torna uma demonstração da veracidade da teoria — restaria a necessidade de entender, neste suposto período de reversão, como este indivíduo transformado em massa pode ser recuperado pelo liberalismo. Afinal de contas, é neste campo, o da massa, que a violência graceja das mais diversas maneiras e, não superada essa condição não há como esperar pelo federalismo num Estado Mundial sem exército permanente.

Voltemos a Kant. Se para ele o estado de paz opõe-se ao estado de guerra, por instituir a harmonia e a segurança com uma constituição jurídica cada vez mais internacionalista e os tempo de hoje ainda são os de violência, o que se passa? Kant concebia o estado de guerra como o tempo da discórdia, das hostilidades colocados pela natureza que dispós aos homens uma organização provisória: espaço para

viver, deslocamentos a regiões distantes através de guerras constantes e estabeleceu a necessidade durante este movimento de relações mais ou menos legais através das guerras. A natureza escolheu a guerra como meio de sobrevivência e sob guerra não há povo mas massa. Sob o ponto de vista de kantiano ainda vivemos parcialmente efeitos da natureza que racionalmente traduzimos como paz através dos tratados de fim de guerra. Estamos no tempo do pensamento guerreiro de Clausewitz em *Da Guerra*, que afirma ser a guerra a política prolongada por outros meios, ou mais precisamente, redimensionada por Foucault que chamou por política a guerra prolongada por outros meios.

A inversão foucaultinana potencializa o entendimento da massa sob o intervencionismo e parametra a crítica que vem sendo gestada até aqui que diz respeito à artificialidade da pacificação da violência supostamente realizada pelo Estado. Ela nos permite inclusive aproximar o libertarismo liberal a uma zona perigosa e pouco explorada, ou seja a área de pensamento e ação anarquistas, questionando o derradeiro limite do Estado Mundial.[2]

Se a universalização do mercado com o fim do socialismo suprime o caráter totalizador do Estado, seu lado individualizador, no entanto, permanece inquestionável. O poder individualizador, como ressalta Foucault (1990), deve ser entendido como o ajustamento entre o poder exercido sobre sujeitos civis e o poder pastoral sobre indivíduos livres como uma tecnologia do poder.

Remontado à cultura hebraica onde Deus aparece como o único pastor e David tem por tarefa reunir o rebanho, sob o cristianismo, o pastor presta contas, um ato derivado da relação pastor/ovelha de onde emana a obediência e a submissão: é a virtude da obediência como fim em si mesma pelo exame de consciência que leva à mortificação do indivíduo no mundo. Neste sentido o Estado moderno, e por conseguinte sua verdade liberal, combinará dois tipos de jogos, cidade/cidadão e pastor/rebanho. A questão repousa então em não se questionar apenas o caráter totalitário do poder como fizeram os liberais, nem somente o individualizador como se propuseram os marxistas.

A formação da massa moderna, ainda que em termos liberais tenha ocorrido com o fim do *laissez-faire* e a propagação da estatização, sob os propósitos da política ela lhe antecede. É essa antecipação que dá atualidade às questões em torno da emancipação, não mais como emancipação política da religião como instituíu a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão no século XVIII e a tolerância liberal.

Tampouco a emancipação humana retraduzida por Marx a partir do Manifesto Comunista passa a ter relevância. Levada a cabo por Lenin em *O Que Fazer?*, em nome da revolução se acatava a disciplina da fábrica como meio para enfeixar o proletariado ocupado para aceitar a consciência revolucionária vinda do exterior, elaborada cientificamente pela vanguarda marxista do partido. Ao combater por dentro a própria aristocracia operária, ou seja o sindicalismo de sustentação capitalista, reservou o mesmo papel aos sindicatos no período pós-revolucionário, o que reitera o entendimento do sindicato como suporte ou agente negociador no processo de intervenção estatal.

O partido da revolução, entendido como conspiratório, nada mais é do que o meio de representação do proletariado ocupando o Estado através da ditadura do proletariado. Nesta, sob o monopólio legítimo da violência, socializa os meios de produção sob um constituição de exceção com o objetivo de libertar as forças produtivas, instituir as bases para o comunismo e aniquilar com os opositores ao novo regime. O monopólio da violência se traduz em meio para o comunismo que a história demonstrou ser o fim em si mesmo proposto pela teoria; uma finalidade que nenhuma crítica ideológia ao stalinismo ou ao *socialismo real* consegue sustentar.

O marxismo queria e realizou uma revolução onde os indivíduos em nome da satisfação das necessidades deveriam continuar como massa até que os pastores

retirassem as ovelhas da condição de animalidade. A massa era a condição necessária de existência do indivíduo para que ocorresse a revolução e, por isso, ela só poderia ser concebida como sangrenta, assemelhando-se à guerra. A continuidade na condição de massa após a revolução era fundamental para que o planejamento da economia se realizasse e outras revoluções socialistas fossem incentivadas. Para tal o exército permanente e o monopólio da educação continuavam a ser fundamentais como no Estado burguês. Em nome do inimigo externo, a política se mantinha como guerra prolongada por outros meios e a forma do governo se ancorava nas limitações à liberdade. Desta forma não foi estranho o desmoronamento pacífico do socialismo, sem esboço de resistências à divulgada contra-revolução que viria do exterior.

Se esse marxismo proveniente da I Internacional deu com os burros na água e a massa principalmente com ele, a crítica à tolerância explicitada na Declaração Universal do Homem e do Cidadão e já tantas vezes refeita parece sugerir que os debates do início do século XIX travados por Proudhon e Marx contra a emancipação política são atuais por centrarem suas críticas no fim da política. É esse debate que nos permite entender a política como guerra prolongada por outros meios como condição para a crítica ao indivíduo pulverizado na massa e o redimensionamento do que se chama por violência e os estigmas por ela provocados. Reitera a exigência de perguntarmos: por que não a paz?

Sob essas condições em que o pensamento político liberal e marxista fundaram suas teorias, o indivíduo, voluntária ou involuntariamente, pulverizou-se pela massa. Nos tempos do industrialismo sob a forma de serializações e nos tempos de agora de controle midiático sob a forma da instantaneidade que o fragmenta, recompie, distribui e observa a partir dos bancos de dados. Como demonstrou Freccero (1994), a televisão sintetiza vulgarmente a nova condição gerando um saber paródico sobre a vida e uma democracia anti-autoritária baseada nas sondagens de opiniões instituindo o panóptico invertido.[3]

Responder afirmativamente à paz, significa também interrogar o pensamento sobre a massa e o poder pastoral, sob sua forma de ponóptico invertido sob o tempo midialógico, compreendendo o sentido da reprodução dos estígmas da violência como meio para não aproximarmo-nos mais da sua pacificação artificial que desaguou em liberalismo e socialismo e que hoje, coloca confortavelmente instalados conservadores e sociais-democratas.

A crítica desideologizada fundada no entendimento a respeito das verdades de poder postula verdades instituintes que sempre haverão de existir. E se há uma que emerge ela é pacifista e se preocupa em interrogar, a partir da idéia de liberdade, o que poderá acontecer após a queda do socialismo, a aparente vitória liberal saboreada pelos conservadores, frente à desterritorialização do Estado como aponta a emergência da Comunidade Européia e, aqui mais próximo a nós, a institucionalização do MERCOSUL. É óbvio que tudo pode acabar em corporativismo e novas guerras. Mas o que o pensamento pode interrogar senão práticas sociais?

Marxistas e liberais, cada um a seu modo, eram pensamentos internacionalistas que exigiam o Estado como monopólio legítimo da violência. Os liberais imaginavam que o Estado Mundial seria o ponto mais próximo da felicidade e por isso a democracia não deixava de ser o regime imperfeito necessário e suficiente. O intervencionismo, como prática social, impediu a realização da utopia liberal. Os marxistas imaginavam que o Estado Único Socialista seria o derradeiro sopro de vida do Estado. Passaram longe. O Estado como meio para o comunismo é em sua essência violento, ocupado pela ditadura do proletariado dirigida pela vanguarda capaz de superar com o planejamento econômico as desigualdades sociais. Uns através da democracia governada por uma elite, outros através de uma ditadura governada pela vanguarda, não prescindiram da violência monopolizada.

Pensaram formas de superar uma violência humana

original através de um corpo artificial; imaginaram pacificações e instituiram guerras; lamentam-se por aí e por aqui, sobre a necessidade histórica do liberalismo se tornar realidade e sobre os fracassos do *socialismo real*. Para estes pensamentos parece avizinhar-se o *no way out*, o que dá, de antemão, pouco tempo de vida ao conservadorismo e à social-democracia.

Nietzsche estava certo: o rebanho caminha lentamente como se vivesse democraticamente; clama pelo fim da corrupção no Estado —desinformado, não sabe que onde houver Estado haverá corrupção—;fala de ética da política mas não sabe se ela deve ser a da responsabilidade ou a da convicção; apavora-se com o narcotráfico mas não vê outra saída a não ser o enfrentamento militarista; reclama da educação mas não questiona seus fundamentos e apropriação estatal, contentando-se com a transformação da escola em refeitório; emudece frente notícias de filhos que matam pais e são surdos momentâneos quando o vizinho violenta seus filhos; pragueja contra seitas terroristas refugiando-se na castração dos desejos de sua religião; solidarizam-se com povos que guerreiam por sua nacionalidade porque são nacionalistas retrógrados; são não-fumantes motorizados que querem melhorar o mundo pensando que o índio faz parte da natureza assim como minerais, vegetais, aves, répteis, quadrúpedes e bípedes que não ele, de preferência vestido no atual *prêt-a-porter*; quer o mercado mas não sabe que mercado é esse; precisa de alguém que o dirija. É a massa que já sabe que entre o bem e o mal, o mandante e a obediência encontra-se o homem científico, o homem científico conservador.

HETEROTOPIA E FEDERALISMO

O problema deste final de século continua sendo a busca da paz onde o federalismo parece ser uma necessidade que ainda não ultrapassou a intencionalidade.

O Estado-Nação foi territorialidade, uniformização de costumes e de língua com uma suposta tolerância com a diversidade cultural, desde que esta fosse entendida como ajustamento gradativo aos domínios estatais e nacionais. Ele foi um inibidor da solidariedade internacional expressa nas utopias do século XIX e correspondeu ao confinamento nacional de trabalhadores sob constantes reterritorializações econômicas, tornando-se o equivalente precioso tanto para o livre-cambismo como para o intervencionismo.

A relação entre Estado-Nação e internacionalização econômica foi se esgotando quando uma nova globalização do mercado começou a se realizar a partir do início da década de 1970. Morin (1993) chamou atenção para o fato da globalização ser um processo que se inicia em 1492 com as descobertas de novas rotas comerciais e que de lá para cá ela passou a ser inevitável por ter sido o capitalismo a forma econômica que se expandiu para todos os cantos e assumiu vários contornos.

Entender a globalização historicamente a partir desta concepção moriniana significa estar atento para o constante duplo que o capitalismo acaba instituindo, seja pela inerente relação de complementaridade entre capital e trabalho no âmbito das relações de produção, seja pela expansão que incorpora espaços econômicos de maneira violenta como no colonialismo ou através de acordos e tratados envolvendo soluções de política econômica.

A globalização passa a ser entendida como processos totalizadores cuja meta é a unificação de mercados como supõe o neoliberalismo da mesma maneira que para os herdeiros do pensamento socialista marxista significou a planificação da economia em escala planetária. Descolada de seus efeitos ideológicos e

entendida como produto de conflitos estabelecidos por verdades de poder podemos afirmar que falar de globalização tendo como referência soluções totalizantes significa camuflar, quando não esconder, a inevitabilidade do confronto entre verdades, no plural, com mais de duas opções, onde as localidades e a regionalidades podem assumir caracterizações diversas daquelas esperadas pelo entendimento globalizador.

Se globalização significa fim do socialismo autoritário, não necessariamente significa fim do socialismo, como tampouco vitória capitalista e inevitabilidade neoliberal. Da mesma maneira as conformações sob a forma de comunidades econômicas e política não podem corresponder a ampliação das funções do Estado-Nação, determinação democrática ou restauração da livre-concorrência.

Entre o pensamento, os emaranhados ideológicos e as aspirações desenvolvimentistas encontramo-nos com o fracasso da forma intervencionista que até o início dos anos 1970, por sobre a dicotomia capitalismo-socialismo, impôs-se como padrão no século XX e entrou em decadência. Assim sendo não foi apenas o socialismo que desabou. Se o Muro de Berlim, neste percurso, não passou de uma metáfora, a euforia internacionalista do capital, não deixou de expressar o fracasso da associação monopólios, burocracia e sindicatos. Tudo se moveu e nesta movimentação assumiu o espaço central das relações de poder a iminência do princípio capitalista de livre-comércio, desestruturação das organizações sindicais e processos de descompressão burocrático enquanto quantidade de servidores públicos.

Emerge, então, uma correlação necessária estabelecida pela revolução computo-informática-comunicacional que diz respeito à redução de mão-de-obra ocupada na produção da mesma maneira que isto projeta para o Estado uma redução no expansionismo do funcionalismo público. Assiste-se então, por sôbre as loas à eficiência capitalista, ao defensivismo sindical em torno das garantias de mercado à sua clientela, contraditoriamente à nova administração empresarial de sua própria organização. Estamos enfim, nas cercanias da resistência ao que se institucionaliza enquanto garantias de mercado exteriormente ao funcionamento da própria organização.

A queda do intervencionismo apresenta-se, num primeiro momento, desde a chegada ao poder pelos neoliberais com Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estado Unidos, como recomposição sob o regime do controle midialógico das antigas elites que têm nos regimes de comunidades, onde a Comunidade Européia parece ser a mais avançada, uma forma de garantir continuidades ao mesmo tempo que preparam-se para novas verdades de poder que poderão surgir. Não passa, portanto, de despiste a chamada guerra aberta aos sindicatos ou à burocracia estatal com a devida preservação dos monopólios empresarias em ramos da produção, que não os estatais.

O intervencionismo preponderou por quase um século, até início dos anos 70 com a crise do petróleo, o início do desmoronamento do *welfare-state* europeu, as primeiras negociações norte-americanas com a China, a emergência do desenvolvimento asiático e, na América Latina com o processo de economia de mercado com um correlato regime militarista-autoritário como no Chile pós a derrubada do governo Allende. Desde então entrou em cena o avanço da formação da Comunidade Européia que se institucionaliza em 1994, como os acordos provenientes desde o Tratado de Montevidéu de 1980, acabam por culminar no Tratado de Ouro Preto dando cara nova ao que pretendeu a ALALC e a ALADI constituindo o MERCOSUL.

Caracteriza-se um novo tempo onde o Estado Providência parece ceder lugar ao Estado Mundial, cabendo à ONU um papel de protagonista neste novo processo de globalização da economia, não mais financiada principalmente pelos Estados Unidos.

A história, no entanto, não se encontra submetida às soluções apresentadas pelos mais diversos

pensamentos políticos sobre a nova globalização. Segundo Morin (1994) a Europa é ao mesmo tempo hoje em dia uma Europa econômica, fundada em interesses econômicos homogeinizantes, e uma Europa política, fundada na diversidade. Logo, a democracia européia não poderá se constituir como justaposição de democracias nacionais. Ela dependerá de uma reforma do pensamento capaz de superar o providencialismo herdado da Revolução Francesa, o socialismo do século XIX como religião de salvação terrestre e a democracia como via política assistencial e protetora. É um tempo onde o princípio da escolha deverá oscilar entre a audácia geradora de riscos e a prudência redutora de riscos, superando-se a situação atual onde tudo parece fazer crer ser inevitável a prudência, situação propícia para o acomodamento neoliberal e politicamente correto.

A revolução computo-informática-comunicacional, gerando a predominância de redes locais e trabalho cada vez mais afastados do poder centralizado exige o redimensionamento do entendimento acerca da democracia. Para Morin ela deve ser diversidade de interesses e de idéias, um meio portanto e não ditadura da maioria ou refúgio étnico ou religioso desconhecendo as minorias contestadoras capazes de expressar idéias heréticas e desviantes.

Sob esta forma de entendimento a globalização atual deve ser pensada como forma de emergência de um cidadão planetário capaz de equacionar os sentidos para as mudanças que superaram de fato os poderes do Estado-Nação e que engendrarão novos isnteresses associativos. Exige-se hoje, neste exato momento, uma compreensão do que se chama por globalização como sendo o efeito de um desmanche das formas intervencionistas de economia onde a insistência na oposição capitalismo-socialismo não passa de um acanhado recurso ideológico que fêz reproduzir o próprio intervencionismo. Da mesma maneira, o neoliberalismo não expressa a forma ideológica da identidade entre democracia econômica e democracia política sob relações de mercado livre.

A concepção moriniana aponta para as imperativas diversidades culturais organizando-se e reorganizando-se de forma federativa fazendo emergir uma nova individualidade com o cidadão planetário. É uma perspectiva que põe fim a nacionalismos de toda sorte, dirige suas conclusões para o campo onde a globalização desembocaria, como destino final, numa solução planetária que suprimisse os exercícios de dominação centralizada. Caminha pois, para uma dimensão herdeira do século XIX em direção à sociedade sem Estado, restaurando pelo menos em parte a utopia humanista instituindo-se complexidades que os tempos atuais ainda pretendem dissolver.

A reforma do pensamento proposta por Morin conforma um sentido para horizontalizações de saberes que não dispensa reformas do pensamento onde para uma ética da fraternidade, corolário de uma superação da desigualdade econômica e do redimensionamento da liberdade, pode também emergir a ética como estética da existência segundo a reflexão de Michel Foucault. Desta maneira, no campo desterritorializado do pensamento, não parece haver uma ética definida, como supõe o humanismo moriniano, mas sim uma convivência de éticas de existência, uma pluraliação necessária que dá sentido para além da formalização aos princípios de organização-desorganização-reorganização da vida humana.

O cuidado ao se falar de federalismo deve estar presente. Croisat (1992) procurou mostrar o esvaziamento dos princípios federalistas destacando que o federalismo contemporâneo não passou de uma cooperação negociada fundada em consensos e acomodações que preservaram a integridade de todos os parceiros.

A federação americana de 1787, a suiça de 1848, a canadense de 1867, e a alemã de 1949 foram precedidas de negociações que levaram a uma associação por agregação. Entretanto, seja a cooperação horizontal, mais antiga nos Estados Unidos onde acordos governamentais se davam entre Estados para realizar projetos comuns e que permitiam mais força aos interesses federados frente ao governos

central, seja a cooperação vertical, predominante após o *New Deal*, onde o que passou a preponderar foi a viabilização de uma integração planificada pautada no que ficou conhecido paradoxalmente como *políticas públicas*, não prescindiram do papel do Estado-Nação. Não prescindiram de uma centralidade comunicante por programas e financiamentos que transcenderam constitucionalidades pautando-se por práticas políticas informais. Foi este desenvolvimento concomitante ao keynesianismo e ao *welfare-state*, assim como com as mais diversas formas de intervencionismos que separaram a governamentalidade das *políticas públicas* do domínio jurídico.

Não parece restar muitas dúvidas, entretanto, que no processo de desterritorialização de Estado e economia que ora vivemos isso repercutirá na desterritorialização do próprio indivíduo em direção à formação de um cidadão planetário, sob as exigências da formação de comunidades em aberto onde o federalismo parece ser a forma política desejável.

Tanto o liberalismo como o marxismo pensaram o indivíduo como sujeito universal superando o tradicionalismo teocêntrico ou o individualismo egoista capitalista num lugar onde fosse possível a verdadeira universalização deste sujeito da história. As condições atuais colocadas pelo novo processo de globalização, no entanto, deixando de lado as idílicas construções humanistas do século XIX, colocam novos problemas que atestam a impossibilidade da pertinência do entendimento do homem como sujeito capaz de universalizar-se sob o federalismo.

A construção do sujeito universal esbarra definitivamente no destino final utópico das verdades liberais e marxistas e, em certo sentido, do próprio anarquismo.[4] Desta sorte sob a globalização deste final de século exige-se que desloquemos nossa reflexão das utópicas universalizações para investigarmos as ressonâncias locais frente às possibilidades federalizantes e pacifistas que podem vir a constituir o cidadão planetário e redimensionemos os sentidos das localidades. A recuperação do edito de Caracala de 212 DC, reconhecendo a existência do cidadão independentemente da sua referência original, deve ser superada pelas liberdades de pertencer livremente a qualquer federação, de acordo com sua soberania em ceder menos frente às realizações da economia.

Não se trata de reinventar o real mas de pensar a libertação no sentido apontado por Foucault frente os aspectos totalizadores e individualizantes do poder. Pensar a libertação significa pensar e não atacar um ou outro efeito do poder entendendo-o não mais a partir de sua centralidade mas das diversas relações que, se embasaram uma centralidade, também podem sustentar sua descentralidade. O pensamento desloca-se do campo das utopias para o das heterotopias.[5]

Redimensiona-se a possibilidade de se pensar a superação do monopólio legítimo da coação física, da mesma maneira que o fim dos exércitos permanentes e das paranóias contra os que atentam contra uma suposta moral desejada possa se instituir. Afinal, não deixa de ser caduca e inconsequente a defesa da militarização contra o narcotráfico após se constatar que o efeito constante do uso de substâncias que alteram estados de consciência está inscrito culturalmente no homem, como os efeitos históricos de repressões deste porte apenas contribuíram, como revela a máfia, por exemplo, para continuidades militaristas e policiais. Exige-se para uma discussão federalista que não seja de cátedra, que práticas sociais se institucionalizem.

O federalismo somente passa a ter sentido sob o tema geral da descentralização que hoje em dia vem sendo "pautado" se for considerada as várias implicações que um debate entre liberais e anarquistas pode produzir. De outra sorte, novas terapias sociais se avizinharão.

Os refluxos tradicionalistas como os externados pelos movimentos religiosos e étnicos após a revelação das fragilidades dos Estados-Nação têm se orientado cada vez mais para buscar os condicionantes para instituirem-se como Estados-Nação. Do ponto de vista histórico, eles nada mais são do que expressões

obsoletas. Dirigem a revanche contra a homogeneidade dos históricos Estados-Nação com uma ganância de legitimidade pelo que lhes foi solapado exigindo uma forma moderna de Estado, agora ultrapassada, como maneira pela qual se legitimaria sua violência. Eles se encontram tanto na zona do fundamentalismo islâmico, como no interior do Estado de Israel a partir dos tratados de pacificação em torno da situação palestina. A ovelha não se liberta do pastor, são condições de natureza diversas. Há uma reforma do pensamento que se avizinha e seu sentido está em não mais discutir os princípios da violência mas interrogar quais as possibilidades da paz. Nesta direção, o federalismo apresenta-se como possibilidade de contemplar heterotopias. A revolução computo-informática-comunicacional apresenta diversos outros ângulos que retira o cidadão de sua posição invertida frente ao panóptico, da mesma maneira que revela definitivamente a necessária superação da complementaridade entre os dispositivos disciplinares benthanianos e a vontade geral rousseauniana, dilema que nem liberais nem marxistas ousaram quebrar.

O federalismo passa a ser a referência para a crítica à mediatização das relações sociais que institucionalizam o homem catódico, segundo Balandier (1993), na passagem do Estado-educador para o Estado-sedutor no tempo da videosfera como salientou Debray (1994). O aspecto midialógico do poder caracteriza simultaneamente a nova carapaça do poder pastoral, como reiterou Ansart (1993) mostrando que a mídia se apresenta como a autoridade tradicional rápida e renovada pela geração de emoções pela repetividade, mas também a possibilidade de ruptura pelo acesso gradativo à informática como redimensionamente político e ético de trabalhadores, independentemente das centralidades de instituições tradicionais, remetidos a localidades e regionalidades desterritorializantes. Os pontos de fuga sempre existirão.

É evidente que uma organização como a ONU terá um papel fundamental a desempenhar neste processo, assim como as novas comunidades que se institucionalizam têm condições de redefinir seus rumos.

Uma nova cidadania planetária deve buscar contra a reterritorialização das comunidades emergentes, efetivas desterritorializações confederadas equalizando o papel de cada um pertencente à federação. É uma cidadania que se coloca avessa ao relativismo cultural, o substituto do dogmatismo da lei e do fanatismo; à transformação do cidadão em consumidor; à publicidade obstaculizando a publicização; ao controle por telerrealidades que geram o homem catódico, cidadão-espectador na democracia midiática e ilusionista que filtra mensagens e obstaculiza resistências. É uma nova desobediência civil. É insuficiente apenas uma maior quantidade de bens como propugnaram os liberais, mas exige-se qualidade e intensidade nesta obtenção como ética da fraternidade, estética da existência ou quantas mais as interrogações sobre o pensamento e práticas sociais gerarem em direção a uma federalização do planeta.

bibliografia citada

- ANSART, Pierre (1993) "Sociologie et Sciences Politiques" in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XCIV.
- BALANDIER, George (1993) "La Politique à l'Épreuve des Images", in ob.cit.
- CRISTHIE, Nils (1984) *El Limite del Dolor*, Mexico, F.C.E..
- COSTA, Jurandir Freire (1994) *A Ética e o Espelho da Cultura*, Rio de Janeiro, Rocco.
- DEBRAY, Regis (1994) *O Estado Sedutor*, Petrópolis, Vozes.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus (1995) *Guerra Civil*, São Paulo, Companhia das Letras.
- FOUCAULT, Michel (1977) *Vigiar e Punir*, Rio de Janeiro, Petrópolis.

(1984) *O Uso dos Prazeres*, Rio de Janeiro, Graal.

(1990) *Omnes et Singulatim: Por uma Crítica da "Razão Política"*, São Paulo, Novos Estudos Cebrap, n.26.

- FRECCERO, Carlo (1994) "Savoir et Pouvoir à l'Ére de la Video", Paris, *Magazine Littéraire*, nº 325.
- HOBSBAWN, Eric (1995) *Era dos Extremos : O Breve Século XX, 1914-1991*, São Paulo, Companhia das Letras.
- MISES, Ludwig von (1990) A Ação Humana, Rio de Janeiro, Instituto Liberal.

notas

1. A respeito dos efeitos do Congresso de Viena de 1993 afirmando os direitos humanos reconhecidos internacionalmente ver ALVES, José Augusto Lindgren *Os Direitos Humanos como Tema Global*, São Paulo, Perspectiva, 1994. Para uma crítica radical aos direitos humanos consultar BADIOU, Alain *Ética: Um Ensaio sobre a Consciência do Mal*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995. Para Badiou, no mesmo campo de pensamento de Costa, "não há ética senão das verdades. Ou, mais precisamente: não há ética senão dos processos de verdade, do trabalho que faz advir a este mundo *algumas* verdades. (...) A ética não existe. Não há senão ética-*de* (da política, do amor, da ciência, da arte)." (p. 42)

2. Mesmo não sendo tema desta reflexão convém registrar o debate entre libertários que se desenvolve principalmente na Europa e nos Estados Unidos em torno do federalismo e que ainda é menosprezado no Brasil, mesmo tendo como tópico principal a Comunidade Européia. Mais do que isso, apesar de pautarem suas reflexões a partir da idéia de liberdade, diferentemente dos marxistas, liberais e anarquistas discordam fundamentalmente no encaminhamento do limite por partirem de pontos extremos. Enquanto os liberais partem da concepção que o homem é violento por natureza e vive o mundo da escassez que só pode ser superado pela propriedade privada dos meios de produção com o Estado Mundial, os anarquistas partem do suposto que os deveres comuns para com a amizade explicitam as leis da natureza. Divergem por conseguinte, quanto às eficácias de um federalismo centralizado e um federalismo descentralizado. A respeito do debate atual ver PIOMBINI, Guglielmo "Per L'Anarco-Capitalismo" e ADAMO, Pietro "Capitalismo, Mercato e Anarchia" in *Rivista Anarchica*, Milano, ano 25, n.4, 1995. Sobre o libertarismo americano, consultar em especial FRIEDMAN, David *The Machinery of Freedom*, New Rochelle, Arlington House, 1978 e ROTHBARD, Murray *For a New Liberty: The Libertarian Manifesto*, New York, Collier Books, 1978. Para o debate em função do federalismo descentralizado continuam atualíssimos PROUDHON, Pierre-Joseph *El Principio Federativo*, Madrid, Aguilar, 1971 e BAKUNIN, Mikhail *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*, São Paulo, Cortez, 1988. Para uma crítica aos federalismos americano, suiço e alemão ver CROISET, Maurice *Le Fédéralisme dans les Démocraties Contemporaines*, Paris, Montchrestien, 1992; sobre o federalismo na Comunidade Européia consultar WISTRICH, Ernest *The United States of Europa*, London, Routledge, 1994; e, sobre a atualidade do federalismo americano, CAREY, George W. *The Federalist*, Chicago, University of Illinois Press, 1989.

3. A esse respeito ver em especial DELEUZE, Gilles "Política" in *Conversações*, Rio de Janeiro, Editora 34 Letras, 1992, BALANDIER, Georges "La Politique a l'Épreuve des Images", Paris, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XCIV, 1993, DEBRAY, Regis *Manifestes Mediologiques*, Paris, Gallimard, 1994; e o menos convincente, LÉVY, Pierre *As Tecnologias da Inteligência*, Rio de Janeiro, Editora 34 Letras, 1993.

4. Para Todd May ("Post-struturalismo e Anarchia", *Rivista Anarchica* nº 220, 1995) hoje em dia, torna-se impossível, tanto lidarmos com a idealidade do humanismo como prescindirmos da análise foucaultiana em torno da morte do sujeito para que se faça possível pensar as possibilidades de um percurso libertário para a sociedade.

5. "As utopias consolam: é que, se elas não têm lugar real, desabrocham, contudo, num espaço maravilhoso e liso; abrem cidades com vastas avenidas, jardins bem plantados, regiões fáceis, ainda que o acesso a elas seja quimérico. As heterotopias inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruínam de antemão a sintaxe, e não somente aquela que constrói as frases - aquela, menos manifesta, que autoriza manter juntos (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas. Eis porque as utopias permitem as fábulas e os discursos: situam-se na linha reta da linguagem, na dimensão fundamental da fábula; as heterotopias dissecam o propósito, estancam as palavras nelas próprias, contestam, desde a raiz, toda possibilidade de gramática; desfazem os mitos e imprimem esterelidade ao lirismo das frases." (FOUCAULT, Michel, *As Palavras e as Coisas*, São Paulo, Martins Fontes, 1987, pags 7-8).

DE PARTE NENHUMA

por José Tavares

4.

Na manhã seguinte à noite em que ocorreu o show na antiga Cordoaria, a população do Império sem Imperador conheceu os resultados da análise psiquiátrica feita por profissionais a degenerados políticos.

Após a era das fraudes, desvio de dinheiros públicos e corrupção, a Máquina, transmitindo via-satélite, ocupava-se agora na divulgação da situação de degenerescência dos políticos vítimas da síndroma do poder. Esta síndroma caracteriza-se por um conjunto de sinais e perturbações que fazem do político afectado um ser anómalo, e de cada político um potencial afectado.

Tragicomédia do problema doméstico?

Por princípio, a multidão não pode ter interesse em conhecer os resultados da análise psiquiátrica aplicada aos homens de ver-da-dei-ro ta-len-to, porque dessa forma eles ficam despidos do prestígio indispensável à viabilidade dos seus esforços. É uma tarefa que deve limitar-se ao circuito discreto dos profissionais, visto que, por mais preparados que se julguem, nunca os profanos lograrão fazer obra.

Por conseguinte, fiquei ver-da-dei-ra-mente perplexo com a notícia. Teriam os deuses enlouquecido de vez? À tardinha, perante o meu espanto, Saza, quando nos passeávamos no largo saguão do shopping, mostrou-me no visor as gravações dos noticiários onde, com todo o relevo, se relatava o acontecimento que eu não tinha esquecido durante todo o dia. Confesso, porém, que esta pro-fa-na-ção à estrutura mínima de certos degenerados políticos não podia corresponder a nenhum desígnio sério e útil, pois os relatórios dos profissionais apresentavam os afectados de tal modo que os tranformavam em heróis do trabalho político. Era realmente uma peça jornalística de invulgar habilidade!

Vários políticos distintos - assim começavam os relatos transmitidos via satélite - foram vítimas da vulgarmente conhecida síndroma do poder. Um hábil e audacioso vírus, operando desde o cérebro, conseguiu a senilidade precoce em 24 deputados, 7 secretários de estado e 1 ministro, a formação de uma fisionomia decadente em 33 deputados de todas as bancadas, 12 secretários de estado e 2 ministros, por fim conseguiu provocar a agitação motora até à fúria em 12 deputados de diferentes quadrantes, 5 sub-secretários e 1 ministro.

Todos os canais tele-máticos transmitiram os mesmos noticiários, varinado a lingerie das locutoras, transformaram os degenerados em personalidades harmónicas, ponderadas e honestas, olvidando os desequilíbrios degenerativos da sua organização; ora, é exactamente

pela fenda degenerativa que entra a luz crítica. Depois afirmava-se, nos noticiários, que os afectados serviam a nação, e o ão iria rimar, que o caso seria de difícil resolução.
Os políticos que mostravam uma aparência saudável manifestavam a sua firme disposição de continuar nas cadeiras do poder, apesar do vírus aí viver, a bem da governação. Porém, graças à enérgica e rápida acção do senhor primeiro Fulano de Tal, foram imediatamente tomadas as providências necessárias, que deram como resultado a ida ao médico de toda a classe política. Com uma simples ordem tele-mática, o mencionado funcionário ordenou que fossem examinados todos os funcionários políticos, do governo e da oposição. E a esta acertada medida se deve o bom êxito da performance do estado, que confirmou e afirmou a figura de homem de estado do primeiro Fulano de Tal, visto, com a sua perícia, ter tido a ocasião para fazer certa publicidade à volta do seu nome.

Saza quis visitar o 2º andar do shopping, mais por afecto às montras das lojas que por desejo. A única pessoa que perdeu com essa decisão fui eu, afinal não poderia assistir à final da Taça de Futebol num dos televisores da Saza. Era evidente que não estava com a suficiente boa disposição para passear pelo shopping. Compreendi, pois, que o único caminho que deveria seguir seria sair dali. E foi o que fiz.

Vindo do shopping, recebi na rua aquela impressão que se sente quando, num dia de grande calor, sopra repentinamente uma brisa fresca. Porque desejava limar as ideias trocando-as com alguém, fui ao clube dos aeróbicos de discos voadores. O conforto que ali se respirava parecia ter sido feito para mim. E embora não estivesse cansado pelo esforço físico despendido na caminhada até ali (3 km), senti o deleite em refastelar-me na magnífica poltrona que estava à minha frente. Comecei a beber cerveja e substituí os meus cigarros pelo cachimbo Tarahumara. Instalei-me como observador despreocupado. falava-se acerca do jet-set, das corridas de cavalos, mas particularmente dos resultados da análise psiquiátrica amplamente divulgada pelas agências especializadas. E eis que surgiu o Pinto Gonçalves de Montalvão Sapador. Trazia o vácuo à sua volta, ao contrário do que sucedia em palco, onde tocando guitarra todas as portas se abriam para receber o calor do público.
Que tens a dizer sobre o escândalo dos relatórios? - perguntei assim que se deixou redondamente cair na poltrona.
Por aquilo que sei é notória a falta de ordem metódica dos assuntos - o Pinto Gonçalves de Montalvão Sapador era um ardente defensor da aquisição de cultura, da eficácia e dos sistemas. Mas - continuou ele - como não existem actas das reuniões realizadas pelos profissionais que se incumbiram de redigir os relatórios, e como ninguém sabe exactamente qual foi a ordem metódica dos assuntos psiquiátricos, mandaram à fava a eficiência.
Porra! - disse cortêsmente, mas não em voz baixa para evitar ser escutado pelos circundantes.

Àquela hora, o Clube dos Aeróbicos de Discos Voadores estava atolado de pessoas, a sua maioria jovens provetas ocidentais e orientais que íam ali tomar o seu café, falar dos últimos ordenadores e passar em seguida ás suas visitas diárias ao Parque Virtual, à discovideotelemática. Contentes os primeiros com a esperança de estar no dia seguinte no espaço ocidental 1.X; e muito contentes os segundos, os orientais, muito convencidos de que o território ocidental 1.X não os atiraria para a miséria e a doença donde provinham: território oriental 9.Z.

No ângulo direito do grande salão do clube dois homens ocupavam uma pequena mesa. Um, coberto com uma capa de goma cujas golas cobriam as orelhas, bebia uma chávena de chá. O outro, com um capote de nylon azul, tinha à sua frente uma garrafa de ponche e entretinha-se a espremer o limão com a colher. Nenhum destes personagens dizia uma palavra. De vez a vez espreitavam à direita e à esquerda, onde havia várias mesas ocupadas por homens e mulheres que bebiam, comunicavam no vídeo-fax, fumavam ou simplesmente assistiam á programação tele-mática das tvs. instaladas nas lingeries de algumas mulheres. E era esta última distracção que parecia interessar os personagens. O Pinto Gonçalves de Montalvão Sapador, enterrado na poltrona, adormeceu. de repente, vi entrar duas mulheres muito bem vestidas no salão. Os olhos dos dois personagens radiaram de alegria.

As duas mulheres dirigiram-se com todo o entusiasmo para a mesa deles. Atendidas amorosamente, as duas mulheres sentaram-se. Como eram belas, a despirem os seus luxuosos casacos, sobretudo para quem possuía a grande fortuna da paixão pela vida. E eis que assisti subitamente ao declínio da comunicação. As mulheres ligaram os televisores que se encontravam incorporados nos seus sutiãs de veludo, um vermelho outro rosa, e os dois estranhos personagens embasbacaram, presos à emissão: a segunda parte da final da Taça de Futebol. Logo uma das mulheres desabotoou o homem da capa de goma e ligou um televisor espalmado instalado no slip do bonito rapaz. Havia ali uma osmose. O ritmo da vida era já outro. No curto espaço de um ano, quantos inesperados acontecimentos se não produziam! Tudo sucedia numa escala contínua.

Assim, alguns instantes depois uma declaração do primeiro Fulano de Tal interrompeu a programação tele-mática, e durante dez minutos, usando as mesmas palavras e as mesmas precauções, foi lida uma declaração do governo sobre o escândalo dos relatórios. Todos os funcionários políticos tinham regressado das consultas médicas sem acusarem a síndroma do poder. Quanto aos afectados, eram vítimas do trabalho intensivo e extenuante do vírus que vive nas cadeiras do poder. Iriam ser louvados e as suas famílias recompensadas, já que a

degenerescência não significa que os distintos políticos sejam criaturas desprezíveis ou perigosas. Toda a injúria deprimente contra eles seria punida. Para acabar de vez com a contaminação do vírus, as cadeiras do poder tinham sido destruídas e substituídas.
Ora, o nosso olhar deve ser cheio de simpatia e de gratidão para aqueles que zelam pelo bem comum com tamanha imaginação e criatividade, cujo único mal está em verem melhor que os outros e cuja única desgraça consiste em se devotarem ao bem da maioria irreverente e desagradecida. Pode ter obsessões, fobias e fazer fraudes, desvios, parecer mesmo um egoísta feroz ou um louco moral em face das multidões e a sua obra governativa ser todavia lógica, desenvolvimentista, progressista, modernista e imaginista. Não interessa que haja quem não reconheça o seu valor e necessidade. Usa-se a imaginação; atirada para o poder no final do século vinte, tornou-se uma abstracção que nega a experiência concreta. É agora o mecanismo central para o domínio da imagem como agente primordial da repressão na sociedade.

A-infos Portugal
Information

Há já um ano e meio que não editamos, por razões económicas e indisponibilidade pessoal, o nosso boletim A-infos P.
No próximo mês de Maio vamos retomar a sua publicação.
Todos aqueles que nos quiserem auxiliar, monetariamente ou de outra forma, contactem:
Crise Luxuosa - A-infos P.
apartado 21477
P1113 Lisboa codex

After a few months without notices, A-infos P. will be made again, next May.
Any contact or support to this project, in money or other stuff, must be sended to:
Crise Luxuosa - A-infos P.
apartado 21477
P1113 Lisboa codex

MANDRÁGORA
Centro de Cultura e Pesquisa de Arte
Apartado 65 — 2751 CASCAIS codex

EDIÇÕES ANTÍGONA

próximos lançamentos: Colecção Prozac

MÁRIO CLAUDICA

Batalhas caiadas

AGONIA DE PORTUGAL
séc. XII - séc. XX

ANTÍGONA

Vaz Gracha Moura

DANTES

Grande Prémio Sonasol de Poesia

ANTÍGONA

Padre Fred Ricco

MEMÓRIAS DA MADEIRA

I VOLUME
OS RAPAZINHOS

ANTÍGONA

EDUARDO PÁRDALO JOELHO

O paradigma da Diurese

na problemática simbólica do Tacho

ANTÍGONA

Livros & Leituras

Política Operária, nº 53, Janeiro/Fevereiro 1996, Ano XI.

No panorama das publicações marxistas-leninistas na região portuguesa, a revista *Política Operária* tem conseguido manter, num período de 11 anos, uma estabilidade e regularidade editorial notáveis. Nos seus primórdios, a referida revista adoptou uma postura ideológica marxista-leninista ortodoxa, indo até ao ponto de defender acerrimamente as virtudes revolucionárias do estalinismo num dado período do processo histórico da instauração do "socialismo real" na Rússia e nos países do Leste da Europa. Actualmente, a sua postura ideologica se bem que tenha evoluido para uma postura mais circunscrita à pureza do "marxismo-leninismo", na realidade, a sua substancialidade analítica não é muito diferente. O conteúdo da grande maioria dos editoriais e dos artigos que enformam os vários números da revista *Política Operária* identificam-se tendencialmente com uma revalorização histórica das premissas ortodoxas do marxismo-lenismo que decorre das práticas e postulados teóricos desenvolvidos por Lenine, antes, durante a Revolução Russa de 1917 até à sua morte em princípios de 1924. A missão histórica da classe operária e da ditadura do proletariado, a função dirigente e revolucionária do partido marxista-leninista, a estruturação do socialismo pela via do Estado, continuam a ser os factores centrais que presidem e orientam a sua acção editorial.

Em quase todas os números da *Política Operária* existe, quase sempre, um denominador comum que atravessa o conteúdo das análises sobre os mais variados temas de natureza política, social, económica e cultural: crítica dos partidos socialistas e comunistas que pactuam com as reformas do sistema capitalista a nível mundial e idolatração de todas as lutas sociais que são corporizadas numa acção colectiva protagonizada pelo proletariado e os estratos sociais desfavorecidos. Até certo ponto, estou de acordo com essas abordagens. No entanto, não se compreende como é que não é feita uma crítica sobre as funções dos partidos comunistas no poder, com destaque para os famigerados casos da China e de Cuba, e é geralmente omitida a situação de opressão e exploração que são vítimas as massas trabalhadoras nesses países.

Outro aspecto não menos importante é a continuação da idolatração à volta da classe operária. Sem se aperceberem das grandes mudanças verificadas no seu seio, pela condição-função que desempenha, projectam-na para uma missão histórica revolucionária mecanicista centrada nas contradições e antagonismos da sociedade capitalista. Ao continuarem prisioneiros do modelo de análise marxista-leninista, este não só os impede de perceber as incongruências revolucionárias que já perduram quase há um século no seu seio, como também através do dogmatismo dos seus postulados ideológicos, transforma-os em militantes alienados por causas inglórias e em correias de transmissão de desígnios e orientações que perpetuam a escravatura daqueles que pretendem emancipar. O conceito de socialismo reduz-se a um conjunto de análises e acções que consistem em identificá-lo como uma mera socialização da riqueza através da nacionalização e estatização da economia. Pensam que é possível instaurá-lo através de um processo de transição, salientando-separa o efeito o papel crucial do Estado socialista e da ditadura do proletariado corporizado na acção do comtité central do partido. Nestes termos, o socialismo, em termos políticos,

sociais e culturais, confunde-se com a prática e a teoria do partido revolucionário marxista-leninista. A complexidade e as contradições dessas transformações foram já demonstradas pelo fracasso da instauração do referido modelo na URSS e em todos os países em que foi experimentado. Procurar nele algum aspecto válido consistente que possibilite historicamente a libertação do proletariado do jugo capitalista, é não só deformar a verdade dos factos como colaborar no processo de condicionamento da emancipação da espécie humana.

Enfim, todas estas premissas revolucionárias do marxismo-leninismo devem, por outro lado, serem submetidas à lógica da verdade histórica quando estiveram a gerir as rédeas do poder. Torna-se imprescindível repetir o que muitos já denunciaram. Durante os primeiros anos da revoluçãp russa, em que perdurou a liderança de Lenine, foram fuzilados e presos milhares de camponeses, operários e soldados. Para atingir os seus fins, não olharem a meios. Através, do partido bolchevique, do Estado, do exército vermelho e da polícia política que mais tarde deu origem ao KGB, exploraram e oprimiram não só as massas trabalhadoras que lutavam pela liberdade e a igualdade, como também troturaram e fuzilaram todos aqueles que se opunham aos seus propósitos absolutistas da instauração do socialismo e da ditadura do proletariado.

Os sintomas analíticos que se integram no contexto actual do modelo marxista-leninista em crise, são passíveis de observar no nº 53 da *Política Operária*. Criticam as incongruências reformistas da esquerda, nas diferentes versões do socialismo rosa que ascendeu recentemente ao poder, como se estes pudessem fazer outra coisa que não fosse gerir o capital e o Estado. Por outro lado, andam sempre à procura de reconstruir um esquerda que está moribunda, mas sem acrescentar qualquer originalidade ao seu fracasso histórico. Esquerda e direita confundem-se, já que os seus princípios ideológicos e práticas se inscrevem numa mesma obsessão histórica: arranjar um modelo de governação que supere a crise do capitalismo e do Estado.

Por último, registe-se alguns sinais positivos que podemos detectar neste número da *Política Operária* e em alguns que o precederam. Em primeiro lugar, a sua abertura ao confronto e à polémica ideológica com outras correntes ideológicas e partidárias. Em segundo lugar, a boa concepção gráfica e o conteúdo da informação que nos é transmitida sobre um conjunto de lutas sociais que se opõem à modernidade da exploração capitalista a nível mundial.

J.M. Carvalho Ferreira

INQUIETAÇÃO, nº 5, Março de 1996, Porto (número especial em referência a 10 anos de actividade editorial).

Constituído por um colectivo de indivíduos do Porto que romperam com os princípios e práticas do marxismo-leninismo em 1985, o grupo que edita o boletim Inquietação tem realizado um trabalho militante de inquestionável valor, sob o ponto de vista do pensamento crítico e de intervenção durante os 10 anos que ocorreram desde a sua criação. Objectivamente, estas considerações, são pacíficas de observar quer no conteúdo da generalidade dos textos que integram os diferentes números do Inquietação, quer ainda através das várias manifestações públicas que foram por si realizadas. O seu posicionamento crítico em relação à sociedade capitalista é manifesto, ao mesmo tempo que se visualiza nos seus objectivos emancipalistas uma postura de características libertárias. Saliente-se, por outro lado, a sua procura incessante de aperfeiçoamento teórico e prático de uma maneira aberta, sem obstruções de carácter dogmático e condicionalismos de natureza ideológica. A polémica, dentro de um quadro analítico e interventivo libertário, é um dos grandes factores que pode vivificar o seu percurso histórico.

Debruçando-nos, agora, sobre o conteúdo do *Inquietação* nº 5, verifica-se que em "Um prodigioso

colectivo", da autoria do colectivo, sobressai uma postura analítica de radicalização dos objectivos iniciais que estiveram na origem do grupo e, para além disso, a sedimentação dos valores da liberdade e da solidariedade humana, sem qualquer resquício de hierarquia ou exploração. O artigo "Sonhando", assinado pelo grupo do Porto, marca o início da demarcação e do corte do colectivo Inquietação com os princípios e práticas do marxismo-leninismo. É sem dúvida um ruptura com tudo aquilo que implica uma aprendizagem política e social baseada na alienação militante e na difusão de ideologias contra-revolucionárias. É o corte com práticas e ideias essencialmente castradoras da liberdade e da criatividade individual, e necessariamente a negação de uma luta cujos contornos e objectivos levam sempre à construção de um tipo de sociedade opressiva e exploradora, como ocorreu com as experiências do "socialismo real". De notar também a sua força intrínseca confinada à estruturação de uma saída para o dilema militante contradictório que tinham abraçado durante vários anos. Diferentemente de muita gente gente que se reciclou na política, procurando a todo o transe, integrar-se na lógica do poder e da exploração, enveredaram antes pelo o aprofundamento e extensão daquilo que antes pensavam: a construção de uma sociedade sem amos e sem escravos.

Finalmente, entre outros, refira-se os artigos de Paulo Esperança sobre "Que cidadania?" e "Sexo e condicionamento da autoria de Maurice Brinton. Relativamente ao primeiro, o conceito de cidadania é objecto de uma análise radical, em confronto com os desígnios que o poder e democracia capitalista lhe quer dar. Segundo ao autor, cidadania, nos tempos modernos, é e deve ser a expressão da autenticidade de uma prática iminentemente democrática, sem chefes e sem hierarquia. Deve ainda assumir um carácter universalista, porque ela é acima de tudo um elo de orientação para relações sociais assentes na fraternidade e na solidariedade com os todos os outros "iguais" do planeta terra.

O artigo de Maurice Brinton transporta-nos para uma crítica radical dos processos de aprendizagem social que estão na origem da repressão e condicionamento sexual dos jovens levado a cabo pela pátria, pelo trabalho assalariado, pela família, a religião e o Estado. Se bem que a repressão e o condicionamento sexual sejam um produto genuíno da mercantilização da sociedade capitalista nas suas múltiplas vertentes, não deixa de ser notória a influência castradora que os partidos e os seus comités centrais tiveram nesse domínio. A história negativa do marxismo-leninismo, segundo Maurice Brinton, é neste domínio exemplar. Porém, partidos e sindicatos de outras proveniências ideológicas têm-se constituído como instituições destruidoras da liberdade sexual. Seguindo as péugadas críticas de Wilhelm Reich aos valores que fundamentam a civilização capitalista ocidental, percebe-se como é que tudo está preparado consciente e inconscientemente para aniquilar as potencialidades espontâneas e naturais dos seres humanos em relação à sua sexualidade. Desde que que nascem, passando pela adolescência, até a morte, o sexo é visto como um factor de troca mercantil e de procriação da espécie humana inscrito nos valores e na racionalidade instrumental da sociedade capitalista. Porém, na opinião de Maurice Brinton, a sexualidade é passível de ser vivida de uma forma livre e criativa. Certas sociedades primitivas já demonstraram nos tempos de antanho essa possibilidade. Nada mais natural, tal como já tinha previsto Wilhelm Reich, que a realizar-se um dia uma revolução social, esta será total e autêntica se integrar na sua dinâmica vivencial uma revolução sexual que liberte os seres humanos das amarras mentais e psíquicas decorrentes de valores conservadores que perduram na sociedade capitalista.

J.M. Carvalho Ferreira

CONTRA A ETERNIDADE

PANEGÍRICO, de Guy Debord

«A ideia de eternidade é a mais grosseira que um homem pode conceber a respeito dos seus actos.» G.D., 1957

Debord, doutor em nada, sismógrafo nato que começou a manifestar-se publicamente em 1952, aos 21 anos, que achou os anos 70 *repugnantes*, de quem certos drogados ingleses disseram, em 1980, que o álcool o tornara inofensivo, publica, em 1989, nas edições Gérard Lebovici (ex-Champ Libre), e depois em 1993 na Gallimard, o primeiro e unico tomo do seu próprio panegírico. Em bom estratego — qualidade que receia ser a única a reconhecerem-lhe —, expõe os fios condutores do texto, falando, acompanhado dos seus autores preferidos, daquilo que amou, devendo o resto surgir sempre por contraste.

Debord amou as bebidas alcoólicas («embora tenha lido muito, bebi mais»), as mulheres, sobretudo as estrangeiras, e Alice; os oscilantes lugares magnéticos e aquilo que neles se fazia (Paris, Florença, Sevilha, algumas outras cidades, e a Auvergne deserta onde «as nossas conversas, as festas, os encontros, as nossas paixões tenazes», como as estrelas, «podiam apagar-se, ante a passagem duma ligeira bruma»); e adentro da sua revolta percutante e concisa, a guerra e a estratégia — porque «o mundo da guerra tem pelo menos a vantagem de não tolerar as néscias tagarelices do optimismo».

Provavelmente exposto a uma «paz magnífica e terrível, [ao] autêntico sabor da passagem do tempo», instaurada por um espírito indisciplinado e coerente, o seu tom, neste livro, é o de um homem que procede ao balanço da existência. Se pede que lhe «perdoem os erros», é certamente porque «nunca [teve] tenção de [se] tornar melhor».

O começo de tudo será este: «No fim de contas fora a poesia moderna, a agir desde há cem anos, que ali nos conduzira. Éramos uns quantos a pensar que o seu programa precisava de ser executado em plena realidade; e que mais nada devíamos fazer.» Assim *mantido* por Mallarmé e Clausewitz, Omar Khayyam e Villon, Vauvenargues e Thomas de Quincey, o Debord que enuncia tais coisas também se criou na rua, onde aqueles a quem começou por juntar-se já não queriam saber mais nada «de quanto fora anteriormente admitido como ocupação da vida ou das artes»; concluindo que «já não podia existir poesia ou arte; e que se impunha encontrar coisa melhor». Fenómeno este inédito em 1952, no clima *positivo* e interclassista do pós-guerra.

Deste modo, Debord viu-se na «obrigação [...] de seguir sem freio todas as [suas] propensões», mesmo quando isso ocorria, forçosamente, em condições difíceis. Porém, como «nunca [acreditou] nos valores admitidos pelos [seus] contemporâneos», nunca tão-pouco desejou vir a exercer qualquer «função brilhante na sociedade»; e teve até a sorte de nunca ver, mesmo em família, «os burgueses a trabalhar, com a baixeza que forçosamente contém o seu género especial de trabalho». Nunca tão-pouco quis enveredar por quaisquer estudos universitários, para não decair perante Lautréamont ou Arthur Cravan (as pessoas que mais estimava no mundo), nem desejou praticar qualquer arte, o que revela uma perfeita ausência de demagogia neste estratego. Nem entesourou («a pobreza deu-me principalmente grandes ócios, por não ter de gerir bens aniquilados nem sonhar restaurá-los, participando no governo do Estado») nem se viu comprometido; a amizade com Lebovici comprova-o, visto o comprometimento residir em primeiro lugar no receio ante a opinião pública.

Debord é pois um homem do luxo, em que dominam a discrição (não porém o anonimato), a indolência, a revolta e a fruição. De maneira nenhuma frustrado («não me inclino a lastimar seja o que for, e ainda menos a maneira como pude viver»), nada miserabilista, não aspira à manipulação, sendo-lhe por isso «fácil ser sincero». Nesta tão peculiar *autobiografia* pode deste modo transmitir-nos «elementos que muito justamente hão-de

bastar para dar a perceber tudo o que sou, sem sobejar qualquer espécie de mistério ou ilusão».

Não há, por conseguinte, mistério nenhum a inventar acerca de Guy Debord; concebê-lo é a pirueta recuperadora vinda «dum mundo execrável». Para Debord, «a veracidade dos factos, tal como a coerência do pensamento», constituem garantia bastante para se dominar a vida; e «computador nenhum teria podido fornecer-[lhe] essa variedade pertinente». Numa época em que até os profissionais da palavra e da escrita já não sabem falar ou redigir (e escrever a verdade ainda menos, porque a verdade só a escrevem os que a sentem); num tempo em que a incoerência é planificada e lenitiva, a posição de Debord opõe-se magistralmente à do comum dos mortais. E cá temos assim este mistério que o não é; bem como o *profissionalismo* de Debord, que não foi servo, nem sequer moderno. Contrariamente ao que proferem os que se julgam proprietários e não passam de escravos, como nota algures, e que se fundem, clones, na massa informe, «a decadência geral é um meio ao serviço do império da servidão; e só nessa qualidade, sendo ela esse meio, permite que lhe chamem progresso». Nesta avançada decadência, estádio de uma decomposição que Debord começou a analisar nos anos 50, «os prazeres da existência foram há pouco redefinidos autoritariamente», inteiramente libertos, agora, da necessidade de agradar a quem a eles aceda. E os homens aceitaram-no tão facilmente como antes haviam visto «sumirem-se as poucas grandezas da vida». Sem esquecer os vinhos e os álcoois, pois «tanto quanto memória de bêbedo consinta, jamais se havia imaginado como coisa possível isto de desaparecerem do mundo, antes do bebedor, as próprias bebidas».

A leitura de Debord implica a posse, no leitor, de todos os seus meios. Para o ler, é imperativo ocorrer «este fenómeno inverosímil que consiste em o indivíduo ser ele mesmo e nunca outra coisa» (Jouffroy, a propósito de Michaux). É a esta ética que Debord impele quem o aborde. Uma exigência que contrasta em absoluto com aquilo que solicita a época do trivial e da aparência em tudo, ou seja, o nada e a submissão ao nada. Mas, «embora eu seja um exemplo notável do que esta época não queria, saber o que ela quis não me parece talvez suficiente para assentar a minha excelência». Quem poderá ainda atrever-se a conclamar que Debord é arrogante, a não ser os que não sabem reconhecer as suas (deles) qualidades, revolvendo-se *de facto* num anonimato friorento, mediático e gregário, que os seus temores e ódios convulsivamente cegam?

Como para um pré-colombiano, a arte, no caso de Debord, deparara com coisa melhor. Se pôde contar a sua história verídica, foi por ter dominado a sua própria vida; e se dela com tanta justeza pôde fazer a presente narrativa, foi justamente porque a viveu *voluntariamente*. Tal como a língua que falava, a sua escrita é límpida e desprovida de floreios; linguagem rigorosa a que uma vírgula não falta nem vem pôr rédeas.

Esta fusão vital inscreve Debord no «tempo proporcional à nossa duração vã e mesquinha», neste «tempo que não espera», em que «nunca mais tão jovens beberemos», e no qual «não se vive duas vezes». Neste tempo de nós conhecido em que viveu, cujo primeiro acto final me parece estar exposto no *Panegírico*, e o último acto, o «sangrento», haver sido estrategicamente perpetrado a 30 de Novembro de 1994.

A despedida mostra-se ainda a duma coerência que é declarada oposição: «Quanto a mim, sem dúvida vivi como disse que deveria viver-se.»

Edições Antígona, 1995

JOËLLE GHAZARIAN

Silvio Gallo, EDUCAÇÃO ANARQUISTA: UM PARADIGMA PARA HOJE, Piracicaba - S.P., Editora Unimep, 1995.

Silvio Gallo tem realizado um trabalho de investigação de invulgar valor a nível da pedagogia e da educação anarquista. Com o seu primeiro livro - *Educação Anarquista: para uma pedagogia do risco*- editado em 1992, já nos apercebemos das suas grandes potencialidades analíticas, num domínio de investigação que têm sido menosprezado e adulterado por parte da ciência normativa e, porque não dizê-lo, até tem sido "esquecido" pelo próprio movimento libertário internacional.

Neste último livro - *Educação Anarquista: um paradigma para hoje* -, Silvio Gallo elabora, com uma grande proficiência, uma leitura sistemática e profunda da génese literária e filosófica que estruturou a epistemologia e a prática do anarquismo nos domínios da educação e da pedagogia ao longo da história da humanidade. O livro está estruturado em três partes distintas, embora exista entre elas uma grande complementaridade analítica. Na primeira parte é sistematizado a problemática da micropolítica, no qual se aprofundam os conceitos de poder e autoridade, o saber e o poder, e a autoridade e a liberdade. A dicotomia existente entre estes conceitos nucleares levam-nos a perceber a natureza profunda da anarquia em relação a todas as filosofias e modelos de sociedade. Como prática e teoria, antes de mais, a anarquia define-se como negação absoluta de todas as relações sociais hierárquizadas em que subjaz como denominador comum a dominação e a exploração do homem pelo homem. Na segunda parte, o autor debruça-se sobre a problemática da macropolítica, incidindo a sua análise sobre o Estado, a educação e a sociedade. As relações sociais de dominação e de controlo social são predominantes nos processos de aprendizagem social e cultural em que o Estado, a sociedade e as instituições intermédias aparecem como componentes fundamentais da socialização da educação e da pedagogia inscritas no advento histórico da capitalismo e da civilização ocidental. Os teóricos anarquistas - Bakunine, Proudhon e Kroptokine, etc -, ao criticarem radicalmente o Estado, assim como a religião e as instituições e organizações intermédias da sociedade que são o sustentáculo da sociedade capitalista, verficaram que a assunção política do exercido do poder traduzida na concepção de contrato social em Rousseau e Hobbes primava por um conjunto de contradições. Neste sentido, a função histórica do Estado não é o de estabelecer um contrato social, por forma a evitar a propensão natural dos indivíduos à violência e à guerra generalizada, mas sim de criar as bases estruturais e institucionais de integração e de controlo social identificadas com a exploração e a dominação das classes sociais possidentes sobre as classes sociais desfavorecidas. Desse modo, toda a pedagogia e a educação das escolas privadas e públicas, nos diferentes níveis de ensino, que são ministrados pelo Estado ou instituições da sociedade capitalista têm por grande objectivo e função desenvolver um conjunto de conhecimentos que reproduzam os atavismos mentais e físicos dos indivíduos e reproduzir as relações sociais de dominação e de exploração. A pedagogia a a educação capitalista está assente numa racionalidade instrumental de tipo economicista que desvirtua e mutila a individualidade, a criatividade e a liberdade de cada indivíduo no plano pessoal e social. Por último, a terceira parte, do livro de Silvio Gallo contextualiza historicamente as experiências autogestionárias de educação e pedagogia anarquista no quadro da sociedade vigente. São analisados os seus conteúdos e formas, os seus protagonistas mais dinâmicos e emblemáticos, as suas limitações, como ainda são equacionadas as virtualidades de uma alternativa de educação e pedagogia anarquistas como hipóteses de solução da crise em que estamos mergulhados.

Em síntese, ler este livro torna-se fundamental. Em primeiro lugar porque é-nos feita uma leitura contrastante de natureza epistemológica e metodológica

que nos possiblita compreender, explicar e aprofundar as diferenças substantivas que existem entre os pensadores e as experiências anarquistas e tudo aquilo que nos são dadas pela sociedade capitalista a nível mundial. Em segundo lugar, os conceitos de pedagogia e educação estão muito bem equacionados numa perspectiva do indivíduo e da anarquia. Percebe-se bem porque existe uma identidade sistemática entre as capacidades e as possibilidades de cada ser humano, na medida em que estes têm a hipótese de agirem de uma forma soberana na aprendizagem de conhecimentos e a potenciarem o seu corpo e a mente a viver de uma forma livre. Em terceiro lugar, a anarquia como forma de educação e pedagogia utópicas transporta-nos para o espaço-tempo da imaginação e da criatividade que se conjuga com a construção de uma sociedade isenta de escravos e senhores, e também a revelação da melhor forma de aprendizagem individual e social que nos possibilita transformar radicalmente aquela em que subsistimos.

J.M. Carvalho Ferreira

Notas & Comentários

COLECTIVO INQUIETAÇÃO FEZ 10 ANOS

O Colectivo Inquietação realizou no Porto, no passado dis 2 de Março, uma sessão comemorativa dos seus 10 anos.

A sessão constou de um debate, subordinado ao tema "Sociedade Democrática e Utopia" e de um jantar de confraternização.

Após a leitura do texto introdutório de Rui Miguel Ribeiro, por parte de *Inquietação*, o debate foi aberto com a intervenção de José Maria Carvalho Ferreira, director da *Utopia*, tendo-se abordado, nomeadamente, questões como a precisão do conceito de "democracia", a incapacidade da sociedade democrática representativa responder às ansiedades de justiça social, igualdade e felicidade dos cidadãos, as formas de comunicação capazes de ultrapassar barreiras de ruído mediático do espectáculo actual, a mundialização da economia, as possibilidades e limites das experiências alternativas exemplares, hoje, no domínio das vivências, produção e organização comunitárias, etc.

O jantar, que reuniu cerca de cinco ceias-do-senhor, foi constantemente interronpido pelos telegramas de

felicitações que iam chegando de personalidades de todos os quadrantes ideológicos, partidários e religiosos. Entre outros, destaque-se o Papa, Cavaco Silva, Claudia Schiffer, e de muitas instituições respeitosas, com relevo para o Lobby do Tesão (na designação popular).
Foram já tomadas medidas para a comemoração do 1º Centenário.

Luís Chambel

DAR A CONHECER EDGAR RODRIGUES?

Esteve patente ao público entre fins de Fevereiro e princípios de Março de 1996, na Biblioteca Municipal de Matosinhos, uma exposição sobre a vida e a obra de Edgar Rodrigues.
Organizada pela Associação de Trabalho Social e Voluntário de Lavra, a exposição acentuava os aspectos biográficos do militante e escritor anarquista radicado no Brasil há largos anos, que mais tinham a ver com a sua ascendência no concelho de Matosinhos e freguesia de Lavra, e outros da sua juventude e iniciação política - lugares onde nasceu, viveu, trabalhou, conspirou, etc., os seus amigos, as suas batalhas, o seu testemunho.
Estavam igualmente expostas um número assinável das obras que escreveu ao longo de décadas, em edições brasileiras e portuguesas.
De lamentar, o facto de a exposição ter sido bem pouco divulgada pela edilidade de Matosinhos, sendo além disso necessário pedir a um funcionário para a visitar, já que se encontrava numa sala fechada à chave.
Uma última para a instituição que albergou a exposição. Homenagear anarquistas, sim, mas desde que estejam criadas as condições necessárias e suficientes, por forma a se dar a conhecer e dignificar aquilo que se pretende divulgar.

Luís Chambel

MOVIMENTO OPERÁRIO, HOJE

Com organização de João Bernardo, realizou-se no Museu da República e da Resistência - Lisboa, entre 26 de Fevereiro e 2 de Março de 1996, um Colóquio Internacional, subordinado ao tema "Movimento Operário, Hoje".
Das várias intervenções, destaque-se as de Ricardo Antunes, José Calos Valente e João Bernardo sobre a "A Classe Operária está em Expansão", nos dias 27 e 28 de Fevereiro. As intervenções de Lúcia Bruno, Vicente Merendas, Joaquim Piló, Lícinio de Sousa, Fernando Colaço e Diana Andringa sobre "Novas Formas de Gestão do Capital e Novas Formas de Luta dos Trabalhadores, nos dias 28 e 29 de Fevereiro. Refira-se ainda as intervenções de João Bernardo e de António Loja Neves sobre o "Nacionalismo, Internacionalismo e Xenofobia", no dia 1 de Março. Em 2 de Março foram realizadas a "Síntese e Conclusões", com a participação de todos os que antes tinham estado presentes no colóquio.
Tendo em linha de conta a programação do colóquio, deve-se salientar que os seus objectivos foram plenamente conseguidos. Houve um esforço teórico assinável, por parte dos diferentes intervenientes, de actualização e aprofundamento não só as transformações sociais, económicas, políticas e culturais do capitalismo à escala mundial, como também foi feito um esforço para compreender as actuais formas e conteúdos da acção colectiva desenvolvida pelo movimento social operário. Diga-se de passagem que a maioria das intervenções foi estruturada por uma linha de pensamento comum: o marxismo radical.
Enquadrado no programa deste colóquio, assinale-se ainda uma exposição de escultura do grupo NAO (Núcleo de Artistas Operários), com trabalhos de Faustino Mota, Fernando Colaço, João de Matos e José de Matos.

J.M. Carvalho Ferreira

A vontade de emancipação e a aceitação do estado de sujeição não é insolúvel

O travão à marcha que a economia política desenvolve, com todas as consequências que dessa "marcha" advém para os despossuídos (inclusivé de trabalho), somente se encontra na própria capacidade de acção de todos os despossuídos.

Não foi a evolução do "antigo movimento operário" o que conduziu a um sindicalismo de técnicos sem objectivo próprio, mas muito mais importante nessa condução foi a burocracia criada em todas as partes pelo aparato do Estado, a que organiza o movimento sindical. A organização sindical corresponde, pois, a uma técnica de poder mais do que a uma transformação das estruturas sociais, paralela à conversão da economia em Fisiologia da sociedade.

A oposição à tendência geral dos estados maiores (sejam eles políticos da oposição, burocratas sindicais ou políticos do governo) a manipularem e disporem de mão-de-obra como um dos elementos da produção, da mesma forma de que dispõem das matérias primas, das fontes de energia e da Máquina mental, somente pode surgir da vontade dos indivíduos em conservar a sua individualidade, a sua dignidade, a sua possibilidade de intervenção.

Quando suavizaram os choques sociais, ensaiando dar protecção aos trabalhadores contra os riscos mais crueis (desemprego, doença, velhice), o Estado, os partidos, os sindicatos e os patrões fizeram esquecer a essência do pensamento emancipalista revolucionário, que não se traduz em calorias ou vitaminas, nem no número de auto-estradas construídas, nem no PIB, mas que se dirige para a participação equitativa de todos na obra de cada um.

Numa época de ataque aos parcos direitos e conquistas adquiridos é necessário, aos despossuídos, criar espaços próprios característicos da vontade de autonomia e de conquista da emancipação pelas próprias mãos.

E se agora os últimos acontecimentos (em França, Itália) são reivindicações materiais e da busca de garantias de segurança, esses acontecimentos são também a participação efectiva e a dignidade de milhares de manifestantes.

É por isso que enquanto não se chega a um novo tipo de sociedade que elimine as falsas dependências, as desigualdades materiais, as hierarquias, continua sendo essencial o papel dos despossuídos: unidos e reunidos em organizações suas que coloquem limites à exploração e simultaneamente exijam a abolição da escravidão salarial e da condição operária.

Também pelos mesmos motivos, a busca e a experimentação de formas de organização autónoma dos despossuídos devem renovar-se sem cessar, qualquer que seja o tipo de exploração do Homem pelo Homem, qualquer que seja o grau de desenvolvimento do capital/estado.

Recordo, particularmente, os clássicos esforços do operariado organizado: cooperativas de produção e de consumo, escolas de pedagogia anti-autoritária, mas também as fórmulas autogestionárias de trabalhadores levadas a cabo ao longo da história. Todas estas experiências tropeçam inevitavelmente com muitas dificuldades, até que se encontram os seus próprios limites. Todas chocam com as estruturas gerais da economia política/estado e com os privilégios, mas todas testemunham o conhecimento, por parte dos seus promotores, dos defeitos e dos vícios da sociedade baseada nas desigualdades, na governação, nas hierarquias. Todas têm a significação de uma vontade de intervir.

Estas experiências são a prova de que a contradição entre a vontade de emancipação e a aceitação de estado de sujeição como membro da classe despossuída, não é insolúvel e que pode ainda constituir um instrumento de combate do necessário movimento emancipalista anárquico.

J. T.

SOLIDARIEDADE COM A LUTA DOS PRESOS/AS

23 de Março, Estabelecimento Prisional de Caxias. Após perto de um mês de protestos, greves de fome, ao trabalho, petições, etc..., o país assiste pela televisão às imagens das celas iluminadas por chamas e a um frenesim de ambulâncias, bombeiros e agitados guardas prisionais e o esquadrão especial antimotim. Face aos reclusos, que após o jantar se recusaram a entrar nas celas como protesto pelos atropelos dos "direitos dos Presos", como a falta de celas individuais, e pela injusta e imparcial amnistia, logo responderá o primeiro-ministro que a "ordem democrática seja mantida a todo o custo", elogiando a "proporcionalidade com que usaram a força" as forças da ordem democrática. Elogio logo subscrito pelos políticos da esquerda à direita. Mas à versão oficial, são contrapostas outras informações em que se dá conta de um precipitar dos acontecimentos, brusca e repentinamente, numa actuação dos guardas bastante longe de "proporcional", e que não causou nem o número reduzido de feridos oficiosamente dado (12 !!! em 180 presos... quando mais de uma centena foi assistida), nem o facto de hoje estar "nenhum em estado de inspirar cuidados". A negação das visitas dos familiares, as falsas ou inexistentes informações dadas a estes, ou as transferências imediatas e demais represálias, escondem muitos traumatismos cranianos, fracturas várias, luxações e feridas abertas, como agressões que se prolongaram posteriormente à noite de 23 para 24 de Março.

Pergunta-se-á, pois: qual a versão exacta dos protestos, que receios se escondem na incomunicabilidade, informações falsas e prepotência mostrada aos familiares dos Presos? Que cruéis realidades se escondem no dificultar do trabalho dos meios de comunicação? Porque é que, no fundo, nos querem iludir sobre a verdadeira natureza deste protesto, tentando conduzi-lo repressivamente à margem de todos os anteriores e actuais, como se realmente fosse uma "surpresa" que ele viesse a ocorrer.

Afinal quem é que no jogo democrático fura abertamente e impunemente, as suas próprias regras, senão o Estado todos os dias, não cumprindo, os "direitos dos Presos" inscritos na lei de reforma penal. Serão as reivindicações dos Presos que põem em causa essa lei, ou a actuação da instituição prisional e as agressões dos guardas? A lei, como lei e emanação do Estado, é de uns e não de todos, maleável e contornável ao momento, ao visado, e aos interesses em causa. Eternamente semeia ventos, que não se espante pois, em colher tempestades.

Autoritariamente o governo nega a resolução destas tempestades que visam apenas o tratamento igual dentro da amnistia em causa e a reivindicação do cumprimento dos "direitos dos Presos". Infelizmente, diríamos nós como anarquistas, não ultrapassam esta esfera. Mas, ao mesmo tempo, dá azo a que coloquemos algumas questões que devemos atender.

Clara e inequivocamente, qualquer governo que seja, assusta-se e treme quando um movimento de protesto é feito de maneira colectiva. Esta espontaneidade, sem os proclamados "cabecilhas", mas organizado colectivamente segundo a luta comum a todos, assustara já o governo anterior aquando dos protestos de Presos em 94, ou pela mesma forma , os protestos da Ponte, e agora de novo com os protestos colectivos nas prisões do norte ao sul e ilhas de Portugal. A lógica partidária e do poder leva-os todos à procura de "bodes expiatórios". Tentativa de desvirtuar uma luta que é de todos e não de alguns, como são as lutas pelo poder. É toda a população prisional que sente os abusos diários e a falta de direitos. Dela só se excluem os "bufos" e todos os que na lógica prisional beneficiam com ela, pelo tráfico de droga na prisão, etc. Uma tentativa para que os Presos se virem uns contra os outros, assim como para que a população cá fora pense que as causas dos protestos nascem de certos elementos encarcerados e não das condições que são impostas a todos.

E se espanto teria de haver nesta história (não da nossa parte...), é perante a hipocrisia da atitude do governo, partidos e figuras da mais proclamada esquerda à mais extremada direita, e perante os meios de comunicação que depois de terem servido como prato principal das campanhas eleitorais e manchetes de notícias, os discursos alarmistas do aumento da criminalidade e insegurança, continuam ainda a utilizar o "papão" da criminalidade como a única e cega justificação para não atender aos protestos e a uma amnistia sem dois pesos e duas medidas. A este "papão" diariamente fomentado, mais uma vez falta a reflexão sobre as suas causas e natureza, que não esse discurso em tom cada vez mais repressor, que afasta a um ritmo vertiginoso a noção de preso como uma pessoa, igual a todos/as nós, dando-lhe um tratamento desumano. Como peça defeituosa de um mecanismo que não quer ver que ela lhe pertence e que o defeito não lhe é inato, mas resulta do mecanismo em si. Este, sim é que deve mudar. Mudança radical, humana e socialmente, para que não tenhamos que pôr em pé de igualdade e em sinónimo as odiosas prisões e as relações entre os homens. Para que não tenhamos de pensar em prisões.

E não nos esqueçamos: o que nos dão são apenas celas maiores e correntes um pouco mais compridas!

(Comunicado de 26/3/96 do C.@.P. - Apartado 40 - 2801 Almada Codex)

NATIONS ON FIRE

nothing but fire

PRINCÍPIOS EDITORIAIS

UTOPIA define-se como revista anarquista de cultura e intervenção, o que significa a reivindicação do património histórico das ideias libertárias e do movimento anarquista, ainda que à luz de um pensamento próprio, activo e actual, e no respeito face a outras interpretações desse património.

Ao definir-se como de cultura e intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de tolerância, diálogo e criação, procurando contribuir para o aperfeiçoamento dos homens e para o alargamento das suas possibilidades de expressão e de invenção.

Ao definir-se como de cultura e intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de análise e debate dos fenómenos sociais e políticos das sociedades contemporâneas, procurando contribuir para a emancipação e a liberdade dos indivíduos e dos grupos sujeitos a quaisquer situações de opressão, repressão e intolerância, assim como procurará opor-se aos sistemas e mecanismos conducentes a manter situações de constrangimento e desvantagem social e económica de indivíduos e grupos em relação a outros, e ao Estado, entendido como um poder a que todos os homens devem obedecer mesmo que em desacordo com ele.
Nesta intervenção, UTOPIA será expressão de lucidez e de revolta, assumindo plenamente o carácter utópico das tarefas a que se propõe.

UTOPIA guiará a sua acção por uma ética de honestidade, frontalidade, solidariedade e tolerância, que se procura expressar nestes princípios editoriais e que levará à prática em cada edição e em quaisquer actividades que venha a desenvolver.

As colaborações não solicitadas são desejadas, embora sujeitas à apreciação do colectivo editorial. Qualquer colaboração não publicada será devolvida ao autor, com a justificação dessa decisão. O colectivo editorial compromete-se a abrir rubricas de debate quando tal for considerado enriquecedor e esclarecedor para os leitores e para os princípios aqui defendidos, sendo os autores previamente informados dessa intenção.

A indicação de um proprietário e de um director da revista deve-se a exigências legais, sendo desejada a rotatividade da direcção entre todos os que fazem UTOPIA .
A responsabilidade dos textos assinados é dos seus autores e a responsabilidade pelo projecto é de todo o colectivo editorial.